

**MEMÓRIAS DIGITAIS:
DEMOCRATIZANDO INFORMAÇÕES,
HISTÓRIAS E TECNOLOGIAS**

**DEMIVAL VASQUES FILHO
AGATA BŁOCH
JUCIENE RICARTE CARDOSO
JOÃO CARLOS NARA JÚNIOR
(EDITORES)**

**MEMÓRIAS DIGITAIS:
DEMOCRATIZANDO INFORMAÇÕES,
HISTÓRIAS E TECNOLOGIAS.**

1. ED - 2024



© Copyright – 2024 – Todos os direitos reservados aos organizadores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

V335m

Memórias digitais: democratizando informações, histórias e tecnologias./ Demival Vasques Filho, Agata Błoch, Juciene Ricarte Cardoso e João Carlos Nara Júnior, (org.). – São José do Rio Preto : HN, 2024.

Vários autores

Bibliografia.

ISBN 978-65-86731-38-5 (Digital)
ISBN 978-65-86731-39-2 (Impresso)

1. Memória Digital 2. *Digital Humanities*. I. Vasques Filho, Demival. II. Błoch, Agata.

CDD-909.81

Índices para catálogo sistemático:
1. História - 909.81

Esta obra foi editada pelo selo HN Editora, uma empresa do Grupo HN.

Coordenação Editorial
João Paulo Vani MTB 60.596/SP

Grupo HN
Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 5000, sala 512
Iguatemi Business - CEP 15093-340 - São José do Rio Preto – SP
contato@grupohn.com.br

Visite nosso site:
www.grupohn.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação, entre outros, nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização do autor.

AGRADECIMENTOS:

À Deutsche Forschungsgemeinschaft - Número do projeto DFG: 522084712.

À Fundação Biblioteca Nacional, ao Presidente Marco Lucchesi, à Diretora Executiva Suely Dias.

À Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, ao Procurador-Chefe do Centro de Estudos Jurídicos Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho.

Ao Centro Nacional de Ciência da Polônia (National Science Center of Poland) pelo financiamento do projeto “Imperial Commoners of Brazil and West Africa (1640-1822): global history from a correspondence network perspective”, 2022/45/B/HS3/00473.

Aos nossos colegas do projeto MAPE - *Mapping the Atlantic Portuguese Empire* (www.projectmape.org): Michał Bojanowski, Clodomir Santana Júnior, Eduardo Sartoretto, Irene Vicente-Martin, Marcia Amantino, Guillem Martos Oms.

PREFÁCIO

A DOCUMENTAÇÃO SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS EM ARQUIVOS BRASILEIROS

José R. Bessa Freire

INTRODUÇÃO

Agradeço os organizadores da oficina “Oficina - Redes de sociabilidade, “Big Data,” e relações interétnicas em impérios globais: fontes documentais, pesquisa histórica e democratização da informação”¹ pela oportunidade de participar de evento tão relevante, com abordagens interdisciplinares nos diversos painéis, especialmente sobre as memórias digitais e os acervos coloniais, bem como sobre as vozes marginalizadas nos arquivos e sobre dados atuais do Projeto Resgate Barão do Rio Branco – um programa de cooperação arquivística internacional, que acompanho desde 1983, quando foi criado.

Confesso que vivo num mundo mais analógico do que digital, daí o deslumbramento por essas formas inovadoras de processamento de informações, que permitem o uso de novas ferramentas para acessar conhecimentos e realizar análise textual histórica, graças às abordagens de *big data*.

Meu tema, menos ambicioso, é apresentar um panorama da documentação sobre línguas indígenas em arquivos brasileiros, um campo relevante do conhecimento, mas até hoje pouco explorado e pouco conhecido, que só

¹ Mais informações: <https://www.projectmape.org/programa>

recentemente começou a despertar a atenção do meio acadêmico. Pretendo expor aqui nesta breve apresentação:

- 1) a natureza dessa documentação e seu uso por linguistas e historiadores;
- 2) a forma como ela foi produzida, através do exemplo do trabalho de campo de Theodor Koch-Grünberg;
- 3) avaliar a documentação sobre línguas indígenas e o tratamento que lhe é dispensado pelos arquivistas.

AS LÍNGUAS NOS ARQUIVOS

Para contextualizar meu interesse pelos documentos sobre línguas indígenas, que embora ricos, não são tão abundantes, talvez seja oportuno mencionar previamente como surgiu.

Cursava o doutorado em História na *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* – Paris. Meu projeto de tese enfocava a organização da força de trabalho indígena na Amazônia. Para isso, buscava informação na *Bibliothèque Nationale* e nos Archives Nationales d’Outre-mer (Rue Oudinot), que possuem acervos relativos à presença colonial francesa no além-mar. Entre outros, encontrei dados fragmentados sobre línguas indígenas, o que motivou a pergunta que fiz ao meu orientador Ruggiero Romano, no seminário que ele ditava sobre “palenques” na Colômbia e sobre os escravizados recém-chegados da África incorporados imediatamente ao processo produtivo:

— Em que língua os *hacendados* davam ordens para os escravizados, que não entendiam o espanhol? – perguntei.

Romano levantou a mão direita com uma caneta, ficou um certo tempo com ela suspensa no ar, em silêncio, e respondeu:

— Não havia pensado nisso. É uma boa pergunta a se fazer aos documentos dos arquivos.

O fato de historiadores não pensarem nisso revela que a língua, como Deus, está em todas partes – para quem tem fé – mas a língua é invisível como Deus. Ninguém vê. Nem os que têm fé.

Segui a orientação de Ruggiero Romano e a resposta dos arquivos me permitiu escrever o artigo “*Da Fala boa ao Português na Amazônia brasileira*”, publicado na *Revista Ameríndia, de Etnolinguística*, da Universidade Paris VIII. A documentação dos arquivos contribuiu para mudar meu projeto de tese, que passou a se concentrar na história social das línguas na Amazônia. Encontrei documentos ainda na *Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora*, em Portugal, e em arquivos brasileiros, especialmente do Rio de Janeiro, onde durante três anos coordenei equipe de 12 pesquisadores no Projeto *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos das capitais brasileiras*, elaborado pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha e pelo historiador John Monteiro, seu coordenador nacional.

No território que é hoje o Brasil, o colonialismo cometeu muitos glotocídios. Eram faladas mais de 1.300 línguas no séc. XVI. Mais de 1.000 delas foram extintas em cinco séculos, mas algumas deixaram rastros nos arquivos. Línguas consideradas “mortas” foram ressuscitadas graças aos arquivos. O caso exemplar é do idioma Muísca da Colômbia, estudado por Stella Gonzales, pesquisadora do Instituto Caro y Cuervo, instituição colombiana que é centro de referência internacional para línguas indígenas americanas e suas literaturas. Presente na zona central da Colômbia, o Muísca de Santa Fé, da família Chibcha, chegou a ter mais de um milhão de falantes e se tornou no séc. XVII a língua geral de comunicação interétnica usada na catequese, como foi o Nheengatu na Amazônia brasileira. Por isso, fizeram gramáticas, catecismos, orações e hinos nesta língua.

O desafio da pesquisadora foi: como, a partir da documentação escrita, dar sons a um idioma que ficou sem falantes ou sequer “lembrantes”? Ela partiu para o campo. Foi até o povoado de Boyacá, onde o vigário lhe

contou haver confessado anos antes, em 1980, dois anciãos numa língua incompreensível. Ele deu absolvição, mas eximiu-os de qualquer penitência dizendo a cada um:

— *Que Deus te perdoe, porque eu não te entendo.*

Quando Stella buscou os dois camponeses para ter informantes no idioma - uma variedade do Muísca - já era tarde. Os dois últimos falantes haviam falecido. Ela usou, então, uma metodologia inovadora explicitada em seu livro sobre o sistema fonético-fonológico da língua muísca e questionou a noção de “língua morta”, que dá a dimensão da importância dos arquivos.

Num artigo, a linguista escreveu que uma língua extinta, que já não possui nenhum falante, não pode ser considerada “língua morta” se ela estiver bem documentada. Neste caso, a língua não morre como um animal ou um vegetal. O que morre é a fala, mas a língua permanece em estado de repouso na documentação e pode ser despertada, como vem acontecendo em alguns lugares, inclusive no Brasil, onde algumas línguas consideradas extintas estão sendo revitalizadas. Este é, aliás, um campo em construção da Linguística Aplicada.

Por isso, a pesquisadora buscou na *Biblioteca Nacional da Colômbia* e na *Biblioteca do Palácio Real de Madri* documentos do período colonial, linguísticos e extralinguísticos, entre eles a gramática do frei Bernardo Lugo (1619), dicionários, vocabulários e outros e, para analisá-los levou em conta o castelhano falado na época e as ferramentas teóricas que então dispunham para descrever fenômenos sonoros de uma língua tipologicamente tão distante.

Que tipos de sons os missionários registraram por escrito? Stella comparou os dados documentais com os sistemas fonéticos de algumas línguas vivas da mesma família Chibcha, ainda hoje faladas, apostando que as relações de parentesco entre essas línguas podiam lhe dar algumas pistas. Além disso, levou em conta alguns fenômenos fonéticos do espanhol que se fala atualmente no antigo território muísca, para identificar nele as marcas deixadas por essa língua indígena, que lhe servissem de guia para formular

hipóteses no seu trabalho de “arqueologia” linguística. Muitas línguas emudecidas e sem falantes foram recuperadas graças a esses registros escritos do período colonial. No entanto, a partir do séc. XX outros registros se fizeram presentes em fitas, gravações, vídeos, que teriam facilitado o trabalho sobre a língua Muísca.

Talvez o pioneiro em gravar sons de línguas indígenas tenha sido o etnógrafo alemão Theodor Koch-Grunberg, que viveu com os índios de Roraima entre 1911 e 1913. Em suas viagens pelo Brasil e pela Venezuela, coletou milhares de objetos de arte indígena, hoje preservados em museus de Berlim, Hamburgo e Leipzig. Gravou num fonógrafo os cantos em línguas Makuxi, Taurepang, Wapishana, Ingarikó e Patamona.

— *Por que você quer levar minha voz com você?* – lhe perguntou desconfiado o xamã Katúra, que no final consentiu gravar. Koch-Grunberg levou com ele para a Alemanha vários cilindros sonoros gravados com narrativas e cantos de dança, de trabalho e de cura. Fotos, desenhos e histórias contadas pelos indígenas foram registradas no livro “*De Roraima ao Orenoco*”. Graças a isso, é possível ouvir hoje a voz do velho xamã Katúra, falecido há décadas.

O Arquivo Fonográfico de Berlim está digitalizando há mais de 20 anos os documentos sonoros históricos gravados no início do século, com as limitações impostas pela tecnologia disponível na época. Vários CDs foram transferidos para formato digital, utilizando cassetes de áudio digital, com um esforço para tentar melhorar a qualidade do som, mantendo o caráter original das gravações. O CD traz um encarte bilíngue alemão x português.

A UNESCO também lançou, em 1992, o “*Memory of the World Program*” reconhecendo a importância de promover e preservar os registros documentais que refletem a diversidade linguística. Arquivos digitais multimídia foram criados para armazenar o acervo de registros escritos, sonoros e visuais das línguas documentadas. No Brasil, dois museus desenvolveram projetos nessa direção.

O Instituto Max Planck concebeu tecnologia para arquivar esse tipo de dados, mantendo acordo de cooperação científica com a FUNAI e o Ministério de Ciência e Tecnologia, que permitiu o Museu Nacional dos Povos

Indígenas (ex-Museu do Índio) desenvolver o Projeto de Documentação de Línguas Indígenas (PRODOCLIN), coordenado pela linguista Bruna Franchetto, com o registro sistemático de 20 línguas indígenas consideradas em perigo de extinção. Também o Museu Paraense Emílio Goeldi criou o acervo digital do Centro de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas da Amazônia, com a contribuição da linguista Ana Vilacy Galúcio.

Estão sendo desenvolvidos ainda projetos de pesquisa em algumas universidades públicas. Um exemplo é a Universidade Federal do Pará (UFPA), cujo Programa de Pós Graduação em Letras e o GEDAI – Grupo de Estudos, Mediações e Discursos na Amazônia, liderado por Ivânia Neves, trouxe luzes sobre os registros dos usos sociais das línguas indígenas, com a elaboração de um mapa interativo das 34 hoje faladas no Pará, e uma aprofundamento da literatura oral em línguas Tupi da Amazônia Paraense.

Outros avanços foram feitos, como a organização do Centro de Documentação de Línguas Indígenas (CELIN) do Museu Nacional vinculado ao SiBi – Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ. O *Guia de Fontes sobre Línguas Indígenas* do acervo do CELIN foi organizado pela linguista Marília Facó Soares. Lamentavelmente, o incêndio trágico no Museu queimou a documentação, cuja digitalização não havia sido feita de modo integral. O CELIN tem recebido doações e espólios de linguistas e está reconstruindo seu acervo.

No campo da educação escolar indígena bilíngue, *alguns documentos novos foram criados em iniciativas como a do Supremo Tribunal Federal (STF) com a tradução da Constituição de 1988 em Nheengatu, lançada em julho de 2023 em São Gabriel da Cachoeira (AM) pela então presidente do STF, Rosa Weber.*

GUIA DE FONTES

No 50º Congresso Internacional de Americanistas na Polônia, em 2000, fiz uma apresentação, detalhando os arquivos, os fundos e as coleções com documentação sobre línguas indígenas em arquivos brasileiros, publicada no *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo*, com destaque

para o Rio de Janeiro e o Amazonas, neste último os arquivos foram pesquisados no *Projeto Levantamento de Fontes para a História da Agricultura do Norte-Nordeste* (PLEFANN 1977-1978), coordenado pela historiadora Maria Yedda Linhares.

O Rio de Janeiro, por ter sido capital do Brasil desde o período colonial, na segunda metade do século XVIII, acumulou uma massa de documentos composta pelos registros administrativos que se referem às funções e operações do aparelho de estado e sediou ainda importantes arquivos particulares de diversas procedências. Vamos destacar aqui aqueles que conservam valiosas informações de caráter etnolinguístico. São mais de 300 fundos ou coleções de 25 grandes instituições, de âmbito nacional, sediadas na cidade do RJ. Em 20 dessas instituições, encontramos documentação relacionada à historiografia e memória da linguística brasileira com destaque para:

ARQUIVO NACIONAL — (1.000 fundos) — 100 deles com documentação sobre índios - aproximadamente 40 sobre línguas (entre os quais, particulares e religiosos).

BIBLIOTECA NACIONAL — Seção MS — 35 coleções mencionando indígenas, 11 delas com dados sobre línguas.

IHGB — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - 28 coleções com documentos sobre indígenas, 15 das quais sobre línguas.

ARQUIVO HISTÓRICO ITAMARATY — 16 coleções sobre indígenas — 11 delas sobre línguas.

ARQUIVO PÚBLICO DO RJ APERJ — 18 coleções sobre indígenas, 3 delas sobre línguas.

Além dos mencionados, o Museu Nacional dos Povos Indígenas (ex-Museu do Índio), Museu Nacional, Museu Histórico Nacional, Serviço de Documentação da Marinha, Arquivo Histórico do Exército, Museu Histó-

rico do Exército e Forte de Copacabana e os Arquivos Religiosos: da Cúria Metropolitana do RJ, do Mosteiro de São Bento e dos Capuchinhos do RJ.

A documentação é formada basicamente por dicionários, gramáticas, vocabulários, glossários, sermões, catecismos, hinos, poesias, toponímia, etimologias dados demográficos sobre falantes, legislação sobre políticas de línguas, textos bilíngues português x línguas nativas escritos por indígenas, que não foram suficientemente interrogados, ou porque a sua existência era desconhecida ou porque não foram ordenados e catalogados.

O tratamento dispensado pelos arquivistas na elaboração de catálogos, índices, fichários, nem sempre é o mais adequado. Muitas vezes as línguas não aparecem explicitadas nesses instrumentos de pesquisa, o que dificulta o acesso do pesquisador, obrigado a consultar maços e maços de documentos, é como buscar agulha em um palheiro, esperando num golpe de sorte encontrar dados pertinentes.

Discutindo a relação entre linguagem e mentalidade, Lucien Febvre, citado por Peter Burke, advertia para a necessidade de os historiadores acompanharem o trabalho dos linguistas, porque do contrário “*os historiadores correm o sério risco de interpretar incorretamente muitos de seus documentos que não são tão transparentes ou desprovidos de problemas como frequentemente se supõe*”. O que é válido para uma documentação de tal natureza, muito mais válido é ainda quando se trata de documentação relacionada a línguas.

Para encerrar minha fala deixo aqui a pergunta desafiadora aos especialistas em *big data*: De que forma podemos otimizar o processamento dos dados linguísticos que até agora sobreviveram, tanto na escrita, como no som e em imagens, para seu uso pelas gerações de pesquisadores interessados no tema?

REFERÊNCIAS:

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp, 1995.

FACÓ, Marília (org). **Guia de Fontes e Bibliografia sobre Línguas Indígenas e Produção Associada.** Documentos do CELIN. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2010.

FRANCHETTO, Bruna. **A comunidade indígena como agente da documentação linguística.** *Revista de Estudos e Pesquisas (Fundação Nacional do Índio)*, v. 4, p. 11-32. Brasília, 2008.

FREIRE, José R. Bessa. **Da ‘fala boa’ ao português na Amazônia brasileira.** *AMERINDIA: Revue d’Ethnolinguistique Amérindienne*, v. 8, p. 39-83. Paris, 1983.

FREIRE, José R. Bessa (coord). **Os índios em arquivos do Rio de Janeiro.** Vols. I e II. Rio de Janeiro: Uerj, 1995-1996.

FREIRE, José R. Bessa. **Rio Babel – A história das línguas na Amazônia.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011. (2ª edição)

FREIRE, José R. Bessa. **Identidade e línguas na Amazônia: fontes históricas.** Simpósio: “Languages in the Amazon and its neighbouring areas - 50 th International Congress of Americanists”. Varsóvia, Polônia, 2000.

GONZALEZ DE PÉREZ, Maria Stella. **Hacia una reflexión sobre la escritura en América precolombina.** Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2004.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Del Roraima al Orinoco.** Caracas: E. Armitano Editor, 1981. (3 tomos).

MONTEIRO, John Manuel (org). **Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros.** Acervo das capitais. São Paulo: USP-FAPESP, 1994.

NEVES, Ivânia dos Santos (coord). **Retratos do Contemporâneo: as línguas indígenas na Amazônia Paraense.** Belém: UFPA-PPGL-GEDAI, 2021.

SUMÁRIO

Apresentação	21
---------------------	----

Demival Vasques Filho; Agata Bloch; Juciene Ricarte Cardoso; João Carlos Nara Júnior

PARTE I: O DIGITALIZADO - PERSPECTIVAS DIGITAIS NA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO HISTÓRICA

Acervos Digitais em Sociedades Escravistas: a perspectiva de estudo da família de escravizados na Paraíba do Norte, América Portuguesa, século XVIII	31
--	----

Maria da Vitória Barbosa Lima; Solange Pereira da Rocha; Courtney J. Campbell; Solange Mouzinho Alves; Lesleyanne Rodrigues de Lima

Conectar referências, preservar memórias: os catálogos digitais do Projeto Resgate Barão do Rio Branco	53
--	----

Fernando Santos Berçot

Informação, Memória e Divulgação: o instrumento de pesquisa sobre a independência do Brasil no acervo digital do Projeto Resgate da Biblioteca Nacional 75

*Denise G. Porto, João Carlos Nara Júnior,
Érika S. A. C. Dias, Paulo de Assunção*

A independência do Brasil na base do Projeto Resgate: uma experiência de análise textual histórica a partir das ferramentas digitais 89

*Paulo de Assunção, João Carlos Nara Júnior,
Érika S. A. C. Dias, Denise G. Porto*

PARTE II: O DIGITAL - INOVAÇÕES DIGITAIS NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Uma história (digital) luso-brasileira 115

*Claudia Beatriz Heynemann e
Maria Elizabeth Brea Monteiro*

Memorial Digital das Vítimas da Escravidão nos Sertões de Pernambuco (sécs. XVIII - XIX): um incipiente banco de dados em aperfeiçoamento 129

*Alexandre Bittencourt Leite Marques,
Paulo Henrique Ramos, Matheus Oliveira Farias*

Memória Digital dos Judeus Refugiados no Brasil: Plataforma ARQSHOAH 143

João Paulo Vani

PARTE III: O COMPUTACIONAL - PERSPECTIVAS COMPUTACIONAIS EM PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

Entre a interface de usuário e a produção do conhecimento histórico. Limites e vieses do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira 185

Eric Brasil

A Gramática de Motivos para Aceitação de Pedidos de Acesso à Informação na CAPES: Uma Análise Quantitativa e Relacional dos textos 201

Gisele Novais Costa Ramos, Luciano Rossoni

Até onde a casa alcança? Redes compósitas e sociabilidades cruzadas de famílias terratenentes no extremo sul da América Portuguesa 243

Israel Aquino Cabreira

PARTE IV: O HISTORIADOR NA ERA DO BIG DATA - ENTRE LOCAL E GLOBAL. DIVERSIDADE DE VOZES NOS ARQUIVOS

Considerações sobre o epistolário medieval a partir dos Métodos Digitais e da História Global: uma visão a partir de Alcuíno (c. 790-804) 297

Renato Rodrigues da Silva

Os documentos das Intendências da Polícia no Rio de Janeiro e em Lisboa e as correspondências entre João VI e os governadores como sismógrafos do Império Português (1808–1822)	317
<i>Debora Gerstenberger</i>	
Cómo usar un archivo colonial: Reflexiones metodológicas sobre el Archivo General de Indias en la elaboración de nuevas visiones del pasado	343
<i>Adrian Masters</i>	
Sobre os autores	385

APRESENTAÇÃO

HUMANIDADES DIGITAIS, REDES DE SOCIABILIDADES NA DIVERSIDADE DOCUMENTAL E DE SEUS ALGORITMOS: CULTURA DIGITAL, HISTÓRIAS E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Demival Vasques Filho

Agata Błoch

Juciene Ricarte Cardoso

João Carlos Nara Júnior

Nos últimos anos, as ciências humanas têm construído caminhos contínuos e sem volta junto à cultura digital. Paulatinamente, foram surgindo inovações tecnológicas que facilitaram e permitiram acessibilidade e democratização da informação dos acervos históricos em arquivos, em âmbito global. Construíram-se verdadeiras redes de sociabilidades virtuais que vêm influenciando o campo epistemológico de diferentes ciências humanas, que trabalham direta ou indiretamente com memória, história, educação patrimonial e preservação documental.

De todos os campos epistêmicos, o universo da memória cultural digital foi o mais impactado com as ricas e complexas criações de linguagens das ciências da computação e informações, consubstanciadas de tecnologias e linguagens virtuais de preservação de fontes históricas. Não obstante, o paradigma de memória com o qual a sociedade se acostumou no último século, baseado na lógica dos arquivos históricos impressos foi revolucionado no âmbito das humanidades digitais (GOLUB & LIU, 2022).

No século XXI percebemos cada vez mais as quebras nos modelos que pareciam imutáveis, no tocante à preservação, conservação, difusão e análise de dados documentais, em campos do conhecimento como história e arquivologia. Especialmente no acúmulo e democratização da informação, ainda mais com a perspectiva da Internet, como rede digital de informação global e seus novos sistemas de informação interativos (SOUSA, 2023).

Sendo a democratização do acesso aos acervos históricos, em uma dada nação, um processo essencial para que sua herança cultural esteja acessível e democratizada em todo mundo, percebe-se que se tem despendido um esforço muito variado de iniciativas, programas e projetos de difusão e criação de instrumentos de pesquisa, visando especialmente à preservação e à divulgação digital dos conteúdos nacionais (APOLINARIO, 2011). O aumento em quantidade dos algoritmos e a qualidade desses conteúdos circulando nas redes e em novos suportes e sistemas midiáticos tem sido crucial para garantir que a informação esteja disponível de forma cada vez mais ampla e inclusiva. Como evidenciam Dalton Martins e José Murilo Costa Carvalho Junior (2016):

[...] o poder dos algoritmos, programas de computadores que automatizam tarefas repetitivas e operam formas de filtragem na informação, tornando o alto volume de conteúdos segmentado por indícios de relevância social e, ao mesmo tempo, apresentando resultados satisfatórios e possíveis de serem aproveitados por seus usuários. Dessa maneira, os algoritmos das ferramentas de busca produzem verdadeiras práticas sociais de mediação entre o enorme acervo informacional disponível nos sistemas de informação e o interesse específico dos usuários.

Diante do exposto, o trato com os algoritmos, em novas linguagens da ciência da computação, passou a ser um mosaico de possibilidades informacionais, disponíveis para o pesquisador, além do acesso às fontes digitalizadas e estruturadas em fundos documentais (BŁOCH, BOJANOWSKI, & VASQUES FILHO, 2022). Difundidas em equipamentos de memória, a partir de projetos de preservação documental, como é o caso do Projeto

Resgate de documentação histórica “Barão do Rio Branco”², que microfilmou e digitalizou milhares de manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, por meio de um acordo bilateral entre Brasil e Portugal, hoje disponíveis *on-line*, bem como seus catálogos e recortes temáticos dos documentos referentes ao Antigo Império Colonial Português (MARTINS & CARVALHO JUNIOR, 2016).

Preservar e difundir documentos é um trabalho variado e importante, que envolve muitas pessoas e instituições. Isto reclama uma grande capacidade de integração institucional, articulação entre atores, consolidação da informação e harmonização das práticas. Além de exigir uma complexa gestão, é bastante elevado o custo de identificação, localização, reprodução, registro, curadoria, armazenamento, preservação, recuperação e divulgação de conteúdo; a própria eleição de um *software*, seja livre ou proprietário revelam a complexidade e valorização de um projeto de preservação documental no âmbito das modernas linguagens computacionais/digitais. Portanto, a implementação de um sistema eficiente para a democratização de acervos requer a formação de uma equipe multidisciplinar, capaz de aplicar normas, estabelecer padrões de registro, encontrar saídas técnicas, adotar soluções econômicas e sustentáveis.

O trabalho em rede de sociabilidades digitais, isto é, feito com o apoio de pesquisadores de diferentes saberes e variadas instituições, é essencial para garantir que os acervos nacionais estejam ao alcance de todos, e promovam a educação, a pesquisa e a valorização da cultura. Efetivamente, as instituições culturais em âmbito internacional, com as novas tecnologias da chamada cultura digital, serão capazes de aperfeiçoar a gestão e a catalogação de seus acervos, permitindo, cada vez mais, a difusão integrada do patrimônio do-

² O Projeto Resgate é um programa que busca, reproduz e compartilha documentos históricos sobre o Brasil guardados em outros países. Seu objetivo é melhorar a pesquisa documental e a produção historiográfica brasileira. O projeto começou a ser pensado em 1839, logo após a Independência do Brasil, mas se consolidou por volta de 2000, seguindo a recomendação da UNESCO de que as nações com história comum troquem documentos. No Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, foram trabalhados mais de 190 mil documentos, que geraram 2.490 rolos de microfilme e 316 CDs, disponíveis na página da Biblioteca Nacional Digital. Assim, o Projeto Resgate fortaleceu a cooperação cultural entre Brasil e Portugal, e envolveu outros países.

cumental, preservado por diferentes grupos sociais, ao passo que fortalecem suas ferramentas digitais sistêmicas. Os desafios se tornam pequenos quando compartilhados.

Nas últimas décadas com a digitalização e democratização das fontes históricas em rede custodiadas por instituições como arquivos, bibliotecas e museus, as operações historiográficas passaram a dar maior visibilidade aos indivíduos antes invisibilizados como indígenas, africanos, mulheres entre outros que protagonizavam suas vidas cotidianas nas histórias globais como do Antigo Império Colonial Português entre os séculos XVI ao XIX. Estas citadas instituições que nas últimas décadas passaram a investir em digitalização e difusão documental, permitiram acessibilidade ao público que muitas vezes eram e são pesquisadores que muitas vezes não tem acesso a financiamentos, mas podem ter acesso às informações históricas disponíveis virtualmente. Ou melhor os caminhos das Humanidades Digitais em rede de sociabilidades vêm promovendo a efetiva Cultura Digital.

As Humanidades Digitais (DH, *Digital Humanities*) são uma área acadêmica interdisciplinar e intercomunicativa, que trata da diferença entre arquivos nato-digitais e digitalizados. DH é um campo emergente, em constante expansão, que une as culturas epistêmicas das artes e humanidades, com a computação como base. Como mostram os textos desta coletânea, isso produz, na diversidade, investigações diversas (FERREIRA & BORGES, 2022).

Na presente coletânea, a concepção de dividir os artigos deste livro em quatro seções — *O Digitalizado, O Digital, O Computacional e O Historiador na Era do Big Data* — foi fundamentada na intenção de explorar as várias facetas da interseção entre a história e as tecnologias digitais, permitindo desta forma uma análise abrangente e multifacetada sobre como a digitalização e as ferramentas digitais estão transformando a pesquisa histórica e a preservação da memória.

A primeira seção, *O Digitalizado*, concentra-se na democratização da informação histórica através da digitalização de acervos. Os artigos aqui presentes discutem a importância dos acervos digitais, destacando estudos

sobre a família de escravizados na Paraíba do Norte durante o século XVIII e a relevância dos catálogos digitais do Projeto Resgate Barão do Rio Branco para a preservação e conexão de memórias históricas. Esta parte também explora como instrumentos de pesquisa digitais facilitam a divulgação e o acesso a informações sobre a independência do Brasil, proporcionando uma análise textual histórica enriquecida pelas ferramentas digitais.

A segunda parte, denominada *O Digital*, destaca as inovações digitais na preservação da memória histórica. Começa com um relato sobre a atuação do Arquivo Nacional na área das humanidades digitais. Em seguida, aborda o Memorial Digital das Vítimas da Escravidão nos Sertões de Pernambuco, um banco de dados em aprimoramento que registra a história das vítimas da escravidão na região. Conclui com a Memória Digital dos Judeus Refugiados no Brasil, que mostra como plataformas digitais preservam e compartilham histórias de comunidades judaicas refugiadas. Destaca-se a importância dessas tecnologias na criação de bancos de dados e plataformas que facilitam o acesso público às memórias históricas.

Em *O Computacional*, a terceira seção, a atenção se volta para as perspectivas computacionais em pesquisas contemporâneas. Os artigos discutem a interface entre o usuário e a produção do conhecimento histórico, examinando os limites e vieses presentes em acervos digitais como a *Hemeroteca Digital Brasileira*. Também são abordadas análises quantitativas e relacionais de textos, como no estudo sobre a aceitação de pedidos de acesso à informação na CAPES, e a investigação de redes sociais históricas, exemplificada pela análise das sociabilidades cruzadas de famílias terratenentes no extremo sul da América Portuguesa.

Finalmente, a quarta seção, *O Historiador na Era do Big Data*, investiga o papel do historiador num contexto de disponibilidade massiva de dados digitais. Os artigos desta seção investigam como a prática da história está sendo transformada pela digitalização das fontes históricas e pela análise de conjuntos massivos de dados. Eles destacam a importância da digitalização de documentos históricos para aumentar a acessibilidade à história, abrindo portas para novas perspectivas e interpretações ao conectar dados

de diferentes fontes e períodos por meio de métodos digitais avançados. Além disso, argumentam que os arquivos históricos abrigam uma variedade de diálogos que refletem diversas perspectivas, e que a digitalização emerge como uma ferramenta crucial para possibilitar um acesso mais amplo e crítico aos arquivos coloniais.

Ao organizar o livro em quatro seções distintas, buscamos proporcionar uma estrutura que não apenas facilite a navegação pelo conteúdo, mas também oferece ao leitor uma compreensão holística dos desafios e oportunidades que emergem com a digitalização e a utilização de ferramentas digitais na pesquisa histórica.

REFERÊNCIAS:

APOLINARIO, Juciene Ricarte Apolinário. Indígena no Brasil e Instrumentos de Pesquisa: esforços conjuntos e interdisciplinares. *Revista Mosaico*, v. 4, n. 2, p. 235-243, jul.-dez. 2011.

BERTOLETTI, Esther Caldas. *Novas Fontes para as Histórias Indígenas e da Escravidão Negra no Brasil através ao subprojeto advindo ao Projeto Resgate Barão ao Rio Branco*. In: APOLINARIO, Juciene Ricarte, QUEIROZ Josinaldo Sousa de. *Catálogo Geral dos Manuscritos Avulsos e em Códices Referentes à História da Escravização Negra no Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. João Pessoa: Editora União e UEPB, 2016.

BŁOCH, A, M. Bojanowski, D. Vasques Filho. *Networks from archives: reconstructing networks of official communication in the early modern Portuguese Empire*. (“Publications - Blogger”) *Social Networks*, v. 69, May 2022, p. 123-135. A. Błoch (2021).

FERREIRA, Beatriz Barrocas, BORGES, Maria Manuel. *As Humanidades Digitais na era da Ciência Aberta: diversidade e conver-*

gência na construção do conhecimento. *Revista Estudos do Século XX*, v. 9, dez. 2022.

GOLUB, Koraljka; LIU, Ying-Hsang. *Information and knowledge organisation in digital humanities global perspectives*. London: Routledge, 2022.

MARTINS, José Murilo Costa, MARTINS, Dalton. Memória como prática na Cultura Digital. *Revista Pesquisa TIC Cultura*, v. 1, n. 7, 2016.

SOUSA, Rodger Roberto Alves de. A Preservação da Memória Histórica aa Era Digital: Desafios, Oportunidades e Tecnologias Interativas no Ensino e na Pesquisa. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 48, n. 3, p. 894-915, set.-dez. 2023.

PARTE I:

O DIGITALIZADO

**PERSPECTIVAS DIGITAIS
NA DEMOCRATIZAÇÃO DA
INFORMAÇÃO HISTÓRICA**

CAPÍTULO 1

ACERVOS DIGITAIS EM SOCIEDADES ESCRAVISTAS: A PERSPECTIVA DE ESTUDO DA FAMÍLIA DE ESCRAVIZA- DOS NA PARAÍBA DO NORTE, AMÉRI- CA PORTUGUESA, SÉCULO XVIII

Maria da Vitória Barbosa Lima

Solange Pereira da Rocha

Courtney J. Campbell

Solange Mouzinho Alves

Leslyanne Rodrigues de Lima

Este estudo tem como objetivos apresentar o trabalho de digitalização e acessibilidade a fontes históricas para o estudo de sociedades escravistas, financiados pelo Programa de Documentos Ameaçados (*Endangered Archives Programme* – EAP), particularmente, na Paraíba-Brasil, e, especificamente, o EAP627, executado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI-UFPB); e, abordar a importância que a documentação eclesiástica digitalizada possui enquanto fonte de informações preciosas para a escrita da História, oferecendo ao pesquisador um lado da recomposição interna da sociedade escravista, ou seja, as sociabilidades da população afrodiáspórica na Paraíba Colonial. Outro objetivo é inserir este estudo na órbita da formação de famílias negras, analisando as relações familiares constituídas, aprofundando essas relações e enfatizando o ritual do batismo e a constituição de redes de compadrio entre a população livre e a população escravizada de africanos e descendentes que viveram na América Portuguesa, sobretudo na Vila de São João do Cariri, Capitania da Paraíba do Norte, na segunda metade do século XVIII. Através do corpus documental analisado (batismo, casamento) entendemos tais formações parentais e de sociabilidades como mecanismos estratégicos dos escravizados con-

tra o paternalismo senhorial que buscou objetificá-los e subordiná-los. Portanto, a população escravizada é abordada como “agente histórico”, agente socializadora e construtora de uma cultura de resistência no interior do sistema escravista imposto na América Portuguesa.

INTRODUÇÃO

O uso da tecnologia em *arquivos tradicionais*³ sobretudo a que transfere para os meios digitais documentos textuais, sonoros, objetos tridimensionais, entre outros, resulta na criação de acervos digitais que devem ser considerados como “lugares de memória”, expressão cunhada por Nora (1991), por serem locais virtuais que condicionam uma memória coletiva, facilitando, sobremaneira, o acesso aos documentos e potencializando, a partir de uma adequada utilização de método e técnicas para tratar e analisar as fontes, a ampliação de pesquisas, em diferentes áreas do conhecimento, sobre as experiências de variados sujeitos sociais.

Pois, os inúmeros tipos e temporalidades diversas dos documentos (período colonial, imperial e republicano, a exemplo dos referentes ao Brasil) que, compõem os acervos digitais, constituem oportunidades para construção de novas interpretações históricas, entre as quais a da população vulnerabilizada, sobretudo a negra e a indígena, pelas práticas colonialistas, retirando-a do “esquecimento”, dos “silêncios”, da negação de sua experiência vivida, impostos por uma tradição histórica eurocêntrica que não a considerou como agente ativa e dinâmica nas complexas relações sociais; assim como é uma possibilidade de promover o “desenvolvimento de pesquisas científicas e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem nacional e regionalmente a cultura afro-brasileira e a diversidade”, conforme previsto no Plano Nacional da Implementação da Lei 10.639 (Brasil, 2009).

Este estudo tem como proposta apresentar o trabalho de digitalização e acessibilidade a fontes históricas para o estudo de sociedades escravistas,

³ Arquivos tradicionais são aqui pensados como aqueles que preservam documentos em seus suportes primários.

financiados pelo Programa de Documentos Ameaçados (*Endangered Archives Programme – EAP*), particularmente, na Paraíba-Brasil, e, especificamente, o EAP627⁴, executado pelos núcleos da Universidade Federal da Paraíba, Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI-UFPB) e Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR-UFPB); e, abordar a importância que a documentação eclesiástica digitalizada possui enquanto fonte de informações preciosas para a escrita da História, oferecendo ao pesquisador um lado da recomposição interna da sociedade escravista, ou seja, as sociabilidades da população afrodiaspórica na Paraíba do Norte Colonial, enfatizando a formação de famílias negras escravizadas.

É preciso esclarecer que a digitalização e a disponibilização (acesso aberto) de coleções arquivísticas permitem que os pesquisadores, bem como as populações subalternizadas, saibam mais sobre seu passado, mesmo que seja através da escrita do colonizador. Assim, os arquivos ameaçados digitalizados sob o patrocínio do *Programa de Arquivos Ameaçados* da Biblioteca Britânica permitem a preservação de coleções arquivísticas vulnerabilizadas em todo o mundo.

Os detentores dessas coleções vulnerabilizadas muitas vezes não dispõem de meios para as preservar, confrontados com conflitos e as suas consequências do que preservar (ou imobilizam ações de preservação⁵), catástrofes naturais e epidemias que provocam a deterioração e o desaparecimento de documentos que poderiam vir a ser considerados de cunho histórico, que servem para lembrar, provar, comunicar, compreender e

⁴ EAP626 Documentos ameaçados: digitalização de fontes secular e eclesiástica do século XVII ao XIX em São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil (EAP 627 Digitising endangered seventeenth to nineteenth-century secular and ecclesiastical sources in São João do Cariri and João Pessoa, Paraíba, Brazil).

⁵ Esta ação ocorreu no Arquivo Histórico da Paraíba quando, após a assinatura do Termo de Aceite para a digitalização da Coleção de livros da instituição, a presidência da Fundação Espaço Cultural (FUNESC), em reunião com a equipe do EAP627, recuou e exigiu que a verba destinada a digitalização fosse transferida para a restauração. Como a proposta não foi aceita, nesta gestão, a digitalização da documentação do Arquivo Histórico ficou em *standby*. Seis meses após a fatídica reunião, outro gestor assumiu a direção da FUNESC e o EAP627 pode iniciar os trabalhos na referida instituição.

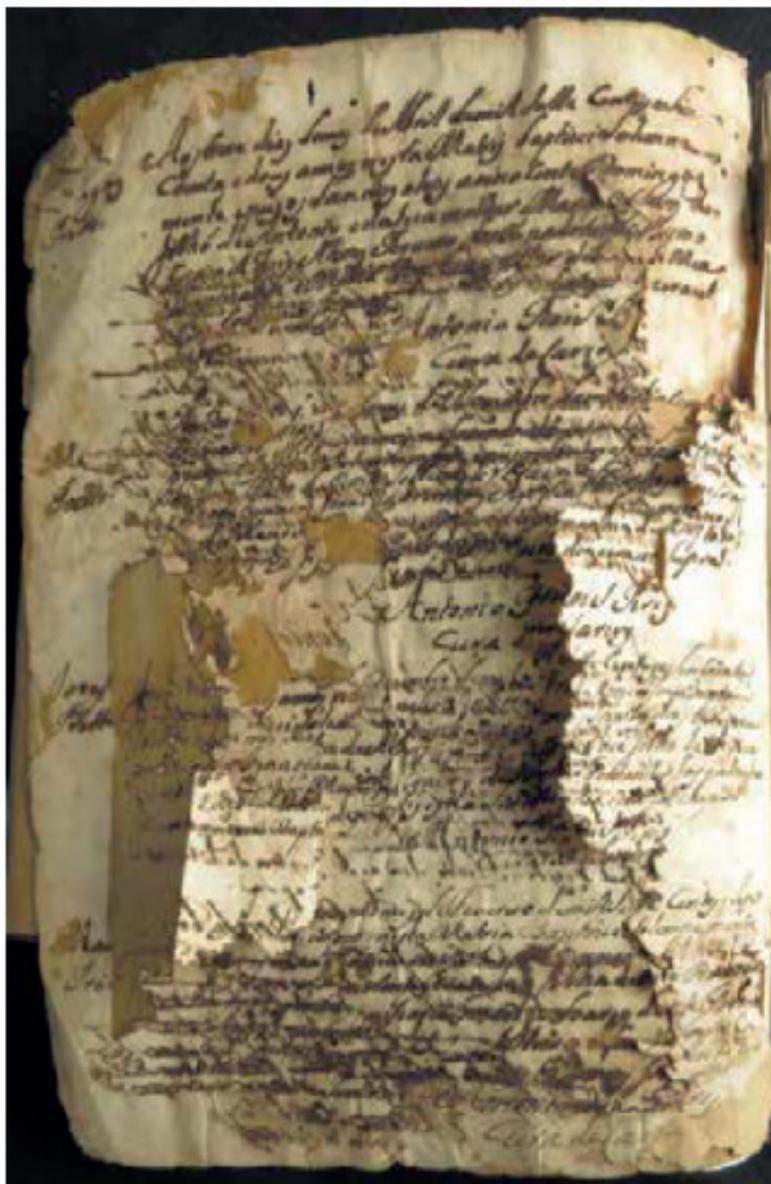
identificar⁶, portanto, que remontam valores inestimáveis à sociedade. Ainda tem sido um desafio tentar conter essa degradação, muitas vezes, um processo natural, provocado pela fragilidade do suporte ou dos componentes de tinta usada na escrita, entre outros, que nos foram ditas como a “ação do próprio tempo”.

O EAP E A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS AMEAÇADOS NA PARAÍBA, BRASIL

Em 2012, uma equipe formada por pesquisadoras, brasileiras e estadunidense, idealizaram e elaboraram um projeto de digitalização de fontes históricas ameaçadas de desaparecimento (figura 1), com o propósito de preservar a memória histórica, democratizar o acesso a documentos, visando a produção de novas narrativas sobre a experiência histórica e cultural da população brasileira, sobretudo a escravizada. O esforço coletivo resultou em dois projetos que foram apresentados (e aprovados) ao Programa de Arquivos Ameaçados (*Endangered Archives Programme*), doravante EAP, coordenado pela Biblioteca Britânica (Inglaterra) com co-coordenação da Universidade Vanderbilt (Estados Unidos da América) e visavam a digitalização de documentos eclesiásticos, notariais e judiciais.

⁶ Sobre os arquivos servirem para provar, lembrar, compreender, identificar, confira DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. São Paulo: IFHC, 2010.

Figura 1. Livro de Batismos, Casamentos e Óbitos, 1752-1808, Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri, Paraíba, Brasil.



Fonte: Equipe EAP627.

O primeiro projeto de digitalização, iniciado em 2013 e finalizado em 2015, denominado “EAP 627 Documentos ameaçados: digitalização de fontes secular e eclesiástica do século XVII ao XIX em João Pessoa e São João do Cariri – Paraíba/Brasil” (EAP 627: *Digitising endangered seventeenth- to nineteenth-century secular and ecclesiastical sources in São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brazil*), pudemos digitalizar os mais antigos documentos históricos no estado da Paraíba, até então localizados, que são datados de meados do século XVII até o ano de 1931, oriundos do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte (Arquivo Histórico da Paraíba), localizados em João Pessoa, Paraíba, e da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, município de São João do Cariri, Paraíba. Estes documentos contêm os mais antigos registros e os mais ameaçados (pela ação do tempo, falta de cuidados técnicos e pela fragilidade do suporte), figura 2, presentes nos arquivos no estado da Paraíba.

Figura 2: Imagem da segunda sala (códices) do Arquivo Histórico da Paraíba

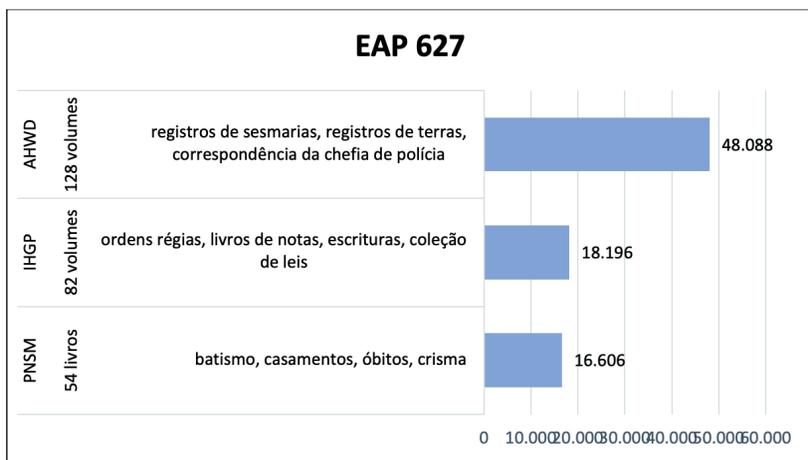


Fonte: Acervo de MVBL, 2012.

O EAP627 criou um arquivo digital com 82.890 imagens (figura 3), sendo que cada instituição possuidora dos acervos recebeu seus documentos digitalizados em discos rígidos externos e respectivos metadados, com a possibilidade de disponibilizar sua coleção em seu próprio Repositório Digital.

A documentação selecionada oriunda da *Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres*, município de São João do Cariri, foi constituída por 54 livros, entre eles livros de batismos, casamentos, óbitos, crismas, totalizando 16.606 imagens. No arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano foram digitalizados 82 volumes distribuídos em ordens régias, livros de notas, escrituras, coleção de leis *etc.*, totalizando 18.196 imagens; e, por fim, o Arquivo Histórico da Paraíba sendo selecionados 128 volumes constituídos por registros de sesmarias, registros de terras, correspondência da chefia de polícia *etc.*. Ambos, os dois arquivos, localizados em João Pessoa.

Figura 3. Exemplos de tipologias documentais e a totalização de imagens do EAP 627



Fonte: Lima, L., 2021.

O segundo projeto intitulado *Criação de Arquivo Digital de Registros Criminais e Notariais do século XVIII e XIX, em Mamanguape, São João do*

Cariri, e João Pessoa, Paraíba, Brasil (Creating a Digital Archive of Eighteenth – and Nineteenth-Century Criminal and Notarial Records in Mamanguape, São João do Cariri, and João Pessoa, Paraíba, Brasil), doravante EAP 853, passou a ser executado entre agosto de 2015 e dezembro de 2020, manteve os objetivos do primeiro, ou seja, a digitalização, conservação e divulgação de fontes históricas. Nesse projeto, com destaque para documentos cartoriais de três municípios paraibanos, João Pessoa, Mamanguape e São João do Cariri, os itens documentais escaneados perfizeram um total de 162.360 mil imagens. Esta memória histórica foi produzida por órgãos públicos, de 1782 a 1900, como o *Juízo de Órfãos e Ausentes* (testamentos, inventários, procurações, prestações de contas de tutores, entre outros), o *Juízo Comercial* (Justificação de embargo, Ação de crédito, Libelo cível de embargo, Ação de despejo, Carta de sentença de ação ordinária comercial, Libelo cível de dívida etc.) e o *Juízo Municipal de Direito* (Ações Criminais e Cíveis).

Com uma equipe inicial mais experiente, o projeto fluía rápido no primeiro ano. Mas, diversos desafios e obstáculos perpassaram os anos seguintes, incluindo a perda da equipe mais experiente, fechamento de arquivos para todas as pesquisas, desinstalação da Comarca de São João do Cariri, entre outros; por isso, ele seguiu por mais tempo do que foi estipulado, além do volume de documentos que foi muito maior que o do primeiro projeto, ultrapassando a expectativa e a meta proposta da quantidade de imagens digitalizadas (100 mil imagens).

No Arquivo do Fórum Judicial da Comarca de João Pessoa, foram digitalizados 276 itens, totalizando 18.386 imagens. Na figura 4, percebe-se alguns problemas que a equipe do EAP853 teve de solucionar nesta instituição: documentação não identificada, massa documental acumulada em todos os lugares e ausência de local adequado para digitalização.

Figura 4: A Equipe do EAP853 em reconhecimento do espaço físico do Arquivo do Fórum Judicial da Comarca de João Pessoa-PB.



Fonte: David LaFevor, 2015.

No Arquivo do Fórum Nivaldo Farias de Brito da Comarca São João do Cariri obteve-se um total de 912 inventários e 77.374 imagens digitalizadas. Já no Fórum Miguel Levino de Oliveira Ramos na Comarca Mamanguape a digitalização ocorreu apenas em parte dos documentos da 1ª Vara que contabilizou 798 itens, com um total de 64.018 imagens. E por fim, o projeto conseguiu autorização para digitalizar alguns documentos do Memorial do Tribunal de Justiça da Paraíba, que consistiam em 5 volumes e 17 itens, total de 2.582 imagens.

O projeto EAP 853 teve seu encerramento no ano de 2020 e produziu um total de 162.360 imagens. O EAP627 e o EAP853 possibilitaram a digitalização de mais de 242 mil registros de memória histórica e sua acessibilidade em escala global.

A metodologia do processo de digitalização (Projeto EAP627 e EAP853) consistiu nas seguintes etapas:

Quadro 1: Etapas da Metodologia do processo de digitalização documental.

1. *Localizar e selecionar* a documentação entre o universo da massa documental acumulada nos “arquivos”. Devido a inadequação do espaço físico, armazenagem e acondicionamento, a documentação estava “perdida” na massa acumulada, sobretudo no Arquivo do Fórum da Comarca de João Pessoa. (Veja Figura 4)

2. *Identificar* a documentação (nomear, ou seja, dar um título) e *reconstituir processos* (processos esfacelados cujas partes foram encontradas em caixas diferentes): consiste em analisar os documentos propriamente ditos, necessidade de conhecimento de outras ciências como diplomática e paleografia. Nesta etapa, o nosso pouco conhecimento sobre os documentos jurídicos (nossa experiência era com inventários, testamentos e algumas ações de liberdade) e sua linguagem, tomou-nos mais tempo que o previsto. A identificação documental necessitou recorrer ao estudo da legislação judicial, a estrutura do Tribunal de Justiça na Paraíba, teses, dissertações, artigos, manuais e catálogos sobre o “*foro extrajudicial*”, ações dos cartórios (hoje Serviços Notariais e Registral) e o “*foro Judicial*”, ações distribuídas aos juízes e escrivânias competentes.

3. *Higienização*: consiste na retirada da poeira e clips ou grampos metálicos existentes na documentação. Os documentos aparentavam não terem sofrido a ação de higienização, o problema maior não era a poeira e os fungos, mas o veneno existente nos inventários do Arquivo do Fórum Nivaldo Farias de Brito, Comarca de São João do Cariri. Os bolsistas e voluntários dos projetos foram capacitados na ação de higienização e o uso de equipamentos de proteção individual.

4. *Encapilhamento*: colocar a documentação em capilhas com a respectiva identificação.

5. *Criação do arranjo da documentação* que consiste em agrupar a documentação em séries, tipologia ou gênero documental. Algumas delas criadas pelos funcionários de algumas das instituições como “batismos”, “coleção de leis provinciais”, “inventários”, “ações criminais”, “ações cíveis”. A documentação não identificada pelos funcionários dos Fóruns, denominada, às vezes, de “processos diversos”, foi agrupada em séries como “Juízo de Órfãos e Ausentes”, “Ações Comerciais” etc.

6. *Digitalização* e revisão da qualidade digital. Uso de máquina digital e acessórios, digitalização em RAW e JPEG, formatos que deixam as imagens com melhor qualidade para visualização.

7. *Metadados*. Dados sobre o **Acervo original**: identificação do Nível (Projeto / Coleção / Série / Arquivo / Item), Número do Projeto EAP, Localização do material original, Título, Descrição, História Custodial, Sistema de arranjo, Datas-limite do material original, Era, Formato e quantidade do material original, Língua e Alfabeto do material, Contribuidores - donos do material original -, Condições de acesso; e a **Coleção digital**: Nome da pasta digital, Datas da criação das cópias digitais, Quantidade e formato das cópias originais, Localização das cópias.

Para acessar⁷ a documentação digitalizada de forma gratuita, a comunidade acadêmica ou não acadêmica, pode-se conectar às plataformas digitais da *Vanderbilt University*, através do *Slave Societies Digital Archive*⁸ (anteriormente *Ecclesiastical and Secular Sources for Slave Societies*), na Biblioteca Britânica⁹ e (parte da documentação do EAP627) na *Tainacan*, atualmente, do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM¹⁰.

⁷ Acesso significa: 1 Possibilidade de consulta a documentos e informações. 2 Função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização. Confira o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005).

⁸ <https://www.slavesocieties.org>

⁹ <https://eap.bl.uk/project/EAP627>

¹⁰ <http://afro.culturadigital.br/collection/neabiafroparaiba/>

Figura 5: Página do EAP627 no site da British Library.



Fonte: <https://eap.bl.uk/project/EAP627>. Acesso em 24 jan. 2024.

OS REGISTROS PAROQUIAIS DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES, PARAÍBA, BRASIL

Figura 6: Equipe do EAP627 digitalizando registros eclesiásticos da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri, Paraíba, Brasil.



Fonte: David LaFavor, 2013.

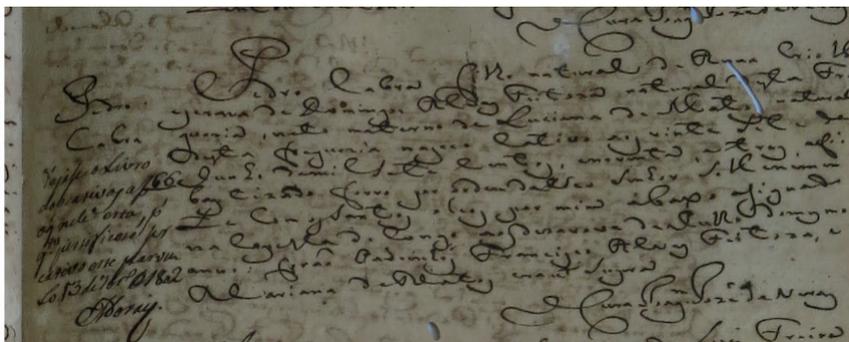
Os registros eclesiásticos da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, São João do Cariri, Paraíba, (Figura 6) fornecem informações sobre o Cariri paraibano, região de diversidade econômica e de diversidade étnica. A Igreja Católica determinou o batismo de escravos africanos no século XVI e estendeu esta exigência a todas as Américas católicas. Uma vez batizados, os africanos e os seus descendentes também eram elegíveis para os sacramentos de crisma, do casamento e para o sepultamento cristão. Vejamos o resumo de um livro realizado para o EAP627.

Livro de Batismos – Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres – Cariri de Fora 1765-1771

Documento em formato de livro, manuscrito, restaurado com uso de velatura que dificulta a leitura do original; possui capa dura não original. O livro contém registros de batismos, 1765 a 1771, de crianças livres, forras e índias; de cor branca, parda, cabra, mameluca, mestiça, crioula; filhos legítimos e naturais; pais livres e forros, naturais da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres. Batismos de crianças expostas em casa de particulares. Padrinhos de condição livre. Índios naturais da Vila de Cimbres e do Rio São Francisco. Batismos ocorridos na Matriz e nas capelas de São José das Pombas, de Nossa Senhora da Conceição de Cabeceiras. Sacramentos ministrados pelos padres Frei Antonio de Jesus Maria (religioso da reforma de Nossa Senhora do Carmo), frei Noberto de Jesus Maria (religioso Franciscano), frei Mathias da Graça (religioso da reforma de Nossa Senhora do Carmo) e outros. Registros assinados pelo padre Antonio Rodrigues Pires, cura e vigário.

A seguir, imagem (figura 7) de um registro de batismo e sua transcrição

Figura 7: Trecho do livro de batismo n. 4, 1787-1793, f. 121.



Fonte: EAP627, Paroquia de Nossa Senhora dos Milagres, São João do Cariri, Paraíba, Brasil. Disponível em: <https://www.slavesocieties.org>

Transcrição (documento principal)

Pedro cabra filho natural de Anna criolla escrava de Domingos Alves Feitoza natural desta freguesia, neto materno de Luciana de Matos nascoo cativo ao vinte sete de junho de mil setecentos e noventa e trez e foi baptizado forro por ordem do seo senhor solenemente com os santos oleos por mim abaixo assignado na Capella do Congo aos dezanove de julho do mesmo ano: forão padrinhos Francisco Feitoza e Mariana de Matos (Livro de batismo n. 4, 1787-1793, f. 121). Grifos nossos.

Os registos de batismo indicam a data da cerimónia, o nome do sacerdote que a realiza, o nome da pessoa batizada (seja criança ou adulto), os nomes dos pais, se conhecidos, e se a criança ou adulto nasceu de um casamento legítimo (união regulamentada pela igreja) ou era filho “natural” (de pais solteiros). Os padres também observaram se o batismo foi realizado “em caso de necessidade”, permitindo aos pesquisadores acompanhar os ciclos epidêmicos. Os nomes dos padrinhos da pessoa batizada também constam desses registos. Os padrinhos tinham a responsabilidade de ajudar a criar o afilhado na fé católica e, em caso de morte dos pais, deveriam criar o filho como se fosse seu. Assim, as redes comunitárias podem ser traçadas através de padrões de compadrio (padrinhos e madrinhas).

Os registros de São João do Cariri possibilitam a escrita da história, numa perspectiva social e com variados sujeitos históricos, mulheres, crianças, homens escravizados, libertos/forros, indígenas, pessoas da elite desenvolvendo cargos públicos e religiosos, entre outras informações.

A PERSPECTIVA DE ESTUDO DA FAMÍLIA DE ESCRAVIZADOS NA PARAÍBA DO NORTE, AMÉRICA PORTUGUESA, SÉCULO XVIII

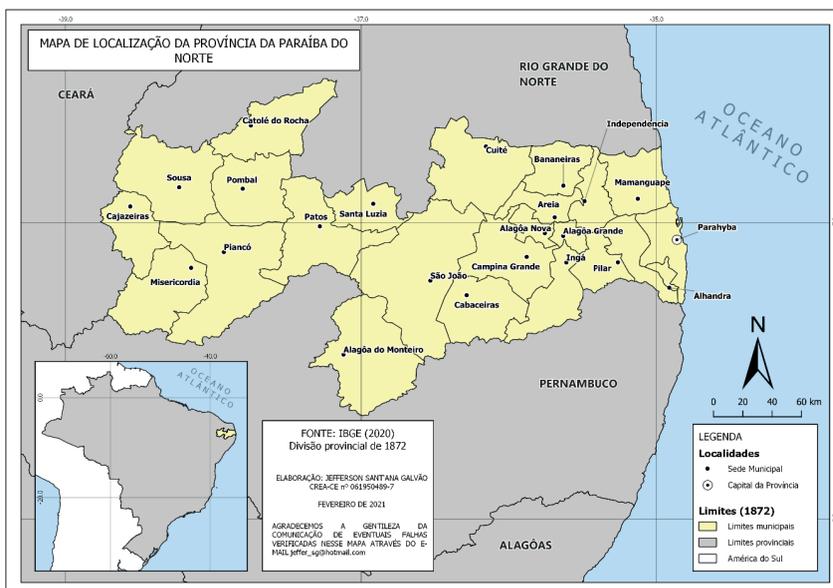
A região denominada São João do Cariri, figura 8, área bastante extensa e que fazia limites ao norte com Rio Grande do Norte e ao sul com Pernambuco, foi habitada pelos indígenas da nação Cariri (ou Kariri), constituída por Chocós, Paratiós, Carnoiós ou curinoóis, Bodopitás ou Fagundes, Bultrins, e da nação Tairariu, divididos em diversas tribos como os Janduís, os Ariús, os Pegas, os Panatis, os Xucuru, os Aiacus, os Kanindé, os Genipapos, os Cavalcantis e os Vidais (Barbosa, 2000; Kraisch, 2008; Freire, Apolinário, 2021).

A ocupação do sertão¹¹ paraibano pelos colonizadores teve início na primeira metade do século XVII; mas foi após a expulsão dos holandeses, por volta do ano de 1670, que o processo de ocupação se efetivou apesar da resistência indígena¹², pois não foi possível conter o avanço colonial, mas como ressalta Guedes (2006, p. 140), os indígenas foram capazes de “compreender e se inserir no mundo colonial”. Em consequência disto, alguns grupos indígenas assinaram tratados de paz com os colonizadores, como aconteceu com os Janduís, em 1692.

¹¹ O Sertão, no período colonial, designava o interior “desconhecido”, “selvagem” e “mítico”. Confira em: FONSECA, C. D. Do sertão dos cataguases às Minas Gerais: As modalidades e o léxico da ocupação. In: *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. [online] Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, p. 51-81. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788542303070.0005> Acesso em: 15 abr. 2024.

¹² Confira SILVA, Kalina Varderlei. Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na ‘Guerra dos Bárbaros’ (1651-1704). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 45, n. 2, p. 77-90, 16 jul. 2019.

Figura 8: Mapa da Província da Paraíba do Norte, Brasil.



Fonte: Rocha, 2021. Mapa elaborado por Jéfferson Galvão, geógrafo.

No processo de colonização do sertão de São João do Cariri, os indígenas (livres e escravizados) e africanos (escravizados) foram inseridos nas atividades econômicas: os currais de gado. E, segundo Alves (2015), além da carne do gado:

[...] a Paróquia Nossa Senhora dos Milagres produzia, consumia e exportava determinados produtos. Produzia-se algodão, açúcar, tabaco, arroz, couro, farinha, feijão e milho. Entre estes, os produtos de exportação no ano de 1801 foram o algodão e o couro. Os demais produtos foram para o próprio consumo da paróquia: açúcar, tabaco, arroz, farinha, feijão e milho (Alves, 2015, p. 43).

Contudo, a historiografia considerada tradicional, como os trabalhos de Irineu Pinto (1977), Irineu Joffily que, como Capistrano de Abreu, afirmaram que os negros africanos foram levados para o sertão “[...] não como

fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se gradualmente como sinais de abundância” (Abreu, 2000, p. 156). Isto significa dizer que a mão de obra escravizada africana e afrodescendente no sertão não foi amplamente utilizada. Mas, o registro batismal (e outros documentos, a exemplo dos inventários) se mostrou uma importante fonte para contestar essa argumentação e constatar a hipótese da reprodução natural no sertão de São João do Cariri.

Constatamos ao ler o inventário do Capitão Mor Mateus Antonio Brandão, com 16 trabalhadores escravizados, que ele possuía um número maior de escravizados fazendo uso da reprodução natural. Ou seja, os escravizados adultos eram Felis, Luzia, Faustina, Manoel, Anna, Antonio, Eugênio, Vitoriano, Luiza, Theodozio, Ignacia, Jacob, Manoel, Maria e Pedro; sendo que Felis era casado com Luzia, no registro de casamento consta que o casal casou-se no ano de 1762¹³. Desse matrimônio nasceram: Faustina, Manoel, Anna, Antonio, Eugênio, Vitoriano e Luiza, ou seja, sete pessoas; Faustina, a filha mais velha do casal se uniu a Theodozio e tiveram a pequena Ignácia. Desta maneira, a família do casal Felis e Luzia, somando os 7 filhos e 1 neta, compreendia a metade da posse do referido capitão resultante da reprodução natural.

Entendemos que, na perspectiva do escravizado, a formação de famílias e a ampliação do parentesco com o compadrio proporcionado pelos rituais da Igreja foi uma medida estratégica dessas pessoas na expectativa de obter melhores condições de sobrevivência no sistema escravista por meio das sociabilidades firmadas nos rituais católicos. Assim, com os assentos de batismo, percebemos a formação do parentesco espiritual com as escolhas de padrinhos e madrinhas.

Anna, *criolla*, escravizada, escolheu como padrinho e madrinha para seu filho, Pedro, *pardo*, respectivamente, Francisco Feitoza e Mariana de Matos, ambos livres. Esta, possivelmente, parente da mãe da criança, pois carrega o sobrenome da avó materna, *Luciana de Matos*, e aquele, parente

¹³ Livro de registro de casamento da Paróquia Nossa Senhora dos Milagres, Livro 1752-1778, fl. 57 verso.

do senhor escravista, *Domingos Alves Feitoza*. A criança foi batizada como “forra”, portanto, sua liberdade foi revelada na pia batismal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O EAP627 e o EAP853 com a digitalização de documentos possibilitaram estudos com o objetivo de preencher lacunas sobre a história da escravidão na Paraíba (e outras histórias, a exemplo da indígena), na região açucareira e no sertão, no período colonial e imperial.

Os registros de batismos permitem refletir sobre os vínculos familiares e a ampliação do parentesco pelo compadrio: busca de melhor sobrevivência no sistema escravista. O cruzamento com outros documentos (também digitalizados, inventários, registros de casamentos e outros), também revelam a possibilidade de escravizado(a)s influenciarem sua condição de vida no cativo, na obtenção de liberdade, na formação e manutenção de famílias, estabelecerem alianças, e evidenciam como agentes ativos de suas histórias.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial, 1500-1800**. 7. Ed. rev. Anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ALVES, Solange Mouzinho. **Parentescos e Sociabilidades: experiências familiares dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri), 1752-1816**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, João Pessoa, 2015.

BARBOSA, José Elias Borges. *As nações indígenas da Paraíba*. Disponível em: <https://www.ihgp.net/livros/a-paraiba-nos-500-anos-do-brasil/i.php> Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL/MEC. Plano Nacional da Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2009.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?* Textos escolhidos. São Paulo: IFHC, 2010.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FONSECA, C. D. Do sertão dos cataguases às Minas Gerais: As modalidades e o léxico da ocupação. In: *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. [online] Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, p. 51-81. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788542303070.0005> Acesso em: 15 abr. 2024.

FREIRE, Gláucia de Souza; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Transgressão e negação da conversão dos Tarairiú no aldeamento de Boa Vista – Capitania Real da Paraíba. *Revista Mosaico*, v. 4, n. 2, p. 155-164, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/2378/1464> Acesso em: 23 abr. 2024.

JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Parahyba*. Fac-símile da primeira edição, 1892. Brasília: Thesaurus.

GUEDES, Paulo Henrique M. Q.. *A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)*. 2006. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

KRAISCH, Adriana Machado Pimentel de Oliveira. Os índios Taupias do cariri paraibano no período colonial: ocupação e dispersão. ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. *Mneme – Revista de Humanidades*, UFRN,

Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais Acesso em: 26 fev. 2024.

LANDERS, Jane; GÓMEZ, Pablo; ACUÑA, José Polo; CAMPBELL, Courtney J.. Researching the History of Slavery in Colombia and Notarial Archives. In: *From Dust to Digital: Ten Years of the Endangered Archives Programme*. Ed. Maja Kominko. Cambridge: Open Book Publishers, 2015. p. 259 -292.

LIMA, L. R. **Desenhando Arquivos Digitais: o Endangered Archives Programme (EAP) e as metodologias arquivísticas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2021.

LIMA, M. V. B.; ROCHA, S. P. da; CAMPBELL, C. J. Patrimônio Cultural Digital: mais de 242 mil registros de memória histórica da Paraíba em escala global. BRASIL DE FATO. João Pessoa-PB, 17 de agosto de 2020.

LIMA, M. V. B. **Acervos Afro-digitais: experiência, formação e patrimônio**. XXIX **Simpósio Nacional de História**, Brasília, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502844632_ARQUIVO_ACERVOSA-FROanpuh2017ST13.pdf. Acesso em: 24 nov. 2023.

LIVRO DE BATISMOS, CASAMENTOS E ÓBITOS, 1752-1808, Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri, Paraíba, Brasil (Físico). Slaves Societies Digital Archive (Digital) (CC BY 4.0). Disponível em: <https://www.slavesocieties.org> Acesso em: 23 fev. 2024.

LIVRO DE BATISMO N. 4, 1787-1793, Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri, Paraíba, Brasil (Físico). Slaves Societies Digital Archive (Digital) (CC BY 4.0). Disponível em: <https://www.slavesocieties.org> Acesso em: 23 fev. 2024.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. Volume 1. Editora Universitária/UFPB, 1977.

ROCHA, Solange P. da. Crianças Ingênuas, suas famílias e disputas por liberdade (Paraíba do Norte, 1871-1888). In: MACHADO, Maria Helena P. T.; BRITO, Luciana da Cruz; VIANA, Iamara da Silva; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Ventres Livres? Gênero, maternidade e legislação**. São Paulo: Editora da Unesp, 2021, p. 299-317.

SILVA, Kalina Varderlei. Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na 'Guerra dos Bárbaros' (1651-1704). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 45, n. 2, p. 77-90, 16 jul. 2019.

CAPÍTULO 2

CONECTAR REFERÊNCIAS, PRESERVAR MEMÓRIAS: OS CATÁLOGOS DIGITAIS DO PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO

Fernando Santos Berçot

O Projeto Resgate Barão do Rio Branco é fruto de protocolos de cooperação firmados entre Brasil e Portugal, e tem como objetivo mapear e reproduzir documentação histórica manuscrita sobre o Brasil em acervos estrangeiros. Um de seus maiores êxitos foi a organização, identificação e catalogação dos imensos fundos documentais do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, acervo essencial para o estudo do Brasil colonial. Dezenas de catálogos impressos dessas coleções foram publicados entre 1998 e 2002. O desafio que propomos é o de produzir a versão digital desses catálogos para conectar os verbetes e índices ao acervo de imagens digitalizadas dos manuscritos, disponíveis em alta resolução no repositório digital da Fundação Biblioteca Nacional. O processo de adaptação dos instrumentos de pesquisa para o formato digital inclui a uniformização criteriosa do conteúdo e a geração automatizada de hiperlinks em larga escala, metodologia que descrevemos neste ensaio. O objetivo é garantir a conexão imediata de mais de 180.000 verbetes, e milhões de entradas de índices analógicos, aos objetos digitais a que se referem, ampliando o potencial de pesquisa dos manuscritos digitalizados. O foco nas necessidades do usuário/pesquisador e a abertura para novas modalidades de exploração do acervo digital são marcas principais da iniciativa, que complementa os esforços em prol da preservação digital dessa documentação histórica.

Não é exagero afirmar que o Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, criado oficialmente no penúltimo lustro do Século

XX, reuniu e consolidou resultados de mais de quinze décadas de pesquisa, mapeamento e reprodução de manuscritos sobre o Brasil em acervos no exterior. A homenagem a José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-1912)¹⁴, patrono da diplomacia brasileira, reconhece quanto desse esforço é devido, nos últimos duzentos anos, ao apetite de pesquisa dos oficiais das legações brasileiras no exterior, que iniciaram o trabalho de levantamento de fontes de interesse para a história da América Portuguesa nos arquivos europeus. Ao trabalho de pioneiros como Francisco de Varnhagen (1816-1878) e Joaquim Caetano da Silva (1807-1866) nos tempos do Império, veio somar-se a contribuição de outros diplomatas de grande estatura no período republicano, como Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) e João Cabral de Melo Neto (1920-1999), que aprofundaram a pesquisa de fontes sobre o Brasil nos acervos do Velho Mundo e iniciaram a laboriosa catalogação desses vestígios manuscritos essenciais para o estudo da História Colonial.

O interesse pela documentação das capitanias conservada no Arquivo Histórico Ultramarino já havia animado projetos de grande envergadura, como a catalogação dos papéis referentes a São Paulo encomendada a Alfredo Mendes de Gouveia, funcionário do Arquivo Histórico Ultramarino, pela Comissão dos Festejos do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, nos anos 1950.¹⁵ Três décadas depois, a Comissão de Eventos Históricos do Conselho Nacional de Pesquisa patrocinou o levantamento

¹⁴ É Esther Bertoletti quem nos explica as razões da homenagem: “A denominação Barão do Rio Branco foi escolhida em razão deste titular do Império, durante a sua gestão à frente do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, no princípio do século XX, ter se interessado sobremaneira pela recuperação da informação histórica brasileira, incentivando e promovendo a estada de paleógrafos, historiadores e escritores em arquivos europeus para que copiassem documentos de interesse para a História do Brasil.” BERTOLETTI, Esther Caldas; BELLOTTO, Heloísa Liberalli; DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. O Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco: acesso às fontes da história do Brasil existentes no exterior. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 29, nº. 1, jan-jun. 2011, Dossiê: História Colonial. Parte 1.

¹⁵ Sobre o trabalho realizado por Mendes Gouveia, cf. PINHEIRO, Antônio César Caldas. *O Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”: a documentação colonial brasileira dos arquivos europeus e Estados Unidos, seu impacto na historiografia e interdisciplinaridade*. Salamanca: Universidad de Salamanca / Facultad de Traducción y Documentación, 2015, p. 192-193. Como bem observa Caldas Pinheiro, a falta de padronização dos verbetes será marca inevitável do Projeto Resgate.

e a catalogação das fontes do mesmo arquivo referentes a Minas Gerais, projeto capitaneado pelo pesquisador Caio César Boschi (1947-), que acabaria por se tornar um dos protagonistas do Projeto Resgate, organizando e liderando equipes de trabalho nos anos seguintes.¹⁶

Os esforços ganharam novo vigor na última década do século XX, às vésperas das comemorações dos 500 anos da expedição de Pedro Álvares Cabral. Com efeito, coube ao Ministério das Relações Exteriores presidir os trabalhos da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil e fomentar as contribuições de outras áreas. No plano da Cultura, a criação da Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO), em fevereiro de 1996, cimentou a proposta de colaboração entre Brasil e Portugal para a reprodução de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino.¹⁷ No mesmo ano, a criação de um “projeto de memória histórica, de âmbito nacional e internacional” foi objeto de um termo de compromisso firmado a 22 de abril, em Porto Seguro, pelo Ministério da Cultura e outras quatro pastas federais, e subscrito pelas secretarias estaduais de Cultura. Em termos práticos, a reativação do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros e o prosseguimento dos trabalhos do Projeto Resgate foram as iniciativas concretas contempladas no instrumento. Desde então, a publicação dos catálogos de documentos das capitanias do Brasil tornou-se a iniciativa central do Projeto Resgate para as celebrações do ano 2000. Àquela época, a coordenação-geral do projeto cabia ao embaixador Wladimir do Amaral Murtinho (1919-2002), e os trabalhos técnicos estavam a cargo de Esther Caldas Guimarães Bertolotti (1941-), doutora em Direito, sócia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pioneira dos grandes projetos de microfilmagem do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros da Biblioteca Nacional.¹⁸

¹⁶ Cf. BOSCHI, Caio César (org.). *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998 (3v.).

¹⁷ BOSCHI, Caio César. Projeto Resgate: História e arquivística (1982-2014). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n.º. 78, p. 187-208, 2018, p. 190.

¹⁸ O histórico do Projeto Resgate e a experiência na gestão do Plano Nacional de Microfil-

Bem-sucedidos na missão de firmar parcerias para viabilizar a preparação dos catálogos, Murtinho e Bertoletti garantiram a adesão de universidades, empresas e centros de pesquisa e documentação de todo o país ao esforço coletivo para assegurar o financiamento e a materialização da difícil empreitada. Equipes de trabalho foram organizadas para cada capitania, em geral sob a coordenação de um pesquisador experiente, que trazia consigo o apoio da instituição de origem e das editoras universitárias interessadas em colaborar na elaboração dos vários catálogos impressos publicados a partir de 1998.¹⁹ O Centro de Memória do Projeto Resgate, ainda em fase de organização na Fundação Biblioteca Nacional, preserva a memória da coordenação desses trabalhos. As cartas e expedientes conservados nos armários de Bertoletti e seus colaboradores revelam os desafios por trás da execução de um projeto ambicioso em escala nacional. A digitalização dos documentos microfilmados e a gravação de discos compactos de dados com as imagens em alta resolução eram um desafio à parte para a direção nacional do Projeto, e coroavam o esforço de elaboração dos catálogos. Toda a documentação das capitanias reproduzida junto ao Arquivo Histórico Ultramarino foi reunida em uma caixa de CDs produzida em tiragem suficiente para distribuição em âmbito nacional, e os códices de interesse para o projeto tornaram-se objeto de outra série de discos destinada às instituições de ensino e pesquisa. Ambicioso desde a concepção, o projeto contemplava a expansão geográfica dos acervos mapeados, financiando a catalogação e a reprodução de fontes de interesse para a história do Brasil em acervos de outros países europeus, como Alemanha, França, Espanha, Itália, Reino Unido e Países Baixos.

Sucessora de Bertoletti a partir de 2012, a historiadora Katia Jane de Souza Machado consolidou o enraizamento do Projeto Resgate na Fundação Biblioteca Nacional, partilhando a gestão do projeto com a então

magem de Periódicos são apresentados, lado a lado, em: BERTOLETTI, Esther Caldas. O Projeto Resgate na Biblioteca Nacional. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, nº. 44, p. 159-168, 2002. A transcrição do termo de compromisso a que aludimos acima encontra-se à página 252, na seção de anexos da publicação.

¹⁹ Para inventário detalhado das equipes de trabalho e das instituições que colaboraram na preparação de cada catálogo, cf. PINHEIRO, Antônio César Caldas. *Op. Cit.*, p. 147 e ss.

diretora-executiva do órgão, Maria Eduarda Castro Magalhães Marques. Um instrumento de cooperação internacional firmado com a UNESCO em 2015, que ainda permanece em fase de execução, traduziu-se em nova e robusta fonte de financiamento para o Projeto Resgate, que a esta altura priorizava a realização de novos objetivos e a preservação das conquistas de mais de vinte anos de trabalho. O conteúdo dos CDs, por sua vez, passou a integrar a plataforma BN Digital, que garantia aos pesquisadores de todo o mundo o acesso às imagens digitalizadas dos manuscritos das capitanias e aos códices do Conselho Ultramarino.

No biênio 2021-2022, já sob a direção do historiador João Carlos Nara Junior, a contratação de dezessete consultores para atuar em várias frentes de trabalho do Projeto resultou na preparação de novos instrumentos de pesquisa, com destaque para a verbetização de códices e para a elaboração de catálogos específicos sobre temas relevantes na documentação, como História das Mulheres e Escravidão Africana no Brasil Colonial. Os primeiros passos para a elaboração de um projeto de tesouro da imensa documentação catalogada e o mapeamento de novos acervos de interesse na América Latina, África e Ásia também estavam entre os objetivos das equipes de trabalho contratadas com os recursos do PRODOC, os quais também financiaram a criação da nova identidade visual do Projeto Resgate, entre outras iniciativas. Em consonância com os objetivos do PRODOC, as novas frentes de trabalho previam benefícios para amplo público-alvo, no Brasil e no exterior, e impacto significativo no âmbito da pesquisa acadêmica e da preservação digital do acervo.

A criação de catálogos em formato virtual é fruto do desejo de dar publicidade aos instrumentos de pesquisa preparados na fase mais recente do projeto, e teve por impulso inicial a necessidade de suprir uma lacuna identificada nos trabalhos de catalogação realizados vinte anos antes. A equipe técnica considerava fundamental a divulgação dos índices inéditos da capitania da Paraíba, para orientar os pesquisadores no manejo do catálogo impresso publicado em 2001.²⁰ Prevalencia o entendimento de que os índices,

²⁰ OLIVEIRA, Elza Regis de; MENEZES, Mozart Vergetti de; LIMA, Maria da Vitória Barbosa de (Orgs.). *Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania da*

concluídos sob nova consultoria supervisionada por Juciene Ricarte Cardoso, não deviam ser editados em suplemento impresso, porquanto fossem mais úteis em formato digital. O trabalho de edição desses índices foi, com efeito, o laboratório para os ensaios de desenvolvimento de uma metodologia de criação de *hiperlinks* em larga escala para os instrumentos de pesquisa, que logo se revelou eficaz para aplicação em outros catálogos do projeto. O foco no usuário e na interação entre a pesquisa e o repositório é a principal marca dessa empreitada, que tem por objetivo proporcionar novas chaves de entrada para a extensa documentação e poupar ao pesquisador o tempo e o esforço de recorrer à busca manual dos documentos de interesse nos catálogos impressos e nos diretórios da base digital. Os catálogos virtuais também uniformizam a apresentação das informações, reúnem numa mesma página diversos instrumentos de pesquisa e permitem a busca por qualquer termo presente nos verbetes ou índices, multiplicando os critérios de pesquisa, facilitando os levantamentos estatísticos e permitindo a investigação exaustiva do conteúdo dos instrumentos.

Entre os desafios que se impõem à preparação dos catálogos digitais, devemos considerar a grande complexidade dos catálogos e, sobretudo, dos índices complementares, que chegam a reunir milhares de referências no caso de séries documentais de grande porte, como Bahia, Pernambuco ou Rio de Janeiro, e por vezes apresentam centenas de ocorrências para o mesmo nome, tema ou topônimo. Também é forçoso notar que o trabalho que levou a termo dezenas de catálogos impressos, ainda que bem-sucedido como iniciativa ambiciosa de escopo nacional, careceu de uma diretriz única capaz de conferir uniformidade aos índices. Com efeito, os produtos dão testemunho das distintas concepções metodológicas que prevaleciam em cada equipe de trabalho, de maneira que há catálogos que não apresentam índices temáticos e outros, mais completos, que contêm até mesmo o arrolamento das tipologias documentais encontradas. Há discrepâncias importantes nos critérios de indexação, na escolha dos descritores temáti-

Paraíba existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2001.

cos, nos níveis de especificidade e nas descrições fornecidas para os nomes e topônimos.

Se a inexistência de uma política de indexação unificada exigia a adoção de estratégias sob medida para o tratamento dos dados e a preparação da versão digital dos índices, a prevalência de instrumentos de pesquisa muito extensos, com numerosos identificadores, e dezenas ou centenas de entradas para cada nome tornava mais complexa a tarefa manual de padronização dos instrumentos. Daí a necessidade de dedicar mais tempo e atenção à edição do conteúdo textual dos verbetes e índices que já possuíamos de antemão em formato editável, nossa matéria-prima para o trabalho de preparação dos *hiperlinks*.

Tabela 1					
PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO					
Catálogos em versão digital finalizados até dezembro de 2023					
Série (capitania)	Verbetes	Referências (índices)			
		toponímicas	temáticas	onomásticas	tipologia documental
Alagoas	532	949	1049	1338	
Ceará	1436	817		1975	
Espírito Santo	549	335		879	
Goiás	2950	6023	4738	6678	
Mato Grosso	2221	4824	2988	3896	
Paraíba	3523	1928	4582	4711	
Piauí	1716	1467	2186	2812	
Rio Grande do Norte	684	985	2065	1642	683
Rio Grande do Sul	822	1307	2075	1829	922
Rio Negro	750	1162		1723	

Sacramento	662	430	1181	1088	736
Santa Catarina	619	241		980	
Sergipe	495	168	564	567	
Total de hiperlinks	16.959	20.636	21.428	30.118	2.341

Fonte: Elaboração própria

A etapa preliminar consistia, pois, na organização do conteúdo textual e no tratamento dos dados para uniformização. Destarte, a edição do texto dos catálogos priorizou a padronização dos separadores adotados para cada categoria de informação (identificador, descrição ou referência) e a organização dos dados por meio de tabulação uniforme, de modo a permitir a exportação do conteúdo textual para o editor de planilhas. O uso de estratégias simples de substituição de dados revelou-se bastante confiável e eficaz para a padronização do texto, embora as especificidades de cada catálogo tenham exigido, por vezes, a adoção de procedimentos de edição mais complexos e de execução mais lenta. Em geral, optou-se por manter intactas as escolhas metodológicas refletidas nos catálogos impressos. As únicas correções que julgamos oportunas foram a retificação de erros ortográficos evidentes ou a reorganização de conteúdos originalmente publicados com falhas na alfabetação ou na ordem crescente da numeração dos documentos arrolados para uma mesma entrada.

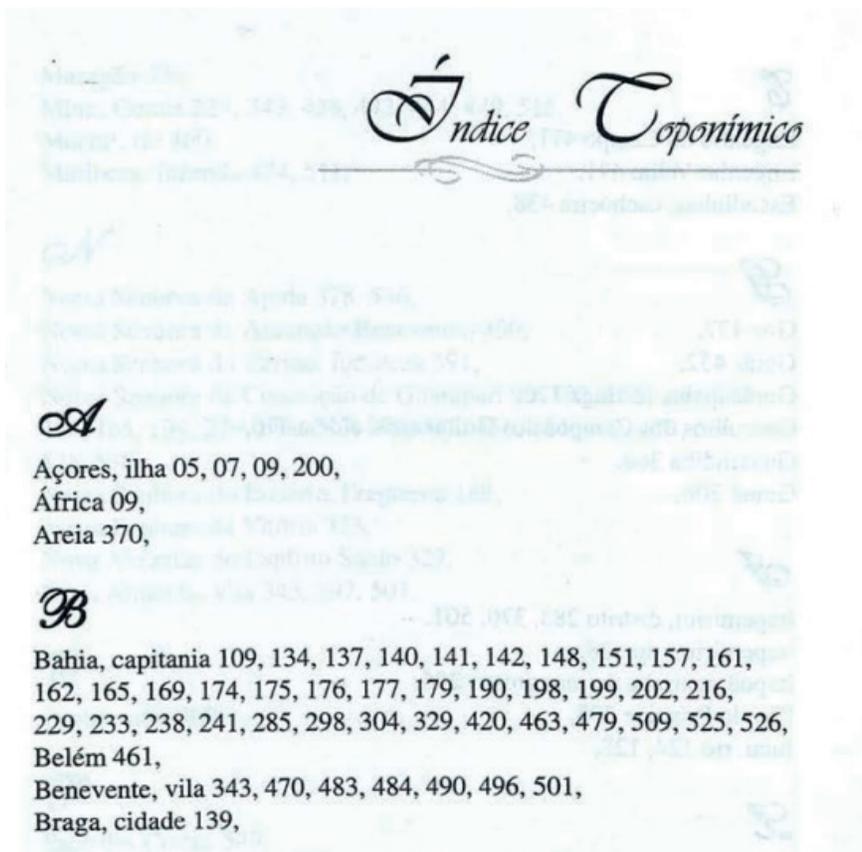
A segunda etapa do processo está diretamente ligada ao repositório que hospeda os manuscritos digitalizados do Projeto Resgate: a plataforma *online* da BN Digital. Sabemos que a digitalização do acervo catalogado pelo Projeto Resgate junto ao Arquivo Histórico Ultramarino foi realizada a partir dos microfilmes produzidos em Lisboa para preservação dos manuscritos. O repositório, acessível no endereço <<http://resgate.bn.br/>>, reproduz por meio de pastas a mesma organização de caixas e documentos adotada para as unidades de instalação dos originais na instituição portu-

guesa.²¹ Cada imagem digitalizada corresponde a uma URL específica, de *link* persistente, que contém a numeração sequencial das imagens que compõem uma mesma série. Assim, notamos que a documentação referente à capitania do Espírito Santo, por exemplo, está acessível sob o parâmetro “bib=007_ES”, cujo valor reproduz a classificação adotada para a série referente à capitania no arquivo de origem. Cada imagem dos manuscritos digitalizados, por seu turno, encontra-se individualizada na forma do parâmetro complementar “&pagfis=”, cujos valores variam de “1” a “3563”, indicando assim que a série em questão contém o total de 3.563 fotogramas de microfilme digitalizados na ordem sequencial dos rolos de que foram obtidos. As imagens, no caso em análise, correspondem à representação digital de todo o conteúdo dos 549 documentos que, organizados em oito caixas, compõem a série da capitania do Espírito Santo no arquivo lisboeta. Como se depreende, os documentos variam em extensão. Os mais longos contêm volumosos anexos e podem estar distribuídos em dezenas de imagens.

Os metadados compilados pelo sistema de gestão de documentos são fundamentais para a tarefa de geração dos hiperlinks na segunda etapa. As informações do repositório, fornecidas a qualquer usuário, registram o número de fotogramas que correspondem a cada documento incorporado à base. Como a numeração do parâmetro “&pagfis=” é sequencial, torna-se possível obter a lista ordenada dos endereços correspondentes ao início de cada documento por simples recurso à soma cumulativa dos valores que constam dos metadados. Assim, o processo de geração automática dos *hyperlinks* para cada referência pode finalmente ser realizado na planilha eletrônica, por meio da importação dos catálogos editados em formato texto, utilizando os separadores para a distribuição uniforme das colunas, e após a inserção dos endereços obtidos pelos metadados em uma das colunas da planilha. Para tanto, basta que a célula destinada à alocação de cada endereço esteja localizada em linha de valor idêntico ao número do documento que representa.

²¹ Para exame em perspectiva histórica da documentação pertinente ao Conselho Ultramarino, cf. MARTINS, Ana Canas Delgado. A documentação do Conselho Ultramarino como patrimônio arquivístico comum: subsídios à sua história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n.º. 78, p. 39-54, 2018.

Figura 1 – Índice toponímico de documentos da Capitania do Espírito Santo (detalhe)²²



Fonte: Leal (2000, p. 123)

²² Extraído de: LEAL, João Eurípedes Franklin. *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822)*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2000, p. 123.

Figura 2 – Preparação do índice toponímico digital da Capitania do Espírito Santo

	A	B	C	D	E	F	G
1	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=1	A					
2	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=7	Ayres, ilhas	A5	A5	=HIPERLINK(C2;D2)	A7	A7
3	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=22	África	A9	A9			
4	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=24	Areia	A370	A370			
5	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=87	B					
6	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=90	Bahia, capitania	A109	A109		A134	A134
7	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=105		A148	A148		A151	A151
8	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=108		A169	A169		A174	A174
9	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=112		A190	A190		A198	A198
10	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=116		A233	A233		A238	A238
11	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=118		A329	A329		A420	A420
12	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=121		A526	A526			
13	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=125	Belém	A461	A461			
14	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=128	Benevente, vila	A343	A343		A470	A470
15	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=170		A501	A501			
16	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=178	Braga, cidade	A139	A139			
17	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=180	C					
18	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=184	Cabinda, baía na costa de Angola	A496	A496			
19	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=188	Cabo Verde	A308	A308			
20	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=198	Campos dos Goytacases	A416	A416			
21	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=200	Castela	A14	A14		A15	A15
22	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=203	Coimbra, cidade	A428	A428		A542	A542
23	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=207	Costa da Mina	A308	A308			
24	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=211	Cricaré, rio	A6	A6			
25	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=215	D					
26	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=218	Doce, rio	A67	A67		A189	A189
27	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=282		A456	A456		A505	A505
28	https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=007_ES&h=resgate.bn.br&pagfis=285	E					

Fonte: Elaboração própria

No exemplo apresentado na Figura 2, a lista ordenada das URLs obtida graças aos metadados foi inserida na coluna A, e o par de colunas C e D contém dados idênticos resultantes da importação do arquivo de texto obtido na etapa precedente. A conversão dos dados da coluna C nos links correspondentes torna-se possível tão somente pela inserção automática do sinal gráfico de fórmula (=) em todas as suas linhas, que retornarão o conteúdo da célula correspondente na coluna A. Sabendo que o caractere “A” pode ser automaticamente removido da coluna D, preservando os valores numéricos desejados, torna-se possível gerar *hiperlinks* em larga escala na coluna E com simples recurso à expressão “=HIPERLINK(C2;D2)”. O mesmo procedimento pode ser repetido para o par de colunas F e G, seguido da ocultação dos dados intermediários, e sucessivamente até a conclusão do processo de geração de hiperlinks (Figura 3).

Figura 3 – Índice toponímico da Capitania do Espírito Santo

	B	E	H	K	N	Q	T	U
1	A							
2	Açores, ilhas	5	7	9	200			
3	África	9						
4	Areia	370						
5	B							
6	Bahia, capitania	109	134	137	140	141	142	
7		148	151	157	161	162	165	
8		169	174	175	176	177	179	
9		190	198	199	202	216	229	
10		233	238	241	285	298	304	
11		329	420	463	479	509	525	
12		526						
13	Belém	461						
14	Benevente, vila	343	470	483	484	490	496	
15		501						
16	Braga, cidade	139						
17	C							
18	Cabinda, baía na costa de Angola	496						
19	Cabo Verde	308						
20	Campos dos Goitacases	416						
21	Castela	14	15					
22	Coimbra, cidade	428	542					
23	Costa da Mina	308						
24	Cricaré, rio	6						
25	D							
26	Doce, rio	67	189	438	442	449	451	
27		456	505	515				
28	E							
29	Engenho do Campo	471						

Fonte: Elaboração própria

Na ilustração acima, a seleção da referência contida na célula E14, por exemplo, remeterá o usuário diretamente para o *link* persistente do repositório que hospeda a imagem do documento 343 da série referente à capitania do Espírito Santo, manuscrito que apresenta informações relevantes sobre a vila de Benevente.²³ Assim, o uso de ferramentas simples de edição de texto e de planilhas eletrônicas, tais como os recursos de substituição e as fórmulas de geração de *hiperlinks*, revelou-se estratégia eficaz para a preparação de tabelas interativas capazes de conectar todas as referências dos catálogos e índices à localização digital do documento correspondente. A metodologia pode ser adotada por qualquer usuário com conhecimentos básicos de edição de dados, prescindindo de recursos tecnológicos complexos ou custosos, e a planilha final com os *hiperlinks* pode ser convertida facilmente para uma linguagem de marcação compatível com a publicação do conteúdo em uma página *web*.

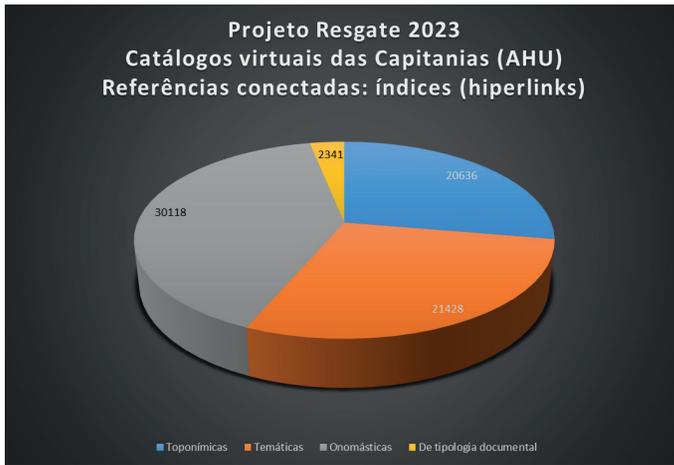
Revisados pela equipe técnica e convertidos automaticamente para o padrão HTML compatível com os portais do Governo Federal, os catálogos virtuais concluídos em 2023 reúnem cerca de 90.000 hiperlinks (Figura 4) e foram publicados na página da Fundação Biblioteca Nacional, permanecendo à disposição dos pesquisadores.²⁴

O plano de elaboração dos catálogos demonstra, contudo, que a parcela concluída em 2023 corresponde apenas a cerca de 9% dos verbetes a serem processados, como observamos na Figura 5. Embora não seja fácil estimar o total de referências a conectar (*hiperlinks*) nos índices, parece-nos razoável prever que o grau de dificuldade na adaptação de cada catálogo esteja diretamente ligado à extensão da documentação nele descrita. Para fins de planejamento, consideramos de baixa complexidade os catálogos que apresentam até mil verbetes. Os instrumentos que, mais longos que os primeiros, não excedem dez mil verbetes, podem ser descritos como catálogos de média complexidade, ficando a categoria de alta complexidade reservada aos oito instrumentos que contêm mais de dez mil verbetes, como demonstramos na Tabela 2.

²³ Atual município de Anchieta, no litoral sul do Espírito Santo.

²⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/projeto-resgate/novos-instrumentos-de-pesquisa>>. Acesso: 28 jun 2024.

Figura 4 – Referências conectadas nos índices dos catálogos concluídos em 2023

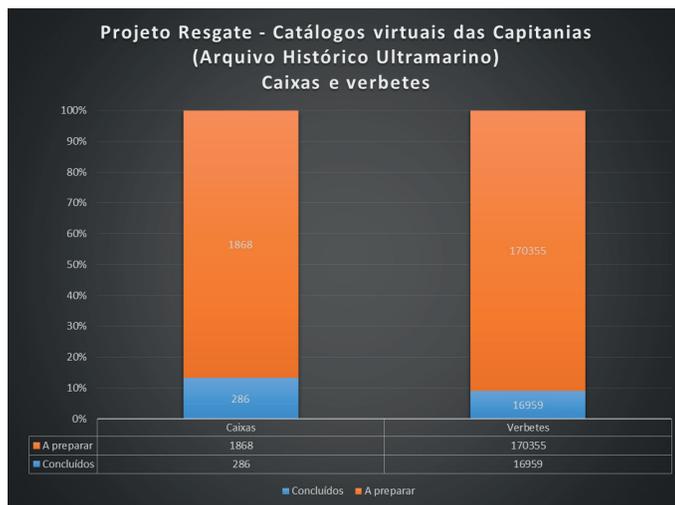


Fonte: Elaboração própria

Se levada adiante, a publicação da versão digital dos catálogos elaborados para todas as séries documentais de interesse do Arquivo Histórico Ultramarino permitirá mais do que a importante integração entre o repositório virtual do Projeto Resgate e os mais de 180 mil verbetes, complementados por milhões de referências de índices. Uma vez concluída, a tarefa facilitará a criação de recursos interativos para os recortes temáticos elaborados pelas consultorias contratadas para o Projeto no biênio 2021-2022, e permitirá a ampliação do escopo de pesquisas acadêmicas voltadas para temas os mais variados no âmbito da América Portuguesa. O cruzamento de referências onomásticas, temáticas ou toponímicas também ficará mais acessível na apresentação em formato digital, facilitando as pesquisas que envolvam as relações entre grupos de indivíduos ou redes sociais complexas, assim como as investigações dedicadas a outros temas transversais que conectem diversas regiões da colônia, tais como alimentação, saúde ou trabalho, sem mencionar as possibilidades de integração com o acervo cartográfico do Arquivo

Histórico Ultramarino²⁵ ou eventuais projetos de georreferenciamento que tomem por base os verbetes e índices dessa extensa documentação.

Figura 5 – Caixas e verbetes submetidos à criação de hiperlinks



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Tabela 2.

²⁵ Cf. FARIA, Maria Dulce de. *Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. As imagens digitalizadas do acervo cartográfico do Projeto Resgate estão acessíveis na página da Rede da Memória Virtual Brasileira: <<https://redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/222853>>.

Tabela 2 ¹		
PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO		
Plano de elaboração da versão digital dos catálogos de documentação		
Série	Caixas	Verbetes
003-Brasil-Geral	46	3799
004-Alagoas	7	532
005-Bahia	281	19610
005-01-Bahia (Castro e Almeida)	151	30374
005-02-Bahia (Luísa da Fonseca)	34	4384
006-Ceará	24	1436
007-Espírito Santo	8	549
008-Goiás	56	2950
009-Maranhão	180	13118
010-Mato Grosso	44	2221
011-Minas Gerais	189	13969
012-Sacramento	8	662
013-Pará	165	12690
014-Paraíba	50	3523
015-Pernambuco	290	20029
016-Piauí	32	1716
017-Rio de Janeiro	295	20964
017-01-Rio de Janeiro (Castro e Almeida)	88	20485
018-Rio Grande do Norte	10	684
019-Rio Grande do Sul	13	822

¹ Adaptada de PINHEIRO, Antônio César Caldas. *Op. Cit.*, p. 270-272. Convém avaliar a pertinência da inclusão de tramitantes, por exemplo.

IO BRANCO

ção do Arquivo Histórico Ultramarino

Período	Status (2023)	Complexidade
1610 – 1832	A preparar	Média
1680 – 1826	Concluído	Baixa
1604-1828	A preparar	Alta
1613-1807	A preparar	Alta
1599-1700	A preparar	Média
1618-1832	Concluído	Média
1585-1822	Concluído	Baixa
1731-1822	Concluído	Média
1614-1833	A preparar	Alta
1720-1827	Concluído	Média
1680-1832	A preparar	Alta
1682-1826	Concluído	Baixa
1616-1833	A preparar	Alta
1593-1826	Concluído	Média
1590-1825	A preparar	Alta
1684-1828	Concluído	Média
1614-1830	A preparar	Alta
1617-1757	A preparar	Alta
1623-1823	Concluído	Baixa
1732-1825	Concluído	Baixa

de outras séries de interesse do Projeto Resgate, tais como 084-Visita do Ouro e 089-Secretaria do Conselho UL-

Tabela 2 ¹		
PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO		
Plano de elaboração da versão digital dos catálogos de documentação		
020-Rio Negro	18	750
021-Santa Catarina	10	619
022-Sergipe	6	495
023-São Paulo	30	1383
023-01-São Paulo (Mendes Gouveia)	66	5113
030-Serviço de Partes	5	684
035-Ultramar	36	3053
050-Contratos do Sal	2	138
059-Brasil-Limites	4	289
065-Montevidéu	4	224
066-Buenos Aires	1	22
071-Paraguai	1	27
Subtotal (concluídos)	286	16959
TOTAL	2154	187314

FOLIO BRANCO		
Classificação do Arquivo Histórico Ultramarino		
1723-1825	Concluído	Baixa
1717-1827	Concluído	Baixa
1619-1822	Concluído	Baixa
1644-1830	A preparar	Média
1618-1805	A preparar	Média
1618-1807	A preparar	Baixa
1581-1832	A preparar	Média
1700-1801	A preparar	Baixa
1699-1843	A preparar	Baixa
1778-1824	A preparar	Baixa
1753-1823	A preparar	Baixa
1618-1762	A preparar	Baixa

Os estudiosos de história transnacional também serão contemplados com a publicação de instrumentos digitais que facilitem a pesquisa de documentação histórica referente a territórios hoje administrados por outros países do Cone Sul (Argentina, Paraguai, Uruguai), estimulando iniciativas com potencial para viabilizar projetos de internacionalização e integração cultural, ou acordos de cooperação com instituições acadêmicas e governamentais no âmbito do Mercosul.

Por fim, parece-nos lícito considerar que a publicação de catálogos em versão digital, com referências conectadas por meio de *hiperlinks*, é etapa necessária e bem-vinda no esforço constante de adaptação do Projeto Resgate às demandas dos pesquisadores e aos recursos tecnológicos disponíveis. Na trajetória do projeto, o objetivo de preservação almejado desde as primeiras iniciativas de microfilmagem dos originais sempre esteve aliado aos esforços em prol do aperfeiçoamento da representação descritiva da extensa documentação desbravada. Se os catálogos impressos ainda servem de guia para o pesquisador que explora os CDs de imagens lançados há cerca de vinte anos, a versão informatizada dos catálogos, com *hiperlinks* e linguagem compatível com a *web*, surge como recurso de pesquisa mais adequado para a exploração do mesmo acervo no atual repositório *online* da BN Digital, corrigindo o descompasso entre o suporte da representação descritiva e os recursos de preservação mais modernos. Mais do que meras transcrições de verbetes e índices, os instrumentos digitais removem barreiras de espaço e encurtam as distâncias entre o pesquisador e os temas de interesse na trama intrincada das conexões, que preservam e renovam os esforços do passado ao adaptá-los às linguagens do presente.

REFERÊNCIAS:

BERTOLETTI, Esther Caldas. **O Projeto Resgate na Biblioteca Nacional.** *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, nº. 44, p. 159-168, 2002.

BERTOLETTI, Esther Caldas; BELLOTTO, Heloísa Liberalli; DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. **O Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco: acesso às fontes da história do Brasil existentes no exterior.** *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 29, nº. 1, jan-jun. 2011, Dossiê: História Colonial. Parte 1.

BOSCHI, Caio César (org.). **Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. (3v.).

BOSCHI, Caio César. **Projeto Resgate: História e arquivística (1982-2014).** *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, nº. 78, p. 187-208, 2018.

FARIA, Maria Dulce de. **Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino.** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.

LEAL, João Eurípedes Franklin. **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822).** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2000.

MARTINS, Ana Canas Delgado. **A documentação do Conselho Ultramarino como patrimônio arquivístico comum: subsídios à sua história.** *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, nº. 78, p. 39-54, 2018.

OLIVEIRA, Elza Regis de; MENEZES, Mozart Vergetti de; LIMA, Maria da Vitória Barbosa de (Orgs.). **Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania da Paraíba existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2001.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. **O Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”: a documentação colonial brasileira dos arquivos europeus e Estados Unidos, seu impacto na historiografia e interdisciplinaridade.** Salamanca: Universidad de Salamanca / Facultad de Traducción y Documentación, 2015.

CAPÍTULO 3

INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E DIVULGAÇÃO: O INSTRUMENTO DE PESQUISA SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO ACERVO DIGITAL DO PROJETO RESGATE DA BIBLIOTECA NACIONAL

Denise G. Porto

João Carlos Nara Júnior

Êrika S. A. C. Dias

Paulo de Assunção

A presente exposição tem como objetivo apresentar para a comunidade científica o instrumento de pesquisa dos manuscritos relacionados à Independência do Brasil custodiados no Arquivo Histórico Ultramarino e no Projeto Resgate de documentação histórica “Barão do Rio Branco”, cujo acervo encontra-se disponível na base digital da Biblioteca Nacional. Este recurso metodológico foi concebido e elaborado no âmbito do Edital nº 34/2021-FAPERJ/FBN, durante as comemorações do Bicentenário da Independência. Seu propósito é o de servir como catálogo das séries documentais selecionadas acerca do processo de independência brasileira no período de 1821 a 1826, abrindo novas perspectivas para a informação, a memória e a divulgação destas valiosas fontes nos estudos multidisciplinares sobre o tema. Ademais, apontamos a utilização da pesquisa comparativa como uma via enriquecedora nas abordagens metodológicas que levem em conta a inclusão dos manuscritos do instrumento de pesquisa como fontes para novas interpretações dos estudos da Independência do Brasil.

INTRODUÇÃO

As informações e memórias contidas nas redes administrativas do Império Português, presentes na documentação do *Projeto Resgate*, juntamente com as peculiaridades sociais, culturais e étnicas das diversas vozes envolvidas nesse processo, constituem os pilares fundamentais para grande parte das pesquisas que analisam as relações políticas, econômicas e sociais entre o Brasil e Portugal, desde os séculos XVI ao XIX. Para além disso, os documentos manuscritos organizados em catálogos referentes às capitânias brasileiras estão disponíveis através do *Projeto Resgate* na base digital da Biblioteca Nacional.

Como é sabido, uma das tarefas mais desafiadoras para os historiadores é a identificação, seleção e coleta dos documentos necessários para suas investigações e escritas históricas. A pesquisa é, portanto, o alicerce e o meio pelo qual a história e a memória dão forma ao significado dos documentos na narrativa historiográfica do pesquisador, ao trazer à luz do presente o conhecimento dos eventos passados. Esse intrigante diálogo entre diferentes períodos históricos, principalmente experimentado nas pesquisas de arquivos, evoca associações surpreendentes ao conectar as mentalidades, práticas e sensibilidades das sociedades do passado.

Nesse sentido, a institucionalização do *Projeto Resgate Barão do Rio Branco* da Biblioteca Nacional em cooperação com o Arquivo Histórico Ultramarino na década de 1970, constituiu um divisor de águas para a historiografia brasileira contemporânea. O pioneirismo da iniciativa marcou um avanço para as pesquisas históricas sem precedentes no Brasil, “seja renovando a interpretação e pesquisa histórica com novos materiais, seja revelando fatos novos”²⁶, para a compreensão das relações luso-brasileiras e seus atores, desde os primórdios coloniais até as primeiras décadas do Oitocentos.

²⁶ RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, p.188.

Assim, as informações e memórias adormecidas nos documentos dos arquivos sempre foram consideradas “os ídolos da tribo dos historiadores”, para usar as palavras do mestre que inspirou a renovação historiográfica da Escola dos Annales no século XX. Marc Bloch (1886-1944), já na década de 1940, aconselhava em sua prescrição metodológica que o historiador deveria recorrer a uma variedade de guias, como inventários de arquivos ou bibliotecas, repertórios bibliográficos e “documentos de toda sorte”²⁷, para uma melhor compreensão dos eventos humanos do passado.

Portanto, com o objetivo de sistematizar o acesso aos documentos relacionados à Independência do Brasil e democratizar a informação contida neste valioso conjunto documental, o instrumento de pesquisa composto por mais de 1.600 entradas, é apresentado à comunidade de pesquisadores.

Logo, a série de manuscritos priorizada favorece uma compreensão abrangente dos diversos fatores postos naquele momento histórico conturbado, oferecendo pistas essenciais para entender o processo de independência e as suas repercussões sociais, políticas e econômicas. Os documentos selecionados têm como objetivo destacar perspectivas temáticas tais como: a diversidade das demandas políticas regionais; o envolvimento e a contribuição ativa das camadas populares e das minorias sociais, representadas, sobretudo, na adesão de indígenas livres, negros libertos, forros e escravizados aos contingentes militares em apoio à causa brasileira e resistência às forças portuguesas; a movimentação transatlântica de sujeitos escravizados embarcados com seus proprietários para Portugal; o impacto político nas capitanias pelo retorno de d. João VI a Portugal; o funcionamento das Cortes Gerais; a reorganização administrativa do Império Brasileiro com a criação dos governos provinciais, e outras abordagens cruciais para a compreensão dos desdobramentos locais e regionais durante o período de 1821 a 1826.

O instrumento de pesquisa oferece uma visão detalhada da diversidade de aspectos intrínsecos ao processo de independência, onde a comunicabilidade política é a principal ferramenta para o entendimento das dinâmicas

²⁷ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro Zahar, 2001, p.82.

institucionais do império ultramarino e das etapas do processo decisório que influíam em tais dinâmicas²⁸. Isso posto, a comunicação política constituiu-se como o meio preferencial para a circulação das prestações de contas, dos cumprimentos de ordens, da veiculação de objetivos particulares, dos relatórios dos governadores, das devassas e dos pedidos dos súditos. Toda essa correspondência, de cariz político, era principalmente uma ferramenta de integração, pois qualquer vassalo poderia escrever ao rei através dos Conselhos e das Secretarias, e era o meio pelo qual os agentes da governação faziam chegar à coroa portuguesa as informações oficiais sobre as suas capitanias.

Isso posto, circunscritos às datas limite dos anos de 1821 e 1826, seguem os catálogos consultados²⁹:

Catálogos:

Brasil Geral (CU_003), Alagoas (CU_004), Bahia (CU_005), Ceará (CU_006), Espírito Santo (CU_007), Goiás (CU_008), Maranhão (CU_009), Mato Grosso (CU_?), Minas Gerais (CU_?), Pará (CU_013), Paraíba (CU_014), Pernambuco (CU_015), Piauí (CU_016), Rio de Janeiro (CU_017), Rio Grande do Norte (CU_018), Rio Grande do Sul (CU_019), Rio Negro (CU_020), Santa Catarina (CU_021), São Paulo Mendes Gouveia (CU_023), Ultramar (CU_035), Brasil Limites (CU_059), Montevideú (CU_065) e Buenos Aires (CU_066).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TIPOLOGIA DAS FONTES MANUSCRITAS DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Relativo à tipologia das fontes foi observado que o conjunto é organizado, sobretudo, por correspondências e representações oficiais tais como:

²⁸ BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

²⁹ Disponível em: <https://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate> Acesso em: 16 de fevereiro de 2024.

Requerimentos, Ofícios, Cartas, Avisos, Certidões, Consultas, Informações, Cartas Patentes, Proclamações e Manifestos.

Estas correspondências e representações oficiais foram, ora enviadas, ora remetidas, por um vasto elenco de atores históricos tais como: o rei d. João VI, autoridades dos setores militares, políticos e da administração pública portuguesa e brasileira, comerciantes, eclesiásticos e cidadãos civis lusitanos e brasileiros residentes no Brasil ou em Portugal, para tratar de assuntos políticos, institucionais, financeiros, comerciais, militares e dos âmbitos civil, privado e familiar, referentes às mais diversas demandas geradas durante o período dos investimentos de Portugal nos esforços de guerra pela pacificação das instabilidades políticas, e para manter as províncias conflagradas fiéis a d. João VI.

A presença da imprensa como um veículo de informação suplementar e comprobatório sobre os acontecimentos políticos brasileiros foi observada na recorrência de envio de panfletos impressos e periódicos independentistas³⁰ para as autoridades governamentais de Lisboa anexados à correspondência oficial, informando sobre os levantes pró-independência nas províncias brasileiras amotinadas.

As fontes atestam ainda a movimentação interprovincial de navios de guerra e de tropas militares brasileiras pela causa imperial, tanto quanto, a mobilidade costeira e transatlântica de embarcações militares e de batalhões lusitanos, sobretudo, entre as províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Rio Negro, Pará, Paraíba, Goiás, Alagoas, Piauí e Cisplatina para sufocar as rebeliões independentistas naquelas províncias³¹. Na documentação é observado o contexto político que culminou no regresso de d. João VI para Lisboa, bem como, a dramática retirada das tropas militares e da esquadra da marinha portuguesa para Lisboa no pós-independência. Os manuscritos mostram como se deu o retorno a Portugal de um contin-

³⁰ LUSTOSA, Isabel, *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³¹ PIMENTA, João Paulo G. "A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico", in: *História da Historiografia*. Ouro Preto: UFOP, número 3, 2009.

gente populacional empobrecido e desalentado, representado, sobretudo, por presos políticos, doentes e feridos de guerra, autoridades públicas e militares, magistrados, religiosos, e de representantes da sociedade civil lusitana em geral, e ainda revelam o quadro de dificuldades financeiras em que se encontrava a monarquia Portuguesa após os esforços bélicos para sufocar os movimentos regionais e locais pela Independência do Brasil. Neste panorama, os documentos tem como destinatárias as seguintes Instituições Régias:

Ao Rei d. João VI e aos Secretários: da Marinha e do Ultramar, de Estado dos Negócios da Marinha; de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra; Secretário da Guerra, Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra; da Junta da Fazenda da Marinha; Ministro da Guerra e Marinha; Conselho Ultramarino; Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar; Conselheiro Administrativo da Marinha; Conselho de Administração da Marinha; Ministro e secretário de Negócios da Justiça.

O INSTRUMENTO DE PESQUISA: ABORDAGENS METODOLÓGICAS

Como demonstrado ao longo dessa exposição, os manuscritos selecionados para o instrumento de pesquisa relacionados à Independência do Brasil apresentam uma tipologia explicitamente institucional e política, na qual, nem sempre é dado a perceber com clareza, as vozes, dinâmicas sociais e redes de sociabilidade dos grupos subalternizados e de suas agências no contexto histórico em tela. Por conseguinte, dentre os diversos procedimentos metodológicos que compõem o leque de opções dos pesquisadores, a abordagem comparativa entre diferentes tipologias documentais constitui uma via enriquecedora para aqueles estudiosos que se dedicam às temáticas relativas à estrutura social da América Portuguesa, pois que este procedimento “debruça-se de forma particular sobre problemas próprios da América Latina[...] numa abordagem abrangente e ampliada”³².

³² PRADO, Maria Lígia Coelho. “Repensando a história comparada da América Latina”. *Revista de História*, 153(2,2005), p.11-33.

Em vista disso, destacamos o estudo realizado com os manuscritos institucionais do AHU selecionados para o instrumento de pesquisa, e a fonte bibliográfica *Diário de uma viagem ao Brasil* (1990)³³, de autoria da escritora inglesa Maria Graham (1785-1842). Tais documentos foram analisados levando em conta os registros narrativos da escritora inglesa Maria Graham e de suas observações sobre período histórico em questão, durante a sua estada em terras brasileiras entre os anos de 1821 e 1824. Logo, a partir da análise textual comparativa das fontes foi possível estabelecer aproximações e similaridades temáticas, temporais e espaciais que revelaram novos atores e cenários aos acontecimentos políticos e sociais do contexto da Independência, enriquecidos, então, pelas narrativas de Maria Graham acerca das peculiaridades do cotidiano social e das sensibilidades das populações subalternizadas, sobretudo, dos sujeitos africanos escravizados.

Por ser Maria Graham uma agente histórica que vivenciou *in loco* episódios alusivos aos embates políticos independentistas que tiveram lugar em diversas províncias brasileiras, a representatividade da voz feminina e estrangeira de sua escrita é aqui caracterizada como sendo um contraponto interpretativo relevante e original às demais narrativas de viajantes estrangeiros das primeiras décadas do Oitocentos, marcadas, sobretudo, pela lavra e perspectivas masculinas. Sob esse ponto de vista, sublinhamos o pioneirismo da escritora diante do reduzido elenco de mulheres que, longe de ser reconhecido pela historiografia, produziu narrativas que pudessem servir como fontes para os historiadores do futuro, como demonstra Maria Graham na citação a seguir:

A Família Real de Portugal ali se refugiou; e o país passou, assim de colônia a sede do governo, e da condição de escravo à de um Estado soberano[...]tudo mudou, porém desde que o rei voltou para Lisboa e desde que as Cortes, esquecendo as mudanças operadas pelas circunstâncias da mentalidade do povo, tentaram forçar o Brasil a voltar ao estado abjeto do qual se havia libertado. Irrompeu então a luta, parte da qual teve a autora oportunidade de testemunhar e a respeito da qual

³³ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990.

pôde colidir com alguns dados, que poderão servir no futuro como fontes para a História³⁴.

A FONTE BIBLIOGRÁFICA *DIÁRIO DE UMA VIAGEM AO BRASIL*: CARACTERÍSTICAS

Na presente análise, utilizamos a edição brasileira do *Diário de uma viagem ao Brasil* publicada pela Editora Itatiaia em 1990³⁵. A primeira edição mundial do *Diário* foi publicada em Londres no ano de 1824, e no Brasil, a obra foi editada pela Companhia Editora Nacional em 1956, com tradução e anotações de Américo Jacobina Lacombe. Esta edição foi revisada e acrescentada com as passagens de Maria Graham pelas províncias de Pernambuco e Rio de Janeiro no ano de 1824.

Durante a sua estada no Brasil, a inglesa percorreu as províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, e registrou em textos e aquarelas, o retrato político, social, étnico, cultural e paisagístico de um Brasil desigual, escravista e que, em meio a revoltas e rebeliões, gestava um turbulento processo de Independência.

Logo, sob a perspectiva da análise da fonte, corroboramos com Angela de Castro Gomes, quando ela sublinha que o que passa a importar para o historiador “é exatamente a ótica assumida pelo registro e como o autor a expressa[...]o documento não trata de dizer o que houve, mas de dizer o que o autor viu e[...]experimentou[...]em relação a um acontecimento”³⁶.

No *Diário*, Maria Graham informa que recorreu a diversos tipos de fontes para a fundamentação de sua narrativa histórica, tais como, documentos oficiais, proclamações e ofícios públicos obtidos, principalmente, por intermédio do oficialato da Marinha Inglesa, como por exemplo, o amigo

³⁴ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990, p.20.

³⁵ A edição brasileira do *Diário de uma viagem ao Brasil* teve a tradução de Américo Jacobina Lacombe e foi publicada pela Companhia Editora Nacional no ano de 1956 [N.A.].

³⁶ GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV,2004, p.15.

e comandante da Esquadra Imperial Brasileira, almirante Thomas Cochrane (1775-1866). A escritora acompanhou de perto o cotidiano político do processo da Independência do Brasil pelos jornais que circulavam no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, descrevendo inclusive, as linhas editoriais de cada um deles. Outra fonte de informação notadamente destacada por Maria Graham foi relativa às suas visitas vespertinas à antiga Biblioteca Imperial e Pública da Corte, a antepassada da atual Biblioteca Nacional. Ao longo de sua permanência na capital do Império no ano de 1823, ela informou que passava até quatro horas diárias estudando e lendo sobre a História do Brasil, consultando para isso, o vasto acervo bibliográfico e documental da instituição, comprado por d. Pedro I ao seu pai, d. João VI pela soma de oitocentos contos de réis, quando do retorno do rei à Portugal.

Logo, é de se notar pela exposição dos procedimentos metodológicos utilizados por Maria Graham para a obtenção de informações que lhe permitissem a construção de uma interpretação crítica sobre a realidade brasileira, que a escritora recorreu às fontes documentais oficiais, tanto quanto, aos jornais provinciais e ao acervo bibliográfico da Biblioteca Imperial e Pública da Corte, objetivando fundamentar a narrativa historiográfica testemunhal do processo da Independência do Brasil no seu diário de viagem.

ESTUDOS COMPARATIVOS: CONEXÕES NARRATIVAS DE UM PASSADO HISTÓRICO COMUM

A seguir, à guisa de amostragem, apresentamos os resultados obtidos por meio da abordagem comparativa, de dois Ofícios manuscritos do instrumento de pesquisa selecionados nos Catálogos do Brasil - Geral (AHU_CU_003)³⁷ e Bahia (AHU_CU_005)³⁸, aos excertos do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1990) alusivos respectivamente aos acontecimentos políticos independentistas na província da Bahia no ano de 1823.

³⁷ *Projeto Resgate*: AHU_CU_003, Cx. 45, D. 3666

³⁸ *Projeto Resgate*: AHU_ACL_CU_005, Cx. 275, D. 19194.

SOBRE O ATAQUE A PIRAJÁ E ILHA DE ITAPARICA

AHU_ACL_CU_005, Cx. 275, D. 19194.

1823, fevereiro, 2, Baía

OFÍCIO do chefe de divisão e comandante da Esquadra, João Félix Pereira de Campos, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Inácio da Costa Quintela, sobre a adesão dos povos da Baía à insurreição, a falta de víveres para as tropas, o bloqueio da Baía e os insucessos dos assaltos à Ilha de Itaparica.

Anexo: 8 docs. e 2ª via.

Abaixo, segue o excerto do *Diário de uma viagem ao Brasil*, onde Maria Graham relata a tentativa mal sucedida da tomada de Itaparica pelo brigadeiro português Inácio Luís Madeira de Melo, a falta de víveres disponíveis para o consumo da população e a retirada das tropas para Salvador. Maria Graham narra ainda, a investida dos lusitanos na cidade de Pirajá, e revela que a miséria e escassez de provisões no campo, fizera com que os comerciantes estrangeiros fossem embora de suas casas, e que a população brasileira ficasse abandonada na cidade:

[...]A expedição mais importante de Madeira foi a enviada à Ponta de Itaparica, cuja posse se estava tornando cada dia mais importante, à medida que diminuía as provisões da cidade. Com esse objetivo, 1.500 homens embarcaram a bordo do *Prontidão* e outros dois brigues de guerra. Deviam desembarcar metade de um lado e metade de outro da pequena península que forma a Ponta[...] nesse meio tempo os brasileiros haviam erguido montes de areia, atrás dos quais se esconderam deitados, e fizeram com segurança fogo sobre os portugueses[...] entretentes a parte continental da cidade tinha sido atacada por contínuos combates, e as tropas estavam esgotadas pela vigilância permanente, pois os brasileiros estavam sempre a percorrer as florestas em torno, rufando marchas[...] a 18 de novembro, porém, Madeira fez uma surtida e chocou-se com os brasileiros em Pirajá[...] houve então uma grande batalha[...] mas os lusitanos se retiraram para Bahia e os brasileiros tomaram novas posições

junto às portas da cidade[...].Entretanto a escassez de provisões frescas era tal que todos os comerciantes estrangeiros que tinham famílias e que podiam mudá-las, fizeram-no. Todas as casas de campo foram abandonadas e o povo ficou acumulado na cidade. As contribuições mais pesadas foram cobradas de todos, nativos e estrangeiros; as misérias do sítio estavam-se aproximando da cidade.

SOBRE A FALTA DE VÍVERES E O ESTADO DE CALAMIDADE NA BAHIA

AHU_CU_003, Cx. 45, D. 3666

[ant. 1823, abril, 9]

OFÍCIO (extrato) do [governador das Armas da província da Bahia], brigadeiro [Inácio Luís] Madeira [de Melo], informando que a Bahia está quase toda sublevada; sobre a falta de víveres e de dinheiro; a necessidade de mais tropas; e a conveniência em bloquear-se os portos do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Segue a transcrição:

Acusou-se [?]a recepção em 9 de abril de 1823

O Brigadeiro Madeira em officio de 28 de novembro de 1822 expõe o seguinte: Que a Provincia da Bahia está quase toda sublevada. Que a deficiência de víveres é grande e será cada vez maior. Que se quer fazer uma guerra haveria, se necessário maior número de tropas. Pede-se lhe mandar. Que seria muito conveniente bloquear o Porto do Rio de Janeiro, assim como o de Pernambuco, que[?]um tal projeto exige muitas forças marítimas, e grandes defesas — mas que este é o modo de segurar a Bahia— e emprega-se depois as suas forças em alguma outra Província. Que há grande falta de dinheiro. Remeto documentos que mostram as dificuldades do achar viveres para o Corpo de Voluntários de El Rey e [que] recea muito a sorte daqueles indivíduos.

A seguir, o excerto extraído do *Diário de Uma viagem ao Brasil relacionado* ao Officio anteriormente citado, onde constam informações complementares ao documento manuscrito. Nessa passagem Maria Graham relata as mortes de escravos pelas ruas de Salvador causadas por inanição, e, também, pelo abandono de seus proprietários por ocasião das fugas de suas

casas para fora da cidade. A escritora menciona ainda, a carestia e a falta de víveres disponíveis para o consumo, e o estado de total penúria e pobreza da população civil da Bahia em maio de 1823, e ainda, registra o bloqueio comercial imposto pelo general Inácio Luís Madeira de Melo:

16 de maio de 1823. — [...]a cidade da Bahia parece estar numa situação desesperada por falta de provisões. Os escravos morrem pelas ruas. Algumas casas, depois de ficarem fechadas por alguns dias, foram abertas pelos funcionários da polícia, que verificaram terem os donos fugido e os escravos morrido. Duas vezes por dia abriram-se os portões para permitir a saída de mulheres e crianças. Alguns oficiais da *Doris* tiveram curiosidade de assistir a algumas dessas situações e viram quinhentas pessoas, carregadas com mobília e a roupa que o estado de fraqueza e inanição permitia aguentar, deixarem a cidade. A pequena quantidade de provisão fresca que consegue penetrar na cidade é exorbitantemente cara. O general Madeira proclamou a lei Marcial na praça, requisitou alguma cevada e trigo de um navio neutro e levantou empréstimos forçados de todas as classes, tanto de nativos, quanto de estrangeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo todo exposto, procuramos demonstrar que a partir da perspectiva metodológica utilizada, foi possível identificar aproximações temáticas, temporais e espaciais entre os manuscritos oficiais selecionados no instrumento de pesquisa sobre os documentos da independência no *Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”* e os relatos de Maria Graham no *Diário de uma viagem ao Brasil*(1990), o que corrobora, sobretudo, para a validação deste documento bibliográfico como fonte complementar para a historiografia da Independência do Brasil. Pretende-se, por conseguinte, que a análise apresentada, possa inspirar novas abordagens metodológicas alusivas aos estudos dos anos da Independência do Brasil, uma vez que os catálogos de manuscritos organizados pelo *Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”* e disponibilizados na base digital da Biblioteca Nacional constitui-se numa potente ferramenta de informação, memória e divulgação histórica para escritas

que contemplem novos retratos de atores ainda silenciados e desconhecidos do conturbado e controverso processo da Independência do Brasil.

Ademais, como demonstrado ao longo dessa exposição, os manuscritos históricos oficiais retratam a complexidade da conjuntura política conflituosa daqueles anos, e os dramas silenciados no passado por milhares de indivíduos que ficaram às margens da historiografia da Independência. Desta forma, esperamos que o presente instrumento de pesquisa, seja um contributo metodológico potente para elaborações e revisões historiográficas sensíveis às interpretações do acontecimento. Por certo, em tais sínteses serão desveladas histórias plurais das “várias Independências”. Vozes pretéritas serão ouvidas ecoando dos manuscritos vidas multifacetadas de homens e mulheres que testemunharam intensamente o seu tempo. E enquanto agentes históricos, foram eles tão vencedores, quanto vencidos, tão fidalgos, quanto subalternizados, tão desvalidos e desconhecidos, quanto esquecidos.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

Documentos manuscritos (*Projeto Resgate*)

AHU_CU_003, Cx. 45, D. 3666

AHU_ACL_CU_005, Cx. 275, D. 19194.

Documento Bibliográfico

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990.

Referências

BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PIMENTA, João Paulo G. “A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico”, in: **História da Historiografia**. Ouro Preto: UFOP, número 3, 2009.

PRADO, Maria Lígia Coelho. “Repensando a história comparada da América Latina”. *Revista de História*, 153(2, 2005), p. 11-33.

PROJETO RESGATE: Disponível em: <https://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate> Acesso em: 16 de fevereiro de 2024.

RODRIGUES, José Honório. **História e Historiadores**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

CAPÍTULO 4

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BASE DO PROJETO RESGATE: UMA EXPERIÊNCIA DE ANÁLISE TEXTUAL HISTÓRICA A PARTIR DAS FERRAMENTAS DIGITAIS

Paulo de Assunção

João Carlos Nara Júnior

Êrika S. A. C. Dias

Denise G. Porto

A comunicação tem como objetivo apresentar o projeto FBN/FAPERJ-34/2021, discorrendo sobre aspectos da criação de um instrumento de pesquisa referente à temática da “Independência”. O instrumento tem como meta facilitar a investigação pelos pesquisadores no acervo do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, que está disponível no acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional. O Bicentenário da Independência constitui uma ocasião oportuna para a criação de um catálogo selectivo de pesquisa, que melhore o acesso à informação e facilite a difusão do enorme acervo documental.

Em 24 de agosto 1820, a burguesia comercial da cidade do Porto, em Portugal, muito afetada pelas perdas financeiras, devido à transferência da família real para o Brasil, ocorrida em 1808, articulou um movimento que logo se espalhou por outras cidades e ficaria conhecido Revolução Liberal do Porto, ou Revolução do Porto. A permanência da corte no Brasil acabou por acirrar o antagonismo entre os interesses da metrópole e aqueles da colônia. A conquista da autonomia, com a abertura dos portos às nações

amigas (1808), assim como a elevação ao Reino Unido de Portugal e Algarves (1815) entraram em confronto com os interesses mercantilistas que se delinearam claramente a partir de 1820.³⁹

No decorrer da sua estadia no Brasil d. João VI foi obrigado a reorganizar o aparelho administrativo, a fim de que a dinâmica do império português continuasse a funcionar. A reformulação de estruturas, a criação de órgãos e cargos, e as transferências de competências deram uma nova feição à administração da colônia.⁴⁰ As transformações não se processaram de forma simples, nem todas foram totalmente implantadas, pois havia conflitos de jurisdição e indefinições referentes ao quadro da política mundial. A demora da estadia da família real no Rio de Janeiro, depois da derrota de Napoleão Bonaparte, não foi bem-vista por uma elite de comerciantes do reino que se viram lesados com as turbulências políticas e com a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves.⁴¹ Estes entendiam que era preciso rever as relações entre a metrópole e a colônia, em especial o fim do regime de exclusivismo comercial, que até 1808 favorecia os comerciantes da metrópole. Este quadro era grave, levando-se em conta a fragilidade da economia portuguesa, que tinha atravessado as turbulências causadas pelas guerras napoleônicas. A produção agrícola portuguesa passou a sofrer a concorrência das áreas mediterrânicas que também produziam cereais. Tal situação acabou por afetar a população, bem como a burguesia agrária, o que aumentou ainda mais a insatisfação.

A Revolução do Porto, por meio do governo provisório, exigiu o retorno de d. João VI a Portugal, deixando claro que o rei, a partir daquele momento, ficaria sujeito à constituição. Imbuída de ideias liberais, a revolução evitou agir de forma radical. O movimento vintista procurou legitimar sua ação e para tanto publicou o *Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos*

³⁹ CARDOSO, José Luís. (org.). *Manuel Fernandes Tomás. Escritos Políticos e Discursos Parlamentares (1820-1822)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2020.

⁴⁰ CABRAL, Dilma (org.) *Estado e Administração – A corte joanina no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

⁴¹ Sobre o assunto ver: LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil: Bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

e povos da Europa,⁴² que na sua essência apresentava as linhas mestras do movimento, deixando claro que almejava o reconhecimento de outras nações. O tom de desespero era flagrante. Procurava-se evidenciar que, desde a partida da família real para o Brasil, o povo se via mergulhado numa crise, sem poder usufruir dos benefícios do comércio das terras tropicais.⁴³ Entre 1808 e 1821 o que se observou foi uma verdadeira decadência, que tinha chegado ao seu limite, à beira do que eles designaram de “desgraça pública”. Almejando obter apoio, o documento afirmava que o desejo do movimento de 1820 era apenas o de restituição das instituições que vigoravam anteriormente a 1808.⁴⁴ A ordem monárquica seria mantida, porém um novo pacto com o rei seria estabelecido, por meio de uma constituição, a qual seria discutida por representantes do povo. A igualdade civil de todos os cidadãos e a abolição de privilégios nortearam o processo chamado por alguns como “a regeneração”.⁴⁵

O reconhecimento das Cortes Portuguesas foi posto em evidência desde o primeiro momento. Membros de diferentes legações estrangeiras não participaram da instalação dos trabalhos e alguns deles se retiraram de Lisboa, como os ministros plenipotenciários da Áustria e da Rússia. A Inglaterra, por reiteradas vezes, deixou claro que Portugal deveria estar atento ao apoio e aos interesses da coroa britânica. O reconhecimento das instituições liberais demorou a ocorrer porque Inglaterra desejava manter, de forma integral, as cláusulas do Tratado de Comércio de 1810.⁴⁶ Os líderes da Revolução do Porto procuraram novas alianças para se verem menos dependentes da tutela britânica. Contudo, suas prospecções não obtive-

⁴² *Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e povos da Europa*. Lisboa: [s. n.], 1820.

⁴³ CATROGA, Fernando. *A geografia dos afectos pátrios: as reformas político-administrativas (séc. XIX-XX)*. Coimbra: Edições Almedina, 2014, p. 16.

⁴⁴ ARAÚJO, Ana Cristina. “Um império, um reino e uma monarquia na América: às vésperas da Independência do Brasil”, in: JANCÓS, I. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 235-270.

⁴⁵ CASTRO, Zilia Osorio de. *Portugal regenerado em 1820: parábolas acrescentadas ao Portugal regenerado*. Lisboa: Edições Humus, 2017.

⁴⁶ *Tratado de Amizade, Commercio, e Navegação entre sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal e Sua Magestade Britannica*. Lisboa: Imprensa Régia, 1810.

ram êxito. As tentativas de estruturação de uma aliança liberal peninsular com Espanha não conseguiram avançar.⁴⁷ No dia 21 de setembro de 1820, a Junta de Governo, nomeada pelos revolucionários do Porto, decretou a Liberdade de Imprensa e de circulação de impressos portugueses por todo o império português. Em 13 de outubro foi liberada a circulação de impressos portugueses fora do reino.⁴⁸ Posteriormente, as Bases Constitucionais, aprovadas em 10 de março de 1821, confirmariam que a livre comunicação dos pensamentos era “um dos mais precisos direitos do homem”.⁴⁹

As notícias sobre o levante militar, ocorrido na cidade do Porto em 24 de agosto de 1820, chegaram ao Rio de Janeiro, em 17 de outubro, e logo d. João VI solicitou pareceres aos conselheiros sobre as providências que deveriam ser tomadas em relação às determinações das Cortes Gerais.⁵⁰ No Rio de Janeiro, os ânimos se exaltaram. Havia aqueles que eram contrários ao regresso da família real para Portugal, outros eram a favor de que o monarca retornasse à Europa, a fim de garantir a manutenção da monarquia, e de que a onda revolucionária fosse atalhada. De fato, pairava uma grande indecisão, pois não se tinha conhecimento do avanço das ações dos rebeldes. A distância e a demora em obter informações sobre os acontecimentos acabavam por comprometer o movimento de reação. D. João VI, aconselhado pelos seus ministros mais conservadores, julgou por bem enviar uma carta aos governadores do reino, na qual fazia alusão expressa da ilegalidade da convocação das Cortes. Contudo, de forma “magnânima”, ele aceitava a convocação deste órgão consultivo, sinalizando para a possibilidade de seu retorno a Portugal, ou de seu filho, o príncipe d. Pedro. A chegada ao porto do Rio de Janeiro do conde de Palmela, Pedro de Sousa Holstein, trazendo notícias atualizadas das

⁴⁷ PROENÇA, Maria Cândida. *A Independência do Brasil*. Lisboa: Colibri, 1999, p. 52-54.

⁴⁸ PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação: no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: FAPESP, 2002, p. 163.

⁴⁹ *Decreto de 10 de março de 1821 - Dá as Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/dim/1821/DIM-10-3-1821.html. Acesso em: 9 de agosto de 2022.

⁵⁰ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 494-495.

ações do movimento liberal, permitiu ter um quadro mais claro e recente da situação. O conde de Palmela entendia que para a resolução da crise política era preciso deixar claro, para as Cortes Gerais, que seria aceito um governo constitucional. Outra medida importante a ser tomada era o envio imediato do príncipe d. Pedro para Portugal, a fim de negociar com os revolucionários e paulatinamente acalmar os ânimos e inibir que rupturas mais profundas acontecessem.⁵¹ A ideia era que o monarca conduzisse o processo e garantisse o seu poder. Segundo ele, não havia outra alternativa. Contudo, Tomás Vilanova Portugal, que acumulava as pastas do Ministério dos Negócios do Reino, dos Estrangeiros e Guerra, do Erário e da Marinha, era contrário a tal ideia, afirmando que a família real deveria permanecer no Brasil, enquanto não fosse debelada a revolta. Entendia também que deveria ser desconsiderada a ideia de que o monarca estaria submetido à constituição.

Em 26 de janeiro de 1821 as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa se reuniram, pela primeira vez, para a elaboração da Constituição. Nesta primeira fase participaram apenas os representantes eleitos em Portugal. O principal resultado das sessões de debates foi o estabelecimento das *Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa*, em 9 de março de 1821, texto que norteou os trabalhos das Cortes na elaboração da Constituição.⁵² Pelo documento, era reconhecido que a Casa de Bragança era a dinastia reinante e continuaria a ser, desde que se submetesse ao juramento do texto constitucional, que estava em elaboração. De forma direta, era assegurado a legitimidade do poder que estava submetido às leis.⁵³ Outro ponto, alvo de atenção e cuidado, era o de reforçar que havia laços políticos que uniam Portugal ao Brasil e que havia a predisposição de combinar interesses e anseios comuns. O império luso-brasileiro continuaria a existir, mas dentro de uma nova ordem política, que seria benéfica para todos. Ficava

⁵¹ RAMIREZ, Ezekiel Stanley. *As relações entre a Áustria e o Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 18.

⁵² ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 468.

⁵³ CANOTILHO, Joaquim Gomes. "As constituições". In: MATTOSO, J. (dir.) *História de Portugal*. O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Estampa, 1998, vol. 5, p. 126-139.

garantido os direitos individuais dos cidadãos, era abolida a censura prévia, ao mesmo tempo em que era garantido o exercício da liberdade de imprensa em Portugal e seus domínios.

As Cortes Gerais procuraram, de forma cautelosa, fazer uma transição do absolutismo para a nova forma de governo que era regida por princípios liberais constitucionalistas.⁵⁴ O desenrolar dos acontecimentos mostrou que seria uma tarefa árdua levar avante os ideais da revolução. A equação não era fácil de ser resolvida, pois afetava diretamente a soberania do monarca e apresentava uma nova ideia de nação, que para a maioria era vaga e difusa. Os interesses eram diversos tanto em Portugal, como no Brasil, e era praticamente impossível conciliá-los. O principal ponto de divergência estava na liberdade de comércio conquistada pelo Brasil, que tinha promovido a reorganização das redes mercantis e afetado diretamente os interesses econômicos dos negociantes portugueses.⁵⁵

Pouco antes, no Rio de Janeiro, na manhã do dia 26 de fevereiro, a coroa portuguesa tinha sido acuada pela pressão de tropas portuguesas, como o Batalhão de Infantaria nº 3, o Batalhão de Caçadores da Corte, o 1º Regimento de Cavalaria do Exército, a Brigada Real da Marinha, o Batalhão dos Henriques, dentre outros. Reunidos no largo Rossio, os militares, comandados pelo brigadeiro Francisco Joaquim Carreti, manifestaram o seu apoio às Cortes Gerais e exigiram que o rei jurasse a constituição.⁵⁶ Coagidos, d. João VI e a família real, juraram, em voz alta, uma constituição, que ainda não fora elaborada, ou seja, o monarca era instado a cumprir atos do qual não tinha conhecimento prévio e que poderiam levar à limitação do seu poder. No transcorrer do processo, d. João VI seria instado a jurar e adotar

⁵⁴ HESPANHA, António Manuel. "As estruturas políticas em Portugal na época moderna", in: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc/Unesp, 2001, p. 117-182.

⁵⁵ FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs). *Na Trama das Redes. Política e Negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 23.

⁵⁶ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 99.

a Constituição espanhola, enquanto o texto do documento português não ficasse definido.⁵⁷

A Revolução de 1820 alterou a estrutura política administrativa das terras coloniais com a instalação das Juntas Provisórias de Governo pelas Cortes. Estas teriam relação direta com Lisboa e não com o Rio de Janeiro. Na prática, o poder do monarca ficava esvaziado. As Juntas Provisórias de Governo não tinham poder irrestrito, pois deveriam entender-se com os Governadores-de-Armas, que estavam subordinados às Cortes. Estes tinham a responsabilidade de administrar e organizar as forças militares. Ainda no Brasil, d. João VI tentou articular para poder influenciar no poder legislativo. Ele enviou João Severiano Maciel da Costa, futuro marquês de Queluz, para negociar a participação do monarca na construção da carta constitucional. A sua ação foi malograda, por apresentar ideias que eram opostas ao espírito das Cortes.

Em 7 de março de 1821, ciente de que deveria retornar a Lisboa, determinou a criação da Regência do Reino Unido do Brasil, nomeando o príncipe d. Pedro para assumir a posição de regente. D. João VI deixou o porto do Rio de Janeiro no dia 26 de abril, em meio a uma série de incertezas. O embarque do monarca foi feito de forma discreta. Não se desejava grandes manifestações, pois havia por parte da população um grande desagrado com o seu retorno a Portugal. Na realidade, d. João VI era refém de uma situação da qual não tinha mais condições de agir, quando muito reagir. Uma esquadra composta de onze navios conduziu o rei, sua família e membros da corte para Lisboa. A dissonância de interesses começou a ficar mais nítido quando as Cortes Gerais, reunidas em 14 de junho, se manifestaram contrárias ao decreto publicado no Rio de Janeiro, datado de 23 de janeiro, do mesmo ano, no qual constava a negociação de um empréstimo a favor do Banco do Brasil. Em 21 de junho, a Junta provisória da Bahia formalizou o seu desligamento do Rio de Janeiro e vinculou-se diretamente às Cortes de Lisboa. Na mesma época, ocorria a adesão de São Paulo à causa da “regeneração”.

⁵⁷ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais. A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003, p. 245-354.

Os debates nas Cortes Gerais, após a chegada dos deputados eleitos pelas províncias brasileiras em agosto de 1821, passaram a contemplar de forma mais direta o papel do Brasil no império português. Os deputados portugueses evidenciaram constantemente a perda do poderio político econômico de Portugal e buscaram de todas as formas questionar a inadequação da autonomia político-administrativa do Brasil, ação que, ao invés de reposicionar Portugal entre as potências europeias, acabara por lançar o país numa grave crise econômica e política. Os deputados brasileiros passaram a defender que, para se definir uma estratégia, era preciso conhecer as necessidades das terras tropicais e estabelecer uma legislação específica. Foram realizadas reiteradas tentativas de acordo dos deputados brasileiros com os deputados da ala mais conservadora das Cortes. Todavia, as intransigências fizeram com que a ideia de um Brasil unido a Portugal ficasse cada vez mais distante. Deve-se destacar que os interesses de negociantes de grosso trato foram responsáveis por dificultar o processo, bem como as divergências entre os deputados brasileiros, que oriundos de províncias diferentes agiam de maneira independente, sem ter uma visão sistêmica.⁵⁸ Em suma, pode-se dizer que havia impasses que dificultavam o repensar dos vínculos políticos-institucionais entre Portugal e Brasil, no esteio de uma ordem constitucional.

As Cortes Gerais sabiam que a permanência do príncipe regente no Brasil dificultava o avançar dos debates. A presença de d. Pedro, no Rio de Janeiro, atuando como um poder executivo, concorria com as Cortes e reforçava a autonomia do Brasil em relação a Portugal. Desta forma, foi preciso convencer, de todas as formas possíveis, que d. Pedro e sua família regressam à Europa. As províncias do Sul habilmente se articularam para pressionar d. Pedro a permanecer em terras tropicais, alertando para o perigo de um rompimento definitivo dos laços que uniam o Brasil com a antiga metrópole.⁵⁹ Além disso, estava em risco a integridade do território, caso

⁵⁸ BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato*. Deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822). S. Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006, p. 192-196.

⁵⁹ HOLANDA, Sérgio B. (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*. 6 ed. São Paulo: Difel, 1985, Tomo II, vol. I, p. 174.

levantes locais ocorressem. Outro temor era o perigo da insurgência dos escravos que lutavam contra a condição que lhes era imposta.

A pressão mais intensa das Cortes, sem uma avaliação clara da situação política da ex-colônia, passou a incitar os ânimos. Um dos pontos mais controversos foi a carta de outubro de 1821 que estabelecia um novo sistema de administração política, militar e financeira, que em última instância tornava a presença do príncipe real no Brasil supérflua.⁶⁰ Era evidente que se tentava de todas as formas obrigar d. Pedro a retornar a Portugal e assim embaraçar o movimento de autonomia que estava em curso. Tendo em conta as manifestações e atos de rebeldia, as Cortes também decidiram pelo envio de um contingente maior de soldados para Rio de Janeiro e Pernambuco, a fim de imporem a sua vontade.

As determinações das Cortes Gerais, definidas no começo de outubro, chegaram ao Rio de Janeiro em dezembro de 1821 e aceleraram o desejo de emancipação, que estava presente em grupos que se viam lesados com a iminente situação do Brasil regressar à condição de colônia.⁶¹ A notícia, do possível retorno de d. Pedro, gerou uma onda de apoio ao príncipe. As províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro enviaram mensagens, manifestando o desejo de que as ordens das Cortes Gerais não fossem cumpridas. A permanência de d. Pedro no Brasil significava a manutenção da condição de Reino Unido, e, portanto, de paridade com Portugal.⁶² Em linhas gerais, a mensagem a ser transmitida era clara: a perda da autonomia do Brasil era inconcebível. D. Pedro, em carta a d. João VI datada de 15 dezembro, relata a pressão que recebia, deixando claro o que ouvia:

[...] ou vai, nós nos declaramos independentes, ou fica, e então continuamos a estar unidos e seremos responsáveis pela falta de execução das Ordens do Congresso; e demais, tanto os ingleses europeus como os

⁶⁰ *Lei de 1º de Outubro de 1821 – Determina a viagem do Príncipe Real por algumas Cortes da Europa.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1821.htm>. Acesso em: 9 de agosto de 2022.

⁶¹ PROENÇA, Maria Cândida. *A Independência do Brasil*. Lisboa: Colibri, 1999, p. 35-36.

⁶² *Projeto Resgate - AHU_ACL_CU_023*, Cx. 30, D. 1376.

americanos ingleses nos protegem na nossa independência no caso de ir Sua Alteza.⁶³

Em 9 de janeiro de 1822, na cidade do Rio de Janeiro, a ebulição política era grande. José Clemente Pereira, enquanto presidente do Senado, apresentou ao príncipe, um abaixo assinado, com oito mil assinaturas, redigido por frei Francisco de Sampaio, solicitando que ele permanecesse no Rio de Janeiro. Na ocasião, José Clemente Pereira proferiu um discurso, alertando para o desejo das Cortes Gerais de rever a condição do Brasil, enquanto o Reino Unido. A cidade do Rio de Janeiro ficou em alvoroço quando se espalhou a notícia de que o “antigo sistema colonial” poderia voltar a funcionar. A insatisfação era grande e a adesão à permanência do príncipe regente ganhou maior envergadura. A data da declaração pública de d. Pedro, no Paço da Cidade naquele mesmo dia, ficaria conhecida como o “Dia do Fico”, e acabaria por ter desdobramentos mais graves.⁶⁴ Este episódio não pode ser visto apenas como uma reação às determinações das Cortes. D. Pedro já vinha elaborando uma estratégia de ação desde outubro de 1821, sendo que uma das vias de ação passava por tornar público o seu desejo de permanecer em terras tropicais. Aguardava o momento mais oportuno para externar a sua posição. D. Pedro, permanecendo no Rio de Janeiro, se configurava como um foco de resistência às Cortes Gerais. A situação era mais tensa na medida em que o príncipe regente mostrava-se propenso a ceder aos interesses de uma elite brasileira e desrespeitar as determinações vindas de Portugal. D. Pedro, ao proclamar o “Fico”, deu voz ao conjunto de forças que o apoiavam, manifestando que tinha sustentação política e que estava ciente das lutas que estavam a caminho. Ao mesmo tempo, ele deixava claro a sua capacidade de exortar a população e comandar tropas. O evento público se configurou como uma instância de legitimação da figura de d. Pedro perante as forças de oposição presentes no Rio de Janeiro e nas

⁶³ *Cartas e mais peças officiaes dirigidas a sua magestade o senhor D. João VI pelo principe real o senhor D. Pedro de Alcantara (...)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 20.

⁶⁴ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil: e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 212.

Cortes em Portugal. Ao decidir por permanecer no Brasil, ele considerou a hipótese de ser forçado a realizar enfrentamentos, inclusive contra as tropas portuguesas. Para que isto fosse possível, era preciso garantir cada vez mais apoio político e militar no seu entorno, o que significava reforçar o reconhecimento de sua autoridade como regente. Ele também tinha ciência que elementos mais radicais poderiam promover a anarquia, fazendo com que a situação fugisse do controle. Ficava claro que havia um grande receio com rebeliões, como ocorrerá no contexto da América espanhola. Temia-se a revolta dos escravos e o “desgoverno”.

Na troca de correspondência entre as Cortes de Lisboa e d. Pedro, no decorrer de 1822, é evidente a tensão que existia entre os dois centros governativos. Não podemos deixar de destacar que a existência de dois centros de autoridade tornava difícil a atuação das Cortes Gerais e a integração do império, principalmente por esta desejar a centralização do poder em Portugal. Em 19 de junho, d. Pedro mandou publicar as instruções para convocação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil. Neste documento eram apresentadas as regras para escolha dos eleitores e da realização de eleições.⁶⁵ O documento deixava claro que havia o interesse de manutenção dos laços políticos com Portugal, todavia era preciso salvaguardar que as leis, a serem formuladas, seriam adequadas para a realidade brasileira, o que em outras palavras significava a necessidade de existência de um corpo legislativo no Brasil. As Cortes Gerais, percebendo o aumento da tensão e mesmo contrariada, aceitaram que d. Pedro permanecesse no Rio de Janeiro, desde que seguisse as suas determinações.⁶⁶ Todavia, medidas estavam sendo tomadas. Desde junho, diferentes embarcações partiram de Portugal para o Brasil, trazendo soldados para reforçar as tropas portuguesas. Ciente de que ataques estavam em curso, d. Pedro declarou que se capturassem as embarcações, consideradas inimigas e que fossem incendiadas ou afundadas. Pela Declaração de 1º de agosto de 1822, d. Pedro proibiu

⁶⁵ *Collecção das decisões do governo do Imperio do Brazil de 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 42-49.

⁶⁶ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada – o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 142.

o desembarque no Brasil de tropas portuguesas, sem seu consentimento, deixando claro que a independência estava efetivada.⁶⁷

Entre 9 de janeiro e 7 de setembro de 1822, o príncipe d. Pedro viveu de baixo de contínua pressão e ameaças. Pela correspondência trocada com d. João VI fica claro que a autonomia legislativa e administrativa estava sendo engendrada. A causa lentamente ganhou apoio de algumas províncias enquanto outras se mantiveram fiéis a Portugal. Ciente disso, d. Pedro atuou para aglutinar no seu entorno o maior número de insatisfeitos. Desta forma, evitava que os elementos radicais conquistassem espaço e viessem a causar maiores danos.

No dia 13 de agosto, tendo em conta que partiria no dia seguinte para São Paulo, d. Pedro entregou o poder a princesa d. Leopoldina, nomeando-a chefe do Conselho de Estado e Princesa Interina do Brasil. A rotina dos despachos era mantida sob supervisão de D. Leopoldina, que ficava na presidência do Conselho de Estado, que continuaria a se reunir nos dias determinados. Ela tinha autorização para tomar todas as ações que se fizessem “necessárias e urgentes ao bem e salvação do estado; e tudo me dará imediatamente parte para receber a minha aprovação e ratificação, pois espero que nada obrará que não seja conforme às leis existentes e aos sólidos interesses d’Estado”.⁶⁸ D. Pedro deixou a cidade do Rio de Janeiro no dia seguinte, tendo como destino São Paulo. O seu deslocamento até aquela província tinha como objetivo acalmar os ânimos. No percurso, como é relatado pelos documentos coevos, d. Pedro é recebido com festejos. Em São Paulo, no dia 25 de agosto, ele e sua comitiva foram recebidos com homenagens. O bispo recepcionou a figura ilustre e foi celebrado um *Te Deum*. No dia 29 de agosto, d. Pedro presidiu a escolha do novo governo provisório, sendo reeleito João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, futuro marquês de Aracati. No dia 5 de setembro, ele e sua comitiva desceram a Serra do Mar até a

⁶⁷ Proclamação de 1o de agosto de 1822 - Esclarece os Povos do Brazil das causas da guerra travada contra o Governo de Portugal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/procla_sn/antioresa1824/proclamacao-41282-1-agosto-1822-575736-publicacaooriginal-99010-pe.html>. Acesso em: 9 de agosto de 2022.

⁶⁸ Collecção das decisões do governo do Imperio do Brazil de 1822. Decretos, Cartas e Alvaras. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, parte II, p. 42.

cidade de Santos, regressando em seguida. D. Pedro partiu para São Paulo, tendo ciência que as determinações de Portugal eram incompatíveis com as reivindicações vindas de diferentes partes da colônia. A conciliação era algo que não se consolidava, deixando espaço apenas para uma solução: a ruptura dos laços que uniam o Brasil com Portugal.⁶⁹ Nesse ínterim, a escuna *Princesa Real*, que tinha como comandante o tenente Carlos Maria Mazza, chegou ao Rio de Janeiro com o correio de Portugal. Este foi recebido pela princesa d. Leopoldina. Dizia ele na missiva ao rei d. João VI:

[...] fui-me apresentar à Sua Alteza a Princesa Real (que na auzencia de Sua Alteza Real o Príncipe Regente) estava antão emcarregada do governo, e a quem dei parte da minha comissão como tãobem ao Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, unicas autoridades à quem julguei dever dirigir-me.⁷⁰

Ele era o portador das imposições das Cortes Gerais que conduziram ao rompimento dos laços entre o Brasil e Portugal.

No dia 7 de setembro de 1822, nas colinas do Ipiranga, d. Pedro foi interceptado pelos alferes Francisco de Castro Canto e Melo.⁷¹ Este lhe trazia cartas enviadas do Rio de Janeiro. Na correspondência havia duas cartas da princesa Leopoldina e uma carta de José Bonifácio de Andrada e Silva, que informavam sobre a proximidade da chegada de tropas portuguesas para atacar o Rio de Janeiro e coibir as manifestações dos partidários da independência. Para Leopoldina e José Bonifácio, era preciso deixar claro que d. Pedro e o Brasil não seriam mais prisioneiros das Cortes e que a ruptura se efetivaria. No final daquela tarde, d. Pedro e sua tropa entrou na vila de São Paulo, sendo saudados pelos sinos. A notícia do episódio ocorrido às margens do riacho do Ipiranga logo se espalhou. Naquela noite, d. Pe-

⁶⁹ PROENÇA, Maria Cândida. *A Independência do Brasil*. Lisboa: Colibri, 1999, p. 37.

⁷⁰ *Projeto Resgate - AHU_ACL_CU_017*, Cx. 290, D. 20568.

⁷¹ “Memoria sobre a declaração de independência, escripta pelo major Francisco de Castro Canto e Mello, gentil-homem da imperial câmara, comendador da ordem de Christo, oficial da do Cruzeiro e cavaleiro da de Aviz, etc”. Anexo à biografia do “Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XLI, Parte Segunda, 1878, p. 333.

dro foi saudado pelos adeptos da independência. Ocasão em que teria sido proferido: “Viva o primeiro rei brasileiro!” Dois integrantes da comitiva, o padre Belchior Pinheiro de Oliveira e o capitão-mor Manuel Marcondes de Oliveira Melo, futuro barão de Pindamonhangaba, deixaram relatos sobre o episódio. Segundo o padre Belchior, na altura do lugar “denominado Moinhos, que dois correios da Corte se aproximaram açodadamente. Entregaram importantes papéis ao príncipe”. Este determinou que as cartas trazidas por Paulo Bergaro e Antônio Cordeiro fossem lidas em voz alta. Tremendo de raiva, d. Pedro arrancou das mãos do religioso “os papéis e, amarrotando-os, pisou-os, deixou-os na relva”. Na sequência indagou: “E agora, padre Belchior?” E eu respondi prontamente: — Se V. Alteza não se faz rei do Brasil será prisioneiro das Cortes e, talvez, deserdado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação”. Ainda irado com as notícias, d. Pedro parou no meio da estrada e disse: “Padre Belchior, eles o querem, eles terão a sua conta. As Cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro. Pois verão agora quanto vale o rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações; nada mais quero com o governo português e proclamo o Brasil, para sempre, separado de Portugal”. A resposta de todos teria sido: “Viva a Liberdade! Viva o Brasil separado! Viva D. Pedro!”. Dirigindo-se ao seu ajudante de ordens, d. Pedro falou: “Diga à minha guarda, que eu acabo fazer a independência do Brasil. Estamos separados de Portugal”.⁷²

A documentação existente no *Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco*, cujo acervo de catálogos e reproduções de manuscritos estrangeiros é conservado pela Fundação Biblioteca Nacional, possibilita entrever este processo em detalhes e as ações tomadas em diferentes localidades. Além disso, mostra como as notícias da situação política do império chegou a diferentes partes do Brasil, bem como permite compreender quais medidas foram tomadas para atender às demandas das Cortes Constituintes. A pesquisa realizada — que teve como objetivo a criação de instrumen-

⁷² CINTRA, Francisco de Assis. *O homem da independência: história documentada de José Bonifácio, do seu pseudo-patriarcado e da política do Brasil em 1822*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1921.

to de pesquisa para os manuscritos referentes ao processo de Independência do Brasil reproduzidos pelo *Projeto Resgate* — evidencia o processo de reordenamento das relações de poder e o avanço das ideias que conduzirão à independência. A massa documental indica que a transição política para a independência não foi feita com tranquilidade. Cabe-nos, considerando a documentação amealhada pelo *Projeto Resgate*, apontar para o caráter difuso e ambíguo da independência brasileira. As fontes nos permitem acompanhar como foi sendo construída a separação da colônia em relação à metrópole. A composição heterogênea da sociedade e os diferentes interesses em jogo fizeram com que o movimento fosse longo, evidenciando como se deu o processo de construção do império do Brasil. Movimento que levou à criação da nação que manteve, *a priori*, uma feição conservadora, pautada pelos interesses de uma aristocracia que se assenhorou do poder.

Os documentos informam que o avançar das ações das Cortes Gerais fizeram com que manifestações em apoio a d. João VI ocorressem, como a proclamação do governador da província de Pernambuco, Luís do Rego Barreto, lembrando sobre a necessidade de se manter a fidelidade ao monarca e às leis. No texto, era destacado:

Pernambucanos. Hé chegado o tempo de mostrardes o vosso verdadeiro character as vossas virtudes politicas. A opinião publica as luzes do Seculo demandão novas Instituições fundadas sobre principios liberaes, que igualmente concorrão para a /fl. 1v/ grandeza, e prosperidade dos Monarchas, e para a ventura dos Póvos.

Pernambucanos. O Governo conhece os vossos dezejões, e vai leva-los como a mais justa suplica ao Throno do Nosso Augusto Monarcha: não necessitais de outra expressão. A Camara do Recife convocada, os Ministros, Officiaes Generaes, e Superiores, homens bons de todas as Ordem do Estado, sem diferença de Americanos ou Europeos que tudo hé huma só familia, e eu com todos elles temos interpretado as vossas intenções.⁷³

Dissonâncias regionais ficam evidentes, como é possível notar no ofício do presidente do governo de São João das Duas Barras (Goiás), desembar-

⁷³ *Projeto Resgate* - AHU_ACL_CU_015, Cx. 282, D. 19212.

gador Joaquim Teotónio Segurado, à Comissão Especial de Negócios Políticos do Brasil, sobre a instalação de um governo provisório fora da capital da província de Goiás, nomeadamente na comarca da Palma. Além disso, revelam-se interesses diferentes de província para província. Assim se manifestou Joaquim Teotónio Segurado:

A instalação de hum Governo Provisorio fóra da Capital da Provincia, e ate mesmo fóra da Cabeça da Comarca he hum procedimento novo na resolução da regeneração Portugueza, e Brazileira, deve cauzar admiração: vai-se rasgar o véo deste enigma: advirtindo primeiro que o *Dezembargador* Segurado não tem correspondências algumas: elle cortou todas, por *que* na criação da Villa e Comarca da Palma se lhe interceptavão todas as cartas: assim só sabe algumas noticias, *que* casualmente vão á aquella Comarca, e as que adquirio há pouco na Cidade de Goiaz. Em Janeiro do *prezente* anno foi chamado á aquella Cidade pello *General*: então não só vio a maior parte dos papeis publicos, que o *General* recebia; mas este lhe comunicou o odio, que consagra a El-rei, posto *que* se mostra-se muito *Amigo* do *Principe* Regente: desenvolveo-lhe o grande partido, *que* há no Rio contra Portugal, e o qual mais se faz certo em hum folheto, *que* naquella Cidade sahio na lingoa Franceza. Por outra parte vio o *Dezembargador* Segurado o acertado sistema da Bahia, *que* julga ser o de todas as mais Províncias do Norte: vio que a Província de Goiaz, pella sua demaziada extensão de Sul a Norte não concorda, nem pôde concordar em hum mesmosistema, por serem diversos os seus interesses: a Comarca de Goiaz tem interesse em seguir o sistema do Rio: a Comarca da Palma só tem interesse, só quer abraçar a sorte do seu legitimo soberano, só quer adoptar a *Constituição* *que* se fizer pellas Cortes *Constituintes* reunidas em Lisboa só quer, e não pode senão querer o sistema, *que* seguirem Bahia, e Pará: *que* são as unicas Províncias com *que* tem relaçãoens comerciais. Com estas idéas sahio o Seguràdo para a sua Comarca em meio de Julho com ordem do *General* para fazer Correios antes de sahir para Lisboa, por *que* ainda *que* a esse tempo não estive-se feita a eleição dos *Deputados* já o *General* os tinha dezignado, e com efeito essas /fl. 1v/ mesmos forão eleitos.⁷⁴

De Natal, o governador da província do Rio Grande do Norte, José Inácio Borges, em officio ao rei, d. João VI, discorria sobre os procedimentos que eram observados para eleição da Junta Provisória Constitucional, de

⁷⁴ *Projeto Resgate - AHU_ACL_CU_008, Cx. 56, D. 2943*

modo que ele fosse substituído no governo da província. No documento, é feito um histórico sobre o assunto, mostrando a circulação de informações entre as províncias, destacando que havia um “estado de incertezas”.⁷⁵

O vice-presidente de Minas Gerais, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, fornece um quadro da situação das movimentações ocorridas depois da partida de d. João VI e das novas orientações políticas. Era enfático ao pleitear os direitos dos brasileiros:

Sobre os fundamentos expendidos ainda se manifestão outros igualmente dignos de atenção. Se a Nação Portugueza he livre, e independente, e se forma dos Portuguezes de ambos os Hemispherios, como então podemos nós ser patrimonio de Portugal sem offensa dos Artigos 16, e 20 das Bazes da Constituição? Como, e com que autoridade se tem decidido dos nossos direitos e destinos sem assistencia dos nossos Representantes? Não está o Brazil emancipado, e não he um Reino, a quem competem suas legâes attribuições? /fl. 2v/ Como reduzi-lo despoticamente a uma desprezível colonia, privando-o da Augusta Prezença de Vossa Alteza Real, extinctos seus Tribunaes para crescer a desgraça na razão da distancia? Não será da maior necessidade, que formemos uma só familia com vinculos indissoluveis, e que sejam iguaes, e tambem indissoluveis os nossos direitos? Nós estamos bem seguros delles, conhecemos os nossos recursos, a nossa pozição, e não ignoramos o estado de Portugal.⁷⁶

O ritmo das informações e reações, do que acontecia pelo território brasileiro, era diferente. Em Aracati, Ceará, no dia 9 de janeiro de 1822, a Câmara da referida vila, felicitava d. João VI pela chegada a Lisboa.⁷⁷ Enquanto isso, porém, no Rio de Janeiro a ebulição política era grande.

José Clemente Pereira, enquanto juiz de fora, remeteu um ofício ao secretário das Cortes Gerais e Extraordinárias, João Batista Felgueiras, esclarecendo sobre os acontecimentos ocorridos nas províncias de São Paulo e Minas Gerais. No documento, ele cogitava a provável suspensão da saída dos deputados mineiros, enquanto não ficasse claro o resultado do soberano

⁷⁵ *Projeto Resgate* - AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 657.

⁷⁶ *Projeto Resgate* - AHU_ACL_CU_011, Cx. 188, D. 1394.

⁷⁷ *Projeto Resgate* - AHU_ACL_CU_006, Cx. 22, D. 1339.

congresso acerca das pretensões do Brasil. Aproveita o ensejo para manifestar a insatisfação em relação aos acontecimentos do 12 de janeiro, causados pela Divisão Auxiliadora. Terminava o documento destacando: “Concluo, informando a *Vossa Excelência* que se o Soberano Congresso nega a estas Províncias o que lhe vão pedir, parece inevitavel o rezultado de huma decidida separação de Portugal: que tal he a opinião dominante!!!”⁷⁸

Os pronunciamentos de insatisfação não partiram apenas do Rio de Janeiro. O comandante da corveta *Princesa Real*, José Xavier Bressane Leite, comunicava a Joaquim Monteiro Torres, secretário de estado de Marinha e Ultramar, sobre o desacordo que tivera coma Junta Governativa Provisória da província de Pernambuco, acerca da retirada das tropas portuguesas do território pernambucano. Na cidade do Recife predominava um partido contrário aos europeus, que hostilizava as tropas constitucionais. No decorrer da tomada do Forte do Brum pela população, um sargento do Batalhão foi morto.⁷⁹ Os ânimos estavam exaltados e havia descompassos. A Junta Provisória do governo da Paraíba, na mesma época, dava conta que na capitania do Rio Grande do Norte ocorrera um embate entre o ouvidor da comarca e Joaquim Torquato Soares Raposo da Câmara, tendo como foco da celeuma a tentativa de segunda eleição para forçar a instalação de novo governo.⁸⁰ No Maranhão, conforme carta da Junta Provisória do Governo para Joaquim Monteiro Torres, a posse do governo daquela província transcorreu com toda a normalidade.⁸¹ O mesmo aconteceu na Província do Espírito Santo, conforme ofício da Junta Provisória.⁸² Em outras províncias é possível notar que a dinâmica das juntas governativas seguia as determinações das Cortes Gerais, como na Vila de Cuiabá e na Vila de Desterro da Ilha de Santa Catarina.⁸³

⁷⁸ *Projeto Resgate* - AHU_ACL_CU_017, Cx. 289, D. 20421.

⁷⁹ *Projeto Resgate* - AHU_ACL_CU_015, Cx. 285, D. 19495.

⁸⁰ *Projeto Resgate* - AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3463.

⁸¹ *Projeto Resgate* - AHU_ACL_CU_009, Cx. 168, D. 12238.

⁸² *Projeto Resgate* - AHU_ACL_CU_007, Cx. 8, D. 547.

⁸³ *Projeto Resgate* - AHU_ACL_CU_010, Cx. 44, D. 2218 e AHU_ACL_CU_021, Cx. 10, D. 609.

A documentação disponível no *Projeto Resgate* dá conta do temor em relação ao radicalismo crescente e aos desdobramentos que estes poderiam gerar. Fica evidente que a transição não foi realizada de maneira pacífica, e que ocorreu a mobilização dos habitantes das diferentes províncias, que lutaram pelos seus interesses. Movimento eivado de contradições, a independência do Brasil continua a ser um tema instigante que convida os historiadores a refletirem sobre o passado para que seja possível estabelecer a construção de projetos de futuro. Em suma, pode-se afirmar que a documentação sistematizada no instrumento de pesquisa constituiu uma fonte rica de materiais para que novos projetos e discussões historiográficas possam ser realizados.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Documentos manuscritos (*Projeto Resgate*)

AHU_ACL_CU_006, Cx. 22, D. 1339.

AHU_ACL_CU_007, Cx. 8, D. 547.

AHU_ACL_CU_008, Cx. 56, D. 2943

AHU_ACL_CU_009, Cx. 168, D. 12238.

AHU_ACL_CU_010, Cx. 44, D. 2218 e

AHU_ACL_CU_011, Cx. 188, D. 1394.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3463.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 282, D. 19212.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 285, D. 19495.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 289, D. 20421.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 290, D. 20568.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 657.

AHU_ACL_CU_021, Cx. 10, D. 609.

AHU_ACL_CU_023, Cx. 30, D. 1376.

Documentos impressos

- *Cartas e mais peças officiaes dirigidas a sua magestade o senhor D. João VI pelo principe real o senhor D. Pedro de Alcantara (...)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

- *Collecção das decisões do governo do Imperio do Brazil de 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887

- “Memoria sobre a declaração de independência, escripta pelo major Francisco de Castro Canto e Mello, gentil-homem da imperial câmara, comendador da ordem de Christo, official da do Cruzeiro e cavaleiro da de Aviz, etc”. Anexo à biografia do “Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XLI, Parte Segunda, 1878, p. 333-350.

- *Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e povos da Europa*. Lisboa: [s. n.], 1820.

- *Tratado de Amizade, Commercio, e Navegação entre sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal e Sua Magestade Britannica*. Lisboa: Imprensa Regia, 1810.

Documentos eletrônicos

- *Decreto de 10 de março de 1821 - Dá as Bases da Constituição Política da Monarchia Portugueza*. Disponível em: <http://www.planalto.gov>.

br/ccivil_03/Atos/dim/1821/DIM-10-3-1821.html. Acesso em: 9 de agosto de 2022.

- *Lei de 1º de Outubro de 1821 – Determina a viagem do Príncipe Real por algumas Cortes da Europa*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1821.htm>. Acesso: em 9 de agosto de 2022.

- *Proclamação de 1o de agosto de 1822 - Esclarece os Povos do Brazil das causas da guerra travada contra o Governo de Portugal*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/procla_sn/antioresa1824/proclamacao-41282-1-agosto-1822-575736-publicacaooriginal-99010-pe.html> Acesso em: 9 de agosto de 2022.

Referências

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ARAÚJO, Ana Cristina. “Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da Independência do Brasil”, in: JANCSÓ, I. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, pp. 235-270.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato. Deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

CABRAL, Dilma (org.). *Estado e Administração – A corte joanina no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

CANOTILHO, Joaquim Gomes. “As constituições”. In: MATTOSSO, J. (dir.) *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1998, vol. 5, pp. 126-139.

CARDOSO, José Luís. (org.). **Manuel Fernandes Tomás. Escritos Políticos e Discursos Parlamentares (1820-1822)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2020.

CASTRO, Zília Osorio de. **Portugal regenerado em 1820: parabolhas acrescentadas ao Portugal regenerado**. Lisboa: Edições Humus, 2017.

CATROGA, Fernando. **A geografia dos afectos pátrios: as reformas político-administrativas (séc. XIX-XX)**. Coimbra: Edições Almedina, 2014.

CINTRA, Francisco de Assis. **O homem da independência: história documentada de José Bonifácio, do seu pseudo-patriarcado e da política do Brasil em 1822**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1921.

FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs). **Na Trama das Redes. Política e Negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil: e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

HESPANHA, António Manuel. “As estruturas políticas em Portugal na época moderna”, in: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. São Paulo: Edusc/Unesp, 2001, pp. 117-182.

HOLANDA, Sérgio B. (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico**. 6 ed. São Paulo: Difel, 1985, Tomo II, vol. I.

JANCSÓ, I. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil: Bastidores da política (1798-1822)**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais. A Cultura Política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e Nação: no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: FAPESP, 2002.

PROENÇA, Maria Cândida. **A Independência do Brasil**. Lisboa: Colibri, 1999.

RAMIREZ, Ezekiel Stanley. **As relações entre a Áustria e o Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria coroada – o Brasil como corpo político autônomo - 1780-1831**. São Paulo: Unesp, 1999.

PARTE II: O DIGITAL

INOVAÇÕES DIGITAIS NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

CAPÍTULO 5

UMA HISTÓRIA (DIGITAL) LUSO-BRASILEIRA

*Claudia Beatriz Heynemann
Maria Elizabeth Brea Monteiro*

Este texto apresenta a experiência da área de Pesquisa do Arquivo Nacional no campo das humanidades digitais, iniciada nos primeiros anos deste milênio. A instituição, desde a década de 1990, tem se envolvido em diversas iniciativas voltadas para a produção de conhecimento e a difusão de fundos e coleções relacionadas à história moderna da América portuguesa e suas relações atlânticas. Dentre essas ações, destacam-se o portal “O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira,” a base de dados Roteiro de Fontes e o Glossário de História Luso-Brasileira. Essas ações refletem a atuação pioneira no campo da história pública e digital, ampliando o acesso público e educativo aos acervos. A integração das metodologias digitais com a pesquisa acadêmica promove uma abordagem transdisciplinar, aumentando o alcance e o impacto do conhecimento produzido.

Os anos de 1990 assistiram ao conagraçamento entre as novas tecnologias que se apresentavam mais acessíveis e os diferentes campos das Ciências Humanas, abrindo um novo horizonte de possibilidades para a preservação, disponibilização, acesso e análise de documentos, artigos, publicações e uma série de outros registros. Esse acervo informacional adquire, assim, uma dimensão virtual que, por sua vez, passa a ser objeto de novas práticas não só na reprodução, mas também em termos de leitura e de investigação.

Tais formas de interação e de produção de conhecimento, possibilitadas pela cultura digital, ensejaram o surgimento das humanidades digitais como

um estímulo para o desenvolvimento de todo o potencial de investigação, ensino, publicação e divulgação, através da incorporação de ferramentas, fontes e métodos digitais.

Este texto apresenta a experiência da área de Pesquisa do Arquivo Nacional no campo das humanidades digitais, iniciada nos primeiros anos deste milênio.

NOTÍCIAS DO BRASIL

No primeiro quartel do século XVIII, o *Vocabulário português latino*, do padre Rafael Bluteau definia os arquivos como “o lugar em que se guardam papéis ou títulos de uma família, ou de uma comunidade”. Os arquivistas, responsáveis pelos arquivos, figuravam no exemplo extraído da obra *Notícias curiosas do Brasil*, do padre Simão de Vasconcelos, em que “aquele índio, que cantava, era o arquivista da aldeia”⁸⁴. A imagem aqui emprestada a Bluteau sugere aquele que detém a crônica e mesmo os segredos da comunidade, senão por meio de papéis, através da memória, de signos, de objetos. A definição contemplava, também, as “notícias do Brasil”, agregando a colônia ao universo cultural português.

A manutenção e transmissão desse conhecimento, no tempo e à distância, iriam exigir o registro, a escrita e levar à experiência do leitor, dos percursos pela página escrita, uma história também da leitura, como já indicou Pierre Lévy. O hipertexto, a hipermídia ou a multimídia interativa percorrem um processo já antigo de artificialização da leitura, diz esse autor: “se ler consiste em selecionar, esquematizar, construir uma rede de remissões internas ao texto, em associar a outros dados, em integrar as palavras e as imagens para uma memória pessoal em reconstrução permanente, então os dispositivos hipertextuais constituem uma espécie de reificação, de exteriorização dos processos de leitura”.⁸⁵ O arquivo, em suas tantas acepções, é

⁸⁴ BLUTEAU, Rafael, Padre. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: no Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, v. I, p. 476.

⁸⁵ LÉVY, Pierre. *Tecnologias intelectuais e modos de conhecer: nós somos o texto*. Disponí-

tributário da palavra escrita e das tecnologias da informação, sobretudo a partir da época moderna.

Compreendido no quadro de três séculos de domínio, o Arquivo Nacional foi herdeiro da tradição lusa, por genealogia administrativa e por parte significativa do patrimônio que conserva. Aos fundos e coleções gerados pela burocracia colonial, à vasta correspondência e legislação, através da qual se expressa a política metropolitana, agregam-se aqueles que vieram com a corte para o Rio de Janeiro em 1808. Contrariamente à experiência de alguns países de colonização espanhola, não foi criada no Brasil nenhuma instituição arquivística centralizada, quer sob a orientação ilustrada da segunda metade do século XVIII, quer nos anos de permanência da corte, considerada, em face de outras iniciativas, a nossa “época das Luzes”.

O programa reformista do marquês de Pombal incidiu, na colônia, sobre a educação, as ciências naturais, a burocracia, o comércio e em todas as áreas que, de algum modo, integraram seu ambicioso plano de restabelecimento de um “controle nacional sobre todas as riquezas que fluíam para Lisboa, vindas dos domínios ultramarinos de Portugal”⁸⁶. Até o fim do setecentos, temos a criação de academias, como a Academia Científica, criada no Rio de Janeiro em 1772 por iniciativa do vice-rei marquês do Lavradio, além de outras, caracterizando um movimento por vezes de caráter sedicioso, como a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, fechada pelo conde de Rezende. Esse movimento, inspirado nas academias científicas e nas sociedades históricas portuguesas ou de outras nações europeias, deixaria uma memória institucional para o século seguinte, prolongando o modelo e os pressupostos científicos das Luzes.

Sob esse aspecto, os efeitos da chegada da corte portuguesa ao Brasil materializaram-se tanto na transposição de órgãos da estrutura administrativa metropolitana quanto na fundação do Real Horto, da Biblioteca Real

vel em <https://caosmose.net/pierrelevy/index2.html/>

⁸⁶ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 95.

e do Museu Real. Os sonhos dos intelectuais da segunda metade do XVIII viriam acontecer, finalmente, em um quadro no qual “imprensa, periódicos, escolas superiores, debate intelectual, grandes obras públicas, contato livre com o mundo (numa palavra: a promoção das luzes) assinalam o reinado americano de d. João VI, obrigado a criar na Colônia pontos de apoio para o funcionamento das instituições”⁸⁷.

Em meio à agitação que envolve a metrópole e suas instituições, o Real Arquivo da Torre do Tombo, designação do arquivo régio, datado do reinado de d. Fernando (provavelmente entre 1352 e 1378), escapa à fragmentação, anunciada pela presença do general Junot, entre 1807 e 1808, ao não ser transferido para o Brasil, como ocorreu com parte dos arquivos das Secretarias de Estado. Ante a ameaça de agravamento dos levantes populares e de uma nova invasão dos franceses preparou-se o esvaziamento da Torre e o envio dos documentos para o Rio de Janeiro, o que não chegou a ocorrer⁸⁸. Na passagem para o Império, ficavam aqui os arquivos transladados e a idéia de uma falta, dos papéis guardados na Torre do Tombo e que deveriam certificar a história do novo Estado.

No século XIX, instituições públicas, como a Biblioteca Pública, o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, investiram no enriquecimento de seus acervos, obtendo obras, coleções e documentos na Europa e em outras regiões do país. Esse foi também o objetivo do Arquivo Público, que insistiu na necessidade de uma missão para o exame e cópia (quando não se pudesse trazer os originais) de documentos do Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, que interessassem ao Império, especialmente os tratados com potências estrangeiras, para servir à história diplomática e ao direito internacional, e as bulas, breves, decretos dos concílios, letras apostólicas e outros documentos eclesiásticos. Considerava-se que “tendo estado o Brasil submetido por espaço de trezentos

⁸⁷ CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6.^a ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981. p. 227.

⁸⁸ CUNHA, Ana Cannas da. Salvar direitos, defender uma memória: o Real Arquivo e as invasões francesas. In: FARINHA, Maria do Carmo Dias. (Coord.). *A Torre do Tombo na viragem do milênio*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2000. p. 75.

anos à Metrópole, e tendo tido lugar, em tão longo estádio acontecimentos políticos do maior momento, será ainda conveniente que se incumba, ou a algum empregado desta Repartição ou a indivíduo de notória capacidade, a comissão de pesquisar na Torre do Tombo, em Portugal, todos aqueles documentos que não podem deixar de existir nesse lugar concernentes à história do país”.⁸⁹

Os limites que o Império deveria traçar em suas primeiras décadas eram os do território e do Estado, confrontados com nações vizinhas e com a Igreja. A direção do Arquivo relacionava, entre suas atribuições, o dever de subsidiar esse conhecimento, além do objetivo de preencher as lacunas da “história do Brasil”, vista na perspectiva do Império recém-fundado. Criada nos últimos anos da Regência, a instituição começava suas atividades nas décadas do “Regresso” conservador, dos “saquaremas”, que se estenderia até a ascensão liberal dos anos de 1860. Entre outros aspectos, esses decênios se constituem pela afirmação, por parte dos dirigentes imperiais, dos princípios da ordem e da civilização, apoiados no movimento simultâneo de ruptura com o passado colonial e de elo com a metrópole. A unificação desses momentos tornou-se exemplar na valorização da transferência da corte para o Brasil, do Velho para o Novo Mundo, expressa no uso do termo ‘transmigração’⁹⁰. Conferia um sentido para o Império que incorporava essa passagem e se distanciava da desordem e da fragmentação. Conhecer os limites com as repúblicas vizinhas, de origem hispânica, tinha, assim, um duplo significado, traçava efetivamente uma diferença não apenas territorial, mas histórica, passível de conhecimento e comprovação nos arquivos portugueses.

A partir de seu funcionamento efetivo o Arquivo Público procurará, por diversos meios, ampliar e qualificar seu universo documental. É ainda na década de 1840 que chegam ao Arquivo os documentos do extinto *Desembargo do Paço*, que funcionara no Brasil a partir da chegada da corte portuguesa

⁸⁹ Relatório do diretor do Arquivo Público do Império, anexo ao Relatório do ministério do Império de 1861. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862.

⁹⁰ Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 285-286.

até 1828. Achavam-se em “completo abandono” no Supremo Tribunal de Justiça, muitos já em estado precário. Nesse período, foi também recebido outro órgão da administração joanina, a extinta *Mesa da Consciência e Ordens*. Os esforços empreendidos para formação do acervo da Instituição, abrangendo também aqueles mais recentes, envolveram a viagem de Antônio Gonçalves Dias, em 1852, a diversas províncias do Norte com a missão de coligir documentos em bibliotecas e arquivos de mosteiros e repartições públicas, reunindo, especialmente, aqueles que, pelo decreto de 1838, deveriam ser recolhidos ao Arquivo Público, “sendo devida ao seu zelo, no desempenho daquela comissão, não só a efetiva entrada para o Arquivo de documentos importantes, mas também a notícia da existência de outros, cuja aquisição se trata de realizar”.⁹¹

O recolhimento ou a reprodução de documentos da história colonial brasileira evidencia algo intrínseco aos arquivos como um todo: o processo constitutivo de seus acervos, muito mais do que a ideia de recomposição dos fragmentos de uma dada história do Brasil. Ao longo do tempo, esses fundos e coleções, públicos ou privados, adquiriram no Arquivo Nacional outros sentidos, exemplificados nas classificações adotadas na passagem para a República, em que foram reunidos os segmentos “Brasil reino” e “Brasil colônia” ou na renovação do interesse por determinados temas como a Inconfidência mineira. Grupos de trabalho, publicações, exposições, arranjos são, direta ou indiretamente, intervenções que reconfiguram seu sentido, atribuindo valor a alguns conjuntos, adotando normas de descrição, privilegiando aspectos.

AS REDES DO MUNDO ATLÂNTICO

Desde a década de 1990 a Instituição esteve envolvida, entre muitas iniciativas, com a produção de conhecimento e a difusão dos fundos e coleções pertinentes à história moderna e contemporânea do Império ultramarino, da América portuguesa e de suas relações atlânticas. Publicações, exposi-

⁹¹ Ibid, 1862.

ções, seminários e bases de dados foram alguns dos produtos visíveis dessa participação. Referimo-nos, sobretudo, aos projetos que resultaram no portal *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*, especialmente a base de dados *Roteiro de Fontes* e o *Glossário de História Luso-Brasileira*.

Editado a partir de 2004, *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*⁹² completou duas décadas de atividade ininterrupta. Trata-se de uma iniciativa precursora no campo da história pública e da história digital, sobretudo no âmbito dos arquivos brasileiros, um produto da linha de pesquisa principiada em 1997 com a elaboração da base de dados *Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a história luso-brasileira*⁹³, que abrangeu os fundos e coleções conservados na Instituição entre os séculos XVI e XIX, coincidindo com o final do período joanino. A base de dados comporta um total de 3.486 unidades de arquivamento (correspondentes a um volume de códice, pacote de uma caixa, maço ou processo) e possibilita a pesquisa em 3.880 descritores onomásticos, 2.234 descritores toponímicos e 1.600 descritores temáticos que podem ser relacionados com as datas-limite escolhidas pelo usuário.

Esse universo documental foi explorado entre 1997 e 2001 através de um projeto de indexação iniciado com a construção de um tesouro. Os termos que o estruturaram lançaram no espaço virtual descritores que respeitavam objetos de interesse da historiografia sobre o período e deram a ver uma configuração do acervo arquivístico que extrapola sem corromper a lógica vertical da proveniência dos fundos. Os descritores (onomásticos, temáticos e toponímicos) e os cortes cronológicos redimensionaram o acervo, relacionando atores políticos, atividades econômicas, além de circunscrever no tempo determinados processos. O *Roteiro* permite a seleção de temas como arte, cidades, domínio holandês, comércio de escravos, família, festas religiosas, história natural, índios, manufaturas, mineração, Portugal – invasão napoleônica, habitação, produtos tropicais, quilombos, pau-brasil, entre tantos outros. Também as espécies documentais são

⁹² <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/>

⁹³ <http://www.an.gov.br/anac/>

variadas: cartas régias, alvarás, inventários *post-mortem*, processos crimes, memórias etc.

Mais que um banco de dados, o Roteiro constitui-se, assim, numa forma de conceber classificações, indicadores e leituras. Sua conclusão criou as condições para a elaboração do portal, antecedendo a própria página institucional. Partiu, tal como a base de dados, da equipe de historiadores da área de Pesquisa o esforço para sua construção, incluindo a pesquisa e seleção do *software* então adotado.

Voltado para a difusão do acervo do Arquivo Nacional, o site se subdivide entre os temas *A Corte no Brasil; Expansão Portuguesa; Brasil; Portugal e Império luso-brasileiro*. Cada seção (ou tema) oferece ementas de documentos; textos de apresentação; sugestões bibliográficas e a sala de aula: transcrições de manuscritos acompanhadas de verbetes explicativos. Esses temas abrigam seções que respeitam linhas de pesquisa, distintas abordagens no campo historiográfico e das ciências sociais, e pesquisas recentes, combinadas ao potencial do acervo da Instituição. Desta forma, os textos *festas coloniais; vida privada; pau brasil; do estanco à extinção; indumentária colonial; crime e polícia; mulheres na colônia; gentes da colônia: censos*, entre outros, procuram iluminar aspectos e contextos refletidos na documentação.

A fórmula do luso-brasileiro, que viria abranger as diversas iniciativas nessa área, subentende uma opção historiográfica que investe em uma tradição ibérica, em um projeto, tal como se desenhou ao final do setecentos, e, não menos importante, em uma reciprocidade nos termos das transformações culturais operadas nessas sociedades. Priorizar esse enfoque resultou não apenas em um título, mas na estruturação temática do portal que buscou relacionar a história do reino, do continente europeu, dos domínios ultramarinos, com destaque para a América portuguesa, levando-se em conta o seu caráter de rede, de múltiplas relações travadas no mundo atlântico, refletidos nos fundos arquivísticos recolhidos ao Arquivo Nacional e, principalmente, que instituíram o poder nas diversas configurações imperiais.

O ARQUIVO NA SALA DE AULA

Essa seção respondeu a uma lacuna institucional, atuando de forma inédita na elaboração de material didático voltado ao público escolar. A iniciativa corresponde às diretrizes curriculares do Ministério da Educação e à tendência internacional de incorporação de funções educativas por parte de museus, arquivos e bibliotecas. Colaborar com o ensino de história por meio da divulgação de documentos de seu acervo, de acordo com as principais diretrizes previstas para a disciplina, é uma tarefa inadiável para a principal instituição arquivística do país, detentora de um acervo privilegiado em extensão e diversidade e que ainda é de difícil acesso para estudantes e professores dada sua complexidade.⁹⁴

O projeto buscou contemplar, assim, a demanda da rede de ensino por um contato mais amplo e aprofundado com a documentação arquivística e com as atividades envolvidas na pesquisa histórica, gerando como produto a veiculação por meio eletrônico de documentos selecionados por tema, transcritos no todo ou em parte, acompanhados de um glossário e uma curadoria daqueles registros: fundo ou coleção a que pertencem, datas, principais indivíduos ou instituições mencionadas, termos utilizados, localização geográfica e o recorte histórico a que estão referidos. O caráter inovador do Sala de Aula, entre outros fatores, consistiu em dispor documentos arquivísticos não divulgados ou consolidados em livros escolares e outros.

GLOSSÁRIO DE HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA

Uma história da escrita, dos manuscritos e dos arquivos nos séculos de colonização portuguesa na América ultrapassa a exploração de conteúdos e temas, iluminando uma série de fatores que conformaram os fundos e coleções, públicos e privados, custodiados pelo Arquivo Nacional. Assim,

⁹⁴ CARVALHO, M. P. de, & ZAMPA, V. C. da S. (2017). O Arquivo Nacional na “Sala de Aula”: fontes históricas na construção do conhecimento. *Revista História Hoje*, 6(12), 35–54. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v6i12.365>

os arquivos não apenas refletiriam espaços e relações de poder, como seriam agentes estruturantes da dominação colonial e de seus vários eixos e desdobramentos. A legislação e a correspondência entre os gêneros preponderantes foram os pilares da administração ultramarina, como escreveu Fernando Novais em seu clássico *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*.⁹⁵

Entre as leituras possíveis dos manuscritos, além de aspectos materiais que igualmente informam sobre esse universo, estão os conceitos, os termos, as palavras, as designações que diferem do discurso oral e circunscrevem hierarquias, grupos, sociabilidades. Indicam também escolhas, imposição da língua, apropriação de vocábulos, incorporações. A taxinomia daquela sociedade a partir dessa escrita que buscava adquirir pelo domínio da língua um conhecimento original – de lugares, objetos, práticas e saberes.

Trata-se aqui de pensar os arquivos e seus acervos como objetos em si mesmos, além de “fontes” de informação. Do mesmo modo, considerar manuscritos e mesmo impressos em sua singularidade abre espaço para um campo fértil de pesquisa sobre arquivos coloniais e as análises pós-coloniais.⁹⁶ Também nesse sentido, o Glossário de história luso-brasileira, fruto da linha de pesquisa mais ampla do portal ⁹⁷ iniciada em 2004, tem uma contribuição a dar a partir da linguagem e do que ela tem o poder de instaurar.

Além de temas importantes como, por exemplo, o café, o açúcar, a escravidão, estão presentes bandos, capitulações, corvetas, “devoradores de trono”, entre outros termos e expressões que muitas vezes não fazem mais parte do repertório linguístico corrente, mas que estão presentes no nosso vocabulário histórico, constituindo-se em um registro da língua escrita, mas também falada e filtrada naquela sociedade entre os séculos XVII e XIX. Os termos relacionados foram reproduzidos sem alterações, apenas submetidos a uma grafia contemporânea, fiéis ao modo como foram escritos e empregados.

⁹⁵ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1989

⁹⁶ Cf. CAHEN, Michel. O que pode ser e o que não pode ser a colonialidade. Uma abordagem “pós-colonial” da subalternidade. M. Cahen & Ruy Braga (eds). Para além do pós (-) colonial. Alameda Editorial, 2018. p.31-73,

⁹⁷ <http://historialuso.arquivonacional.gov.br/>

Composto por mais de mil verbetes, o Glossário tem como principais fontes a correspondência e a legislação que sustentam a administração colonial, a produção memorialística, corografias históricas, inventários, autos de devassas, processos, entre outros registros. Constitui um léxico que em si mesmo é acontecimento histórico, objeto de análise, instrumento de dominação e de resistência. Verbetes constituídos por expressões, conceitos, ideias não apenas auxiliam na leitura de documentos, mas são indícios da cultura escrita e das sociedades em que viveram seus autores e até os que transitaram em suas franjas. Tópicos frequentes na literatura acerca do sistema colonial citados em registros diversos, de mapas de comércio a cartas régias, revelam o seu sentido histórico, o que representaram especificamente para aquelas sociedades.

CONCLUSÃO

Acreditamos que o produto, iniciativa no campo das humanidades digitais, da história pública e ferramenta de difusão em instituições arquivísticas, é uma oportunidade de reflexão sobre o arquivo, os arquivos, a formação de acervos de caráter permanente, sua dimensão discursiva e as relações de poder que instauraram e que perpetuam, bem como a leitura crítica das formulações arquivísticas e historiográficas. Permite investigarmos um conjunto de premissas relativas ao conhecimento histórico, à natureza dos documentos, às ideias de memória e realidade que, de alguma forma, permanecem intocadas nos arquivos.

A interação entre o digital e as humanidades, a incorporação de metodologias específicas da área das tecnologias digitais com a investigação acadêmica permite gerar proximidade com um público amplo e agregar várias disciplinas do campo da Ciências Humanas, concedendo um caráter transdisciplinar. A capacidade de o digital, através da interatividade, da criatividade e do dinamismo dos seus métodos e ferramentas, ampliar o alcance do conhecimento produzido é destacada como uma das vertentes centrais das humanidades digitais. Trata-se também de uma arena aberta

de produção e comunicação acadêmica, abrangendo o desenvolvimento de novos materiais didáticos.⁹⁸

No que se refere especificamente ao caráter colonial dos fundos e coleções, sua importância no debate contemporâneo, mesmo fora dos limites acadêmicos e arquivísticos, é dada, por um lado, pela própria complexidade intrínseca a esses documentos e a consequente dificuldade de recepção por um público não especializado e, por outro, diante da perspectiva decolonial, pós ou contra colonial, com as devidas conceituações dessas expressões. À detecção de outros eixos para se pensar o nexos colonial – ou imperial – além da clássica relação metrópole-colônia soma-se uma interpretação desses acervos que assinala uma relação de domínio manifesta em outras instâncias, superando as informações que confirmam uma dada desigualdade.

Ao valor do patrimônio documental conservado no Arquivo Nacional, conferido por uma série de características, deve-se agregar a dinâmica de uma contínua interpretação de sua totalidade, dos nexos estabelecidos entre fundos e coleções, da materialidade dos diferentes suportes e formatos, enfatizando o caráter da construção e formação do acervo do Arquivo Nacional. <http://historialuso.arquivonacional.gov.br/>

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL. *Arquivo Nacional na Câmara*. Disponível em: <http://www.an.gov.br/anac/>.

ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL. *História Colonial*. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/>.

⁹⁸ BARROS, Patrícia Marcondes de. Cultura Digital e a formação de professores: o ensino de história no tempo presente. *InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, MS, v. 25, n. 49.1, p. 195-211, Dossiê Especial 2019

ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL. *História Luso-Brasileira*. Disponível em: <http://historialuso.arquivonacional.gov.br/>.

BARROS, Patrícia Marcondes de. **Cultura Digital e a formação de professores: o ensino de história no tempo presente**. *InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, MS, v. 25, n. 49.1, p. 195-211, Dossiê Especial 2019.

BLUTEAU, Rafael, Padre. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: no Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. v. I, p. 476.

CAHEN, Michel & BRAGA, Ruy (eds). *Para além do pós (-)colonial*. Alameda Editorial, 2018. p. 31-73.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6.^a ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981. p. 227.

CARVALHO, M. P. de, & ZAMPA, V. C. da S. **O Arquivo Nacional na “Sala de Aula”: fontes históricas na construção do conhecimento**. *Revista História Hoje*, 6(12), 35–54. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v6i12.365>.

CUNHA, Ana Cannas da. **Salvaguardar direitos, defender uma memória: o Real Arquivo e as invasões francesas**. In: FARINHA, Maria do Carmo Dias. (Coord.). *A Torre do Tombo na viragem do milênio*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2000. p. 75.

LÉVY, Pierre. *Tecnologias intelectuais e modos de conhecer: nós somos o texto*. Disponível em: <https://caosmose.net/pierrelevy/index2.html/>.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 95.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 285-286.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1989.

Relatório do diretor do Arquivo Público do Império, anexo ao Relatório do ministério do Império de 1861. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862.

CAPÍTULO 6

MEMORIAL DIGITAL DAS VÍTIMAS DA ESCRAVIDÃO NOS SERTÕES DE PERNAMBUCO (SÉCS. XVIII - XIX): UM INCIPIENTE BANCO DE DA- DOS EM APERFEIÇOAMENTO

Alexandre Bittencourt Leite Marques

Matheus Oliveira Farias

Paulo Henrique Ramos

O Memorial Digital das Vítimas da Escravidão nos Sertões de Pernambuco trata-se de um incipiente banco de dados em constante aperfeiçoamento, criado para armazenar e disponibilizar informações sistematizadas sobre o perfil dos seres humanos submetidos à condição de escravos nos sertões de Pernambuco, Brasil, durante os séculos XVIII e XIX. O banco de dados foi desenvolvido por uma equipe de professores e estudantes do Ensino Médio dos cursos técnicos de Desenvolvimento de Sistemas e Marketing da Escola Técnica Estadual Ministro Fernando Lyra (ETE MFL), em Caruaru, Pernambuco-BR. A justificativa para a sua criação decorre da carência de estudos sobre a escravidão nos períodos colonial e imperial nos sertões, se comparado com a quantidade de pesquisas realizadas a respeito nas áreas do litoral e entorno. Além disso, o estudo do perfil dessas pessoas do passado contribui na (re)construção das identidades culturais e memórias dos atuais descendentes, dentre eles, comunidades quilombolas, que há gerações ocupam diversas localidades do interior pernambucano. Nesse sentido, na tentativa de amenizar essa lacuna historiográfica, e de homenagear postumamente às vítimas da escravidão, o Memorial Digital tem como objetivo proporcionar aos mais diversos pesquisadores e ao público em geral uma ferramenta de busca que contribuirá para o estudo da história de homens, mulheres e crianças submetidos à escravidão em Pernam-

buco e, conseqüentemente, no Brasil. Concomitantemente, o projeto insere os estudantes da ETE MFL no âmbito da investigação científica, na medida em que estes analisam documentos históricos primários para o abastecimento do banco de dados, assim como introduz estes alunos no estudo da cultura digital.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio versa sobre o que é o Memorial Digital das Vítimas da Escravidão nos Sertões de Pernambuco (sécs. XVIII - XIX), bem como descreve sua construção e os primeiros resultados obtidos. Desenvolvido por uma equipe de professores e estudantes do ensino médio da Escola Técnica Estadual Ministro Fernando Lyra (ETE MFL), o Memorial consiste em um banco de dados digital que armazena e disponibiliza informações sobre o perfil dos seres humanos escravizados durante os séculos XVIII e XIX nos chamados sertões de Pernambuco.

A ideia para o desenvolvimento do site surgiu a partir da tese de Doutorado em História do professor Alexandre Bittencourt Leite Marques, realizada na Universidade de Évora/Portugal, entre os anos de 2015 e 2019, com bolsa de estudos CAPES/Brasil, onde se analisou, dentre outras coisas, a presença de escravos nos sertões de Pernambuco. Baseado em sua tese, o referido autor elaborou um projeto para a criação do banco de dados digital. Para a execução do projeto, somaram-se a este os professores de Desenvolvimento de Sistemas Paulo Henrique Ramos e Matheus Oliveira Farias, então colegas de trabalho na ETE MFL, juntamente com alguns estudantes da referida instituição, selecionados para trabalharem no banco de dados.

A justificativa para a criação do Memorial no âmbito científico decorre da carência de estudos sobre a escravidão nos períodos colonial e imperial nos sertões de Pernambuco, se comparado com a quantidade de pesquisas realizadas a respeito nas áreas do litoral e entorno. Já acerca da atualidade e da contribuição social do tema, destaca-se que os estudos do perfil dos escravizados no interior de Pernambuco são um fio condutor na (re)construção das identidades culturais dos seus atuais descendentes, parte deles

quilombolas. Muitos desses descendentes continuam a residir nas regiões do interior de Pernambuco, onde outrora seus antepassados se fixaram.

Por fim, no que concerne a justificativa a respeito do âmbito escolar, o projeto de pesquisa põe em prática a Lei 10.639 de 2003, seguida da Lei 11.645 de 2008, onde se tornou obrigatório o ensino de história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo da educação básica. Além disso, o projeto adota o conjunto de competências e habilidades das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), inserindo os estudantes da ETE MFL no âmbito da investigação científica, na medida em que estes analisam documentos históricos primários para o abastecimento do banco de dados, assim como introduz esses alunos no estudo e prática da cultura digital.

Sabe-se pouquíssimo a respeito dessas pessoas que faziam parte das escravarias de diversos proprietários de terras no interior de Pernambuco. Quem eram esses escravos? Como viviam? Qual a ligação deles com a África e com os sertões de Pernambuco? De que forma os diversos segmentos da atual sociedade podem acessar e utilizar essas informações? De que forma os estudantes do ensino médio podem ser introduzidos na pesquisa científica? Esses são os principais questionamentos do projeto de pesquisa que nos levou a criação do banco de dados.

Na tentativa de responder os questionamentos acima, o projeto traçou os seguintes objetivos: 1) identificar, analisar e disponibilizar fragmentos de informações acerca do perfil das pessoas outrora submetidas à escravidão nos sertões de Pernambuco; 2) homenagear postumamente as vítimas da escravidão; 3) contribuir na (re)construção das identidades culturais e memórias dos atuais descendentes, dentre eles, comunidades quilombolas; 4) introduzir os estudantes do ensino médio da ETE MFL na prática da pesquisa histórica e da cultura digital.

As fontes históricas utilizadas até o presente momento consistem dos seguintes documentos: inventários post-mortem e testamentos, localizados no Memorial da Justiça/Tribunal de Justiça de Pernambuco e no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Com o avançar

do trabalho, posteriormente, pretende-se utilizar também os manuscritos avulsos da capitania de Pernambuco, localizados no Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal.

Metodologicamente, a pesquisa documental para o Memorial se baseia no paradigma indiciário usado pelo historiador italiano Carlos Ginzburg, que nos permite enveredar nos resíduos, fragmentos e indícios presentes na documentação. (GINZBURG, 1989). Nos inventários post-mortem, testamentos e outros documentos, por vezes, é possível obter fragmentos de informações sobre os escravos, como por exemplo, suas condições jurídicas e qualidades, nome, idade aproximada, lugar de onde provinham (embora nem sempre fossem naturais do lugar de onde eram remetidos), condição de saúde, entre outras informações.⁹⁹

DESENVOLVIMENTO

Nos sertões de Pernambuco, consolidadas as fazendas de gado, erigidos povoados e vilas, cultivadas as plantações de algodão e os roçados de milho, mandioca e feijão, potencializou-se muito mais a presença de escravos africanos provenientes de Angola, do Congo, da Costa da Mina, etc, bem como de escravos crioulos e mestiços nascidos em terras do Brasil. Apesar dessa presença marcante, ainda são poucos os estudos acerca da escravidão nos sertões de Pernambuco. Algumas exceções podem ser vistas nos trabalhos desenvolvidos por Augusto Duque (1947), Ivete de Moraes Cintra (1988), Flávio Rabelo Versiani (2003), José Raimundo Oliveira Vergolino (2003), Caetano de Carli (2015), Marcelo O. do Nascimento (2016), Alexandre Bittencourt L. Marques (2019), José Eduardo Silva (2020), entre outros. Os trabalhos desses autores citados contribuem no preenchimento das la-

⁹⁹ Atualmente, existem instigantes discussões a respeito das condições jurídicas e qualidades de indivíduos existentes no Brasil colonial e demais partes do Império português. Alguns historiadores têm desenvolvido excelentes trabalhos a respeito disso, dentre eles: GUEDES, 2012; ALMEIDA, 2012; IVO, PAIVA e AMANTINO, 2016; PAIVA, CHAVES, PÉREZ GARCIA, 2016; MANSO, 2016.

cunas de pesquisas sobre a presença de escravizados no interior de Pernambuco, servindo de base teórica para a construção do Memorial Digital.

Por sua vez, em uma perspectiva mais global, nas últimas décadas, diversas obras de grande relevância vêm sendo publicadas com temas relativos as memórias da África, escravidão, tráfico de escravos atlântico e a complexa interconexão dos continentes africano e americano. Nesse contexto, é necessário salientar a grande contribuição proporcionada pelo advento da Internet com suas redes sociais. Como resultado disso, algumas instituições criaram grupos de estudos e elaboraram sites e bancos de dados que abarcam os mais variados temas: desde produções historiográficas, passando por documentos digitalizados, cadastro sobre personagens, número de escravos, localização de propriedades, entre tantos outros.

No âmbito internacional, por exemplo, o Slave Voyage, banco de dados do tráfico transatlântico de escravos, reúne informações sobre quase 36.000 viagens negreiras que embarcaram à força mais de 10 milhões de africanos para serem transportados até as Américas, entre os séculos XVI e XIX. O número real é estimado em até 12,5 milhões. (SLAVE, 2017). Já o Instituto Harriet Tubman da Universidade de York, por exemplo, faz parte de uma rede internacional de centros de pesquisa comprometidos com a maior compreensão da história da escravidão e seu legado, trazendo à luz a diversidade de africanos e suas diásporas. (INSTITUTO, 2017). Em Portugal, destaque para o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, que é uma organização de investigação e cooperação multidisciplinar e multicultural, onde reúne investigadores, docentes universitários e estudantes de instituições nacionais e internacionais. (CENTRO, 2017). Tem também o Portal das Memórias de África e do Oriente, projeto da Fundação Portugal-África desenvolvido e mantido pela Universidade de Aveiro e pelo Centro de Estudos sobre a África e do Desenvolvimento. (PORTAL, 2017). Por fim, o site das Nações Unidas traz informações acerca da Arca do Retorno, Memorial Permanente em Honra às Vítimas da Escravidão e do Comércio Transatlântico de Escravos nas Nações Unidas. Trata-se de um espaço físico criado para as pessoas de todo o mundo conhecerem

o nefasto legado do comércio de escravos e a lutarem contra o racismo e o preconceito. (NAÇÕES, 2019).

Por sua vez, no Brasil, o Memória Escravidão da Fundação Casa de Rui Barbosa disponibiliza no ambiente digital livros, revistas, artigos e referências de materiais sobre os temas escravidão, abolição e pós-Abolição. (MEMÓRIA, 2017). Também existe a Plataforma Sesmária do Império Luso-Brasileiro (SILB), que é uma base de dados que contém informações das sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa no Mundo Atlântico, muitos desses sesmeiros proprietários de escravos. (PLATAFORMA, 2017). Já a Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional é um portal de periódicos nacionais que proporciona consulta do seu acervo pela internet. Os diversos jornais de época pertencentes ao acervo da antedita instituição possui uma gama de informações acerca da escravidão no Brasil. (BN, 2021). Por fim, o Memorial Digital do Tribunal de Justiça de Pernambuco é um projeto de pesquisa voltado para preservação e difusão do conteúdo do patrimônio histórico documental do Memorial da Justiça de Pernambuco/TJPE. Seu inventário on-line disponibiliza informações sobre processos judiciais da Justiça pernambucana, trazendo a descrição e a digitalização de centenas de documentos da área criminal, produzidos no período de 1822 a 1889. Diversos temas são abordados nesses documentos do Memorial, incluindo aí, a escravidão. (MEMORIAL, 2022).

Cada um com suas particularidades, os sites ou bancos de dados acima citados serviram de inspiração para a elaboração do Memorial Digital das Vítimas da Escravidão nos Sertões de Pernambuco. Entretanto, apesar de passados alguns anos desde o seu início, em meados de 2019, a construção desse banco de dados ainda é algo muito incipiente, estando num lento processo de evolução, revisão e aperfeiçoamento. Infelizmente, dois fatores negativos contribuíram/contribuem para essa lentidão. O primeiro foi a pandemia desencadeada pelo Coronavírus nos anos de 2020 e 2021. Isto fez com que as aulas presenciais fossem suspensas nas redes de ensino, requerendo, com isso, que as atenções se voltassem para o desafio de formulação de novas estratégias de ensino/aprendizagem e de adaptação, por

parte de professores e alunos, para um contexto de ensino remoto que tentasse amenizar o prejuízo incalculável causado na educação. Devido a isso, o projeto foi suspenso durante esses dois anos. A segunda dificuldade é de âmbito estrutural da rede pública de ensino básico, principalmente, no que concerne a sobrecarga de trabalho a qual os professores estão submetidos. Isso faz com que o projeto, por vezes, seja pausado devido a outras demandas de caráter mais urgente.

No entanto, a despeito das dificuldades acima relatadas, o banco de dados vem sendo desenvolvido, revisado e aperfeiçoado. Foi estabelecida uma importante parceria com o Memorial da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco (MJ/TJPE), o qual recentemente divulgou informações sobre o nosso banco de dados em suas redes sociais. Além disso, deu-se início a apresentação dos primeiros resultados do projeto em eventos científicos de caráter nacional e internacional, como por exemplo o *X Colóquio Internacional A Imagética da Violência*, encontro científico organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa.

No âmbito escolar, a introdução de novas unidades curriculares no Ensino Médio como “Investigação Científica” e “Tecnologia e Inovação” tem contribuído para o avanço do projeto. Dentre as atividades desenvolvidas em cada uma dessas unidades curriculares estão a seleção de informações e fontes confiáveis que coadunam nas análises de documentos históricos primários para o abastecimento do banco de dados. Além disso, trabalha-se também com letramentos digitais (multimídia, pesquisa e informação) e construção de ferramentas digitais, neste caso, a construção do próprio banco de dados.

A equipe executora do projeto foi dividida em dois grupos: o primeiro, composto pelo professor Alexandre e alguns estudantes, desenvolve o trabalho de leitura paleográfica e coleta das informações sobre os escravizados na documentação coesa. É importante destacar que o trabalho de paleografia, por si, já é lento e minucioso, ainda mais se tratando de estudantes do ensino médio, que estão tendo contato pela primeira vez com a pesquisa documental e científica de modo geral. Sendo assim, faz-se necessária muita prudência e atenção nessa etapa. Já o segundo grupo é composto pelos

professores Matheus Farias, Paulo Ramos e estudantes, no qual realizam a construção e o aperfeiçoamento constante do site. A relação abaixo traz a configuração da equipe ao longo dos anos.

2023

Alunos desenvolvedores

Davi Anunciação (Prof. Dr. Orient.: Alexandre Bittencourt Marques)

Gabriel Duarte (Prof. Orient.: Ms. Paulo Ramos)

Victor Silva (Prof. Orient.: Matheus Faria)

Pedro Moreira

Alunos pesquisadores

Lucas Santos (Prof. Dr. Orient.: Alexandre Bittencourt Marques)

Rayssa Assis (Prof. Orient.: Ms. Paulo Ramos)

Wagner Silva (Prof. Orient.: Matheus Faria)

Maria Letícia de França

Davi Lins

2022

Alunos desenvolvedores

Wendel Frazão (Prof. Dr. Orient.: Alexandre Bittencourt Marques)

Gabriel Oliveira (Prof. Orient.: Ms. Paulo Ramos)

Elisson Gabriel (Prof. Orient.: Matheus Faria)

Lucas Daniel

Camila Farias

Kristian Fonseca

Gilliard Santos

Giovana Vitória

Alunos pesquisadores

Lucas Santos (Prof. Dr. Orient.: Alexandre Bittencourt Marques)

Rayssa Assis (Prof. Orient.: Ms. Paulo Ramos)

Wagner Silva (Prof. Orient.: Matheus Faria)

2019

Alunos desenvolvedores

Ana Clara (Prof. Dr. Orient.: Alexandre Bittencourt Marques)

Ana Lima (Prof. Orient.: Ms. Paulo Ramos)

André Luciano (Prof. Orient.: Matheus Faria)

Breno Olliver

Filipe Amauri

Isabella Beatriz

Jefferson Breno

Júlio César

Alunos pesquisadores

Marcos da Silva (Prof. Dr. Orient.: Alexandre Bittencourt Marques)

Maria Heloisa (Prof. Orient.: Ms. Paulo Ramos)

Mariene Medeiros (Prof. Orient.: Matheus Faria)

Myllena Lima

Ronny Guilherme

Ruan Souza

Samuel Francisco

CONCLUSÃO

Ainda há muito por se fazer. Em relação a análise documental, já foram cobertos os anos entre 1774 e 1810. Porém, temos acesso a documentos que se estendem até os anos 50 do século XIX. Tudo isso ainda precisa ser lido e analisado. Temos ciência de que o trabalho é longo, lento e gradativo. Entretanto, o pouco que avançamos já contribuiu para o surgimento de alguns resultados acerca da construção do banco de dados.

Em termos da seleção de documentos e análise documental, até agora, trabalhamos com uma amostragem de 48 inventários *post-mortem* e 8 testamentos, totalizando 56 documentos, referentes aos anos de 1774 e 1810. Desses documentos, identificou-se 266 indivíduos escravos, dos quais 115 deles, até agora, foram catalogados no banco de dados, gerando a disponibilização dos primeiros dados sistematizados para o público em geral a respeito do perfil dos escravizados dos sertões, como por exemplo, nomes, idades, sexos, parentesco, localidades, condição jurídica, qualidades.

Esperamos no futuro trabalhar em mais duas abas pensadas para compor o banco de dados. Uma delas abordará transcrições paleográficas dos documentos históricos utilizados na pesquisa. Por enquanto, só elaboramos e publicamos na íntegra uma transcrição a título de exemplo. Já a outra aba disponibilizará imagens de plantas e mapas de Pernambuco, assinalando as áreas dos sertões onde havia sítios, fazendas, povoados, julgados e vilas detentores das pessoas escravizadas. Por outro lado, é importante frizar que estamos cientes das dificuldades em trabalhar nessas duas abas devido a falta de tempo e de pessoas especializadas nos respectivos temas. Uma opção desejada para expandirmos e consolidarmos o projeto Memorial é a de firmarmos parcerias com outras instituições (universidades, institutos, arquivos, etc) que possam nos auxiliar no andamento das pesquisas históricas e no aprimoramento do banco de dados.

Por fim, no que se refere ao âmbito escolar, o fortalecimento do diálogo entre pesquisa, ensino e tecnologia digital, assim como a relação ensino/aprendizagem, tem caminhado bem entre o corpo discente e docente da

Escola Técnica Estadual Ministro Fernando Lyra, pois já é nítida a ampliação dos conhecimentos dos educandos no âmbito das Ciências Humanas e do letramento digital de pesquisa e informação. O número de estudantes envolvidos no projeto se renova gradativamente, pois, na medida em que se formam no ensino médio, terminam por abrir espaço para as gerações mais novas que logo são apresentadas ao projeto, sendo selecionados os interessados para incorporar à equipe de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. **Histórias de gente sem qualidade: mulheres de cor na capitania de Pernambuco no século XVIII**. In: Flávio José Gomes Cabral; Robson Costa (orgs.). (2012) História da escravidão em Pernambuco. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

AMANTINO, Márcia. **Cabras**. In: PAIVA, Eduardo França. **Escravo e mestiço: do que estamos efetivamente falando?** In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández; PÉREZ GARCÍA, Rafael M. (Org.). **De que estamos falando?: antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

CINTRA, Ivete de Moraes. **Gado brabo de senhores e senzalas**. Recife: Centro de Estudos História Municipal, 1988.

DE CARLI, Caetano. **O escravismo e o sertão de Pernambuco**. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, n. 68, p. 77-122, 2015.

DUQUE, Augusto. **Documento sobre o agreste**. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, 1947. Separata da Revista do Arquivo Público, 7.34, 1.º semestre, 1947.

GUEDES, Roberto. **Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no reino de Angola na segunda metade do século XVIII**. In: ALMEIDA, Suely Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo; RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Cultura e sociabilidades no Mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 369-398.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Márcia. **Religiões e religiosidades, escravidão e mestiçagens**. São Paulo: Intermeios: 2016.

MANSO, Maria de Deus. **Um “universo” embaraçoso de relações: homens livres, nobreza escrava, escravas, mulatinhos, crioulos e cabrinhas: Salvador no século XIX**. In: IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França. AMANTINO, Marcia. (Org.) *Religião e religiosidades, escravidão e mestiçagens*. São Paulo: Intermeios, 2016.

MARQUES, A.B.L. **No “coração das terras” - os sertões da capitania de Pernambuco e do reino de Angola: representações, conexões e trânsitos culturais no império português (1750-1808)**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Évora, Évora (Portugal), 2019.

NASCIMENTO, Marcelo O. do. **Pesqueira de 1800: a fazenda, o fundador e sua gente**. Pesqueira: Ed. do autor, 2016.

PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández. PÉREZ GARCIA, Rafael M. (Org.). **De que estamos falando?: anti-gos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

SILVA, José Eduardo da. **Além do litoral: escravidão no agreste meridional de Pernambuco (Garanhuns, 1800-1850)**. Dissertação

(Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco, 1777-1887*. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr./jun. 2003.

Sites:

BN Digital Brasil. Hemeroteca. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 05 mai. 2021.

CENTRO de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP). Disponível em: <https://africanos.eu/index.php/pt/>. Acesso em: 3 abr. 2017.

INSTITUTO Harriet Tubman da Universidade de York. Disponível em: http://www.tubmaninstitute.ca/news/the_harriet_tubman_institute. Acesso em: 3 abr. 2017.

MEMORIA Escravidão. Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://www.memoriaescravidao.rb.gov.br/estante-digital.html>. Acesso em: 3 abr. 2017.

MEMORIAL Digital do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Disponível em: <https://portal.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/digital>. Acesso em: 4 fev. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. Programa de divulgação sobre o comércio transatlântico de escravos e a escravidão. Disponível em: <https://www.un.org/en/rememberslavery/memorial>. Acesso em: 1 ago. 2019.

PLATAFORMA Sesmaria do Império Luso-Brasileiro (SILB). Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>. Acesso em: 3 abr. 2017.

PORTAL das Memórias de África e do Oriente. Disponível em: [<http://memoria-africa.ua.pt/>](http://memoria-africa.ua.pt/). Acesso em: 3 abr. 2017.

SLAVE Voyage. Disponível em: [<http://www.slavevoyages.org>](http://www.slavevoyages.org). Acesso em: 3 abr. 2017.

CAPÍTULO 7

MEMÓRIA DIGITAL DOS JUDEUS REFUGIADOS NO BRASIL: PLATAFORMA ARQSHOAH

João Paulo Vani

Este artigo discute a importância de preservar a memória do Holocausto e os direitos dos refugiados e sobreviventes. Salienta a necessidade de sensibilização para as violações dos direitos humanos e a luta contra o negacionismo através da criação de arquivos digitais eficientes. É destacado o meticuloso processo de digitalização e organização de documentos, sublinhando a importância dos metadados e da catalogação para uma recuperação eficiente da informação. O documento também enfatiza o papel dos arquivos digitais na educação e na disseminação do conhecimento, particularmente em relação ao Holocausto e aos direitos humanos. Sublinha a responsabilidade de proteger e perpetuar a memória e o conhecimento do passado para um futuro mais informado e consciente. Além disso, enfatiza a necessidade de uma abordagem multifacetada para garantir a preservação a longo prazo da memória digital dos refugiados judeus no Brasil. O documento também destaca a interseção entre o Arqshoah e a educação sobre direitos humanos, bem como a importância de parcerias com instituições oficiais e comunitárias para iniciativas educacionais. De modo geral, o documento ressalta o papel crucial dos arquivos digitais na preservação da memória histórica e na promoção da educação em direitos humanos.

INTRODUÇÃO

A memória digital dos judeus refugiados no Brasil é um projeto extremamente significativo e relevante que tem em vista manter a preservação e disponibilização dos preciosos documentos históricos que se relacionam com esse período delicado da história. Com o intuito de resgatar e disseminar de forma ampla e acessível à valiosa história desses bravos refugiados, estamos empenhados em realizar a digitalização minuciosa de cada documento e construir um acervo online de proporções magníficas. Dessa maneira, contribuímos para o enriquecimento do conhecimento coletivo e da memória nacional, uma vez que reconhecemos e valorizamos a importância desses registros para a compreensão do contexto histórico no qual esses refugiados chegaram ao Brasil. Ao investir na criação de um acervo digital abrangente, pretendemos não só preservar essas memórias, mas também garantir que elas estejam ao alcance de todos, sem barreiras físicas ou temporais. A digitalização minuciosa de cada documento permite que os pesquisadores e entusiastas da história tenham acesso a informações preciosas, que de outra forma poderiam estar perdidas ou inacessíveis. Além disso, ao disponibilizar esses documentos online, estamos construindo uma fonte de conhecimento coletivo, possibilitando que pessoas de diferentes partes do mundo acessem e aprendam com as experiências desses refugiados. A memória digital se torna, assim, uma poderosa ferramenta não apenas de preservação, mas também de disseminação das experiências desse valioso grupo. É imprescindível destacar a essencialidade desse trabalho, uma vez que ele não se limita apenas à preservação da história dos refugiados, mas também contribui para a valorização da diversidade cultural e o combate ao esquecimento. Ao compartilhar esses registros, estamos promovendo a empatia e a compreensão entre as pessoas, fortalecendo os laços de solidariedade e respeito mútuo. Assim, ao investir nesse projeto de grande envergadura, estamos cumprindo um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a memória de cada indivíduo é valorizada e respeitada. A memória digital dos judeus refugiados no Brasil

é um testemunho vivo de resiliência, coragem e esperança, que merece ser preservado e compartilhado com as gerações presentes e futuras.

CONTEXTO HISTÓRICO

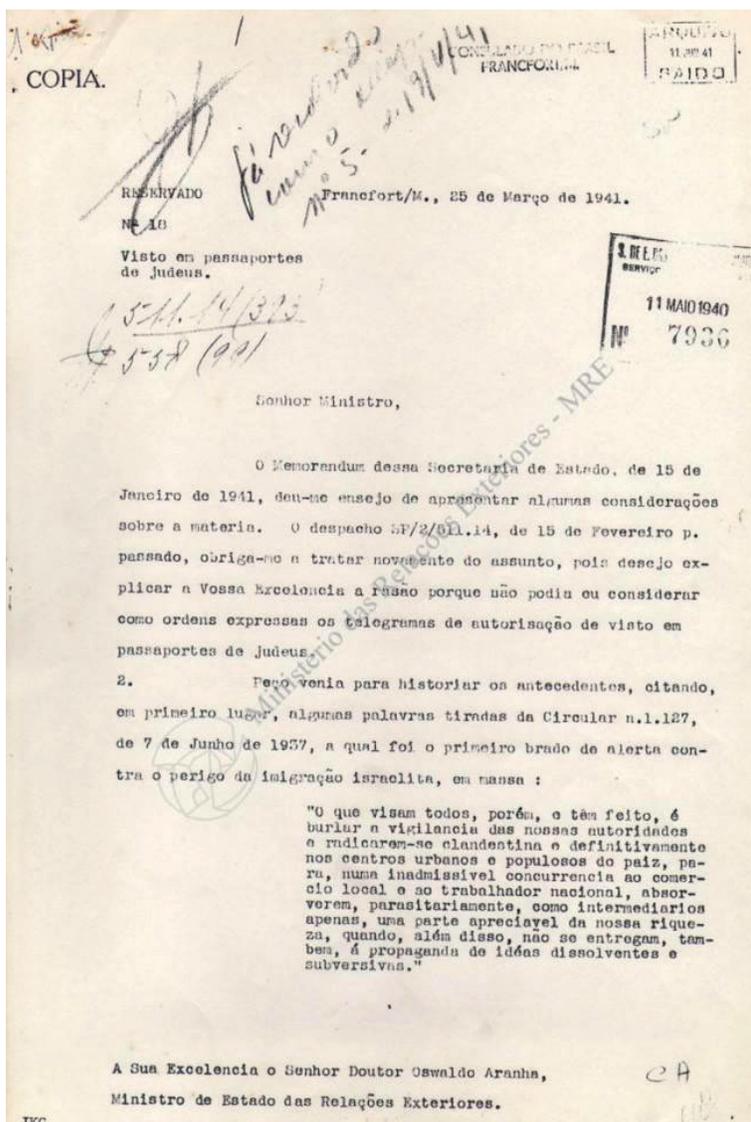
O contexto histórico em que os judeus refugiados chegaram ao Brasil remonta ao período da Segunda Guerra Mundial, um dos maiores conflitos já presenciados pela humanidade. Com o avanço do nazismo e a perseguição implacável aos judeus na Europa, muitas vidas foram destruídas e famílias inteiras se viram obrigadas a abandonar seus países de origem em busca de segurança e esperança em terras estrangeiras. O Brasil, embora inicialmente relutante em receber inúmeros refugiados, acabou por abrir suas portas para essa comunidade, tornando-se um refúgio para milhares de judeus que precisavam reconstruir suas vidas. Durante os anos de 1933 a 1948, uma onda migratória significativa de judeus chegou ao Brasil em busca de abrigo e oportunidades de recomeço. Essa vinda em massa teve um impacto profundo na história e na memória coletiva dos judeus refugiados no país. Como foram recebidos e integrados pela sociedade brasileira, assim como as dificuldades enfrentadas para se estabelecerem em uma nova terra, moldaram a identidade desses indivíduos e das gerações subsequentes. Ao traçarmos um panorama desse contexto histórico, podemos perceber a importância e o legado deixado pelos judeus refugiados no Brasil. Além de contribuírem para o desenvolvimento econômico e cultural do país, esses indivíduos deixaram marcas profundas na formação da sociedade brasileira, trazendo consigo seus valores, tradições e conhecimentos. A presença desses judeus, que enfrentaram adversidades e superaram desafios inimagináveis, reforça a importância da solidariedade, da tolerância e da diversidade em nossa trajetória como nação. A formação da memória coletiva dos judeus refugiados no Brasil é um testemunho vivo de lutas, superações e resiliência. É um legado que nos convida a refletir sobre a nossa história, sobre a importância de acolher aqueles que buscam abrigo e sobre a necessidade de valorizar as diferenças que enriquecem nossa sociedade. Em um mundo ainda marcado

por conflitos e desigualdades, a história dos judeus refugiados no Brasil nos ensina lições preciosas de humanidade e empatia, nos desafiando a construir um futuro mais justo e inclusivo para todos. (Lima Pereira, 2019)

Judeus no Brasil durante o regime de Getúlio Vargas foram amplamente afetados pela terrível tragédia do Holocausto, que assolou a Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse período sombrio da história, muitos judeus buscaram refúgio em terras brasileiras em busca de segurança e proteção contra a perseguição nazista. Com a política de imigração restritiva implementada por Vargas, houve dificuldades em acolher todos os refugiados que precisavam desesperadamente de ajuda e abrigo, resultando em inúmeros desafios para a comunidade judaica. No entanto, apesar das adversidades sem precedentes, os judeus no Brasil encontraram forças extraordinárias para se reconstruir e reerguer-se diante de um cenário tão devastador. Eles não apenas sobreviveram, mas também prosperaram em solo brasileiro, contribuindo de maneira significativa para a formação e enriquecimento da cultura do país. Suas histórias de resiliência e superação ecoam até hoje, inspirando gerações futuras a enfrentar os desafios da vida com esperança e determinação. O legado desses sobreviventes se tornou parte intrínseca da sociedade brasileira, moldando seu caráter e promovendo a tolerância e o respeito pela diversidade. É de extrema importância lembrar com reverência e honra aqueles que sofreram e lutaram durante o Holocausto, para que jamais se esqueça das lições aprendidas com essas importantes experiências históricas. Devemos continuar contando e compartilhando essas histórias, para o mundo permanecer vigilante contra qualquer forma de intolerância e discriminação, protegendo assim o legado dessas vítimas e garantindo que suas memórias nunca sejam esquecidas. (Nunes, 2020; Passos, 2019)

De acordo com Tucci Carneiro (2012), a abertura dos arquivos diplomáticos e policiais no Brasil, especialmente a partir de 1995, teve um impacto significativo na historiografia do antissemitismo no país. Com o acesso a esses documentos, pesquisadores puderam explorar fontes inéditas e reveladoras, o que permitiu uma reavaliação mais profunda e detalhada

das políticas e práticas antisemitas sustentadas pelos governos de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra.



Fonte: Arqshoah (referência: RG-ARQ 483). Ofício acerca de visto em passaportes emitido por Jorge Kirchhofer Cabral, do Consulado do Brasil em Frankfurt, destinado a Oswaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Acesso: 28 mai. 2024.

Essa abertura de arquivos possibilitou a descoberta de circulares secretas, ordens de serviço e resoluções que evidenciaram a prática de uma política imigratória seletiva e excludente em relação aos judeus refugiados do nazifascismo. Além disso, permitiu-se identificar e analisar as ações de diplomatas brasileiros que, apesar das políticas oficiais, concederam vistos a judeus em situação de risco, salvando assim muitas vidas.

A disponibilização desses documentos também contribuiu para a quebra de mitos e versões deturpadas da história oficial, permitindo que a historiografia brasileira avançasse em sua compreensão do antissemitismo e da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Isso inclui a reavaliação do papel do Brasil na salvaguarda dos judeus perseguidos pelo nazismo e a revelação de casos de colaboração com o regime nazista.

Além disso, a política de imigração do governo brasileiro durante a Era Vargas (1930-1945) e Dutra (1946-1950) foi marcada por uma série de medidas restritivas e discriminatórias em relação aos refugiados judeus. Apesar de haver uma imagem oficial de que o Brasil era um país acolhedor e humanitário, a realidade foi bastante diferente.

Durante esse período, o governo brasileiro editou várias circulares secretas, ordens de serviço e resoluções que dificultavam a entrada de judeus no país. Essas medidas incluíam a negação de vistos e a imposição de restrições à imigração de pessoas consideradas “não arianas”. Muitos judeus foram obrigados a entrar no Brasil com vistos de católicos ou turistas, ou mesmo a subornar funcionários para conseguir permissão de entrada.

A política imigratória seletiva do governo brasileiro foi influenciada por uma visão de pureza racial e por interesses econômicos, que priorizavam a entrada de imigrantes considerados “desejáveis” do ponto de vista econômico e racial. Isso resultou em milhares de vistos negados a judeus apátridas de múltiplas nacionalidades e profissões, demonstrando uma prática antisemita por parte do Estado brasileiro.

No entanto, é importante destacar que houve exceções notáveis, como o caso do embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, que concedeu vistos a judeus em trânsito pela França ocupada, desobedecendo às ordens secretas

do Itamaraty e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A atitude de Souza Dantas e de outros poucos diplomatas que agiram de forma humanitária contrasta com a política oficial do governo brasileiro da época.

IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA DIGITAL

A memória digital dos judeus refugiados no Brasil desempenha um papel fundamental na preservação, divulgação e fortalecimento da história e da rica cultura judaica. Por meio da imersão na digitalização de documentos históricos, como cartas pessoais, fotografias de valor inestimável e registros diversos, é completamente possível conservar e tornar acessível online um acervo de informações e experiências enriquecedoras dessa vibrante comunidade. Além disso, a memória digital torna-se uma ponte poderosa para a disseminação do conhecimento, permitindo que pesquisadores, estudantes e todos os interessados tenham um acesso amplo e facilitado a esses materiais preciosos e relevantes, que contribuem significativamente para o estudo desse primordial período histórico.

A tecnologia progressiva e as inovações constantes no campo da memória digital proporcionam oportunidades ilimitadas para expandir ainda mais a riqueza desses arquivos virtuais. Com o desenvolvimento de técnicas avançadas de digitalização, é possível adicionar detalhes minuciosos e aprimorar a qualidade visual das imagens históricas, garantindo assim uma experiência imersiva e realista ao explorar a história dos judeus refugiados no Brasil. Adicionalmente, a integração de recursos interativos, como vídeos, áudios e narrativas digitais, enriquece ainda mais como essas informações são apresentadas e compartilhadas, despertando o interesse e a curiosidade de um público diversificado ao redor do mundo. (Bartrop; Grimm, 2024; Rein et al., 2020)

A memória digital expande seus horizontes não apenas no campo acadêmico, mas também na esfera cultural e educacional. Projetos de preservação digital podem colaborar com escolas e instituições de ensino, fornecendo um acervo valioso para aulas, exposições virtuais e atividades interativas.

Dessa forma, a memória digital possibilita que as gerações futuras não apenas conheçam os eventos e personalidades que moldaram a história judaica no Brasil, mas também compreendam profundamente o contexto social, político e econômico em que esses eventos ocorreram. Com a colaboração de especialistas e a participação ativa da comunidade, a memória digital dos judeus refugiados no Brasil é uma conquista colaborativa e em constante expansão. É fundamental que a preservação desses materiais seja constantemente aprimorada e atualizada para acompanhar as demandas da era digital e garantir a permanência dessas histórias valiosas. Por meio de parcerias estratégicas, investimentos em infraestrutura tecnológica e engajamento contínuo, a memória digital continuará a florescer como uma fonte inesgotável de conhecimento e conexão entre indivíduos, comunidades e culturas. Ela cumprirá seu papel como uma poderosa ferramenta para a construção, valorização e divulgação da magnífica história dos judeus refugiados no Brasil, assegurando assim um legado e digno de apreço para as presentes e futuras gerações. (Krausz, 2020; Leite, 2021; Machado, 2022; Botelho, 2022)

DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

A digitalização de documentos históricos é um processo fundamental para preservar e disponibilizar o acervo de memória digital dos judeus refugiados no Brasil. Esse processo envolve a conversão dos documentos físicos em formatos digitais, como imagens ou arquivos de texto, possibilitando seu acesso e utilização de forma mais ágil e resiliente. Além disso, a digitalização permite a preservação dos documentos originais, evitando seu desgaste com o tempo. Para garantir a qualidade da digitalização, é necessário o uso de equipamentos adequados, como scanners ou câmeras de alta resolução, e a realização de técnicas de tratamento de imagem, como correção de cores e remoção de ruídos. Todo o processo de digitalização deve ser cuidadosamente planejado e executado, considerando as características e necessidades específicas de cada documento histórico. A digitalização também possibilita a indexação e organização dos documentos de forma mais eficiente, permi-

tindo uma pesquisa e recuperação de informações mais rápida e precisa. Além disso, a preservação digital dos documentos históricos permite a sua divulgação para um público mais amplo, por meio de plataformas online e redes sociais. Assim, a digitalização de documentos históricos dos judeus refugiados no Brasil contribui não apenas para a preservação da memória coletiva, mas também para a promoção da valorização da cultura e história dessa comunidade. Através da digitalização, é possível democratizar o acesso ao conhecimento histórico, possibilitando que mais pessoas tenham acesso a essas informações e contribuam para o enriquecimento e compreensão sociocultural do país. Por fim, é importante ressaltar a importância da digitalização como uma estratégia de preservação da memória em um mundo cada vez mais digitalizado. Ao tornar os documentos históricos dos judeus refugiados disponíveis em formato digital, estamos garantindo que essa história não seja esquecida e que as próximas gerações possam aprender com ela, honrar a memória dessas pessoas e evitar a repetição de erros do passado. A digitalização, portanto, vai muito além de converter documentos físicos em formatos digitais, ela é uma ferramenta poderosa para manter viva a história e promover a inclusão cultural. (Braunstein; Gelhard, 2023; Levéltár, 2022)

PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO

O processo de digitalização dos preciosos documentos históricos dos judeus refugiados no Brasil é meticuloso, minucioso e extremamente cuidadoso, considerando a importância histórica e o estado de conservação excepcional de cada um desses registros. Inicialmente, os documentos físicos passam por uma seleção minuciosa e criteriosa, onde critérios pré-estabelecidos são rigorosamente seguidos, garantindo assim que apenas aqueles de relevância incontestável e significado extraordinário sejam submetidos ao processo de digitalização. Em seguida, esses documentos passam por um escaneamento de alta tecnologia, com o auxílio de equipamentos de última

geração, que asseguram a máxima qualidade de reprodução possível, com detalhes e precisão notáveis. (Lorber, 2021)

Uma vez concluído com maestria o processo de digitalização, as magníficas imagens obtidas são submetidas a um delicado e minucioso tratamento, onde são cuidadosamente tratadas e convertidas para formatos apropriados, visando não apenas a preservação a longo prazo, mas também a garantia de facilidade de acesso e consulta por parte dos pesquisadores, estudiosos e demais interessados. É fundamental ressaltar que todo o procedimento é realizado conforme protocolos rigorosos de segurança e preservação, garantindo assim a integridade e proteção absoluta dos documentos originais durante toda a etapa de digitalização. (Souza, 2023; Silva Reis; Santos Junior, 2022)

Esse sublime processo, que engloba várias etapas cuidadosas e complexas, é complementado por uma análise minuciosa e precisa de cada documento físico antes mesmo do início da digitalização, a fim de determinar a melhor abordagem possível para a sua preservação digital. Durante o impecável escaneamento, múltiplas verificações de qualidade são realizadas para assegurar que a reprodução seja fiel e excepcionalmente próxima do original. Concluído o processo de digitalização, as imagens são arquivadas de maneira impecável, segura e organizada, garantindo assim a sua fácil acessibilidade e a possibilidade de pesquisas minuciosas pelos interessados. Ademais, para preservar os já magníficos documentos digitais a longo prazo, medidas de segurança e armazenamento são adotadas com esmero e dedicação exemplares. Isso inclui a utilização de backups em locais seguros e o armazenamento em formatos confiáveis e totalmente duráveis, capazes de resistir ao tempo e às intempéries. Os documentos são submetidos a procedimentos de *backup*¹⁰⁰ regularmente, evitando assim qualquer possibilidade de perda de dados, mesmo diante das adversidades mais extremas. A preservação excepcional desses documentos históricos é de uma importância ímpar, ao proporcionarem percepções valiosíssimas sobre a vida marcante e a cultura rica e significativa dos judeus refugiados que encontraram abrigo no Brasil. A digitalização desses registros históricos, além de facilitar

¹⁰⁰ Cópia de segurança.

consideravelmente o acesso e a pesquisa, desempenha um papel crucial na proteção desses tesouros contra danos físicos, como deterioração ou até mesmo perda. Dessa forma, esse extraordinário e impecável processo de digitalização garante que esses preciosos documentos possam ser apreciados, estudados e admirados por inúmeras gerações futuras, perpetuando assim a história grandiosa e o legado incomparável dos judeus refugiados que encontraram no Brasil sua pátria de acolhimento. (Dias, 2022; Beiguelman, 2021; Holanda, 2020)

PRESERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS FÍSICOS

O processo de preservação dos documentos físicos é de suma importância para assegurar a sua integridade e longevidade ao longo do tempo. A primeira etapa consiste em acondicionar adequadamente os documentos em materiais especialmente desenvolvidos para esse fim, tais como caixas e envelopes livres de ácidos, a fim de prevenir danos causados por umidade, luz e poeira. Além disso, é imprescindível manter um controle rigoroso da temperatura e da umidade relativa do ambiente de armazenamento, a fim de evitar a deterioração dos materiais. A digitalização dos documentos físicos também é uma excelente estratégia para a sua preservação, uma vez que reduz a necessidade de manuseio constante e os efeitos desgastantes que isso pode acarretar. É fundamental ressaltar que a preservação física dos documentos demanda cuidados contínuos, exigindo a adoção de medidas preventivas e corretivas ao longo do tempo, com o intuito de assegurar a sua sobrevivência e acessibilidade para as gerações futuras. Afinal, garantir a continuidade e o acesso aos registros do passado é um legado inestimável para as próximas gerações. É uma responsabilidade que deve ser encarada com seriedade e dedicação incansáveis. Sendo assim, é crucial investir em tecnologias de ponta para garantir a melhor qualidade de digitalização possível. Ao utilizar equipamentos de última geração e *softwares* avançados, é possível obter cópias digitais fiéis aos documentos originais, preservando todas as características e detalhes importantes. Além disso, é importante

realizar backups regularmente, armazenando as cópias digitais em diferentes locais físicos e na nuvem, garantindo a sua segurança e evitando perdas irreparáveis. Para garantir a máxima proteção dos documentos físicos, é necessário estabelecer um sistema de monitoramento constante. Isso envolve a inspeção regular das condições de armazenamento, verificando se as condições de temperatura e umidade estão adequadas, se não há sinais de deterioração e se os materiais de proteção estão em bom estado. Caso sejam identificados problemas, é preciso agir de forma rápida e eficaz, realizando os reparos necessários e implementando medidas corretivas para evitar danos adicionais. Além disso, é fundamental promover a conscientização sobre a importância da preservação documental. É necessário educar e capacitar as pessoas responsáveis pelo manuseio e armazenamento dos documentos, fornecendo treinamentos e orientações sobre as melhores práticas de preservação. Isso inclui informações sobre a correta manipulação dos documentos, a importância de evitar o contato com materiais contaminantes, como alimentos, líquidos e produtos químicos, e a necessidade de guardar os documentos em locais seguros, protegidos contra roubo e incêndio. Por fim, é importante destacar que a preservação dos documentos físicos e digitais vai além da simples proteção dos materiais em si. Ela envolve também a garantia do acesso a esses documentos, tanto no presente como no futuro. Por isso, é necessário investir em sistemas de arquivamento e catalogação eficientes, que permitam a localização rápida e precisa dos documentos quando necessário. Além disso, é fundamental garantir a acessibilidade dos documentos, especialmente para pessoas com deficiência visual ou auditiva, por meio de tecnologias de leitura e tradução de documentos. Em suma, a preservação dos documentos físicos é um processo complexo e contínuo, que exige cuidados e investimentos constantes. É uma responsabilidade de todos, sejam instituições governamentais, empresas ou indivíduos, garantir a sobrevivência e acessibilidade aos registros do passado para as gerações futuras. A preservação documental é um legado inestimável que contribui para a construção da história e para o avanço da sociedade na totalidade. É crucial lembrar que a tecnologia está em constante evolução e novos métodos de preservação podem surgir, tornando-se cada vez mais eficientes e

acessíveis. Portanto, é essencial manter-se atualizado e estar aberto a novas possibilidades na área da preservação documental. Afinal, nossa responsabilidade é proteger e perpetuar a memória e o conhecimento do passado para assegurar um futuro mais informado e consciente. (Silva, 2023; Lima, 2021)

CRIAÇÃO DE UM ACERVO DIGITAL

A criação e implementação de um acervo digital eficiente e bem estruturado demanda um processo meticuloso e planejado para assegurar que os documentos digitalizados estejam acessíveis, facilmente pesquisáveis e prontamente disponíveis para consulta. Após a conclusão da digitalização dos registros históricos, é essencial organizar o acervo digital de modo lógico e coerente, atribuindo metadados individuais a cada documento, a fim de otimizar sua busca e recuperação de informações. Tais metadados podem englobar informações cruciais como título, autor, data, palavras-chave, localização física, tipo de arquivo e outros dados relevantes que possam oferecer contexto e facilitar a identificação do documento desejado. Além disso, é de suma importância realizar uma catalogação adequada dos documentos digitais, classificando-os de acordo com categorias e subcategorias específicas, proporcionando uma experiência de navegação mais intuitiva e eficiente para os usuários. Por meio de uma estrutura hierárquica e ferramentas avançadas de pesquisa, os usuários poderão explorar o acervo digital de forma mais produtiva e precisa, localizando documentos de seu interesse com facilidade. Assim sendo, o acervo digital resultante torna-se um recurso inestimável para a preservação e disseminação da memória dos judeus refugiados no território brasileiro. Com tal acervo, a história, a cultura e o legado desses indivíduos podem ser amplamente valorizados, estudados e compartilhados, possibilitando um maior entendimento e apreciação da sua trajetória e contribuição para a sociedade brasileira. (Braunstein; Gelhard, 2023; Levéltár, 2022; Siegel, 2021)

ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DIGITALIZADOS

A organização dos documentos digitalizados consiste em categorizar e classificar minuciosamente os arquivos de acordo com critérios pré-estabelecidos. Para isso, são utilizadas diversas técnicas de organização documental, como a criação de pastas e subpastas temáticas altamente detalhadas, a identificação precisa de datas, nomes de pessoas, locais e outros elementos pertinentes para uma catalogação completa. Além disso, a implementação de um sistema de indexação e busca avançado é fundamental para a facilitação do acesso e a rápida localização de documentos específicos. Através dessa indexação avançada, é possível adicionar metadados aos documentos, como título, autor, palavras-chave, que facilitam ainda mais a pesquisa e recuperação de informações. A busca avançada permite que os usuários pesquisem documentos com base em critérios específicos, como tipo de arquivo, tamanho, data de criação, entre outros. O uso de tecnologias como OCR (*Optical Character Recognition*) também pode ser empregado para converter documentos digitalizados em texto passível de pesquisa, melhorando significativamente a eficiência e precisão das buscas. Além disso, é importante garantir a segurança e a integridade dos documentos digitalizados, por meio de cópias de segurança (*backups*) regulares e sistemas de criptografia. Isso assegura que os documentos estejam acessíveis e protegidos contra perdas acidentais ou intencionais. Em resumo, a organização de documentos digitalizados envolve uma série de técnicas e tecnologias para tornar a gestão documental mais eficiente e facilitar a recuperação de informações de forma rápida e precisa.

A organização meticulosa dos documentos digitalizados não somente amplia consideravelmente a eficiência na rápida recuperação de informações, mas também desempenha um papel crucial na garantia da preservação e segurança do valioso acervo, garantindo que os documentos estejam devidamente estruturados, sistematizados e facilmente disponíveis para consulta e pesquisa. Essa abordagem meticulosa e minuciosa é essencial visando evitar qualquer possibilidade de perda, extravio ou corrupção de

dados, permitindo a rastreabilidade e o rastreamento precisos dos documentos em questão, proporcionando uma visão clara de todo o histórico, origem e transformações de cada documento digital. Ao adotar e seguir rigorosamente essas práticas de organização de documentos digitais, é possível estabelecer um sistema altamente sólido, seguro, confiável e robusto para o gerenciamento eficiente e eficaz de informações, promovendo um fluxo de trabalho excepcional e facilitando a tomada de decisões assertivas em qualquer contexto profissional. (Moura; Campos, 2020; Nascimento; Silva, 2023; Viana, 2023)

METADADOS E CATALOGAÇÃO

A seção de Metadados e catalogação é extremamente importante para a organização e recuperação eficiente dos documentos digitalizados presentes no acervo. Os metadados consistem em informações descritivas sobre os documentos, como título, autor, data de criação, data de modificação, assunto, local de criação, local de modificação, entre outras. A catalogação envolve a atribuição de termos de indexação aos documentos, possibilitando a categorização e a busca precisa e eficaz por palavras-chave. É crucial seguir os padrões internacionais estabelecidos, como o Dublin Core, a fim de garantir a interoperabilidade e a padronização dos metadados em todos os sistemas de gestão de documentos. Além disso, é necessário estabelecer critérios claros de catalogação, considerando a relevância e o contexto histórico dos documentos, para facilitar o acesso, a compreensão e a análise por parte dos usuários. Essa etapa requer uma análise minuciosa dos documentos, identificando as informações relevantes a serem registradas nos metadados e as melhores práticas de catalogação a serem aplicadas. Isso inclui a utilização de vocabulários controlados e normas de padronização específicas para diferentes tipos de documentos e áreas do conhecimento. A catalogação é um procedimento complexo, que envolve a estruturação e organização sistemática de dados, permitindo a recuperação eficiente e precisa das informações contidas nos documentos digitalizados. Com a implemen-

tação adequada de metadados e catalogação, é possível maximizar o valor e a utilidade dos documentos digitalizados, garantindo sua preservação, acesso e uso a longo prazo por pesquisadores, profissionais e demais interessados. Portanto, é fundamental investir recursos e esforços na implementação de um sistema de metadados e catalogação eficiente, a fim de garantir o sucesso de instituições ou organizações responsáveis pelo gerenciamento de grandes volumes de documentos digitalizados. Com isso, é possível otimizar os processos de busca, recuperação e compartilhamento de informações, proporcionando um ambiente de trabalho mais produtivo e eficiente para todos os envolvidos nesse contexto. (Silva Reis; Santos Junior, 2022; Silva; Pajeú; Felipe, 2023)

ACESSO E DISPONIBILIZAÇÃO DO ACERVO: GARANTINDO O ALCANCE À INFORMAÇÃO DE FORMA EFICIENTE E INCLUSIVA

Acesso e disponibilização eficiente e inclusiva do acervo digital dos judeus refugiados no Brasil são fundamentais para garantir que a informação histórica esteja acessível a todos, independentemente de suas localidades geográficas ou limitações físicas. Para isso, serão implementadas diferentes plataformas de acesso online amplamente utilizadas no ambiente digital, proporcionando uma forma fácil, intuitiva e abrangente de busca, consulta e interação com os documentos digitais. Além disso, serão adotadas medidas adicionais para promover a segurança e a privacidade dos usuários. Por meio de autenticação e autorizações baseadas em contas registradas, será possível implementar restrições de acesso controlado, garantindo assim uma experiência segura e confiável para todos os envolvidos. Essas plataformas também serão projetadas para promover a colaboração e intercâmbio de informações entre os usuários. Recursos como fóruns de discussão, grupos de pesquisa e espaços de comentários estarão disponíveis, incentivando a participação ativa e a troca de conhecimentos. Dessa forma, o acervo digital dos judeus refugiados no Brasil será não apenas uma fonte de informação, mas também um espaço de interação e construção coletiva de sa-

beres. A fim de facilitar ainda mais o acesso e a usabilidade, serão aplicadas técnicas avançadas de indexação e organização dos conteúdos digitais. Isso permitirá uma busca mais precisa e rápida, bem como a criação de categorias e etiquetas relevantes. Os usuários poderão explorar o acervo por meio de filtros personalizados, facilitando a descoberta de documentos específicos e a navegação por diferentes períodos históricos. A preocupação com a preservação e a valorização dessa relevante face da cultura judaica também estará presente. Serão adotadas medidas de backup e armazenamento redundante, garantindo a segurança e a integridade dos documentos digitais a longo prazo. Além disso, serão disponibilizadas versões traduzidas e descrições detalhadas em vários idiomas, permitindo que o acervo seja acessado por uma audiência diversificada e internacional. Em um mundo cada vez mais conectado, é essencial que a memória digital dos judeus refugiados no Brasil seja amplamente acessível e inclusiva. Ao garantir uma plataforma digital avançada, segura e intuitiva, contribuiremos para a preservação de importante parte da história e da cultura judaica, além de promover o entendimento mútuo e a valorização da diversidade.

PLATAFORMAS DE ACESSO ONLINE AMPLAMENTE UTILIZADAS NO AMBIENTE DIGITAL

Atualmente, existem diversas plataformas de acesso online amplamente utilizadas no ambiente digital que facilitam o acesso e a disponibilização do acervo digital dos judeus refugiados no Brasil. Uma das plataformas mais conhecidas e utilizadas é o *website* do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que possui um acervo digital com documentos históricos e fotografias relacionados aos judeus refugiados. Além disso, o Museu Judaico de São Paulo também disponibiliza parte de seu acervo digital através de seu *website*, oferecendo aos visitantes uma rica experiência digital. Outra plataforma relevante é o “Memórias Reveladas”, um projeto do Governo Federal que reúne documentos sobre a ditadura militar no Brasil, incluindo materiais relacionados aos judeus refugiados. Essas plataformas oferecem uma

ampla variedade de documentos digitalizados, permitindo que pesquisadores, estudantes e o público tenham acesso à informação de forma eficiente e abrangente, nutrindo assim o conhecimento sobre a história dos judeus refugiados no Brasil. Com essas plataformas, é possível explorar e mergulhar na riqueza cultural e histórica desses registros, compreendendo melhor as experiências e contribuições dos judeus refugiados para a sociedade brasileira. Dessa forma, as plataformas online se tornam uma poderosa ferramenta de conhecimento e conscientização, permitindo que a memória desses eventos e o legado desses indivíduos sejam preservados e compartilhados com as gerações futuras.

ARQSHOAH

De acordo com Castro (2014), o projeto Arqshoah, criado em 2006 pela professora Maria Luiza Tucci Carneiro, constitui um arquivo virtual cujo propósito é dedicado à preservação da memória e à promoção da educação sobre os direitos humanos, com ênfase nos refugiados do nazifascismo e nos sobreviventes do Holocausto no Brasil. Inicialmente composto por 14 mil documentos provenientes de arquivos nacionais e estrangeiros, o projeto expandiu-se para incluir um acervo de história oral, bem como um núcleo dedicado à memória dos protagonistas desse período histórico.

A plataforma representa uma fonte essencial para aprofundar o entendimento histórico e fomentar uma cultura de paz, ao educar sobre os direitos humanos e a importância da preservação da memória do Holocausto. Este arquivo é concebido como um organismo dinâmico que requer constante nutrição e cuidado, além de interação com outros repositórios similares. Mais do que apenas armazenar e digitalizar documentos, o Arqshoah também gera conteúdo original e promove iniciativas educativas.

Por meio do portal online, o Arqshoah disponibiliza uma vasta gama de documentos digitais e busca registrar testemunhos de refugiados e sobreviventes, erguendo-se como um repositório singular de narrativas de vida. A preservação da memória do Holocausto enfrenta desafios frente a tendências

que buscam distorcê-la, como o negacionismo e o antissemitismo persistente. Neste contexto, o Arqshoah se destaca ao preservar a memória do evento e das vítimas, combatendo ativamente a negação e a trivialização histórica.



Fonte: Arqshoah (referência RG-ICO/70, fotógrafo desconhecido).
Acesso: 28 mai. 2024.

O projeto “Vozes do Holocausto” é um exemplo significativo dessa abordagem, ao registrar entrevistas com sobreviventes e, assim, enriquecer o acervo com relatos pessoais e materiais de cultura material. O Arqshoah também se dedica a reconhecer os “justos” que arriscaram suas vidas para

salvar outras durante o Holocausto, bem como a examinar a trajetória de intelectuais, artistas e cientistas judeus que encontraram refúgio no Brasil. Estas histórias são contextualizadas temporal e espacialmente, proporcionando novas percepções sobre as experiências de perseguição e exílio.

Por meio de parcerias e projetos educativos, o Arqshoah promove a conscientização sobre os direitos humanos e a importância da responsabilidade individual na construção de um mundo mais justo. O acesso aos documentos relacionados à violência contra a pessoa humana é considerado um direito à verdade, sendo os arquivos fundamentais para resguardar tais momentos na memória coletiva e na luta contra as injustiças. Assim, o Arqshoah perpetua um compromisso contínuo com a memória, educando as novas gerações sobre as lições do passado e reafirmando a importância de preservar a memória do Holocausto e dos direitos humanos.

A interseção entre o Arqshoah e a educação sobre direitos humanos é evidente na vastidão de documentos, testemunhos e materiais de cultura material que oferece, os quais servem como ferramentas educativas cruciais para aprofundar o entendimento sobre o Holocausto e o antissemitismo. Além de preservar a memória histórica, este arquivo virtual catalisa iniciativas educativas que visam desenvolver uma cultura de paz e respeito pelos direitos humanos.

Projetos como o “Projeto Vozes do Holocausto” possibilitam o registro de entrevistas com sobreviventes e refugiados, permitindo que suas vivências sejam compartilhadas e estudadas. Estes testemunhos pessoais conferem uma dimensão humana aos eventos históricos, tornando a educação sobre direitos humanos mais tangível e relevante. Adicionalmente, o Arqshoah estabelece parcerias com instituições oficiais e comunitárias para desenvolver ações educativas, incluindo a produção de materiais didáticos, eventos de capacitação para professores e a divulgação de entrevistas em vídeo. Tais iniciativas pretendem informar e sensibilizar tanto o público brasileiro quanto o internacional sobre as dimensões do genocídio e a necessidade de uma educação contínua sobre os direitos humanos.

O Arqshoah constitui-se como um repositório fundamental para a preservação da memória do Holocausto e do antissemitismo, fornecendo um vasto acervo composto por diversas fontes, tais como:

- i. Documentos oriundos de pesquisas conduzidas por Maria Luiza Tucci Carneiro entre 1982 e 1985, abrangendo arquivos nacionais e estrangeiros e focadas no antissemitismo durante os governos Vargas e Dutra.
- ii. Testemunhos pessoais de refugiados do nazifascismo e sobreviventes do Holocausto que estabeleceram residência no Brasil ou transitaram pelo país durante sua jornada.
- iii. Narrativas orais capturadas pelo núcleo de História Oral do Arqshoah, visando registrar as memórias dos indivíduos perseguidos pela política genocida alemã e seus colaboradores.
- iv. Artefatos de cultura material, como documentos pessoais, fotografias, desenhos infantis, estrelas de Davi amarelas e passaportes com a marca distintiva “J” vermelho, conservados em pequenas caixas e constituindo tesouros de valor histórico.
- v. Coleções bibliográficas que compilam as histórias de vida dos protagonistas dos testemunhos registrados pela equipe de História Oral, bem como as trajetórias de artistas, cientistas e intelectuais que encontraram abrigo no Brasil.
- vi. Documentação e materiais relacionados a episódios de violência contra a pessoa humana, reconhecidos como um direito à verdade e fundamentais para reposicionar tais acontecimentos e seus protagonistas na memória coletiva.

A diversidade dessas fontes permite ao Arqshoah oferecer uma perspectiva ampla e detalhada do impacto do Holocausto e do antissemitismo, além das respostas tanto brasileiras quanto internacionais à perseguição e ao genocídio.

A preservação da memória do Holocausto e do antissemitismo desempenha um papel fundamental por diversas razões:

- a. **Educação e Prevenção:** Lembrar as atrocidades do Holocausto possibilita educar as futuras gerações sobre os perigos do ódio, da apatia e do silêncio diante da injustiça, contribuindo para a prevenção de eventos similares e promovendo uma cultura de respeito e tolerância.
- b. **Homenagem às Vítimas:** Preservar a memória é uma forma de prestar homenagem às vítimas e sobreviventes do Holocausto, assegurando que suas histórias e sofrimentos não sejam esquecidos e que sua memória permaneça viva.
- c. **Conscientização sobre os Direitos Humanos:** O Holocausto representa uma violação extrema dos direitos humanos. Ao estudar e lembrar desse evento, aumenta-se a conscientização sobre a importância dos direitos humanos e a necessidade de protegê-los.
- d. **Combate ao Negacionismo:** A preservação da memória é uma forma eficaz de combater o negacionismo e garantir que a verdade histórica seja mantida e disseminada, desafiando grupos e indivíduos que negam ou minimizam o Holocausto.
- e. **Reconhecimento da Responsabilidade Coletiva:** A memória do Holocausto nos recorda da responsabilidade

coletiva de agir contra a injustiça e o mal, independentemente de onde e quando ocorram.

- f. **Valorização da Diversidade:** O antissemitismo representa uma forma de discriminação baseada na intolerância e no preconceito. Preservar a memória do Holocausto é uma maneira de valorizar a diversidade e a dignidade de todas as pessoas.
- g. **Fortalecimento da Democracia:** O Holocausto ocorreu em um contexto de autoritarismo e totalitarismo. Recordar esse período é essencial para fortalecer os valores democráticos e a importância do Estado de Direito.

O Arqshoah, ao desempenhar o papel de preservador e disseminador dessa memória, assume uma função crucial na educação, conscientização e prevenção de futuras violações dos direitos humanos.

DESAFIOS E SOLUÇÕES NA MEMÓRIA DIGITAL

Preservação a longo prazo é um dos principais desafios enfrentados na memória digital dos judeus refugiados no Brasil, bem como em outras partes do mundo. A tecnologia digital, em constante evolução, traz consigo a possibilidade de tornar os formatos de arquivo obsoletos e incompatíveis no futuro. Para superar esse desafio, é necessário implementar estratégias eficazes de preservação digital, as quais incluem migrar dados para formatos mais atualizados e a criação de cópias de segurança em locais físicos e na nuvem. Além disso, é essencial investir em programas de conservação, monitoramento e atualização dos sistemas de armazenamento para garantir a integridade e acessibilidade dos arquivos digitais. Quanto à segurança e proteção dos dados, medidas eficientes devem ser adotadas a fim de evitar a perda, o acesso não autorizado e a corrupção. Isso inclui a implementação

de técnicas avançadas de criptografia para proteção dos arquivos digitais, bem como a instalação de firewalls para evitar ataques cibernéticos. É igualmente importante estabelecer políticas de acesso restrito, para controlar quem pode visualizar, modificar ou excluir os arquivos. Para garantir a preservação a longo prazo e evitar a perda de informações históricas, a criação de backups regulares deve ser considerada indispensável. Esses backups devem ser armazenados em locais seguros e em múltiplas cópias, a fim de que, em caso de incidentes, as informações possam ser recuperadas de maneira íntegra. A preservação digital é um trabalho contínuo, que exige esforços constantes para se manter atualizado diante das mudanças tecnológicas. Portanto, é fundamental que haja um compromisso comprometido com a atualização dos sistemas e com a capacitação dos profissionais envolvidos na preservação digital, para que possam lidar com os novos desafios que surgem a cada dia. Somente dessa forma será possível garantir a perenidade da memória digital dos judeus refugiados no Brasil e a preservação da história para as gerações futuras. Nesse sentido, é imprescindível também investir em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias de preservação digital, buscando soluções inovadoras para enfrentar os desafios futuros. Além disso, é fundamental promover a conscientização e o compartilhamento de boas práticas para garantir a preservação eficaz dos arquivos digitais. É importante ressaltar que a preservação digital não se limita apenas à memória dos judeus refugiados no Brasil, mas é um desafio global que afeta todas as instituições e comunidades que buscam preservar sua história e sua cultura por meio de arquivos digitais. Portanto, é necessário estabelecer parcerias e cooperação internacional para enfrentar esse desafio conjuntamente e compartilhar conhecimentos e experiências. Em conclusão, a preservação a longo prazo da memória digital dos judeus refugiados no Brasil requer implementar estratégias eficazes de preservação digital, incluindo a migração de dados, cópias de segurança, segurança e proteção dos arquivos, backups regulares e investimento em atualização tecnológica e capacitação profissional. É um desafio contínuo que exige esforços constantes, mas essencial para garantir a preservação da história e da cultura para as gerações futuras.

PRESERVAÇÃO A LONGO PRAZO

A preservação a longo prazo é um dos desafios fundamentais na criação de uma memória digital duradoura e abrangente dos judeus que encontraram refúgio no Brasil. Para garantir a máxima durabilidade dos documentos digitalizados, é necessário implementar uma variedade de estratégias apropriadas de armazenamento e conservação. O uso de formatos de arquivo abertos e padronizados, como o *Portable Document Format/Archive* (PDF/A) e o *Tagged Image File Format* (TIFF), é essencial, pois isso ajuda a evitar a desatualização de software e facilita a migração para sistemas futuros. Além disso, é de extrema importância realizar regularmente cópias de segurança dos arquivos em diversas mídias e locais físicos diferentes, a fim de proteger os dados contra possíveis falhas do sistema ou desastres inesperados. A implementação de políticas de preservação digital, como a verificação periódica da integridade dos arquivos e a atualização regular dos formatos de armazenamento, também desempenha um papel crucial na manutenção e no cuidado adequado da memória digital a longo prazo dos judeus refugiados no Brasil. Ao adotar tais medidas abrangentes, é possível garantir a proteção e a acessibilidade contínuas desses valiosos registros históricos para as gerações futuras. A colaboração entre instituições, governos e comunidades é fundamental para promover a conscientização e o engajamento na preservação da memória digital dos judeus refugiados no Brasil. É importante criar parcerias estratégicas e investir em tecnologias avançadas de digitalização e armazenamento para garantir a integridade e a disponibilidade desses registros históricos. Além disso, é necessário realizar pesquisas contínuas e desenvolver recursos educacionais para promover a compreensão e a valorização da história dos judeus refugiados no Brasil. Essas ações contribuirão significativamente para preservar a memória coletiva desses indivíduos e garantir que suas histórias continuem a ser contadas e lembradas por muitas gerações vindouras. A história dos judeus refugiados no Brasil é uma parte importante do patrimônio cultural do país e, portanto, merece ser cuidadosamente protegida e valorizada. É essencial

que o legado e as contribuições desses indivíduos sejam devidamente reconhecidos e celebrados, pois eles desempenharam um papel significativo no desenvolvimento e enriquecimento da sociedade brasileira. Em suma, para garantir a preservação a longo prazo da memória digital dos judeus refugiados no Brasil, é necessário implementar uma abordagem multifacetada. Isso inclui o uso de formatos de arquivo adequados, a realização de cópias de segurança em diferentes mídias e locais físicos, a implementação de políticas de preservação digital e a promoção da colaboração entre instituições, governos e comunidades. Através dessas medidas, será possível proteger, acessar e compartilhar as histórias valiosas desses indivíduos, promovendo a compreensão e a valorização de sua contribuição para a sociedade brasileira.

SEGURANÇA E PROTEÇÃO DOS DADOS

A segurança e proteção dos dados são aspectos fundamentais na criação de uma memória digital dos judeus refugiados no Brasil. Para garantir a integridade e a confidencialidade das informações armazenadas, são adotadas medidas de segurança extremamente robustas e abrangentes. Há, ainda, a participação da família na cessão de documentos e fotos pessoais para a preservação da memória digital. (Bartrop, 2023; Sheets, 2024)

Em primeiro lugar, é implementado um sistema avançado de criptografia, que utiliza algoritmos altamente sofisticados para proteger os dados. Esse sistema garante que mesmo em caso de acesso não autorizado, os dados permaneçam inacessíveis e completamente seguros. Além disso, são utilizados firewalls altamente especializados e sofisticados, que monitoram constantemente o tráfego de rede e bloqueiam qualquer atividade suspeita ou maliciosa que comprometa a integridade dos dados. Para complementar essas medidas de segurança, são implantados também sistemas de detecção de intrusões altamente avançados, que monitoram continuamente os servidores e sistemas de armazenamento. Esses sistemas conseguem identificar prontamente qualquer tentativa de invasão ou acesso não autorizado,

acionando medidas imediatas de proteção para neutralizar tais ameaças. Em relação à proteção contra eventuais falhas de hardware ou incidentes catastróficos, são realizados backups periódicos dos dados em diferentes locais seguros. Esses backups são criptografados e armazenados em servidores altamente protegidos, garantindo que em caso de algum desastre, as informações poderão ser recuperadas de forma rápida e eficiente, evitando assim a perda de dados valiosos. No que diz respeito ao controle de acesso, são implementados sistemas de autenticação e permissões de usuário muito rigorosos. Apenas pessoas autorizadas, devidamente autenticadas e com permissões específicas, têm acesso aos documentos digitalizados. Esses sistemas garantem que a informação só será acessada por quem realmente tem o direito de acessá-la, protegendo assim a privacidade e a segurança dos dados. Todas essas medidas são implementadas com o objetivo principal de preservar a história e a identidade dos judeus refugiados, garantindo que suas memórias sejam protegidas e disponibilizadas de forma segura e confiável. A importância dessas ações não pode ser subestimada, pois elas asseguram que as futuras gerações possam ter acesso a essas informações valiosas e compreender o impacto dos refugiados judeus no Brasil de maneira adequada. Portanto, a segurança e proteção dos dados representam um pilar fundamental nesse processo de preservação histórica e cultural.

CONTRIBUIÇÕES DA MEMÓRIA DIGITAL

A memória digital dos judeus refugiados no Brasil traz contribuições significativas em diferentes áreas. No âmbito acadêmico, a disponibilidade de documentos digitalizados permite a realização de pesquisas mais acessíveis e abrangentes sobre a história dos judeus refugiados no país. Esses materiais fornecem informações valiosas sobre a experiência dessas pessoas, suas trajetórias, vivências e contribuições para a sociedade brasileira. Além disso, a memória digital contribui para a valorização e preservação da cultura judaica, permitindo que a comunidade judaica e o público tenham acesso

a informações e registros históricos relevantes. Dessa forma, a memória digital dos judeus refugiados no Brasil desempenha um papel fundamental na divulgação e no fortalecimento da identidade e patrimônio cultural judaico, bem como no enriquecimento do conhecimento histórico do país. Através da digitalização dos documentos históricos, é possível criar uma extensa base de dados que retrata com detalhes a história dos judeus refugiados no Brasil. Esses registros digitais fornecem um acervo completo de fotografias, cartas, documentos oficiais e relatos pessoais que documentam os desafios enfrentados por essas pessoas durante sua fuga e adaptação ao país. Essas memórias digitais oferecem uma perspectiva ampla sobre a jornada dos judeus refugiados, desde suas origens e motivações até as contribuições notáveis que fizeram para a comunidade brasileira. Além do valor acadêmico, a memória digital dos judeus refugiados no Brasil tem um impacto significativo na preservação da cultura judaica. Ao disponibilizar esses materiais online, a comunidade judaica e o público têm a oportunidade de se familiarizar com tradições, costumes e rituais judaicos trazidos ao Brasil por esses refugiados. Essa troca cultural enriquece a diversidade cultural do país e promove uma maior compreensão e tolerância entre diferentes grupos étnicos e religiosos. A memória digital também desempenha um papel crucial na manutenção da identidade judaica no Brasil. Ao ter acesso a essas informações, os membros da comunidade judaica podem explorar e celebrar sua herança, compartilhando histórias de seus antepassados e reafirmando sua conexão com a cultura judaica. Essa valorização da identidade judaica fortalece os laços na comunidade e promove um senso de pertencimento e orgulho. Por fim, a memória digital dos judeus refugiados no Brasil contribui para o conhecimento histórico do país. Ao estudar e pesquisar esses materiais, historiadores e acadêmicos podem ampliar sua compreensão sobre a migração e os processos de assimilação de diferentes grupos étnicos no Brasil. Essa pesquisa histórica aprofundada não apenas enriquece o conhecimento coletivo da sociedade brasileira, mas também ajuda a preservar as lições do passado e a evitar a repetição de erros históricos. Diante disso, é indiscutível o valor da memória digital dos judeus refugiados no Brasil. Esses registros digitais revelam não apenas a história de uma comunidade, mas

também a riqueza e a diversidade da história do país na totalidade. Por meio de sua preservação, divulgação e estudo, a memória digital ajuda a construir uma sociedade mais inclusiva, respeitosa e consciente de sua própria história. (Campos, 2005)

PESQUISAS ACADÊMICAS

As pesquisas acadêmicas sobre a memória digital dos judeus refugiados no Brasil têm se mostrado de extrema importância para a compreensão e preservação dessa rica e multifacetada história. Ao ter acesso privilegiado aos documentos digitalizados e ao vasto acervo online, os dedicados pesquisadores têm conseguido aprofundar ainda mais seus estudos e análises sobre as experiências e trajetórias dos judeus que, buscando esperança e proteção, encontraram solo acolhedor no país durante os períodos obscuros de perseguição e guerra. É necessário mencionar, ademais, que a memória digital proporciona uma maior facilidade e agilidade na busca por informações, permitindo a interconexão inteligente de diversos dados e, conseqüentemente, viabilizando a realização de pesquisas ainda mais abrangentes, abrindo um mundo de possibilidades. Dessa forma, novas e instigantes perspectivas e opiniões têm sido generosamente gerados, efetivamente contribuindo para uma compreensão mais completa, nuançada e profunda do verdadeiro e importante papel desempenhado pelos judeus refugiados no Brasil, bem como a influência singular que exerceram e continuam a exercer na vibrante sociedade brasileira. Os estudos acadêmicos sobre a memória digital dos judeus refugiados no Brasil têm um impacto significativo na maneira como compreendemos e preservamos a história desse grupo. Graças ao acesso privilegiado a documentos digitalizados e a um vasto acervo online, os pesquisadores dedicados têm conseguido aprofundar ainda mais suas investigações e análises das experiências e trajetórias dos judeus que, em busca de esperança e proteção, encontraram solo acolhedor no país durante períodos de perseguição e guerra. É importante ressaltar que a memória digital oferece

facilidade e agilidade na busca por informações, permitindo a interconexão inteligente de diversos dados e, assim, possibilitando pesquisas ainda mais amplas, abrindo um mundo de possibilidades. Essa abordagem tem gerado perspectivas e visões novos e instigantes, contribuindo efetivamente para uma compreensão mais abrangente, sofisticada e profunda do verdadeiro e relevante papel desempenhado pelos judeus refugiados no Brasil, bem como da influência singular que exerceram e continuam exercendo na vibrante sociedade brasileira. (Donebei, 2015; Campos, 2005)

VALORIZAÇÃO DA CULTURA JUDAICA

A memória digital dos judeus refugiados no Brasil desempenha um papel fundamental na valorização e preservação da rica cultura judaica. Seu vasto e abrangente acervo inclui não apenas documentos, fotos, vídeos, depoimentos e outros materiais que capturam a essência da vida desses refugiados, mas também uma multiplicidade de objetos, relíquias e registros históricos que enriquecem ainda mais essa preciosa coleção. Através dessa valiosa e extensa coleção digital, podemos não apenas disseminar e compartilhar conhecimento sobre a história e a cultura judaica, mas também promover estudos acadêmicos, pesquisas científicas e investigações socio-culturais que inspirem a compreensão mútua e o respeito pela diversidade cultural que nos permeia. Além de oferecer um vasto leque de recursos digitais, a memória digital dos judeus refugiados no Brasil também é uma plataforma interativa e de fácil acesso para todos os interessados. Através dela, é possível explorar uma infinidade de exposições virtuais temáticas, cada uma proporcionando uma imersão única na história e na cultura judaica. Essas exposições virtuais são cuidadosamente organizadas e curadas por especialistas, que selecionam meticulosamente os materiais mais relevantes e significativos para cada tema abordado. Dessa forma, os visitantes virtuais podem mergulhar profundamente em assuntos específicos, ampliando seus conhecimentos e aprofundando sua apreciação pela riqueza e complexidade

da cultura judaica. Além das exposições virtuais, a memória digital também serve como plataforma para a organização de uma variedade de eventos e debates envolvendo a cultura judaica no contexto brasileiro. São realizados webinars, conferências online, mesas-redondas e palestras ministradas por especialistas e acadêmicos renomados, que compartilham suas pesquisas e descobertas mais recentes. Esses eventos promovem um diálogo aberto e enriquecedor, que enfoca a relevância da cultura judaica no Brasil e aproxima as diferentes comunidades para uma troca de ideias enriquecedora. É importante ressaltar que a memória digital não apenas preserva o passado, mas também contribui para a inclusão plena dos refugiados judeus na sociedade brasileira. Ao criar um espaço seguro onde esses refugiados possam compartilhar sua história, suas tradições e suas contribuições inestimáveis, estamos fortalecendo sua identidade judaica e promovendo o seu empoderamento. Por meio dessa plataforma digital inclusiva, eles podem se expressar livremente, educar e inspirar as novas gerações, e trabalhar para criar uma sociedade mais justa e igualitária. Em suma, a memória digital dos judeus refugiados no Brasil é uma ferramenta poderosa e indispensável na preservação e valorização da cultura judaica. Com sua vastidão e diversidade, oferece um espaço virtual que abrange diferentes aspectos da vida judaica e proporciona uma compreensão mais profunda dessa rica tradição. Além disso, ao promover a inclusão e fortalecer a identidade judaica, contribui para a construção de uma sociedade mais plural e respeitosa, na qual as riquezas culturais e étnicas são celebradas e valorizadas. (Reis, 2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre a memória digital dos judeus refugiados no Brasil, em específico, sobre a plataforma Arqshoah, pudemos verdadeiramente compreender a primordial importância de salvaguardar e viabilizar, de maneira acessível e inclusiva, documentos históricos que preservam a rica narrativa desses refugiados. A minuciosa digitalização dos registros permitiu, de for-

ma inestimável, a sua conservação a longo prazo, prevenindo a deterioração física e possibilitando o acesso aos pesquisadores e interessados de todas as partes do mundo. A constituição de um arquivo digitalíssimo, devidamente organizado e catalogado com metadados apropriados, simplifica as investigações acadêmicas, ao mesmo tempo que enaltece a cultura judaica no seio da nação brasileira. Nesse sentido, é fundamental enfatizar ainda mais a necessidade de apoio governamental e de parcerias com instituições culturais e educacionais para ampliar ainda mais o alcance desse projeto histórico e assegurar a preservação dessas memórias para as futuras gerações. Afinal, a história desses judeus refugiados é essencial para compreendermos não apenas o passado, mas também o presente e o futuro, e fortalecer a nossa sociedade através do conhecimento e do respeito à diversidade cultural. Através desse acervo digital, teremos a oportunidade de aprofundar nossa compreensão sobre as trajetórias individuais, as dificuldades enfrentadas e as contribuições valiosas desses judeus para a construção do Brasil que conhecemos hoje. Além disso, a disponibilização dessas informações de forma ampla e acessível irá promover um diálogo intercultural enriquecedor, incentivando o mútuo aprendizado e a valorização da diversidade na totalidade. Portanto, é imprescindível valorizar e apoiar iniciativas como essa, que resgatam e preservam a memória coletiva de uma comunidade, ajudando a construir uma sociedade mais inclusiva, justa e consciente de sua própria história. Somente assim poderemos avançar rumo a um futuro de respeito, igualdade e tolerância, reconhecendo e valorizando as contribuições de todas as pessoas que ajudaram a moldar nossa nação. Afinal, a história desses judeus refugiados é essencial para compreendermos não apenas o passado, mas também o presente e o futuro, e fortalecer a nossa sociedade através do conhecimento e do respeito à diversidade cultural. Através desse acervo digital, teremos a oportunidade de aprofundar nossa compreensão sobre as trajetórias individuais, as dificuldades enfrentadas e as contribuições valiosas desses judeus para a construção do Brasil que conhecemos hoje. Além disso, a disponibilização dessas informações de forma ampla e acessível irá promover um diálogo intercultural enriquecedor, incentivando o mútuo aprendizado e a valorização da diversidade na totalidade. Dessa forma, concluímos

ser crucial apoiar e incentivar ainda mais projetos como esse, que possibilitam a preservação da memória coletiva de uma comunidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e consciente de sua própria história. É necessário buscar parcerias e apoio tanto governamental como de instituições culturais e educacionais, a fim de ampliar o alcance dessa importante iniciativa histórica. Somente assim poderemos garantir que essas memórias sejam preservadas para as futuras gerações, permitindo que conheçam e compreendam a trajetória e as contribuições dos judeus refugiados no Brasil. A memória desses indivíduos é essencial para nossa compreensão do passado, nossa vivência do presente e nossa construção do futuro. Assim, o arquivo digital resultante desse projeto se torna uma ferramenta valiosa para pesquisadores, estudiosos e interessados em desvendar a história desses judeus refugiados. Através da disponibilização desses registros digitalizados, é possível aprofundar a compreensão das experiências individuais, os desafios enfrentados e as contribuições significativas dessas pessoas para a formação do país que conhecemos hoje. Além disso, esse acervo virtual também permite estabelecer um diálogo intercultural enriquecedor, promovendo o aprendizado mútuo e a valorização da diversidade cultural em sua totalidade. Diante disso, é primordial valorizar e apoiar iniciativas como essa, que buscam resgatar e preservar a memória coletiva de uma comunidade, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva, justa e consciente de sua própria história. Somente ao reconhecer e valorizar as contribuições de todas as pessoas, independente de sua origem ou história, poderemos avançar em direção a um futuro de respeito, igualdade e tolerância. Os judeus refugiados no Brasil desempenharam um papel fundamental na formação do país, suas histórias merecem ser divulgadas e perpetuadas para as futuras gerações. É dever de todos nós trabalhar em conjunto para garantir que essas memórias sejam preservadas e que a cultura judaica continue a ser valorizada como parte da identidade nacional brasileira.

REFERÊNCIAS

BARTROP, P. R. **Sources for Studying the Holocaust: A Guide**. 1ª ed. Londres: Routledge, 2023.

BARTROP, P. R.; GRIMM, E. E. **The Holocaust: Country by Country**. 1ª ed. Nova York: Bloomsbury Publishing USA, 2024.

BEIGUELMAN, G. **Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. 1ª ed. São Paulo: Ubu, 2021.

BRAUNSTEIN, D.; GELHARD, M. The Attitude of the German People: The Institute of Social Research Archive as Contemporary History. In: AUBERT, I.; NOBRE, M. **The Archives of Critical Theory**. Springer Cham, Zurique, Suíça, 2023. p. 69-81. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-031-36585-0> Acesso em: 25 mai. 2024.

CAMPOS, F. M. A Biblioteca Nacional e a memória digital do patrimônio bibliográfico português: a experiência da Biblioteca Nacional Digital. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2(2005) p. 19-32, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Rompendo o silêncio: a historiografia sobre o antissemitismo no Brasil. **Cadernos de História**, v. 13, n. jan/jun 2012, p. 79-97, 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/3491/3871>. Acesso em: 29 maio 2024.

DIAS, R. S. S. N. **Arte e arquivo: a emergência do arquivo nas obras de arte contemporânea (1960-2017)**. 2022. 145 f. (Dissertação de Mestrado em História da Arte e Patrimônio) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/51102/1/ulflrssndias_tm.pdf Acesso em: 25 mai. 2024.

DODEBEI, V. Patrimônio e memória digital. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares Em Memória Social**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8. p. 1-14, 2015. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4759>. Acesso em: 25 mai. 2024.

HOLANDA, A. **História & Histórias: Literatura como linguagem histórica**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Globo Books, 2020.

BOTELHO, B. M. **Mas, e depois? Narrativas e memórias de netas e netos de sobreviventes do Holocausto**. 2022. 143 f. (Dissertação de Mestrado em Educação) – PUC-Rio, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/57405/57405.PDF> Acesso em: 25 mai. 2024.

KRAUSZ, L. Fritz Kalmar: memórias reconstruídas e identidade da Áustria imperial nos Andes bolivianos. **Pandaemonium Germanicum**, São Paulo: v. 23, n. 41, Sep-Dec-2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pg/a/9Ys8rqjKc9PPV3g8hfYQ3ck/> Acesso em: 25 mai. 2024.

LEITE, V. M. **Os Refugiados do Pós-Segunda Guerra na Imprensa Carioca: uma análise fotográfica sobre os olhares de A Noite Ilustrada e de Revista da Semana**. 2021. 123 f. (Dissertação de Mestrado em História Social) – UERJ, 2021. Disponível em: <https://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2022/01/Vanessa-Mendonca-Leite.pdf> Acesso em: 25 mai. 2024.

LEVÉLTÁR, M. O. **Exiles, migratory flows; solidarity: unlock the digital treasures**. 1ª ed. Madrid: Ministério de Cultural Y Deporte, 2021. Disponível em: <https://www.um.edu.mt/library/oar/bitstream/123456789/99122/1/Exiles%2C%20migratory%20flows%20and%20solidarity.pdf> Acesso em: 25 mai. 2024.

LIMA PEREIRA, G. **Direitos humanos e migrações forçadas: introdução ao direito migratório e ao direito dos refugiados no Brasil e no mundo**. 1ª ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2019.

LIMA, F. C. D. **Preservação de documentos digitais**. 2021. 49 f. (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquivologia) – UFF, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23317/TCC2%20FERNANDA%20DAMAS%202020.2.pdf?sequence=1> Acesso em: 25 mai. 2024.

LOPEZ, C. C. Arqshoah: espaço virtual de memória e educação sobre os direitos humanos. **Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**. Belo Horizonte, v. 11, n. 21, nov. 2017. ISSN: 1982-3053. p. 1-15. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/14401> Acesso em: 25 mai. 2024.

LORBER, B. R. **Brasileiros no holocausto e na resistência ao nazifascismo: adentrando aos espaços nazistas, rotas de fuga e nas frentes de combate-1939-1945**. 2021. 244 f. (Dissertação de Mestrado em Estudos Judaicos) – FFLCH – USP, 2021. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8158/tde-31012022-220947/publico/2021_BlimaRajzlaLorber_VCorr.pdf Acesso em: 25 mai. 2024.

MACHADO, J. F. P. **Ensinar sobre o holocausto: uma proposta de visita ao Museu do Holocausto de Curitiba-PR**. 2022. 131 f. (Dissertação de Mestrado em História) – UEPG, 2022. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3574/1/Jhonatan%20Felipe%20Pereira%20Machado.pdf> Acesso em: 25 mai. 2024.

MOURA, E. M. B.; CAMPOS, L. M. A preservação dos documentos históricos em ambientes digitais. **Rev. Bras. Preservação Digital**, v. 1, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/13858> Acesso em: 25 mai. 2024.

NASCIMENTO, B. L. C.; SILVA, E. M. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e repositórios institucionais: reflexões e adequações. **Rev. Em Questão**, n. 29, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emquestao/a/w3xQNY4bnytWk6MxzgyK-gsy/?lang=pt#> Acesso em: 25 mai. 2024.

NUNES, W. L. D. O refúgio brasileiro: exilados do nazismo (1933–1945). In: XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP. 2020. Online. Disponível em: https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1592246296_ARQUIVO_41aa521d376e44cc43e68fb85d77daac.pdf Acesso em: 25 mai. 2024.

PASSOS, L. F. L. **A perseguição aos Judeus e Alemães durante o Estado Novo (1937–1945)**. 2019. 68 f. (Monografia de Conclusão de Curso em História) – UFS, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14810/2/Luiz_Fernando_Lima_Passos.pdf Acesso em: 25 mai. 2024.

REIN, R.; RINKE, S.; SHEININ, D. M. K. *Migrants, Refugees, Asylum Seekers in Latin America*. 1ª. ed. Boston: BRILL, 2020.

SANTOS, L. C. *Memória e história: um estudo de caso sobre o museu do Holocausto de Curitiba*. 2021. 73 f. (Trabalho de Conclusão de Curso em Museologia) – UFOP, 2021. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3254/1/MONOGRAFIA_HistóriaMemóriaEstudo.pdf Acesso em: 25 mai. 2024.

SHEETS, K. *Third-Generation Voices: Memory; Identity in the Palestinian Diaspora*. 2024. 372 f. (Tese de Doutorado em Estudos Palestinos) – University of Exeter, 2024. Disponível em: https://ore.exeter.ac.uk/repository/bitstream/handle/10871/135623/Third-Generation%20Voices_Memory%20and%20Identity%20in%20the%20Palestinian%20Diaspora.pdf?sequence=1 Acesso em: 25 mai. 2024.

SIEGEL, B. *We Were Refugees; Carried a Special Burden: Emotions, Brazilian Politics; the German Jewish Émigré Circle in São Paulo, 1933–1957*. *European Judaism*, v. 54, n. 1. Spring 2021: p. 27-44. Disponível em: <https://doi.org/10.3167/ej.2021.540104> Acesso em: 25 mai. 2024.

SILVA REIS, M.; SANTOS JUNIOR, R. L. Repensando a descrição de acervos museológicos e documentos associados no Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília-DF: v. 11, n. Especial, Ago-2022: 251-273. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/38910> Acesso em: 25 mai. 2024.

SILVA, P. C. M. **Inventário como estratégia de conservação dos registros paroquiais: uma análise do Arquivo Metropolitano do Arquidiocese de Natal.** 2023. 53 f. (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – UFRN, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/57376> Acesso em: 25 mai. 2024.

SILVA, S. R. B.; PAJEÚ, H. M.; FELIPE, A. A. C. Diretrizes para indexação de obras estético-literárias: uma proposta para leitura documentária baseada na filosofia da linguagem bakhtiniana. **Biblionline.** João Pessoa: v. 19, n. 2, p. 115-128, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/67571/38266> Acesso em: 25 mai. 2024.

SOUZA, V. B. M. **Gestão de acervos digitais: um estudo a partir das coleções de depoimentos do Museu da Pessoa (SP) e Memorial da Resistência (SP).** 2022. 69 f. (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia e Comunicação) – UFRGS, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/258858/001170369.pdf?sequence=1> Acesso em: 25 mai. 2024.

VIANA, P. M. **Digitalização de documentos: análise das práticas de digitalização na Rede Marista/RS.** 2023. 64 f. (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquivologia) – UFRGS, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/274203/001198571.pdf?sequence=1> Acesso em: 25 mai. 2024.

PARTE III: O COMPUTACIONAL

PERSPECTIVAS COMPUTACIONAIS EM PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

CAPÍTULO 8

ENTRE A INTERFACE DE USUÁRIO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Eric Brasil

O uso de repositórios digitais de fontes, sejam elas digitalizadas ou nativas, é cada vez mais comum no trabalho de historiadores e historadoras. Grande parte desse contato entre o usuário e os dados é mediado por interfaces gráficas on-line que reúnem uma série de aspectos técnicos e políticos que estão, geralmente, encobertos por camadas de CSS, *JavaScript*, belos botões e caixas de busca. A incapacidade de acessar tais camadas – seja por falta de conhecimento técnico seja por falta de transparência dos próprios repositórios – gera impactos significativos nos caminhos da pesquisa e da própria construção do conhecimento histórico. Uma das interfaces gráficas mais conhecidas entre pesquisadores e pesquisadoras brasileiras é a Hemeroteca Digital Brasileira (doravante HDB), vinculada à Fundação Biblioteca Nacional. Lançada em 2012, a HDB compõe o projeto mais amplo da BNDigital e oferece acesso gratuito a milhões de páginas de periódicos digitalizados. A HDB permite a combinação de uma série de parâmetros de busca e a execução de buscas por palavras e expressões diretamente no conteúdo dos itens digitalizados. Neste ensaio, pretendo realizar uma reflexão sobre a relação entre acervo, interface e impactos na pesquisa a partir do caso da HDB.

APRESENTAÇÃO

Esse ensaio é produto de reflexões mais gerais apresentadas na conferência de abertura do seminário *História Digital e História Digital da Educação: Caminhos Cruzados*, realizada no Instituto de Estudos Avançados da USP

no dia 17 de outubro de 2023 e no workshop *Redes de sociabilidade, “Big Data,” e relações interétnicas em impérios globais: fontes documentais, pesquisa histórica e democratização da informação*. Também estão presentes, de forma sumária, dados produzidos em pesquisa de estágio pós-doutoral realizada no Laboratório de Humanidades Digitais, vinculado ao Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, entre outubro de 2022 e outubro de 2023.

HISTORIA_DIGITAL.PY

Os computadores recebem comandos para executar tarefas através de conjuntos de 0 e 1, o chamado código binário. Nós, humanos, nos valem de interpretadores – as linguagens de programação – para transmitir esses comandos. No campo das humanidades digitais, é comum reunirmos uma série de comandos em um único arquivo – chamado de *script* – para informarmos ao computador as tarefas que precisamos que sejam executadas. Esses comandos seguem uma sequência lógica e concatenada, geralmente repleta de situações condicionais, dependendo de resultados ao longo da sua execução.

No processo de trabalhar com dados digitais, é comum precisarmos solicitar ao nosso computador que lide com arquivos específicos: ler uma fonte textual, abrir uma imagem, analisar dados de uma planilha, salvar um *pdf* em um diretório. Para isso, é necessário informarmos o caminho desse arquivo para o computador poder encontrá-lo em sua máquina. Ou seja, devemos incluir no comando o local onde este arquivo está salvo na estrutura de diretórios do seu computador. Este caminho precisa ser exato: explícito e completo, desde seu diretório raiz até o nome do arquivo com sua respectiva extensão. Por exemplo, para ler um arquivo de texto simples, cuja extensão é *.txt*, nomeado *historia_digital*, armazenado no diretório Documentos, eu passaria o seguinte comando em meu *script*, escrito na linguagem de programação *Python*:

```
caminho = 'Documentos/historia_digital.txt'
texto = open(caminho, 'r').read()
print(texto)
```

Nesse *script*, eu criei uma variável *caminho* que recebeu o caminho do arquivo que pretendo abrir (Documentos/historia_digital.txt). Em seguida, criei uma variável chamada *texto*, onde passei o comando para abrir o arquivo (*open*, no modo leitura, 'r') e em seguida o comando para leitura (*read()*). Na última linha do meu *script* pedi que o texto fosse mostrado na tela (*print(texto)*).

Em três curtas linhas solicitei que meu computador encontrasse um arquivo, o abrisse, lesse o conteúdo e mostrasse na tela.¹⁰¹ Porém, caso o caminho para o arquivo não estivesse correto, o comando não teria sucesso e receberíamos um aviso de erro e as tarefas não seriam executadas.

Mas calma, esse ensaio não vai ser um tutorial de Python! É apenas o bom e velho recurso à metáfora para iniciar o texto. Pretendo fazer uma reflexão sobre aspectos urgentes para nossa disciplina: a construção metodológica de pesquisas com dados e ferramentas digitais e sua relação com a construção do conhecimento histórico. Para isso, proponho uma reflexão sobre as características da interface gráfica da Hemeroteca Digital Brasileira (doravante HDB) e as possibilidades de produção de conhecimento.

Mas antes, justificando minhas escolhas para esse ensaio, voltemos à metáfora.

ARQUIVO OU PASTA NÃO EXISTE

Ao executar o *script* anterior, recebi o seguinte erro em minha tela:

¹⁰¹ Seria possível escrever esse código em apenas uma linha: ``print(open('./historia_digital.txt', 'r').read())``.

```
FileNotFoundError: [Errno 2] No such file or directory: 'Documentos/historia_digital.txt'
```

Ou seja, o *Python* não foi capaz de encontrar o arquivo. Logo, não pode executar as tarefas listadas, pois o caminho passado não aponta de forma exata para o local onde o arquivo está armazenado em meu computador. Imaginando que o mesmo estivesse salvo na pasta *workshop* que por sua vez está armazenada na pasta *Documentos*, o caminho completo desse arquivo seria: `~/Documentos/workshop/historia_digital.txt`. Agora o *python* será capaz de encontrá-lo e executar as tarefas desejadas.¹⁰²

```
caminho = '~/Documentos/workshop/historia_digital.txt'
texto = open(caminho, 'r').read()
print(texto)
```

Agora o resultado impresso na tela será o conteúdo do arquivo `historia_digital.txt`:

UM EXEMPLO INTERESSANTE PARA O ENSAIO!

Mas afinal, o que isso tem a ver conosco, historiadores e historiadoras pesquisando acervos digitais ou digitalizados? Assim como o *Python* precisa de uma informação exata para encontrar um arquivo e executar suas tarefas, nossas pesquisas, cada vez mais mediadas, viabilizadas e mesmo engendradas por ferramentas, métodos e dados digitais, demandam precisão, reflexão e transparência metodológica mais acentuada. Desta precisão, e do seu respectivo registro, e da transparência desses processos, depende a própria possibilidade de execução, avaliação, e compreensão da pesquisa.

¹⁰² A forma de escrever o caminho dos arquivos varia de acordo com o sistema operacional. Nesse caso, uso uma distribuição Linux como base. O símbolo `~` é um *alias* para a pasta *home* usuário.

Em outras palavras, o desenvolvimento e aplicação de metodologias documentadas e precisas são fundamentais para a produção do conhecimento. Isso parece óbvio, porém ainda é comum encontrarmos pesquisas mediadas e baseadas em dados digitais que têm apenas emulado padrões metodológicos analógicos sobre um universo de recursos digitais. O que gera comumente resultados inverificáveis, não-reproduzíveis e dificilmente escrutináveis.

Uma pesquisa que utilize buscas digitais em repositórios, como a HDB, não pode prescindir da crítica da interface gráfica e do registro detalhado dos parâmetros utilizados e da publicização tanto das escolhas feitas como dos resultados obtidos. Assim como necessitam empreender uma crítica detalhada de aspectos técnicos e tecnológicos, que muitas vezes escapam da formação tradicional das faculdades de História. Caso contrário, o conhecimento histórico produzido estará sempre subordinado aos vieses e direcionamentos de conjuntos de decisões técnicas e políticas que formam as páginas de buscas que utilizamos.

Assim como em uma linguagem de programação, sem o entendimento da lógica de seu funcionamento e o registro exato do caminho que leva da raiz até o arquivo final, nossa pesquisa em História está constantemente sujeita ao erro do caminho não encontrado. Precisamos, portanto decuidados metodológicos coerentes com os tipos de dados e ferramentas utilizados.

HISTÓRIA DIGITAL EXISTE?

Produzir reflexões sobre história digital a partir das experiências de pesquisa brasileiras, colocando em diálogo a historiografia das mais variadas áreas da História e nossa robusta produção sobre teoria da história, é importante e trará avanços significativos para o campo em questão. Tais reflexões, sem dúvida, nos ajudariam a evitar o risco de atrelar a pesquisa histórica à análise de grandes bases de dados digitais. Essa é uma crítica comum e recorrente: de que a história digital poderia favorecer um retorno pouco

crítico à uma história distante das relações humanas. Seguindo reflexões do professor Tiago Gil (UNB), podemos dizer que a aplicação de métodos e ferramentas digitais capazes de gerar visualizações belas e estatísticas complexas, mas que se afastam da análise das relações sociais humanas, da busca pela compreensão das escolhas e decisões dos sujeitos históricos, ou, em outras palavras, abdica de uma história social vista de baixo em nome de uma história vista pelos números digitais, não deveria nos interessar.¹⁰³

Entendo que precisamos sofisticar nossas reflexões teóricas e metodológicas para utilizar de maneira condizente e eficaz as técnicas e métodos digitais em consonância com nossos interesses e escolhas historiográficas. Sob o guarda-chuva da História Digital estão abrigadas pesquisas com perspectivas teóricas muitíssimo variadas. O que as une? Apenas o fato de usar alguma ferramenta digital? Mais do que isso, defendo a relevância de encarmos as história digital na chave da *Hermenêutica Digital*, como definida por Fickers e Clavert:

A combinação de competências digitais críticas com uma abordagem auto-reflexiva é chamada de hermenêutica digital: explicitar como a produção do conhecimento histórico por meio de ferramentas e tecnologias digitais é o resultado de um processo complexo de interação homem-máquina, de co-construção do “objeto epistêmico” de inquirição e investigação histórica (Fickers e Clavert, 2021, tradução nossa).

Nesse sentido, a história digital não corresponde à utilização de tecnologias digitais simplesmente, mas à postura crítica, reflexiva e explícita adotada pelo pesquisador, que deve compreender sua atuação justamente nas correlações entre técnica, método e teoria. Tal perspectiva nos previne de utilizar acriticamente ferramentas e métodos digitais. Mas para que isso seja possível, é preciso conhecimento mínimo das estruturas, das organizações, do funcionamento e das escolhas por trás dos acervos, dados e interfaces digitais que utilizamos; só assim podemos explorá-los de forma eficiente e alargar as possibilidades epistemológicas de seu uso.

¹⁰³ Uma crítica muito interessante a partir dessa perspectiva pode ser ouvida no podcast História Pirata #109 - História Digital Vista de baixo, com a participação do Tiago Gil da UNB (<https://open.spotify.com/episode/0JibQkhfTvhdEgTvkVLh4?si=a4f00e2bfa74802>).

Isso já nos ensinava Marc Bloch, em seu *Apologia da História*, apontando para dois elementos que serão abordados e defendidos nesse ensaio: primeiro a importância do conhecimento geral de técnicas variadas e segundo a necessidade de ampliação de projetos e pesquisas interdisciplinares colaborativas.

É bom, a meu ver, é indispensável que o historiador possua ao menos um verniz de todas as principais técnicas de seu ofício. Mesmo apenas a fim de saber avaliar, previamente, a força de ferramentas e as dificuldades de seu manejo. A lista de “disciplinas auxiliares” cujo ensino propomos a nossos iniciantes é demasiado restrita. [...] No entanto, por maior que seja a variedade de conhecimentos que se queira proporcionar aos pesquisadores mais bem armados, elas encontrarão sempre, e geralmente muito rápido, seus limites. Nenhum remédio então senão substituir a multiplicidade de competências em um mesmo homem por uma aliança de técnicas praticadas por eruditos diferentes, mas [todas] voltadas para e elucidação de um tema único. Esse método supõe o consentimento no trabalho por equipes. Exige também a definição prévia, por comum acordo, de alguns grandes problemas predominantes. São êxitos de que nos encontramos ainda bastante distantes. eles determinam porém, numa larga medida – não duvidemos –, o futuro de nossa ciência. (Bloch 2002, 81)

Bloch, parecia antever perspectivas contemporâneas de laboratórios de humanidades digitais espalhados pelo mundo, ampliando as *zonas de trocas* para avanço da pesquisa em História.

UM CASO EMBLEMÁTICO: A HDB, SEUS VIESES E POTENCIALIDADES

Vejamos o caso da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Nos últimos anos tenho produzido reflexões teóricas a partir da HDB e recentemente encerrei meu estágio de pós-doutorado sobre hemerotecas de jornais digitalizados em português, realizando uma análise comparativa entre os casos brasileiro e português e produzindo um *framework* específico para pesquisa-as que lidam com fontes desse tipo.¹⁰⁴

¹⁰⁴ O HEMDIG(pt) é um *framework* para pesquisa em hemerotecas digitais de periódicos escritos em português. Projeto da pesquisa de pós-doutorado realizada no âmbito do

As características de seu acervo digitalizado, sua interface estável e simples, seu caráter público e gratuito, e sua relevância nas pesquisas recentes tornam a HDB um exemplo muito rico para pensarmos sobre os impactos de aspectos técnicos e dos vieses dos acervos para a pesquisa histórica.

A HDB reúne periódicos digitalizados no interior do projeto BNDigital. Lançada em 2012, sua interface gráfica de pesquisa é simples, permitindo a utilização de parâmetros de *local*, *período* e *periódico* em combinação com palavras de busca. As buscas são realizadas diretamente no corpo do texto de cada página dos periódicos que atendem aos parâmetros definidos. A tecnologia utilizada usa reconhecimento por aproximação de cada palavra, gerando resultados bastante aceitáveis e rápidos. (Brasil 2022; Brasil e Nascimento 2020)

Como refleti anteriormente, após realizar uma pesquisa na HDB,

O resultado retornado para o usuário [...] apresenta uma série de características que direcionam uma determinada maneira de lidar com os dados obtidos e, conseqüentemente, informam construções metodológicas e epistemológicas moldadas por esse próprio modelo de resultado. (Brasil 2022)

Entretanto, esse modelo de resultado não é explicitado para os usuário e pode induzir uma leitura e coleta enviesadas dos dados. Nas palavras de Ehrmann, Bunout e Düring, as interfaces gráficas:

Não apenas [...] controlam o que os usuários podem aprender sobre o conteúdo digitalizado; elas também moldam ativamente os fluxos de trabalho do usuário, oferecendo diferentes seleções de ferramentas e recursos para pesquisar e explorar esse conteúdo. (Ehrmann 2019, 2, tradução nossa)

Lab_HD (NOVA FCSH) sob supervisão de Daniel Alves. O HEMDIG(pt) reúne uma biblioteca de referências bibliográficas; ferramentas para registro metodológico e organização dos dados coletados; análise e documentação dos acervos e suas interfaces gráficas; avaliação e tutoriais das ferramentas para reconhecimento ótico de caracteres e reconhecimento automatizado de layout voltados para documentos históricos. <https://ericbrasil.com.br/hemdig-framework/index.html>

Detalhando como os resultados da HDB produzem um impacto significativo na percepção dos usuários, afirmei em publicação recente:

Em qualquer uma das categorias de busca (Período, Periódico, Local), os resultados são apresentados de forma individualizada organizada por acervos.² Se o jornal possui apenas um acervo, o resultado retornado é a página com a primeira ocorrência e o acesso se dá de ocorrência em ocorrência, sem a possibilidade, por exemplo, de uma percepção estruturada da distribuição das ocorrências no tempo. Em periódicos que possuem vários acervos, é retornada uma lista com os acervos que contiverem ocorrências da busca, sendo classificada pelo número de ocorrências decrescentes. [...] Assim, os resultados direcionam o acesso às ocorrências numa ordem específica pautada pelo padrão do próprio site. Mesmo que o usuário classifique as ocorrências por título de acervos, muitas vezes teremos uma lista com sobreposição de períodos, visto que muitos periódicos têm acervos organizados em outros padrões diferentes daquele da estrutura de décadas que pauta a ferramenta de busca. Ao acessar um desses acervos para ler as ocorrências, o usuário será guiado pela estrutura e pela própria concepção técnica da ferramenta a seguir as ocorrências, mas não terá acesso organizado ao conjunto das ocorrências no interior do acervo e em relação ao todo dos resultados da busca. (Brasil 2022)

E ainda mais, essas características – o tipo de busca, as decisões técnicas sobre apresentação dos resultados e as opções de recuperação e acesso aos dados – impõe limites de uso ao acervo, impossibilitando a aplicação de métodos mais sofisticados das humanidades digitais.

VISÃO GERAL DO ACERVO

Ao acessarmos a página da HDB e iniciarmos uma busca simples, conseguimos ter noção do escopo do seu acervo? Após alguns anos de pesquisa utilizando dados gerados em sua página – pesquisas para meu doutorado, para artigos e demais projetos, geralmente centrados nas experiências de carnavalescos negros do Rio de Janeiro na Primeira República – e outras tantas reflexões sobre a própria ferramenta, escrutinada em debate com

produções recentes sobre história Digital, posso afirmar que não. A interface gráfica da HDB, que nos permite interagir com sua base de dados digitalizados e seus metadados, possui inúmeras qualidades, já analisadas por mim previamente (Brasil 2022), sobretudo a possibilidade de busca textual no conteúdo das páginas digitalizadas. Nessa parte final do ensaio, entretanto, gostaria de refletir sobre como as escolhas técnicas de apresentação desses resultados impõe limites para a compreensão do próprio acervo. Para isso, apresentarei alguns dados obtidos junto à Fundação Biblioteca Nacional (doravante FBN) e cuja análise nos permite avaliar tanto o escopo do acervo digitalizado quanto às limitações de seu entendimento por parte do usuário que busca termos, palavras e expressões em sua interface.

Como parte de minha pesquisa no estágio de pós-doutorado, busquei realizar uma análise aprofundada dos acervos e interfaces de hemerotecas digitais de língua portuguesa. A coleção de periódicos digitalizados da Biblioteca Nacional Digital de Portugal possui um conjunto de metadados publicizados em sua página de dados abertos que permitiu um entendimento geral do acervo atualmente acessível para consulta on-line. Entretanto, não foi possível encontrar dados semelhantes para a HDB. Então, entrei em contato diretamente com o Setor de Gestão de Programas e Inovação - SGPI da BNDigital, solicitando acesso aos dados relativos aos jornais digitalizados e disponibilizados na página da HDB. A equipe gerou um arquivo XML – organizado no padrão MARCXML – contendo todos os dados sobre periódicos digitalizados disponíveis na HDB. Esse XML, exportando diretamente do sistema utilizado por eles, é muito rico e fundamental para a compreensão do carácter e vieses desse acervo tão importante para a pesquisa histórica brasileira. Após consulta aos setores responsáveis da FBN, recebi autorização para tornar público esses dados.¹⁰⁵

Na análise inicial, selecionei os seguintes campos do XML – seguinte, principalmente os tipos de dados disponíveis para o caso da coleção da Biblioteca Nacional Portuguesa:

¹⁰⁵ Em minha pesquisa de pós-doutorado, realizei a organização, apresentação e análise prévia desses dados, que estão disponíveis [aqui](#). Análises detalhadas e comparativas serão publicadas em artigos científicos ao longo dos próximos anos.

- **Título do periódico**
- **Subtítulo de periódico**
- **Local de publicação**
- **Editora**
- **Período de publicação**
- **Periodicidade da publicação**
- **Idioma da publicação**

Utilizando a biblioteca *Pandas* e construindo *scripts* em *Python*, realizei a contagem geral dos dados e gerei visualizações que nos permitem compreender de forma geral o volume, a variedade e as características do acervo digitalizado. Nesse ensaio, apresento de forma sucinta os dados sobre as características gerais do acervo e uma breve reflexão sobre o seu viés temporal.

Na tabela abaixo, podemos ver a contagem geral de itens únicos em cada campo selecionado:

Coluna	Quantidade
Título	7685
Subtítulo	3666
Local	7608
Período	7265
Editora	5675
Periodicidade	5901
Idioma	6614

Ou seja, no momento em que o arquivo com os dados foi gerado, a HDB possuía 7685 títulos de periódicos únicos e, após uma análise específica do campo Local, foi possível encontrar 673 valores únicos. Cronologicamente, encontramos valores iniciando em 1521 e terminando em 2022. A apre-

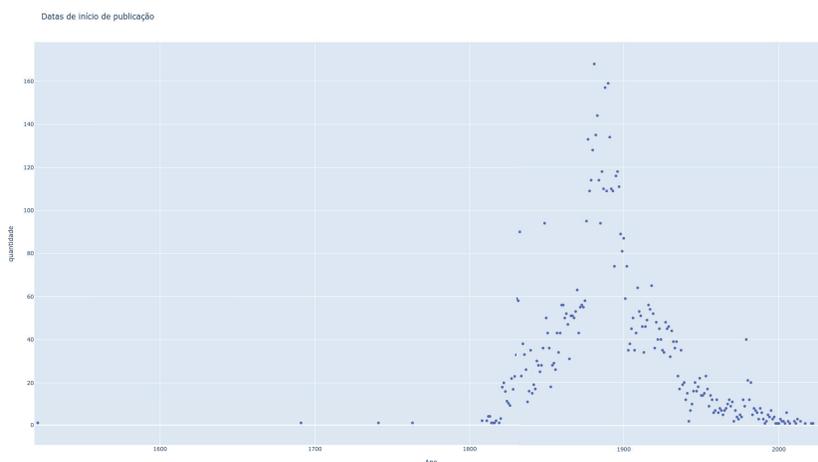
sentação desse escopo geral, com os dados sobre títulos, local e período, seria muito importante para os pesquisadores e poderiam constar já na página inicial da HDB. Sobretudo por esses serem os três parâmetros centrais para a elaboração das pesquisas por parte dos usuários. Pelo alto volume de dados presentes do arquivo XML, sua característica e a necessidade de conhecimentos técnicos específicos para lidar com ele, o pesquisador que acessa a HDB encontra dificuldades de avaliar esse escopo e entender como a pesquisa e seus respectivos resultados são representativos no conjunto geral de dados.

Como exemplo final desse ensaio, gostaria de apresentar e refletir com mais detalhes sobre os dados do campo Período desse arquivo XML. Ele nos coloca uma pergunta fundamental para historiadores e historiadoras que se debruçam sobre qualquer acervo, seja físico, digital ou digitalizado: qual seu escopo temporal? Ao pesquisar uma palavra na HDB, seja qual for o conjunto de parâmetros utilizados, seria importante termos acesso a uma descrição geral da porcentagem de periódicos por período. Atualmente, com a presente configuração de apresentação de resultados, essa avaliação é muito restrita para o usuário. Mesmo que pretendesse realizar esse levantamento manualmente, o usuário precisaria coletar milhares de dados, algumas vezes inconsistentes, compilá-los e tratá-los, para só então tentar calcular estimativas. Vejamos, a partir dos dados gerais selecionados do arquivo XML, quais características cronológicas podemos perceber no acervo da HDB.

VIÉS TEMPORAL?

Vamos olhar rapidamente para as datas de início de publicação de cada periódico. O gráfico a seguir mostra a quantidade de periódicos com data de início no eixo y e o ano no eixo x. Ou seja, quanto mais alta a posição de uma marcação no gráfico maior a quantidade de periódicos com data de início de publicação naquele ano (Figura 1).

Gráfico de dispersão com datas de início



A visualização¹⁰⁶ nos ajuda a compreender melhor o acervo que estamos consultando: parte significativa dos periódicos digitalizados, disponíveis para a pesquisa com busca textual, estão concentrados em um recorte temporal específico, entre 1860 e 1920, com mais de 400 títulos em cada década, atingindo um, pico nas décadas de 1880 e 1890, com 1277 e 1101 títulos respectivamente. Por conseguinte, um usuário que busque um termo na HDB, sem especificar um recorte temporal como parâmetro, receberá um resultado bastante enviesado, determinado pelo caráter do próprio acervo. Isso é normal e esperado, e o profissional de história possui o ferramental metodológico para lidar com essa questão, quando falamos de arquivos e acervos físico. Entretanto, atualmente, nossa formação nos capacita para enfrentar esse contexto em pesquisa digitais? Isso é agravado pelo fato da interface gráfica da HDB não disponibilizar recursos para que os usuários realizem uma inquirição aprofundada sobre seu acervo.

¹⁰⁶ Os gráficos dinâmicos podem ser acessados aqui: <https://ericbrasiln.github.io/hemdig-framework/part2/capitulo4/sec41.html#periodo-de-publicacao>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos parar de usar a HDB? Nada poderia estar mais distante da minha postura diante dos dilemas colocados por seus usos e as reflexões que apresentei aqui. Como venho afirmando e defendendo há algum tempo, a HDB deve ser valorizada e defendida como ferramenta heurística única para a pesquisa histórica no Brasil, tanto por sua relevância acadêmica quanto por seu valor para a sociedade brasileira como um todo. E por isso mesmo devemos também valorizar o trabalho dos servidores técnicos da FBN por todo rico e dedicado trabalho na preservação e divulgação do acervo, e conseqüentemente o fortalecimento da BNDigital e da FBN em geral, mesmo diante de políticas de desvalorização e mesmo perseguição sofridas nos últimos anos.

Entretanto, defendo que nossa formação enquanto pesquisadores precisa se transformar em aspectos técnicos e teóricos, fomentando reflexões e práticas que acompanhem as transformações nas formas de acesso aos vestígios do passado. Outrossim, os repositórios/arquivos precisam tornar públicas e escrutináveis suas escolhas técnicas (sempre políticas) e as características dos seus acervos. Para isso seria fundamental políticas públicas de investimento em estrutura, formação e valorização dos profissionais desses acervos e o retorno do diálogo entre pesquisadores, arquivistas, programadores, usuários em geral, em outras palavras, a valorização de projetos, espaços e pesquisas interdisciplinares. Talvez esse movimento seja liderado pelos laboratórios de história e humanidades digitais e suas respectivas redes de colaboração nacional e internacional que vêm se formando no Brasil, assim como eventos e publicações que abrem espaço para esse diálogo inescapável para o presente e o futuro de nossa profissão.

REFERÊNCIAS:

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. 2002. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar.

BRASIL, Eric. 2022. “pyHDB - Ferramenta Heurística para a Hemeroteca Digital Brasileira: utilizando técnicas de web scraping para a pesquisa em História”. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography** 15 (40). <https://doi.org/10.15848/hh.v15i40.1904>.

BRASIL, Eric, e Leonardo Fernandes Nascimento. 2020. “História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica.” **Revista Estudos Históricos** 33 (69): 196–219. <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011>.

EHRHMANN, Maud. 2019. “Historical Newspaper User Interfaces: A Review”. **IFLA WLIC 2019**. https://www.researchgate.net/publication/339529189_Historical_Newspaper_User_Interfaces_A_Review.

FICKERS, Andreas, e Frédéric Clavert. 2021. “On Pyramids, Prisms, and Scalable Reading”. **Journal of Digital History**, no jdH001 (outubro). <https://doi.org/10.1515/JDH-2021-1008?locatt=label:JDHFULL>.

CAPÍTULO 9

A GRAMÁTICA DE MOTIVOS PARA ACEITAÇÃO DE PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA CAPES: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E RELACIONAL DOS TEXTOS

Gisele Novais Costa Ramos

Luciano Rossoni

Um dos pressupostos dos Estados democráticos é a transparência e a publicidade de seus atos. Todavia, os atos produzidos pela burocracia Estatal não são suficientemente publicizados, abrindo espaço para diversos tipos de questionamentos, ao ponto de ter sido necessário que o legislador instituisse uma Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) no Brasil. Apesar de o efeito da lei ser obrigatório, pouco se sabe das razões pelas quais os pedidos são aceitos ou negados, colocando dúvidas sobre como o aparato legal se manifesta no cotidiano dos órgãos federais. Buscando preencher essa lacuna, o propósito deste estudo é analisar os pedidos de acesso à informação como uma manifestação cultural, utilizando, por um lado, as justificativas dos agentes que solicitam informação frente às razões pelas quais os agentes governamentais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) as negam ou as aceitam. Por outro, contrastamos a gramática de motivos dados para negar ou aceitar pedidos com os aspectos materiais que envolvem o acesso à informação. Como tal processo remete a uma dualidade entre as dimensões simbólicas e materiais dos pedidos, nosso interesse é combinar ferramentas de mineração e análise relacional de textos com ferramentas estatísticas. Como material de análise, selecionamos pedidos direcionados à CAPES de 2015 a 2021, os quais serão analisados por meio de ferramentas automatizadas de análise de textos, porém categorizados de forma que o pesquisador esteja no controle da

interpretação. Com efeito, buscaremos explicitar como tais textos podem dar pistas das características materiais e simbólicas que levam os pedidos a serem aceitos ou negados.

INTRODUÇÃO

O Estado Brasileiro recebeu de mais de 1,3 milhão de pedidos¹⁰⁷ de acesso à informação, desde a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), alcançando uma taxa de 99,5% dos pedidos atendidos. Contudo, para além da expressividade dos números, a ausência de conhecimento acerca do processo de tratamento dos pedidos de acesso à informação dentro dos órgãos, de acordo com Wilson (2015), o assemelha a uma “caixa preta”.

O autor (2015) explica que, ao encaminhar um pedido, o usuário está ciente de quando e onde o pedido foi submetido, mas não dispõe de dados acerca de quem o recebeu ou o está tratando, impedindo-o de entender as decisões e ações tomadas no âmbito do processamento do pedido.

No que se refere aos estudos relacionados à Lei de Acesso à Informação no Brasil, de acordo com Lui et al (2023), as investigações restringem-se a discutir e a verificar a conformidade das informações disponibilizadas nos portais, com os itens previstos na Lei (Araújo & Marques, 2019; Lunkes et al., 2015; Alves, Miranda, Teixeira, & Souza, 2021; Bernardes, Santos, & Rover, 2015; Viana, 2020) – a chamada transparência ativa. Por outro lado, foram encontradas poucas evidências científicas e empíricas no que se refere a estudos abrangentes relacionados ao tratamento dos pedidos recebidos pelos órgãos - a transparência passiva (Michener et al., 2018; Raupp & Pinho, 2016), revelando uma lacuna de pesquisa na área, tendo em vista os números de publicações em eventos e periódicos nacionais.

Nessa esteira, a aprovação da referida Lei, assim como em outros campos políticos, não parece suficiente para garantir o acesso real à informação públi-

¹⁰⁷ Dado do Painel Lei de Acesso à Informação: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>

ca, tendo em vista os diferentes níveis de conformidade, isto é, de respostas satisfatórias aos pedidos solicitados (Rodríguez & Rossel, 2018). Em estudo acerca do tema, Choi (2018) procurou identificar fatores que influenciam a decisão de burocratas coreanos sobre a concessão do acesso à informação. Cuillier (2010) analisou como a linguagem e o tom dos textos de uma solicitação afetam a decisão pelo aceite. Wasike (2016) comparou o desempenho da Lei em diferentes governos; e a influência da identificação do solicitante foi abordada por Velasco (2016) e Lagunes e Pocasangre (2019).

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como escopo a dimensão da transparência passiva na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir da qual serão analisados formalmente os textos dos pedidos de acesso à informação, bem como as respostas concedidas pelo órgão, tendo como base a perspectiva da Análise Cultural. A partir dessa lente teórica, os pedidos de acesso à informação serão tomados como objetos culturais, simultaneamente constituídos por uma dimensão material e por uma simbólica.

Adentrando a esfera simbólica da questão, composta por narrativas, práticas, valores e esquemas, que ensejam e tornam natural determinada forma de pensar, por meio da pesquisa em tela propõe-se analisar como fatores relacionados à estrutura do texto (cortesia, tamanho/quantidade de caracteres, apresentação de justificativa); ao objeto do pedido (assunto, diretoria responsável, existência de recurso, dificuldade de processamento, atualidade da informação); e às circunstâncias institucionais (equipe responsável) influenciam a decisão do órgão pelo concessão ou não da informação solicitada, o tempo de resposta e, eventualmente, o tipo de negativa de acesso concedido pelo órgão.

No tocante às circunstâncias institucionais, cabe esclarecer que as análises serão realizadas em períodos temporais distintos. No primeiro, com a gestão da Lei a cargo da Assessoria de Comunicação Social (ACS), que desenvolvia as atividades relacionadas à Lei de Acesso à Informação paralelamente às suas competências principais; e o segundo período, na qual equi-

pe destacada do Gabinete da Presidência exercia unicamente as atividades relacionadas ao atendimento ao cidadão.

Entre os aspectos que trazem relevância a esse estudo, está, sobretudo, a identificação de fatores que potencialmente possam influenciar a decisão do órgão pela concessão ou pela negativa de acesso, ensejando assim a maior ou menor transparência do órgão no que se refere à Lei de Acesso à Informação. Essas informações contribuirão para um diagnóstico institucional acerca da gestão da Lei, servindo como subsídio ao planejamento de ações no que se refere ao tratamento da referida norma.

Diante do exposto, e visando suprir, ao menos parcialmente, essa demanda por estudos com foco na transparência passiva, este trabalho se propõe a responder a seguinte pergunta: em que medida fatores presentes nos pedidos de acesso à informação recebidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES) influenciam a decisão de aceite do pedido pelo órgão?

Como pano de fundo para essa análise, será levado em conta os pedidos de informação recebidos em dois períodos distintos, quando por questões de cunho institucional a gestão da Lei de Acesso à Informação foi gerida por diferentes equipes. Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é descrever em que medida fatores relacionados à estrutura do texto, ao objeto do pedido e às circunstâncias institucionais influenciam a decisão da CAPES em aceitar ou não o pedido de acesso à informação. Em outras palavras, será verificado como a natureza dos pedidos de acesso à informação, suas características, ademais do setor em que são tratadas, estão relacionadas a sua aceitação pelo órgão, obtendo um panorama de como o pedido de informação é tratado no órgão.

No âmbito das contribuições práticas, o presente estudo acerca da Lei de Acesso à Informação apresenta relevância, uma vez que se propõe a apresentar um diagnóstico situacional da transparência passiva na CAPES, com destaque para o caráter comparativo e longitudinal da pesquisa. Para além do diagnóstico, a pesquisa em tela proporcionará um levantamento de insu-

mos que poderá auxiliar na melhora da capacidade administrativa do órgão no que se refere à gestão da Lei de Acesso à Informação.

Do ponto de vista das contribuições teóricas, as categorias de análise utilizadas no trabalho poderão ser replicadas em outros estudos e aprimoradas para análise da transparência passiva em outros órgãos.

Por fim, cabe ressaltar a importância social do estudo, tendo em vista o papel da transparência em uma democracia. A Lei de Acesso à Informação tem um impacto não somente na corrupção, mas também na detecção de eventuais atividades de corrupção (Cordis & Warren, 2014), reforçando a confiança no governo, ajudando a combater atividades ilícitas e melhorando a conformidade dos cidadãos com as políticas governamentais (Wasike, 2016); subsidiando a atuação midiática e a pesquisa acadêmica, jogando luz sobre questões governamentais e decisões políticas (Johnson, 2021).

QUADRO TEÓRICO-EMPÍRICO DE REFERÊNCIA

Neste capítulo, apresentam-se as principais definições relacionadas à cultura, objetos culturais e formas de medições, uma vez que para fins de realização desta pesquisa, serão avaliados os pedidos de acesso à informação recebidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir de uma lógica de análise cultural.

PARA UMA ANÁLISE CULTURAL DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

O conceito de cultura vem passando por transformações, devido às diferentes concepções de fenômenos culturais adotadas por estudiosos ao longo do tempo, ademais de sua complexa definição (Salih, 2018). O termo já foi caracterizado como se referindo ao cuidado com a colheita e animais e, por extensão, ao cuidado e ao crescimento das faculdades humanas; como for-

ma de classificação de artes, religião, instituições e práticas de significados e valores, além de um processo social que delineaia modos de vida (Mohr & Rowlings, 2015).

Para Dadze-Arthur (2017), a cultura a partir dos estudos difundidos por Clifford Geertz, é uma coleção organizada de símbolos e sinais com significados específicos que, por tal especificidade, deve ser estudada de maneira particular. Por essa razão, Clifford sugere que seja analisado como as pessoas se expressam por meio desses símbolos, sinais e rituais, a partir de uma perspectiva cujo foco esteja nessas pessoas. “Em outras palavras, a cultura deve ser interpretada do ponto de vista da pessoa, cuja cultura está sendo estudada” (Dadze-Arthur, 2017, p.11).

O termo é explicado ainda por Kramsch (1995), tendo como referência duas abordagens de definição de uma comunidade social. A primeira, originária das humanidades, tem como escopo a maneira pela qual um grupo social se representa e representa o outro, por meio de seus produtos culturais como arte, literatura e instituições sociais, levando em conta a reprodução e preservação destes produtos ao longo do tempo.

Por outro lado, a segunda abordagem tem origem nas ciências sociais, abrangendo atitudes, crenças, modos de pensar e comportamentos compartilhados por uma comunidade social. Em consonância com esta última abordagem, Brislin (1990) apresenta a cultura como um compartilhamento de ideais, valores, suposições sobre a vida, uso de categorias, atividades com objetivos que se tornam inconscientemente ou subconscientemente aceitos como “certos” ou ‘corretos”, por aqueles que se identificam como membros de uma sociedade.

Para além dos estudos com foco nos processos que dão origem a produtos culturais como música e artes, por exemplo, Mohr et al (2020) ressaltam que a questão central do campo é a pesquisa acerca do significado e o seu estudo de maneira científica. “*A chave para esta agenda é o desenvolvimento de teorias e métodos que expliquem como as pessoas atribuem significado a eventos,*

objetos, indivíduos ou grupos, bem como as próprias pessoas interpretam e vivem esses significados” (Mohr et al., 2020, p. 7).

Não obstante a existência dessa dupla abordagem nos estudos de cultura, cabe ressaltar que ambas fornecem significado para os fenômenos situando-os histórica e socialmente e apresentando leis ou regras apropriadas ao seu tempo e espaço (Kramsch, 1995). “Leis, regras e regularidades não são somente invenções de cientistas. Elas são constantemente produzidas pelas pessoas em suas atividades diárias. São elas que distinguem o significado cultural de uma comum aleatoriedade” (Kramsch, 1995, p. 84).

É neste sentido que Mohr et al (2020) ampliam o escopo de cultura para além do ambiente que dá significado à vida social, abarcando também narrativas, roteiros, práticas incorporadas e esquemas. Esses fatores, segundo Kramsch (1995), tendem a tornar natural determinados modos de pensar, agir e se comportar, ao mesmo tempo que imprimem um caráter incomum a posicionamentos desviantes.

A cultura é apresentada ainda por Mohr et al (2020) como portadora de um caráter duplo composto por uma realidade subjetiva incorporada nas pessoas e uma realidade objetivada no mundo. Essa dualidade estrutural consiste no fato de que o estado de um é simultaneamente dependente do estado do outro, isto é, há uma conexão entre construções simbólicas e práticas materiais, sendo constituídas mutuamente (Mohr & Duquenne, 1997).

Nesse cenário, Mohr e Duquenne (1997) citam diversos autores que se debruçaram em estudos com o intuito de compreender a conexão entre construções simbólicas e outros níveis de vida social. Durkheim interessou-se pela relação entre a estrutura das crenças e a forma de organização social; Marx se propôs a explicar a ideologia e o modo de produção; e Weber abordou a ligação entre formas culturais (tipos de legitimação, sistemas de crenças religiosas) e padrões de comportamento social (relações de poder e modos de organização econômica).

Todavia, nem sempre houve um consenso acerca dessa coexistência e constituição simultânea. Segundo Mohr e Duquenne (1997), a história

da teoria social foi organizada em torno de debates entre “materialistas” e “idealistas”, o que ensejou a produção de trabalhos teóricos com o objetivo de superar esse tipo de dualismo oposicional, cedendo lugar a teorias com foco na formação mútua material e cultural.

O principal argumento apresentado pelos teóricos da prática é que nem o mundo material (o mundo da ação) nem o mundo cultural (mundo dos símbolos) podem existir (ou ser coerentemente estruturado) independentemente. Em vez disso, cada um é constituído por meio de sua associação imediata com o outro (Mohr & Duquenne, 1997, p. 309).

De acordo com Mohr e Duquenne (1997), a perspectiva aventada é reforçada por Clifford Geertz, ao negar a validade de análises de sistemas culturais de forma desvinculada da ação prática. Dessa forma, Geertz não somente enxergava a cultura tendo como base a prática, como também entendia a ação prática como organizada pela prática da cultura, ratificando seu entendimento a respeito da presença de significado em todo tipo de ação.

A CULTURA SENDO MEDIDA

O estudo formal da cultura é definido por Edelman e Mohr (2018) como pesquisas que empreguem métodos formais de análise, isto é, métodos com base matemática e/ou computacional, para investigar dados empíricos de elementos ou fenômenos culturais. Dessa forma, informações culturais (dados) são coletadas e analisadas, por meio de ferramentas que possibilitam a identificação de padrões e, conseqüentemente, a produção de novos conhecimentos sobre o fenômeno em estudo.

Mohr e Rowlings (2015) explicam que, para fins de análise, os métodos de estudo da cultura se dividem em duas vertentes: os não hermenêuticos e os hermenêuticos ou interpretativos. As formas não hermenêuticas dedicam-se a medir aspectos de formas culturais, extraíndo indicadores que possam explicar outros fenômenos sociais. Já os métodos hermenêuticos

têm como objetivo o avanço da capacidade de conhecer ou compreender um significado compartilhado ou uma forma de compreensão coletiva, tendo como foco a análise da fala e de textos, a fim de dar sentido a discursos e outras formas de expressão cultural.

Diante disso, e tendo em vista a forma de pensar os fenômenos culturais como significativos ou portadores de significado, Edelmann e Mohr (2018) apontam o estilo hermenêutico de pesquisa cultural como o mais apropriado, associando-o a análises qualitativas, bem como quantitativas.

Nessa seara, os métodos de análise de conteúdo são exemplos de estilo de pesquisa cultural que se aproximam da vertente hermenêutica. Após a segunda guerra, Harold Lasswell liderou estudos que contribuíram para a criação da análise de conteúdo, partindo da inovação na análise de frequência de palavras e chegando a explorar a ligação entre o significado das palavras e a frequência cardíaca e outras respostas fisiológicas desencadeadas pelos leitores (Mohr et al., 2020). De forma semelhante, e impulsionados pela melhoria nas ferramentas de análise de conteúdo, estão ainda Philip Stone, com o desenvolvimento de um programa de análise a partir de dicionários específicos para variadas pesquisas; além de Roberto Franzoi, com o uso de gramáticas como forma de codificar os textos (Mohr & Rawlings, 2015).

Embora se intitulem “interpretativistas”, Mohr et al. (2020) afirmam que a interpretação é padronizável, e que tais padrões podem ser traduzidos de maneira mensurável, sendo a interpretação “o processo pelo qual os sociólogos reconstróem aquilo que é conhecido ou compreendido entre as pessoas” (Mohr et al, 2020, p.1). Não havendo, portanto, medição da cultura sem interpretação, estando interligadas no projeto da sociologia cultural.

De forma geral, os autores (2020) abarcam diversas estratégias de medição, como leituras textuais minuciosas, etnografia, grupos focais, entrevistas, análise de pesquisa, mapeamento de redes e mineração automatizada de textos, cabendo a escolha da estratégia que mais se adequa às questões de investigação propostas.

MEDINDO OBJETOS

Mohr et al (2020) apresentam a definição de objeto cultural da socióloga Wendy Griswold, a qual afirma que os objetos têm “um significado compartilhado na forma” (Mohr et al, 2020, p.66). O compartilhamento do significado reforça seu caráter não-pessoal e, conseqüentemente, o torna cultural. Assim, o objeto existe na mente das pessoas, bem como na ação comunicativa, na qual a partilha do significado é associada às coisas do mundo.

Essa presença no mundo refere-se a uma externalização material que no conceito apresentado por Griswold está representado na palavra “forma”. Assim, objetos culturais mais abstratos como uma peça de teatro ou uma apresentação de balé são “perceptíveis”, isto é, têm qualidades materiais, o que contribui para a sua difusão e interpretação (Mohr et al., 2020). Em consonância com o exposto, os autores (2020) ressaltam que para ser medido, o objeto deve ser durável, levando-se em conta os diferentes graus de durabilidade existentes.

Dessa forma, o estudo do objeto é baseado na percepção “avaliando a presença e ausência de objetos e, secundariamente, das suas outras qualidades” (p.67). Todavia, tendo em vista a percepção ser mediada por sentidos e estes, suscetíveis a experiência subjetiva e a capacidades corporais, Mohr et al (2020) ressaltam a necessidade de os analistas considerarem se estão percebendo o mesmo objeto que o grupo que procuram entender.

Outro ponto a ser considerado na medição de um objeto, segundo Mohr et al (2020), é a sua análise *in situ*. Nesse sentido, a antropóloga Mary Douglas explica que sapatos não podem ser considerados sujos unicamente por serem sapatos, mas sim por se encontrarem em lugares aos quais não pertencem, como uma mesa de jantar. Surge, portanto, a necessidade de medição de objetos, dentro de um contexto, no qual seja conhecido como a população em questão define seu sistema de regras. “Medir objetos envolve, portanto, necessariamente, medir iterativamente o sistema de significados

simbólicos dentro do qual eles são literalmente objetivados” (Mohr et al., 2020, p.68)

No que se refere às qualidades materiais do objeto, os autores (2020) sustentam que boa parte dos sociólogos tratam medidas de qualidades como medidas de significado. De forma que, ao qualificar um livro como pesado, pode-se deduzir que o conteúdo vá exigir mais de seu leitor; ou que páginas com orelhas e encadernação danificada possam significar alta apreciação pelo livro. Nesse sentido, a análise de conteúdo de textos é apontada, então, como estratégia no domínio dessa mensuração dos objetos e suas qualidades. “Focar desta forma na materialidade dos objetos significa muitas vezes que, ao medir objetos culturais, medimos de forma mais central qualidades, incluindo magnitude, localização ou posição, e qualidades sensuais, como cheiro ou textura” (Mohr et al., 2020, p.69)

De posse dessas qualidades materiais dos objetos, Mohr et al (2020) explicam que o objetivo central dos sociólogos culturais passa a ser a compreensão dos processos de classificação e categorização, relacionando a atividade de classificação às respectivas consequências para identidades, hierarquia e poder. Por exemplo, o estudo de Marshal Sahlins que examina como os animais são classificados nas categorias “comestíveis” e “não comestíveis”; e o estudo de Nobert Elias sobre manuais de etiqueta do século XVI, analisando a presença ou ausência do garfo na mesa e o conteúdo dos próprios manuais. Em suma, o processo de classificação dos objetos como aceitáveis ou inaceitáveis corrobora com o entendimento e/ou a revelação de princípios organizadores de uma sociedade.

Nesse cenário, a referida análise tem como foco entender como os seres humanos interpretam os objetos, bem como a forma pela qual esses significados são difundidos pelos sistemas sociais. Para tal, são utilizadas técnicas de medição de qualidade observáveis, permitindo distingui-los e diferenciá-los e, em seguida, identificá-los e categorizá-los. É considerado também o aspecto temporal, uma vez que os objetos passam por um ciclo de vida, no mínimo, com etapas de produção e consumo, nas quais produtor e consumidor se utilizam de interpretações significativas.

No âmbito dessa temporalidade dos objetos, Mohr et al (2020) os caracteriza como “repositórios de cultura”, “restos congelados de ação coletiva”, transportando conteúdo simbólico por meio do tempo, permitindo assim sua análise e medição. *“A lição aqui é que podemos medir um ‘mesmo’ objeto de forma diferente ao longo do tempo e do contexto, e estar atento às diferenças entre as comunidades que produzem objetos e aqueles que os consomem”* (p. 78). E, por fim, considerando os objetos como portadores de propriedades que os tornam agentes ativos capazes de moldar o comportamento humano (Mohr et al., 2020)

Para Mohr et al (2020), os objetos são a externalização e materialização da cultura, uma vez que concentram a ação humana, com a propriedade de carregar e transmitir cultura. Por outro lado, apesar de serem mais facilmente observáveis que as pessoas ou instituições produtoras, os autores (2020) alertam quanto ao perigo de considerar os significados dos objetos como estáveis, quando, na verdade, não carregam significados, mas sim significados potenciais. De maneira oposta, “o significado emerge na produção e no consumo de objetos – quando os objetos são colocados em uso” (Mohr et al., 2020, p. 65).

O USO DE FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS

A análise de conteúdo é descrita por Mohr et al. (2015) como procedimentos de análise que transformam textos escritos e destinados a serem lidos em dados numéricos lidos por computadores e interpretados por métodos formais. Ao longo do primeiro século de utilização dessa análise, essas técnicas foram utilizadas com o intuito de diminuir a complexidade de grandes blocos informacionais, por meio de sua redução “a unidades informacionais centrais que pudessem ser medidas e mapeadas de forma confiável” (p.2)

Dessa forma, eram extraídas as ideias principais dos textos, sendo então submetidas a métodos formais para extração do respectivo significado, sem atentar-se, contudo, a sutilezas, vieses ou matizes de significado. Em

contraste, no método de análise hermenêutica, o leitor atento preza pela consideração de características textuais encontradas para além de sua superfície como “*nuances de peculiaridades de estilo, complexa estratificação, fluidez, inícios e paradas, expansões e contrações, acelerações desacelerações*” (p.2)

Para o desenvolvimento de uma leitura sólida e que abarque essas especificidades, Mohr et al. (2015) apontam a necessidade de uma prática hermenêutica eficaz, ocasião em que é apresentada a teoria de Kenneth Burke. Segundo o teórico literário, a interpretação pode ser semântica ou poética, tendo a primeira o foco no significado claro e inequívoco; e a segunda, “na multiplicidade complexa de significados em camadas que nos leva a leitura poética de um texto” (p.3).

O contexto da ascensão da internet e da disponibilização em grande escala de dados e informações, as chamadas iniciativas de “Big Data”, contribuíram com a mudança na forma como são realizados os estudos no campo das ciências sociais e culturais (Mohr, Wagner-Pacifici, Breiger, & Bogdanov, 2013), sobretudo, na forma como os textos são analisados (Mohr et al., 2015).

A investigação nestes campos pode mudar fundamentalmente devido aos seguintes desenvolvimentos: ser capaz de capturar sistematicamente uma ampla variedade de informações sociais, arquivos inteiros de dados textuais, disponíveis na sua totalidade para análise qualitativa ou quantitativa instantânea ou sistemas interacionais sociais em grande escala, transmitidos em tempo real, na vida real, diretamente de um feed da Internet, em qualquer escala ou filtro que se queira aplicar. Especificamente, a ascensão do *Big Data* oferece a possibilidade de disponibilizar novos tipos de dados (quantitativos e qualitativos) que sejam abundantes, acessíveis, matizados, de alta qualidade e reunidos em níveis que excedem a nossa capacidade de analisá-los ou compreendê-los (Mohr, Wagner-Pacifici, Breiger, & Bogdanov, 2013, p. 676).

Para além do trabalho qualitativo que os sociólogos estão imersos por meio de históricos comparativos, etnografia e investigação de entrevistas, novas possibilidades de medição da cultura surgem nesse cenário. De acordo com Mohr et al (2020), cada vez mais, os sociólogos procuram ferramentas computacionais sofisticadas, com vistas a responder antigas questões e

descobrir novas, expandindo assim o espectro de possibilidades de medição de formas de automatizar a análise da linguagem e das imagens.

Para Jacob Foster (2018), o uso da computação em estudos de cultura fornece mais que um novo método de estudo, podendo, de fato, mudar a forma como a cultura é pensada, a partir da compreensão da computação. É nesse sentido que o autor (2018) apresenta o conceito de pensamento computacional de David Krakauer como uma “postura teórica que incentiva a análise detalhada dos procedimentos para chegar em decisões adaptativas baseadas em informações aproximadas e ruidosas” (Foster, 2018, p.145).

De acordo com Foster (2018), o pensamento computacional sobre a cultura se apresenta urgente e necessário. Primeiro, tendo em vista que explicações sociológicas fazem suposições implícitas e afirmações acerca de problemas computacionais subjacentes enfrentados por atores sociais. Segundo, porque a fundamentação de modelos formais no pensamento computacional induz a uma relação interdisciplinar e promove uma ligação entre os métodos computacionais e as teorias utilizadas no campo. E, por último, por conduzir à formalização, com suas vantagens (clareza) e desvantagens (perda de nuances).

Sob essa ótica, Mohr et al. (2015) discutem acerca da hermenêutica computacional, a qual apregoa que “todas as ferramentas de análise de textos disponíveis podem e devem ser utilizadas, conforme necessário, a fim de prosseguir uma teoria particular de leitura” (p.3). Ademais, nesse sentido, ressaltam a relevância do *Big Data*, sobretudo, na expansão de novos e variados tipos de ferramentas algorítmicas e computacionais para a leitura de textos, extraindo a maior quantidade de informação possível.

Em vez de nos restringirmos a coletar as melhores pequenas informações que possam substituir o todo textual, da maneira que o projeto de Lasswell ilustra, as tecnologias contemporâneas nos dão a capacidade de considerar um corpus textual em toda a sua complexidade hermenêutica e nuance (Mohr et al., 2015, p. 3).

De forma complementar ao uso dessas ferramentas, Breiger, Wagner-Pacifici, & Mohr (2018) apresentam o estilo de análise de texto *Reader in Control of Hermeneutics* (RiCH), por meio do qual é declarada a utilização das vantagens decorrentes das modernas práticas de análise automatizada de texto, preservando, contudo, a interpretação do leitor humano.

Essa via de análise caracteriza-se por dois aspectos principais. Primeiro, pelo uso de baixa tecnologia, o que viabiliza aos leitores maior responsabilidade no que se refere ao processo de interpretação, se comparado a outras circunstâncias de modelagem computacional.

Insistimos que o leitor deve estar no controle em cada fase do processo: no início, como um leitor habilidoso de textos, conhecedor dos textos e seus modos; no meio, como treinador de leitura de textos pelo computador; e no final como um leitor ativamente engajado nas leituras do computador (Breiger et al., 2018, p.105).

E segundo, pela atuação dos computadores na descoberta de ambiguidades ou contradições nos textos, ajudando a identificar essas características e compreender as funções que ali desempenham. Nesse sentido, os autores (2018) ressaltam a atuação restrita das máquinas a essas funções, não abrangendo, portanto, a resolução dessas ambiguidades ou contradições.

De acordo com os autores (2018), essa abordagem de leitura tem ainda como preceito o entendimento de que a interpretação textual consiste em um ato contínuo de idas e vindas ao texto.

Um leitor simplesmente não pode conhecer e compreender o todo sem conhecer as partes e vice-versa. A leitura RiCH envolve ativamente este movimento de vai e vem entre as partes (pontuação, palavras, frases, parágrafos, seções) e o todo de um texto, à medida que o leitor constantemente recalibra e reinterpreta os significados do texto a cada novo encontro (Breiger et al., 2018, p.107)

Diante do exposto, esta pesquisa tem por escopo a análise do tratamento do pedido de acesso à informação na CAPES, a partir da perspectiva da análise cultural, na qual a lei de acesso à informação, materializada nos pe-

didados de acesso à informação, é tomada como prática material; e os significados, interpretações e valores que permeiam a decisão do órgão pelo aceite ou não do pedido constituem a construção simbólica do fenômeno.

Dado o seu caráter normativo e, conseqüentemente, impositivo, a simples existência da lei de acesso à informação, em tese, ensejaria a sua observância (Worthy et al., 2016). Sendo assim, hipoteticamente, a expectativa seria que todos os pedidos de acesso à informação fossem atendidos ou aceitos, uma vez que existe a disposição legal de que os cidadãos podem fazer solicitações e os órgãos, por sua vez, devam atender aos pedidos, com exceção de situações específicas previstas em lei.

De fato, pouco se sabe acerca de como esses pedidos são tratados no âmbito das instituições receptoras e que aspectos são avaliados ou levados em conta, quando da decisão pela concessão ou negativa do pedido, para além dessas previsões legais de restrição de acesso à informação.

Complementarmente, outro aspecto a ser pontuado, relaciona-se a quem são os responsáveis pelas respostas e como estão ligados à instituição. Nesta pesquisa, o tratamento dos pedidos será analisado, tendo como pano de fundo dois arranjos institucionais distintos em uma mesma instituição: a gestão dos pedidos por setor com outras competências regimentais principais e, em um segundo momento, por equipe com a atribuição exclusiva de tratamento dos pedidos de acesso à informação.

A GRAMÁTICA DOS MOTIVOS

A ideia da gramática dos motivos é cunhada no livro de Kenneth Burke (1969) que leva este mesmo título. Na obra, o autor apresenta a metáfora da vida como uma dramaturgia, na qual cada cena na vida tem seus objetos, funções, atores e papéis. “Cada cenário envolve elementos e modos de compreender suas relações e suas possibilidades, uma forma de regular as inter-subjetividades, em suma, uma gramática da ação” (Huertas, 2018, p. 13).

De acordo com Huertas (2018), a gramática Burkeana contém cinco elementos-chave: o cenário, a agência, a intenção, o sujeito e sua ação.

Lidar com o jogo, troca e negociação de desejos e objetivos de diferentes pessoas envolvido em uma situação como uma gramática, com seus modos canônicos ou não, com seus acordos e desentendimentos, abriu uma nova perspectiva de compreensão dos motivos da vida todos os dias, pois ocorrem no mundo social e não no laboratório (Huertas, 2018, p.13).

A gramática dos motivos é caracterizada por Mohr et al (2013) como uma teoria elaborada e sofisticada com o objetivo de identificar como os significados textuais operam, bem como, para identificar a “gramática de motivos” que as pessoas utilizam para atribuir significado a situações sociais. De acordo com a introdução do *The Grammar of Motives*, “o livro preocupa-se com as formas básica de pensamento que, de acordo com a natureza do mundo tal como todos os homens necessariamente o experimentam, são exemplificadas na atribuição de motivos” (Mohr et al., 2013).

Oportunamente, cabe apontar que o termo “gramática” citado, inclusive no título deste artigo, é tomado de forma geral, no sentido de articular formas de linguagem e comunicação, segundo Huertas (2018), como formas de se referir, sendo possível no âmbito da lógica. Não há, portanto, no âmbito do conceito aqui utilizado, conformidade com o significado puramente linguístico do termo, o qual apregoa um conjunto de regras e prescrições, que estabelecem princípios para a organização estrutural da língua.

No que se refere aos motivos, Mills (1940) aponta que o comportamento linguístico deve ser abordado não como algo inerente a estados privados dos indivíduos, mas sim com uma função social de coordenação de ações. A linguagem expressa, então, um indicador de ações futuras, em vez de algo anterior e pertencente à pessoa.

Nesse sentido, os motivos são conceituados pelo autor (1940) como “termos com os quais a interpretação da conduta pelos autores sociais procede”; como palavras, que não estão presentes em indivíduos, mas que “representam consequências situacionais antecipadas da conduta questionada”, ou

ainda, “nomes para situações consequenciais e substitutos para ações que levam a elas” (Mills, 1940, p.94). Já para Max Weber, o motivo é um “complexo de significados que parecer ser, para o próprio autor ou para o observador, uma base adequada para sua conduta” (Mills, 1940, p.95).

Mills (1940) argumenta que, nessa seara, a pergunta aparece como algo que abre espaço para a “declaração e a imputação de motivos”, e que essa mesma estrutura motivacional está relacionada à estrutura social e histórica em que está inserida, podendo variar de acordo com as classes sociais ou as ocupações.

O que é necessário é pegar todas essas terminologias de motivação e localizá-las como vocabulários de motivos em épocas históricas e situações específicas. Razões não têm valor fora das situações sociais delimitadas para as quais são os vocabulários apropriados. Eles devem estar situados. Na melhor das hipóteses, socialmente terminologias de motivos não localizadas representam tentativas inacabadas de bloquear áreas sociais de imputação e confissão de motivos. Os motivos variam em conteúdo e caráter com épocas históricas e estruturas sociais (Mills, 1940, p. 93).

Nesse sentido, a pesquisa em tela, considerará os pedidos de acesso à informação recebidos pelo órgão como objetos culturais, bem como a forma como são interpretados, no intuito de identificar a gramática de motivos do fenômeno de concessão ou não do acesso à informação. Para isso, serão analisados fatores que possam influenciar a decisão do órgão em aceitar ou negar o acesso à informação.

Ao analisar a relação entre a Diretoria responsável pela resposta na CAPES e o aceite ou não do pedido de acesso à informação, poderá ser verificado se, no âmbito do órgão, a depender de quem trata o pedido, há maior ou menor probabilidade de que ele seja aceito. No que se refere ao tipo de trabalho, Choi (2018) esperava haver maior índice de negativa de acesso à informação por parte de setores que atuavam com planejamento, que com aqueles que desempenhavam trabalhos executivos. Isso porque a tarefa de planejamento baseia-se no desenvolvimento de políticas, planos e projetos,

não dispondo de um formato consolidado. Contudo, os resultados não demonstraram influência significativa na decisão de divulgação.

Em relação à variável dificuldade de processamento, espera-se verificar se a existência de informações e/ou dados previamente disponibilizados no portal da instituição e/ou sistemas do órgão aumenta a probabilidade de aceite do pedido de acesso à informação. Hipoteticamente, dados ainda não disponíveis de forma on-line, acarretariam um esforço maior para sua extração. Entre os fatores ambientais analisados por Choi (2018), a disponibilidade de um sistema de divulgação de informações on-line foi o único a ter influência na decisão de concessão da informação. Segundo o autor (2018), o uso do sistema on-line reduziu a discricionariedade dos burocratas quanto ao processo de divulgação das informações, diminuindo a probabilidade de não divulgação.

No que se refere à atualidade da informação solicitada, espera-se identificar se pedidos de acesso à informação, no qual sejam requeridos dados com períodos de referência antigos estão mais suscetíveis a negativas de acesso, tendo em vista a dificuldade de acesso aos dados ou mesmo a sua indisponibilidade. No que se refere à recuperabilidade da informação, Johnson (2021) e Wagner (2019) apontam que o sucesso de implementação das Leis de Acesso à Informação depende da abrangência do arquivo das instituições, bem como da adequação da busca pelos registros. Ainda segundo Johnson (2021), *“os efeitos de práticas problemáticas de preservação de registros são cumulativos afetando as respostas a solicitações de acesso à informação subsequentes em períodos futuros”* (Johnson, 2021, p.9).

Para Almeida e Santos (2019), a cortesia é um artefato de convencimento, por meio do qual se procura obter um benefício interacional, além de prezar pela manutenção das relações, evitando a ocorrência prejuízos. Ainda, tem como objetivo a manutenção do equilíbrio social, englobando o controle social interno (interação), bem como relações competitivas entre grupos (sociedade).

Nesse sentido, objetiva-se verificar se a elaboração de uma solicitação de acesso à informação com palavras que denotem cortesia, cordialidade e educação influencia no aceite do pedido de acesso à informação. Cuillier (2010) realizou experimento no qual concluiu que a utilização de um tom amigável e respeitoso em solicitações de documentos públicos contribuiu para uma taxa de liberação da informação maior que ao usar uma linguagem exigente ou ameaçadora.

No que se refere à gestão da Lei de Acesso à Informação por diferentes equipes, a depender do período de análise, objetiva-se verificar se a diferença no arranjo institucional influenciou o aceite dos pedidos de acesso à informação e, em caso positivo, em que fatores podem ser observadas essas diferenças.

Tal mudança, ocorrida no âmbito da CAPES, detidamente, no setor responsável pela gestão da Lei de Acesso à Informação no órgão, assemelha-se ao que Mintzberg (2017) discute acerca dos estágios do desenvolvimento institucional. Sob essa ótica, o autor (2017) ressalta que importantes mudanças estruturais são mais prováveis de ocorrerem em pequenos espaços de tempo, de maneira irregular, assemelhando-se a revoluções e seguidas de períodos de estabilidade em relação aos parâmetros de design. Sendo assim, relembra a visão apresentada por William Starbuck, o qual caracteriza o crescimento como um processo marcado por “mudanças abruptas e discretas” (Mintzberg, 2017, p.144), na condição e na estrutura, trazendo novas formas de divisão do trabalho da organização e de coordenação.

Assim como a crisálida que se desprende do casulo emergindo como borboleta, também assim ocorre com a estrutura orgânica, que se desprende de seus relacionamentos informais para emergir como burocracia (não tão encantadoramente como uma metamorfose). Geralmente, esses modelos referem-se aos dos estágios de crescimento ou desenvolvimento (Mintzberg, 2017, p.144).

Wood e Lewis (2017) em estudo acerca da relação entre o controle político e o desempenho burocrático em agências governamentais, com foco na capacidade de resposta a pedidos de informação, mencionam que a localização do setor responsável pela Lei de Acesso à Informação pode influenciar

a responsividade à lei. De acordo com os resultados obtidos, os escritórios responsáveis pela Lei, localizados em estrutura de Gabinete de chefes de agências politicamente nomeados, são mais rápidos na confirmação dos pedidos e mais lentos em respondê-los, em comparação com os escritórios fora dessa estrutura de gabinete. De forma geral, conclui-se no artigo que a politização das agências pode afetar a transparência e a responsabilidade governamental.

A análise relativa ao tamanho/quantidade de caracteres dos pedidos de acesso à informação, por sua vez, objetiva verificar se a estrutura do pedido no tocante ao seu tamanho tem influência na aceitabilidade da solicitação pelo órgão. De maneira similar, Nóbrega (2018), em estudo que associou o perfil do solicitante de informações à Caixa Econômica Federal (CEF) e as características do pedido realizado, verificou que pedidos com menor número de perguntas em seu texto tendem a ter o acesso concedido, assim como os níveis de prorrogação do período de resposta aumentam a depender do número de perguntas.

Outra variável de análise a ser trabalhada nesta pesquisa será o assunto abordado nos pedidos de acesso à informação. Nesse caso, a intenção é investigar se, a depender do conteúdo abordado, existe maior ou menor probabilidade de que a informação seja concedida ao usuário. Em estudo acerca da análise de fatores que influenciam as decisões de divulgação de informações realizada por Choi (2018), constatou-se que a taxa de não divulgação para a categoria de informação desfavorável ao órgão foi quase o dobro daquela para a categoria de informação favorável ao órgão.

Em relação ao fator apresentação de justificativa ou razão para a solicitação da informação, o intuito é verificar se a apresentação de motivos tem influência na decisão pela concessão ou pela negativa do acesso à informação.

Será analisada ainda a existência de interposição de recurso, por parte do usuário, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação. O referido normativo dispõe sobre a possibilidade de o interessado interpor recurso contra a decisão do órgão, no caso de indeferimento do acesso à informação ou às razões da negativa apresentada. A análise desse fator, especificamente,

pode levar a identificação de outros aspectos que influenciam a decisão de concessão de acesso.

Figura 1 – Dualidade nos pedidos de acesso à informação

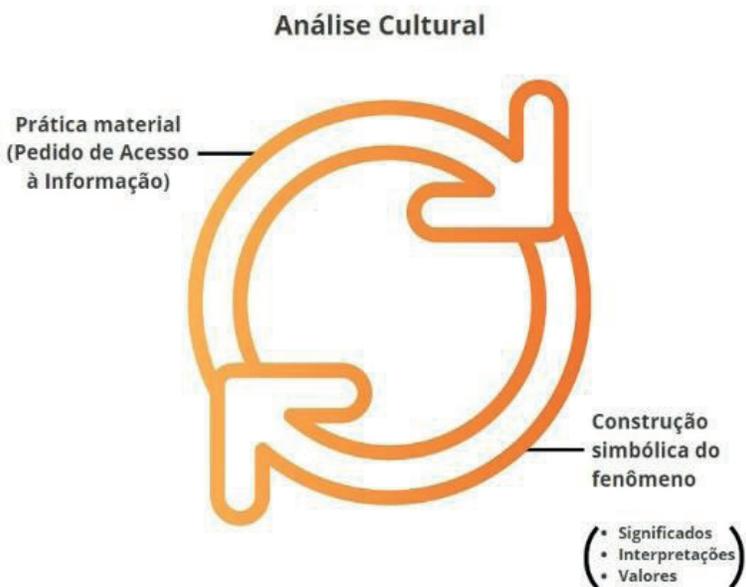
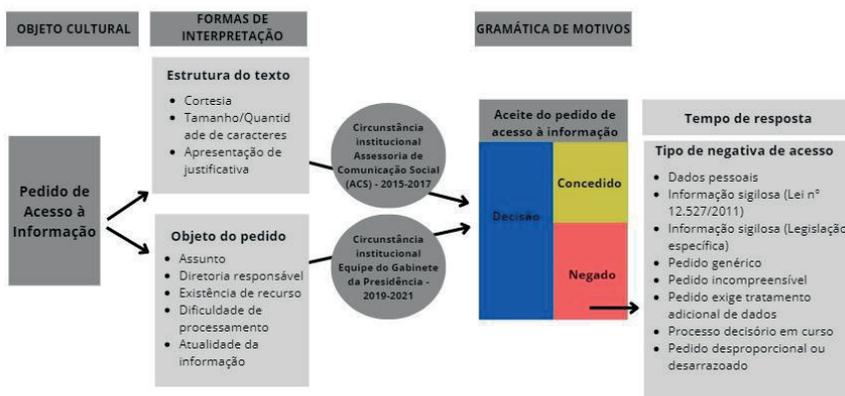


Figura 2 - Análise cultural dos pedidos de acesso à informação



METODOLOGIA: DADOS, COLETA E AMOSTRA

A presente pesquisa tem abordagem quantitativa e se desenvolverá por meio da análise documental de pedidos de acesso à informação recebidos pela CAPES, por intermédio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, da Controladoria Geral da União (CGU).

Nesse sentido, a referida análise documental será baseada no conceito de análise de conteúdo apresentado por Mohr, Wagner-Pacifici, Breiger e Bogdanov (2013), no qual os textos passam por procedimentos, a partir dos quais são transformados em dados numéricos, passíveis de serem lidos por computadores e interpretados por métodos formais. De acordo com os autores (Mohr et al., 2013), essa análise visa captar os principais significados de um texto e mapeá-los em um corpus textual.

No que se refere aos pedidos de acesso à informação, cada um deles é identificado por um número de protocolo, o que permite a consulta e o acompanhamento do andamento da solicitação. Ao entrar com um pedido, o usuário preenche, obrigatoriamente, os campos de sua identificação, o órgão de destino da solicitação, o assunto sobre o qual quer falar, o resumo e o “Fale aqui”, espaço para a especificação da informação desejada, podendo ser incluídos ainda anexos (ver figura 3).

O acesso aos pedidos será realizado por meio da ferramenta de Busca de Pedidos e Respostas (<https://buscalai.cgu.gov.br/>), da Controladoria-Geral da União (CGU), que permite a qualquer pessoa a extração das solicitações feitas com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), direcionadas aos órgãos e às entidades do Poder Executivo Federal, com exceção daqueles com informações restritas (pessoais ou sigilosas). Dessa forma, a extração da base de dados de pedidos e respostas será realizada tendo como filtros o ano de referência e o formato do arquivo. Em relação a esse último, será selecionado o formato CSV, utilizado em programas de planilha.

Para tanto, será utilizada uma amostra de caráter não-probabilístico composta pelos pedidos recebidos nos anos de 2015 a 2017 e de 2019 a

2021. A delimitação dos períodos citados levou em consideração o distinto arranjo institucional para a gestão dos pedidos recebidos pelo órgão, nas duas situações.

Durante o primeiro período (2015-2017), a gestão da Lei de Acesso à Informação (LAI) era realizada pela então Assessoria de Comunicação (ACS) do órgão, paralelamente às suas competências usuais. Sendo assim, os pedidos recebidos por meio da Lei de Acesso à Informação eram tratados por este setor cumulativamente às suas atribuições regimentais. No segundo período (2019-2021), de forma diversa, a competência de tratamento dos pedidos de acesso à informação já havia sido transferida para uma equipe destacada do Gabinete da Presidência, cuja atribuição única era o atendimento dos pedidos de acesso à informação na CAPES. O ano de 2018 foi, intencionalmente, retirado do escopo do trabalho, por ser um período atípico e de transição, no qual a gestão da Lei no órgão foi realizada pelas duas equipes, a depender do período do ano.

Assim, serão analisados os pedidos, conforme a distribuição anual apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição anual de pedidos de acesso à informação

ANO	NÚMERO DE PEDIDOS
2015	599
2016	446
2017	518
2019	574
2020	563
2021	424

Figura 3 - Elementos de um pedido de acesso à informação

Contrato de Locação e Renovação - Edifício Capes - Pedido 23546018100202325
09/03/2023 - Acesso Concedido

Dados do Pedido
Órgão Destinatário: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Especificação da decisão: Resposta solicitada inserida no Fala.Br
Assunto do pedido: Acesso à informação
Subassunto do pedido:

Pergunta Pergunta 09/03/2023 Caros. Gostaria de solicitar informações sobre os contratos de locação e renovação da CAPES no edifício Capes - Ministério da Educação. Datado de aproximadamente de 02/2009. Valor de locação, Carência e tempo de contrato. Obrigado!

Resposta Resposta 09/03/2023 Prezada senhora Isaura, boa tarde. Cumprimentando-a cordalmente, e em resposta ao seu pedido, encaminhamos anexos os documentos com as informações solicitadas. Atenciosamente, Diretoria de Gestão Caso seja necessário, em até 10 dias é possível entrar com recurso de 1ª instância para análise do Diretor de Gestão Aproveitamos para convidá-la a participar de nosso Conselho de Usuários - <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-integra-conselho-de-usuarios-dos-servicos-publicos>

Anexo 130 Resposta

- 2 Termo Aditivo de Contrato - Radial.pdf
- 31 Contrato CNC.pdf

Fonte: Extraído e adaptado da ferramenta de Busca de Pedidos e Respostas (<https://buscalai.cgu.gov.br/>), da Controladoria-Geral da União (CGU).

PROCESSAMENTO DO TEXTO DOS PEDIDOS E DAS RESPOSTAS

Os pedidos e suas respectivas respostas serão processadas por meio do *KhCoder*, *software* gratuito para análise quantitativa de conteúdo ou mineração de textos, técnica que permite a descoberta de informações no texto, bem como padrões, por meio de análise computacional (Zhong, Li & Wu, 2012). A ferramenta disponibiliza variadas técnicas de pesquisa e análise estatística como lista de frequência de palavras, concordância de palavras-chaves em contexto, associação de palavras, rede de coocorrência de palavras, análise de cluster, mapa de auto-organização e classificador Naive Bayes (Silva, 2022).

O programa já foi utilizado em pesquisa acerca da manifestação da corrupção por meio da análise textual das delações lava-jato (Silva & Rossoni, 2022); em investigação sobre as práticas de *emotional branding* e a sua relação com o engajamento dos usuários nas redes sociais, no contexto da pandemia de Covid-19 (Barreto, Freitas, & Paula, 2023) e com temática

similar à pesquisa em tela, em estudo acerca da qualidade informacional em Portal de Atendimento Institucional (Silva, 2022).

Após essa codificação, será realizado também um processo de checagem de acurácia, por meio do qual será avaliado o quanto o *software* é apurado em suas análises. Para tanto, será definida uma amostra aleatória de pedidos de acesso à informação para avaliar a taxa de acerto desses casos.

VARIÁVEIS

VARIÁVEIS DEPENDENTES

Aceite do Pedido de Acesso à Informação. O aceite do pedido de informação indica se o acesso à informação foi concedido ou negado pelo órgão e pode ser verificado no campo abaixo do protocolo do pedido (ver figura 1). Diante disso, a decisão de concessão de acesso à informação é uma variável dependente binária (0 acesso negado; 1 acesso concedido). Cuillier (2010), Choi (2018) e Johnson (2021) em seus estudos acerca da Lei de Acesso à Informação utilizaram a referida variável como parte de suas análises.

Tempo de resposta. O tempo de resposta a um pedido de acesso à informação é a quantidade de dias decorridos de seu recebimento até o dia do envio da resposta. Essa informação será coletada identificando-se a data de recebimento e a data de resposta ao pedido. De posse desses dados, será realizada a contagem dos dias entre o recebimento do pedido de informação e o envio da resposta (Michener et al., 2014; Wasike, 2016; Cuillier, 2010). A depender do tempo de resposta medido por

meio dessa variável, poderão ser identificados fatores que podem influenciar a decisão pelo seu aceite ou não do pedido.

Tipo de negativa de acesso. Wasike (2016) considerou relevante identificar o tipo de justificativa apresentada quando da negativa do acesso à informação. De forma similar, nesta pesquisa serão indicadas as justificativas apresentadas por cada equipe (dados pessoais, informação sigilosa classificada conforme a Lei nº 12.527/2011, informação sigilosa de acordo com legislação específica, pedido genérico, pedido incompreensível, pedido exige tratamento adicional de dados, processo decisório em curso, pedido desproporcional ou desarrazoado); bem como, analisado se o padrão diferiu, a depender do arranjo institucional analisado. Esta variável será medida calculando-se a taxa média de ocorrência de cada uma das justificativas.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Para efeito de análise e compreensão, as variáveis independentes foram alocadas em três grupos: fator relacionado às circunstâncias institucionais vigentes, fatores relacionados à estrutura do texto e fatores relacionados ao objeto do pedido. O fator relacionado às circunstâncias institucionais vigentes foi categorizado da seguinte forma:

Equipe responsável. Este fator indicará qual a equipe responsável pelo tratamento do pedido, a depender da data de seu recebimento. Se recebido no período de 2015 a 2017, a Assessoria de Comunicação Social (ACS); se recebido no período de 2019 e 2021, a equipe destacada do Gabinete da Presidência. Caso tenha sido recebido pela Assessoria de Comunicação Social

(ACS), será atribuído 0; caso tenha sido recebido pela equipe do Gabinete, 1. Na base de dados, esse fator será identificado, por meio da data de cadastro do pedido.

Os fatores relacionados à estrutura do texto foram categorizados da seguinte forma:

Cortesia. Para fins de identificação desse fator nos textos dos pedidos de acesso à informação, bem como nas respostas concedidas, será utilizada a técnica de Análise de sentimento. De acordo com Mehta & Pandya (2020), a análise de sentimento consiste na identificação, reconhecimento ou categorização de emoções ou opiniões de usuários em quaisquer serviços classificando-os como positivo, negativo ou neutro. Este estudo da emoção em formato de texto, portanto, pode ser analisado a partir da perspectiva do escritor – a maneira que são escolhidas as palavras na expressão das emoções; e ainda na dimensão do leitor – como ele interpreta o conteúdo escrito (Mehta & Pandya, 2020).

A referida técnica é bastante utilizada na identificação da análise de sentimentos em redes sociais como em postagens do *twitter* acerca da educação em enfermagem durante a pandemia do Coronavírus (Korkmaz, 2023) e análise de documentos de avaliação de hotéis (Kusumaningrum, Nisa, Jayanto, Nawangsari, & Wibowo, 2023).

Dessa forma, será levado em consideração o texto integral do pedido, no intuito de identificar se a presença do quesito cortesia tem influência no aceite ou não do pedido de acesso à informação.

Tamanho/quantidade de caracteres. Este fator refere-se ao tamanho do texto do pedido de acesso à informação, o qual será

medido pela sua quantidade de caracteres. Por meio dessa variável, será possível analisar se a extensão do pedido tem alguma influência na decisão do órgão em conceder ou negar o acesso à informação ou no tempo de resposta à solicitação.

Apresentação de justificativa. Embora a Lei de Acesso à Informação vede, expressamente, a apresentação de quaisquer exigências relacionadas à motivação da solicitação de acesso à informação de interesse público (*Lei 12.527, 2011*), a medição desta variável tem o objetivo de verificar se a apresentação de justificativas nos textos dos pedidos pode influenciar a decisão do órgão de concessão ou não da informação. A referida análise será desenvolvida por meio da identificação de palavras que denotem justificativa ou apresentação de motivos, como “para fins de”, “pesquisa”, “acadêmico”, “com o objetivo de”, entre outras expressões.

Os fatores relacionados ao objeto do pedido foram categorizados da seguinte forma:

Assunto. O assunto do pedido de acesso à informação é a matéria acerca da qual o pedido trata. Para a identificação desta variável no pedido de acesso à informação, será analisado o texto do pedido, no qual é especificada a informação desejada pelo usuário. Dessa forma, será utilizada a técnica de *Topic Modeling*, que auxilia na organização de grande quantidade de documentos em grupos com diferentes assuntos, bem como na descoberta de temas ocultos nos documentos de análise (Lyu & Luli, 2021).

Bastani, Namavari e Shaffer (2019) utilizaram o *Topic Modeling* com o objetivo de identificar assuntos latentes nas narrativas de reclamações de consumidores. Outros estudos (Ghazizadeh et al., 2014; Lehto et al., 2007; Yee Liao & Pei Tan, 2014), de maneira similar, fizeram uso de técnicas parecidas no intuito de identificar tópicos coerentes em seus campos de atuação.

A identificação de diferentes assuntos ou tópicos no pedido de informação poderá auxiliar na verificação da existência ou não de influência do assunto no aceite do pedido.

Diretoria Responsável. A variável diretoria responsável identifica a diretoria dentro do órgão que concedeu a resposta ao pedido de acesso à informação. Essa informação pode ser verificada ao fim do texto de cada resposta, na assinatura. Assim, serão atribuídos números para cada uma das sete Diretorias responsáveis pelas respostas, bem como da Presidência e de pedidos que sejam respondidos de forma compartilhada entre diretorias, sendo a Diretoria de Avaliação, 1; a Diretoria de Programas e Bolsas no País, 2; Diretoria de Relações Internacionais, 3; Diretoria de Educação a Distância, 4; Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, 5; Diretoria de Gestão, 6; Diretoria de Tecnologia da Informação, 7; Presidência, 8; resposta compartilhada entre diretorias, 9. A identificação das Diretorias responsáveis pelas respostas poderá conceder insumos para analisar se a decisão pelo aceite ou não do pedido é influenciada pela Diretoria.

Existência de recurso. Para fins de medição dessa variável, em caso de existência de recurso, o pedido receberá a classificação 1 e, na ausência de recurso, 0. Wasike (2016) e Michener et al. (2015) utilizaram o referido aspecto para o desenvolvimento

de seus estudos. O primeiro, em estudo comparativo acerca da performance da Lei nas gestões Obama e Bush e o segundo, em avaliação acerca da aplicação da Lei de Acesso à Informação no Brasil.

Dificuldade de processamento. O grau de esforço para a consecução da informação solicitada será medido pela dificuldade de processamento da informação. Sendo assim, quando a informação solicitada no pedido já estiver disponibilizada no Portal e/ou sistemas do órgão, o pedido será categorizado como “simples”. Por outro lado, quando para o atendimento do pedido, for necessária a extração de informações volumosas, ele será classificado como “complexo”.

Atualidade da informação solicitada. A atualidade da informação relaciona-se ao período de referência do dado solicitado. Sendo assim, por meio dessa variável, pretende-se verificar se o grau de atualidade ou antiguidade da informação requerida está relacionado ao aceite do pedido pelo órgão. Para tal medição, será atribuída a palavra “antigo” para solicitações de dados até o ano de 1997 e a palavra “atual” para dados a partir de 1998. O referido corte temporal justifica-se pelo fato de que a CAPES iniciou seu procedimento de digitalização de seus documentos no ano de 1997.

As variáveis do estudo estão sintetizadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Variáveis do estudo

VARIÁVEL	FONTES
Variáveis dependentes	
Aceite do Pedido de Acesso à Informação	Cuillier (2010); Choi (2018); Johnson (2021)
Tempo de resposta	Michener et al (2014); Wasike (2016); Cuillier (2010)
Tipo de negativa de acesso	Wasike (2016)
Variáveis independentes	
Fator relacionado à circunstância institucional	
Equipe responsável	Choi (2018)
Fatores relacionados à estrutura do texto	
Cortesia	Cuillier (2010)
Tamanho/quantidade de caracteres	Nóbrega (2018)
Apresentação de justificativa	
Fatores relacionados ao objeto do pedido	
Assunto	Choi (2018)

VARIÁVEL	FONTES
Diretoria Responsável	Choi (2018)
Existência de recurso	Wasike (2016); Michener et al (2015)
Dificuldade de processamento	Choi (2018)
Atualidade da informação solicitada	

MÉTODO

Para compreender a influência de cada fator na decisão de concessão da informação por parte do órgão, será utilizada a análise de regressão logística, a qual tem como pressupostos a variável dependente binária e uma ou mais variáveis independentes podendo ser contínuas ou categóricas (Gosss-Sampson, Mark A.,2020). De maneira semelhante, para Field (2011), essa é uma técnica estatística com uma variável dependente nominal binária e variáveis independentes contínuas e nominais, possibilitando “prever a qual de duas categorias é provável que uma pessoa pertença dado certas informações” (Field, 2011, p. 221).

Além disso, serão empregados mais dois modelos para analisar as variáveis dependentes: tempo de resposta e tipo de negativa de acesso. No que se refere ao tempo de resposta, será utilizada a regressão linear, por se tratar de dados contínuos (Field, 2011). Já no que se refere ao tipo de negativa de acesso, o modelo será oportunamente avaliado depois de se conhecer a distribuição dos dados.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. M. F. Lei de Acesso à Informação. Análise da qualidade da resposta do executivo estadual do Rio Grande do Norte. *Cadernos Técnicos da CGU*, v. 1, 2022. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Cadernos_CGU/article/view/508. Acesso em: 29 maio 2024.

ALVES, J. F.; MIRANDA, A. R. A.; TEIXEIRA, M. A. C.; SOUZA, P. R. R. D. E. Ranking de transparência ativa de municípios do Estado de Minas Gerais: avaliação à luz da Lei de Acesso à Informação. *Cadernos EBAPE BR*, v. 19, n. 3, p. 564-581, 2021. DOI: 10.1590/1679-395120200135.

ALMEIDA, L. O. de; SANTOS, M. Os estudos de cortesia linguística sob um olhar historiográfico. *Verbum. Cadernos de Pós-graduação*, v. 8, n. 1, p. 111-131, 2019. DOI: 10.23925/2316-3267.2019v8i1p111-131.

ARAÚJO, L. P. M. de; MARQUES, R. M. Uma análise da transparência ativa nos sites ministeriais do Poder Executivo Federal brasileiro. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v. 12, n. 2, p. 419-439, 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n2.2019.9236.

AROUCK, O.; do AMARAL, S. A. Atributos de qualidade da informação e a lei de acesso à informação. *Anais do 28º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação - FEBAB*, v. 25, p. 4690-4703, 2013. Disponível em: <https://www.portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1610>. Acesso em: 29 maio 2024.

BARRETO, L. S.; FREITAS, V.; PAULA, V. A. F. de. Emotional branding e engajamento do consumidor em tempos de pandemia em redes sociais. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 22, n. 1, p. 112-130, 2023. DOI: 10.21529/recadm.2023005.

BASTANI, K.; NAMAVARI, H.; SHAFFER, J. Latent Dirichlet allocation (LDA) for topic modeling of the CFPB consumer complaints. *Expert Systems with Applications*, v. 127, p. 256-271, 2019. DOI: 10.1016/j.eswa.2019.03.001.

BERNARDES, M. B.; SANTOS, P. M.; ROVER, A. J. Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 3, p. 761-792, 2015. DOI: 10.1590/0034-7612119279.

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso à informação previsto no inciso XXIII do caput do art. 5º, no inciso II, do § 3º do art. 37 da Constituição. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm. Acesso em: 12 jul. 2023.

BREIGER, R. L.; WAGNER-PACIFICI, R.; MOHR, J. W. Capturing distinctions while mining text data: Toward low-tech formalization for text analysis. *Poetics (Hague, Netherlands)*, v. 68, p. 104-119, 2018. DOI: 10.1016/j.poetic.2018.02.005.

BRISLIN, R. W. *Applied cross-cultural psychology*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1990.

CHOI, J. M. Factors influencing public officials' responses to requests for information disclosure. **Government Information Quarterly**, v. 35, n. 1, p. 30-42, 2018. DOI: 10.1016/j.giq.2017.11.007.

CORDIS, A. S.; WARREN, P. L. Sunshine as disinfectant: The effect of state Freedom of Information Act laws on public corruption. **Journal of Public Economics**, v. 115, p. 18-36, 2014. DOI: 10.1016/j.jpubeco.2014.03.010.

CUILLIER, D. Honey v. Vinegar: Testing compliance-gaining theories in the context of freedom of information laws. **Communication Law and Policy**, v. 15, n. 3, p. 203-229, 2010. DOI: 10.1080/10811680.2010.489842.

DADZE-ARTHUR, A. The Interpretation of cultures. Boca Raton, FL: CRC Press, 2017.

EDELMANN, A.; MOHR, J. W. Formal studies of culture: Issues, challenges, and current trends. **Poetics (Hague, Netherlands)**, v. 68, p. 1-9, 2018. DOI: 10.1016/j.poetic.2018.05.003.

FOSTER, J. G. Culture and computation: Steps to a Probably Approximately Correct theory of culture. **Poetics (Hague, Netherlands)**, v. 68, p. 144-154, 2018. DOI: 10.1016/j.poetic.2018.04.007.

GHAZIZADEH, M.; McDONALD, A. D.; LEE, J. D. Text mining to decipher free-response consumer complaints: Insights from the NHTSA vehicle owner's complaint database. **Human Factors**, v. 56, n. 6, p. 1189-1203, 2014.

GOSS-SAMPSON, M. A. Análise Estatística no JASP: Um guia para estudantes. **JASP**, 2020.

HUERTAS, J. A. Cultura del profesor y modos de motivar: a la búsqueda de una gramática de los motivos. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37523030/CULTURA_DEL_PROFESOR_Y_MODOS_DE_MOTIVAR_a_la_b%C3%BAsqueda_de_una_gram%C3%A1tica_de_los_motivos. Acesso em: 29 maio 2024.

JOHNSON, G. E. The law: Government transparency and public access. *Presidential Studies Quarterly*, v. 51, n. 3, p. 705-724, 2021. DOI: 10.1111/psq.12731.

KORKMAZ, A. Ç. Public's perception on nursing education during the COVID-19 pandemic: SENTIMENT analysis of Twitter data. *International Journal of Disaster Risk Reduction: IJDRR*, 2023, 104127. DOI: 10.1016/j.ijdr.2023.104127.

KRAMSCH, C. The cultural component of language teaching. *Language Culture and Curriculum*, v. 8, n. 2, p. 83-92, 1995. DOI: 10.1080/07908319509525192.

KUSUMANINGRUM, R.; NISA, I. Z.; JAYANTO, R.; NAWANGSARI, R. P.; WIBOWO, A. Deep learning-based application for multilevel sentiment analysis of Indonesian hotel reviews. *Heliyon*, v. 9, n. 6, e17147, 2023. DOI: 10.1016/j.heliyon.2023.e17147.

LAGUNES, P.; POCASANGRE, O. Dynamic transparency: An audit of Mexico's Freedom of Information Act. *Public Administration*, v. 97, n. 1, p. 162-176, 2019. DOI: 10.1111/padm.12553.

LEHTO, X.; PARK, J. K.; PARK, O.; LEHTO, M. R. Text analysis of consumer reviews: The case of virtual travel firms. In: *Human Interface and the Management of Information. Methods*,

Techniques and Tools in Information Design. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2007. p. 490-499.

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 29 maio 2024.

LUI, L. et al. Os efeitos da Lei de acesso à Informação: uma revisão de literatura a partir da sua implementação no contexto da Administração Pública Brasileira. *Liinc em revista*, v. 19, n. 1, p. e6309, 2023.

LUNKES, Rogério et al. Transparência no setor público municipal: uma análise dos portais eletrônicos das capitais brasileiras com base em um instrumento de apoio à decisão. *Revista da Controladoria-Geral da União*, v. 7, n. 10, p. 88-108, jul. 2015.

LYU, J. C.; LULI, G. K. Understanding the public discussion about the Centers for Disease Control and prevention during the COVID-19 pandemic using Twitter data: Text mining analysis study. *Journal of Medical Internet Research*, v. 23, n. 2, p. e25108, 2021. doi:10.2196/25108

MEHTA, P.; PANDYA, S. A review on Sentiment Analysis methodologies, practices and applications. *International Journal of Scientific & Technology Research*. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/bbd48ed7502ece18eef62153b23d0d7c3e08cd2>. Acesso em: 29 maio 2024.

MICHENER, G.; MONCAU, L. F.; VELASCO, R. B. Estado brasileiro e transparência avaliando a aplicação da Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17936>. Acesso em: 29 maio 2024.

MICHENER, G.; CONTRERAS, E.; NISKIER, I. From opacity to transparency? Evaluating access to information in Brazil five years later. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 4, p. 610–629, 2018. doi:10.1590/0034-761220170289

MILLS, C. W. Situated actions and vocabularies of motive. *American Sociological Review*, v. 5, n. 6, p. 904, 1940. doi:10.2307/2084524

MOHR, J. W.; DUQUENNE, V. The duality of culture and practice: Poverty relief in New York city, 1888-1917. *Theory and Society*, v. 26, n. 2/3, p. 305–356, 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/657930>. Acesso em: 29 maio 2024.

MOHR, J. W.; WAGNER-PACIFICI, R.; BREIGER, R. L.; BOGDANOV, P. Graphing the grammar of motives in National Security Strategies: Cultural interpretation, automated text analysis and the drama of global politics. *Poetics* (Hague, Netherlands), v. 41, n. 6, p. 670–700, 2013. doi:10.1016/j.poetic.2013.08.003

MOHR, J. W.; RAWLINGS, C. Formal methods of cultural analysis. In: WRIGHT, J. D. (Ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Elsevier, 2015. p. 357–367.

MOHR, J. W.; WAGNER-PACIFICI, R.; BREIGER, R. L. Toward a computational hermeneutics. *Big Data & Society*, v. 2, n. 2, 2015. doi:10.1177/2053951715613809

MOHR, John W. et al. *Measuring Culture*. New York, NY: Columbia University Press, 2020.

NÓBREGA, A. P. Análise descritiva dos pedidos de acesso à informação para a Caixa Econômica Federal: análise do perfil do solicitante. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/22641>. Acesso em: 29 maio 2024.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. Review of passive transparency in Brazilian city councils. *RAUSP Management Journal*, v. 51, n. 3, p. 288-296, 2016.

RODRÍGUEZ, R. P.; ROSSEL, C. A field experiment on bureaucratic discretionary bias under FOI laws. *Government Information Quarterly*, v. 35, n. 3, p. 418-427, 2018. doi:10.1016/j.giq.2018.06.001

SALIH, S. Literature as a tool for teaching cultural awareness in the EFL classroom. A literature review. Disponível em: <https://gupea.ub.gu.se/handle/2077/56302>. Acesso em: 29 maio 2024.

SILVA, W. A. de O. e.; BRUNI, A. L. Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. *Revista de administração pública*, v. 53, n. 2, p. 415-431, 2019. doi:10.1590/0034-761220170383

SILVA, S. K. da. Uso de mineração de textos como ferramenta de avaliação da qualidade informacional em Portal de Atendimento Institucional. 2022. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234873>. Acesso em: 29 maio 2024.

SILVA, T. M. R.; ROSSONI, Luciano. A Corrupção como Lógica Institucional: Uma Análise Relacional entre Os Elementos Materiais

e Simbólicos das Delações na Operação Lava-Jato. EnANPAD, Maringá. Anais.... Maringá: ANPAD, 2022.

VELASCO, R. A. B. Who wants to know?': a field experiment to assess discrimination in freedom of information regimes. 2016. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18220>. Acesso em: 29 maio 2024.

VIANA, M. K. E. A avaliação da transparência ativa do processo regulatório de medicamentos na ANVISA. 2020. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29885>. Acesso em: 29 maio 2024.

WAGNER, A. Jay. "Longstanding, Systemic Weaknesses": Hillary Clinton's Emails, FOIA's Defects and Affirmative Disclosure. *University of Florida Journal of Law & Public Policy*, v. 29, n. 3, art. 7, 2019. Disponível em: <https://scholarship.law.ufl.edu/jlpp/vol29/iss3/7>. Acesso em: 29 maio 2024.

WASIKE, B. FoIA in the age of "Open. Gov": An analysis of the performance of the Freedom of Information Act under the Obama and Bush administrations. *Government Information Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 417–426, 2016. doi:10.1016/j.giq.2016.05.001

WILSON, C. In the beginning was the request: A street-level perspective on the FOIA process. 2015. Dissertação (Doutorado) - Emporia State University. Disponível em: <https://esirc.emporia.edu/bitstream/handle/123456789/3320/CWilsondissertationfinal.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 maio 2024.

WOOD, A. K.; LEWIS, D. E. Agency performance challenges and agency politicization. *Journal of Public Administration Research and Theory: J-PART*, v. 27, n. 4, p. 581–595, 2017. doi:10.1093/jopart/mux014

WORTHY, B.; JOHN, P.; VANNONI, M. Transparency at the parish pump: A field experiment to measure the effectiveness of freedom of information requests in England. *Journal of Public Administration Research and Theory: J-PART*, v. 27, n. 3, p. muw063, 2016. doi:10.1093/jopart/muw063

YEE LIAU, B.; PEI TAN, P. Gaining customer knowledge in low cost airlines through text mining. *Industrial Management + Data Systems*, v. 114, n. 9, p. 1344–1359, 2014. doi:10.1108/imds-07-2014-0225

ZHONG, N.; LI, Y.; WU, S.-T. Effective pattern discovery for text mining. *IEEE Transactions on Knowledge and Data Engineering*, v. 24, n. 1, p. 30-44, 2012. doi:10.1109/tkde.2010.211

AGRADECIMENTOS

O primeiro autor agradece ao CNPq o fomento para participação do workshop do MAPE: *Mapping the Atlantic Portuguese Empire* (Processo 313387/2021-4). Adicionalmente, os autores gostariam de agradecer à organização do evento, especialmente a Agata Błoch e Demival Vasques Filho, por ter aceitado nossa proposta de investigação ainda em estágio embrionário.

CAPÍTULO 10

ATÉ ONDE A CASA ALCANÇA? REDES COMPÓSITAS E SOCIABILIDADES CRUZADAS DE FAMÍLIAS TERRATENENTES NO EXTREMO SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA

Israel Aquino Cabreira

A proposta deste ensaio é discutir avanços de uma pesquisa doutoral em andamento, que tem como eixo central de investigação a relação entre práticas de sociabilidade¹⁰⁸ e a produção de territorialidades em um contexto de expansão territorial no extremo sul da América Portuguesa, em meados do século XVIII e início do século seguinte. Em outras palavras, buscamos compreender como se relacionavam estas variáveis e em que medida influenciaram uma à outra. Neste texto, mais especificamente, buscaremos tratar da produção e intersecção de diferentes formas de sociabilidade de famílias terra-tenentes que se ocuparam do processo de conquista deste

¹⁰⁸ O conceito de sociabilidade surge enquanto operador analítico em estudos históricos nos anos de 1960, especialmente a partir dos trabalhos do francês Maurice Agulhon sobre confrarias provençais, para pensar grupos sociais organizados e as relações públicas que partilhavam. Neste ensaio, o conceito adota configurações mais alargadas, de modo a englobar as diferentes formas de interação e associação partilhadas pela comunidade de Triunfo. Nesse sentido, tendemos a concordar com Scott, entendendo a necessidade de se adotar uma “*definição extensiva da sociabilidade*” onde buscamos examinar as múltiplas facetas da vida social das famílias daquela freguesia (SCOTT, 2007).

território, valendo-nos, para isso, no instrumental teórico e metodológico proveniente da *Social Network Analysis* e da História Conectada. Nosso *locus* de pesquisa é a freguesia rural de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, paróquia erigida na comandância militar do Rio Grande de São Pedro do Sul ainda na década de 1750. Perseguiremos os vestígios deixados em nossas fontes documentais¹⁰⁹ desde o momento de instalação da freguesia até a elevação da comandância militar à condição de Capitania Geral, em 1808. Este momento de inflexão, em nosso entender, produziu rupturas na forma como se produzia o processo de ocupação regional, justificando o recorte de nossa pesquisa. Assim, este estudo abordará o estudo de caso de uma família latifundiária e suas diferentes formas de inserção e reprodução social neste contexto, conforme discorreremos a seguir.

PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA: REDES COM-PÓSITAS E SOCIABILIDADES CRUZADAS

A Análise de Redes Sociais, também conhecida pela sigla SNA (do inglês *Social Network Analysis*), é uma metodologia que se desenvolveu ao longo do século XX a partir de contribuições de diferentes disciplinas e campos do conhecimento. Mobiliza também conceitos que transitam por distintas áreas – como a própria noção de “rede” –, sendo por isso apropriada com variadas finalidades e objetivos. De forma sintética, podemos tomar uma rede social enquanto um “conjunto finito de atores e a(s) relação(ões) que se estabelecem entre eles” (Wasserman & Faust, 1994, p. 20, tradução nossa). Por sua vez, a Análise de Redes pode ser entendida como uma

metodologia multidisciplinar (...), que mobiliza um conjunto de ferramentas estatísticas e propõe o estudo sistemático de redes representadas graficamente, sendo estas tomadas enquanto representações das estru-

¹⁰⁹ As fontes utilizadas neste ensaio incluíram registros paroquiais, sobretudo atas de batismo e casamento; além de registros notariais (procurações, contratos) e judiciais, e entre estes últimos, principalmente, os processos de inventário *post-mortem* disponíveis para Triunfo. Detalhamos em cada sessão o conjunto de fontes empregadas.

turas de relacionamento que pessoas ou organizações (atores) estabelecem entre si (AQUINO CABREIRA, 2022, p. 93)

Imizcoz destaca a importância dos vínculos sociais para a definição da ação dos indivíduos na sociedade, ressaltando a necessidade de se estudar as trajetórias de vida no contexto das relações sociais e das normas que as regulavam. Nesse sentido, o autor defende que a SNA deve assumir um caráter necessariamente *relacional e indutivo*, ou seja, uma aproximação que parte da observação das relações entre os atores sociais para “reconstruir suas [...] configurações coletivas, com o objetivo de perceber as dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais que produzem com sua ação” (IMIZCOZ BEUNZA, 2009, p. 79, tradução nossa). A partir destas considerações, Imizcoz propõe o que chamou de “História Conectada” ou “Paradigma relacional”, que pode ser definido como um procedimento que parte da observação das interações entre indivíduos de modo a “acompanhar as dinâmicas que constroem com sua ação e explicar os processos históricos de mudança a partir da agência dos atores que efetivamente os produzem” (IMIZCOZ BEUNZA, 2017, p. 67, tradução nossa).

Considerando as contribuições da *Social Network Analysis*¹¹⁰ e da História Conectada, propomos em nossa pesquisa o desenvolvimento de um *corpus* conceitual e analítico que esperamos nos permita avançar na compreensão das estruturas de sociabilidade recuperadas a partir de nossas fontes. Com isso, pretende-se refinar o exame das relações construídas pelo corpo social em estudo, evidenciando as diferenças que se colocavam em termos de prestígio, ascendência e alcance disponíveis para alguns indivíduos, que nesse caso se destacavam como atores-chave para a compreensão da comunidade local.

Primeiramente, cabe introduzir o que entendemos por sociabilidades cruzadas no âmbito deste estudo: parte-se da percepção inicial de que a vi-

¹¹⁰ Para não me estender neste ensaio, me deterei a apresentar em notas apenas algumas definições mais centrais a respeito da Análise de Redes, na medida em que isso se fizer necessário. Para um resgate das principais definições acerca das métricas, conceitos e algoritmos utilizados pela SNA, remeto ao trabalho de minha autoria, listado na bibliografia (AQUINO CABREIRA, 2022).

vência cotidiana de um indivíduo poderia ser atravessada por um conjunto variado de relações que, embora estivessem imersas em um contexto social definido - que entendemos como um contexto orientado por valores que remetiam ao Antigo Regime - poderiam ser dirigidas por lógicas de funcionamento distintas, na medida em que se constituíam a partir de diferentes oportunidades ou motivações. Desse modo, o conjunto de relacionamentos mantidos por um agente social poderia ser decomposto e tipificado, de modo que seria possível encontrar vínculos criados a partir de uma ação voluntária e consciente, enquanto outros poderiam se constituir enquanto nexos involuntários, espontâneos, ou mesmo serem fruto de algum tipo de imposição social.

Da mesma forma, o “investimento” despendido por cada indivíduo na manutenção desses laços poderia variar muito, desde uma ação concertada no sentido de renovar e manter vivas suas relações - seja reavivando as mesmas através do tempo, seja reforçando laços já existentes através de expedientes sociais distintos -, enquanto, em outros casos, poderia haver completo desinteresse por parte dos envolvidos, levando ao apagamento gradual dos elos partilhados. Poderiam, ainda, circunstâncias diversas ocasionar uma “inversão de polaridade”, levando ao rompimento de relações anteriores, fazendo surgir inimizades, rivalidades ou distanciamentos. Por fim, os relacionamentos poderiam, adotando uma terminologia que é utilizada pela SNA, ser constituídos por interações *assimétricas*, ou seja, poderiam reunir agentes que ocupavam posições distintas na hierarquia social, implicando nesses casos em relações de subordinação.

O rol que poderíamos citar como exemplo dos diferentes tipos de relação que um indivíduo poderia vir a compartilhar é por certo bastante amplo. A consanguinidade é um exemplo de um tipo de laço constituído de forma involuntária, o que não significa que fosse capaz de manter, por si só, a estabilidade de uma relação. Os nexos de parentesco ritual ou por afinidade ampliavam, certamente, o alcance da “casa”¹¹¹ e da família, mas também ne-

¹¹¹ O conceito de casa assume importância particular nesse ensaio, pelo papel central cumprido pela “família extensa” de que nos ocupamos neste estudo. Segundo Fragozo et. al. (2003), a casa corresponderia ao poder doméstico e econômico organizado em torno da figura do

cessitavam ser cultivados cotidianamente; em alguns casos, geravam redes de parentela que se apoiavam e reforçavam, mas em outros casos não. A dinâmica relacional engendrada pela escravidão, por sua vez, era um tipo particular de relação assimétrica que implicava em posições desiguais, conferindo aos agentes lugares sociais distintos e implicando em uma dinâmica de mando e sujeição; mas, ainda assim, poderiam surgir espaços de negociação ou enfrentamento, conforme as circunstâncias. Havia outros tantos exemplos de relações que constituíam o cotidiano de uma comunidade rural da América Portuguesa: a vizinhança, a amizade, a clientela, os vínculos originados do trabalho ou dos negócios, as irmandades e congregações religiosas, os laços formados na guerra e nas frequentes escaramuças típicas das regiões de fronteira, os vínculos estabelecidos por interesses políticos e comerciais, e outros mais. Cada um desses poderia ser recuperado, classificado e analisado a partir da Análise de Redes - embora para isso pese (e muito) a disponibilidade de fontes para cada caso.

Tudo que dissemos até aqui pode parecer óbvio, mas em nosso entendimento constitui o exato oposto: essa variedade de relações, que do ponto de vista contemporâneo podem parecer tão triviais, não se organizavam uniformemente nas sociedades setecentistas, não estavam “disponíveis” para todos, por assim dizer. Em parte, essa assertiva se relaciona com a existência da escravidão que submetia grupos sociais não-brancos (e sobretudo negros), mas para além disso remete também à forte hierarquização social que organizava àquela sociedade, conferindo à indivíduos com diferentes “qualidades” possibilidades e oportunidades distintas de inserção e trânsito.

A sociedade colonial tinha no cotidiano de suas relações uma série de práticas formais e informais de diferenciação social, estratificação e exer-

pater, a “cabeça” da família, e se prolongava pelas relações entre (e para com) a esposa, os filhos, a parentela, os afilhados, os serviçais e a escravaria, constituindo assim um conjunto de relações assimétricas e hierárquicas. Já Monteiro define a casa como uma “entidade [que funcionava] como um conjunto coerente de bens simbólicos e materiais, a cuja reprodução alargada estavam obrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam” (MONTEIRO, 1998, p. 95). O termo representava, ainda, uma ideia de linhagem familiar, bem como a preocupação com sua preservação. Casa, desta forma, seria não apenas um “*domos* (casa-edifício), mas também [um] *domus* (casa-família), estando este último sentido intimamente associado ao conceito de linhagem e ao nome (apelido) familiar” (RODRIGUES, 2002, p. 13).

cício de poder que organizavam redes assimétricas de proteção e favorecimento. Assim, a constituição das distintas formas de sociabilidade estava baseada em práticas costumeiras de hierarquização e reciprocidade, que se assentavam em uma concepção de mundo corporativa (FRAGOSO, 2010). Partindo dessa concepção, nosso entendimento foi de que, para alcançar a compreensão das formas de sociabilidade que organizavam a vida e mobilizavam aqueles agentes, necessitamos reconstituir essas relações a partir de diferentes tipologias documentais, a fim de observar os distintos padrões de atuação. Ao fazer isso, percebemos que essas diferentes formas de relacionamento permitiam evidenciar a formação de redes superpostas no tempo e no espaço, integrando personagens de diferentes estratos sociais que interagiam em intrincadas teias de proteção e favorecimento, bem ao gosto daquela formação social.

Assim, compreendemos que seria útil para a compreensão desse emaranhado que se descortinava a proposição de uma definição conceitual que lhe emprestasse sentido, evidenciando seu caráter plural e heterogêneo. Chegamos, assim, ao conceito de *rede compósita*, que aqui entendemos como uma rede de relacionamentos que organiza distintos padrões de sociabilidade, frequentemente sobrepostos, integrando diferentes grupos sociais em torno de um foco (ego ou intermediário) ou grupo focal, o qual apresenta elevada capacidade de articulação. Essas redes podem, ainda, agregar grupos vinculados por diferentes graus de hierarquia e interdependência, conforme preceitos que ordenavam tal sociedade, e poderiam ter extenso alcance social e geográfico, graças ao elevado prestígio, trânsito e capital social de seu núcleo¹¹².

Esta proposição teórico-metodológica parte de dois conceitos anteriores, formulados por autores com quem buscamos dialogar em nossa pesquisa. De uma parte, recupera a noção de *rede egocentrada* desenvolvida nos estudos de Zacarias Moutoukias (1995)¹¹³, na medida em que entendemos

¹¹² Sendo este capital social aqui entendido como o agregado de recursos - concretos ou potenciais - acumulados pelo grupo e originados de sua rede de relações e reconhecimento mútuos, conforme propõe Pierre Bourdieu (1986, p. 21).

¹¹³ Sendo esta noção, por sua vez, emprestada da oposição entre “rede parcial” e “rede total” proposta por Michel Banton na década de 1960.

a importância cumprida pelos agentes cuja centralidade e performance se constituíam como indispensáveis para a coesão e expansão da rede, atuando como verdadeiros “*centros de gravidade*” em torno e a partir dos quais as estruturas relacionais se articulavam e se desenvolviam. O outro conceito que contribuiu para pensarmos essa formulação foi o de *redes polinodais*, que, conforme aponta Bertrand, consistiriam em

redes de relaciones fragmentadas, estructuradas no en torno a un núcleo central sino en torno a varios centros (...) [siendo] construida con mucha frecuencia en el interior de un grupo que tiene una existencia previa a la red y que sirve de apoyo a las relaciones entre sus miembros (BERTRAND, 1999, p. 119)

A articulação entre estes dois conceitos oferece uma imagem de redes múltiplas, coexistentes e entrecruzadas. Por outro lado, somamos à nossa proposição a ideia de um conjunto de sociabilidades múltiplas, que se desenvolviam de forma simultânea, podendo ou não existir uma correlação entre estas. Em outras palavras, elas poderiam ora se articular hierarquicamente, ora se justapor, de forma complementar, e ainda, por vezes, se desenvolver em paralelo, sem uma correlação *a priori*.

Pois bem, falamos de um agente central que ocupa o centro dessas redes e atua para ampliar seu alcance, mas talvez fosse mais justo falar em um grupo, que bem poderia ser um bando¹¹⁴ ou uma família. Ou, antes, poderíamos afirmar que a família ou o grupo social que ocupa o entorno mais imediato do centro da rede - seu *entorno denso* - constitui a base e suporte necessários, a partir de onde a liderança desse grupo consegue promover sua expansão. Vejamos, então, se é possível verificar a pertinência desse conceito a partir de sua aplicação a um conjunto de dados empíricos, recuperados a partir de nossas fontes. Antes, porém, faremos uma breve apresentação do caso de estudo (família) que será tomada como objeto desse exercício.

¹¹⁴ Conforme Fragoso et. al. (2003, p. 20), os bandos ou parcialidades se configuraram enquanto teias de alianças familiares que a elite criava entre si e com outros grupos sociais, tendo por objetivo alcançar a hegemonia política ou garantir sua manutenção. Incluía, ainda, reciprocidades com segmentos subalternos da sociedade, legitimando assim a própria hierarquia estamental existente em sociedades de Antigo Regime.

A FAMÍLIA ORNELAS: OS “PRINCIPAIS DA TERRA” NA FORMAÇÃO DE TRIUNFO

O grupo familiar que nos propomos a analisar neste ensaio se organiza em torno da parentela do terratenente Jerônimo de Ornelas de Menezes, “*precursor*” da colonização do Rio Grande de São Pedro, cuja trajetória já foi extensamente estudada pela historiografia regional¹¹⁵. Madeirense de origem, Jerônimo é apontado como descendente da fidalguia insular e, antes de se estabelecer no Rio Grande, atuou como tropeiro na região das Minas, São Paulo e Curitiba, além de passar por Laguna. Na freguesia de Guaringuetá casou-se com Lucrecia Leme Barbosa, também descendente de uma das “*melhores famílias*” da nobreza da terra. Dessa união nasceram 10 filhos e filhas legítimos - a mais velha, Fabiana, terá nascido ainda na terra de sua família materna, por volta de 1724, enquanto a mais jovem, Brígida, veio ao mundo cerca de 16 anos depois já nos campos de Viamão, no Rio Grande de São Pedro, onde Jerônimo teria se estabelecido por volta de 1734 (KUHN, 2006, p. 217). Além desses, Jerônimo terá deixado alguns filhos naturais - dois deles, Lourenço Dorneles e Maria Branca, aparecem nos livros paroquiais de Viamão e Triunfo, indicando terem acompanhado a família paterna em seu deslocamento rumo ao extremo sul.

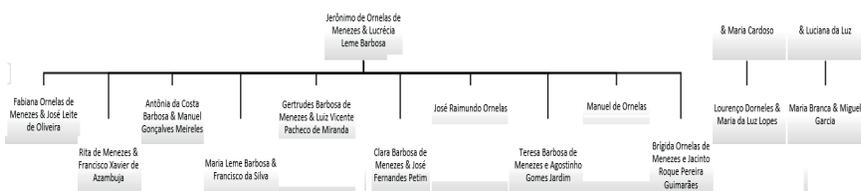
Considerando a falta de sorte de sua prole masculina *legítima* - um dos filhos faleceu ainda jovem, enquanto outro precisou fugir após se envolver em um homicídio¹¹⁶ - as estratégias de afirmação e reprodução social desta família parecem ter passado, entre outras, por uma política de atração de bons casamentos para suas oito filhas através de dotações matrimoniais (KUHN, 2006). O esposo da filha mais velha de Jerônimo, o alferes José Leite de

¹¹⁵ Para a inserção desse grupo familiar na freguesia de Viamão, onde se estabeleceram antes de migrar para Triunfo, em meados do século XVIII, ver os trabalhos de Fábio Kuhn (2006) bem como minha dissertação de mestrado (AQUINO, 2019). Ver, ainda, o trabalho de Scott & Scott (2023) para uma análise dos desdobramentos da inserção socioeconômica deste grupo na capitania no início do século XIX.

¹¹⁶ O “causo” que ocasionou fuga de José Raimundo de Ornelas foi o homicídio de Dom Agostinho Castelo Branco, fidalgo empobrecido de proveniência açoriana radicado em Viamão (AHCMPA, 1º Livro de óbitos de Viamão, registro de 08/11/1760).

Oliveira, aparece no rol de confessados de Viamão de 1751 como cabeça de um fogo¹¹⁷ no “Rio do Sino”, região que mais tarde seria incorporada à Triunfo. Já os concunhados Manuel Meireles e Francisco da Silva - casados com as irmãs Antônia e Maria Barbosa, respectivamente -, são reputados como os primeiros a receberem terras na região que viria a abrigar a sede e o rocio da freguesia, por ocasião da passagem de Gomes Freire pelo Rio Grande (FABRÍCIO, 1947; RUBERT, 1994). Pouco depois seria a vez do capitão Francisco Xavier de Azambuja, casado com Rita de Menezes, também receber uma sesmaria na região (igualmente concedida por Gomes Freire). Kuhn chama atenção para outra característica compartilhada pelos concunhados que se casaram com as filhas mais velhas de Jerônimo: os três haviam exercido atividade como tropeiros, tendo passado pelo mesmo circuito de relações frequentado por Jerônimo antes de se estabelecer no Rio Grande (KUHNS, 2006, p. 218).

Diagrama 1: Grupo Ornelas - 1ª geração



Por volta de 1762 o próprio Jerônimo muda sua sede para Triunfo em definitivo, levando consigo o restante da família¹¹⁸. Os demais genros desse

¹¹⁷ “Fogo” era o termo utilizado para designar unidades domiciliares no período, designando não apenas um grupo de parentesco, mas um conjunto de pessoas com funções sociais e também econômicas, consistindo, portanto, em uma unidade ao mesmo tempo doméstica e produtiva (RODARTE, 2008, p. 25). Já os róis de confessados, ou róis de desobriga, eram listas nominativas de fiéis da freguesia, elaboradas durante o período da quaresma, tendo sua produção sido normatizada no Brasil pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707).

¹¹⁸ Pelo que pude apurar, Jerônimo não recebeu novas terras em Triunfo, mas teria se estabelecido em uma sesmaria que concedida por Gomes Freire a seu filho José Raimundo, conforme consta de estudo do genealogista José de Araújo Fabrício publicado pela Revista do IHGRGS (1947).

bando familiar - Francisco da Silva, Luiz Vicente Pacheco de Miranda, José Fernandes Petim, Agostinho Gomes Jardim e Jacinto Roque Pereira Guimarães - compartilhavam, conforme aponta Kuhn, de uma trajetória distinta, embora pareçam ter alcançado sucesso semelhante na tarefa de obter terras e prestígio para si e seus descendentes¹¹⁹, além de acumularem gado, escravaria e, em alguns casos, patentes dos corpos regulares ou de milícias.

nenhum deles tinha sido tropeiro (até onde foi possível averiguar) e nem todos tinham concessões de sesmarias. Dois eram militares de carreira [Francisco e Agostinho] e outros dois foram comerciantes [Luiz Vicente e José Fernandes], sendo o último genro [Jacinto Roque] provavelmente lavrador e o menos aquinhado de todos. (KUHN, 2006, p. 220-221)

A razão pela qual selecionamos este grupo familiar como um dos casos de estudos de nossa pesquisa, portanto, está relacionada à sua importante inserção nas redes socioeconômicas da comunidade de Triunfo. Kuhn destaca, por exemplo, que no Rol de Confessados de 1758 consta que esta parentela concentrava a posse de 41 escravizados, o que correspondia a pouco mais de um terço dos cativos arrolados naquele ano (KUHN, 2006, p. 219). Já na “Relação de Escravos” produzida para Triunfo no ano de 1788, esta família extensa possuía, ao menos, 271 dos 859 cativos arrolados na freguesia¹²⁰, o que corresponde a cerca de 31,5% - uma pequena queda, mas ainda assim mantendo um contingente relevante. Por outro lado, quando observamos as relações constituídas a partir do parentesco ritual ou das relações de crédito e endividamento, é possível perceber uma proeminência na participação desse grupo familiar.

O caso deste grupo é notável pela riqueza de informações que conseguimos reconstituir a partir de nossas fontes. Para o período em análise, identificamos os registros de batismo de 297 netos e bisnetos de Jerônimo

¹¹⁹ As concessões de terra outorgadas na região de Triunfo foram levantadas a partir da “*Synopse da Concessão de Sesmarias*”, publicada pela Revista do APERS (1921) e de consulta realizada aos Códices da Fazenda do AHRS (F-1229, F-1230, F-1231), além das Relações de Moradores de 1784 e 1798, e ainda nos processos de inventário disponíveis para Triunfo.

¹²⁰ AN: Relação dos Escravos que pertencem aos moradores da freguesia de Triunfo e que se acham matriculados desde o ano de 1788. Cod. IJ6-934. Não considerei alguns homônimos cuja identidade não pude confirmar, então esse número poderia ser um pouco maior.

e Lucrecia - isso considerando apenas a freguesia de Triunfo, e somente no recorte analisado - e outros tantos casos de atuação das filhas, genros, netos e netas como padrinhos e madrinhas (e mais raramente dos próprios Jerônimo e Lucrecia). Além disso, foi possível encontrar 24 processos de inventários *post-mortem*, possibilitando reconstituir sua participação nas redes de crédito e endividamento da freguesia, além de sua inserção nas “redes de confiança” que iam muito além dos domínios sulinos, recuperadas através dos registros notariais realizados nos tabelionatos de Porto Alegre.

Assim, procuramos reconstituir as redes desse grupo, buscando identificar suas regularidades a partir de diferentes tipologias relacionais constituídas no tempo e no espaço. Adotamos, para isso, além do método onomástico como fio condutor no trabalho com nossas fontes, uma perspectiva geracional, que intenciona analisar os sucessos, permanências e revezes na atuação desse grupo ao longo do período.

AS TRAMAS FORMADAS PELO COMPADRIO

Se a família constituía o lastro fundamental da ação social do grupo, outros arranjos e formas de sociabilidade poderiam somar para fortalecer ou ampliar sua base de atuação e alcance. Uma dessas práticas sociais que buscamos observar é o parentesco espiritual - que englobava as práticas correlacionadas do compadrio, comadrio, apadrinhamento e amadrinhamento, estabelecidas no rito do *batismo católico*. Mais do que um simples laço social, a tradição atribuía a esses vínculos um significado mais profundo, entendido como a concretização de um vínculo espiritual que ligava pais, crianças e padrinhos neste mundo e além.

Tabela 1: Padrinhos e madrinhas preferenciais por década, freguesia de Triunfo

1757- 1766	PADRINHOS	
	Manuel Gonçalves de Meireles	10
	Francisco da Silva	9
	Thomas Clarque	9
	Francisco Xavier de Azambuja	7
	Antônio José Machado de Araújo	6
	Jerônimo de Ornelas	6
	Jerônimo Xavier de Azambuja	6
	MADRINHAS	
	Brígida Barbosa de Menezes	11
	Maria Leme Barbosa	11
Antônia da Costa Barbosa	9	
Rita de Menezes	9	
Margarida Gomes de Araújo	8	
1767- 1776	PADRINHOS	
	Jerônimo Xavier de Azambuja	13
	Antônio José Machado de Araújo	12
	Bartolomeu Bueno da Silva	12
	Manuel Gonçalves de Meireles	10
	MADRINHAS	
	Crespina da Costa Barbosa	12
	Lucrecia Leme Barbosa	7
	Margarida da Silveira	6
Antônia da Costa Barbosa	5	
Eufrásia Maria da Conceição	5	

1777- 1786	PADRINHOS	
	Antônio José de Aviz	12
	Evaristo Pinto Bandeira	11
	Matias José de Almeida	9
	Antônio Xavier de Azambuja	7
	Manuel de Paiva Garrido	7
	MADRINHAS	
Apolônia de Jesus	10	
Gertrudes Batista	7	
Joaquina Antônia de Oliveira	6	
Antônia da Costa Barbosa	5	
Lucrecia Rodrigues	5	
Quitéria Maria da Conceição	5	
1787- 1796	PADRINHOS	
	José Gabriel de Sampaio	15
	Felisberto Francisco de Abreu	13
	José Coelho da Silva	12
	Custódio Oliveira Guimarães	11
	Manuel Carvalho de Souza	9
	MADRINHAS	
	Antônia da Costa Barbosa	8
	Joaquina Maria Centeno	8
	Mariana Rosália de Jesus	8
Úrsula Antônia de Araujo	7	
Ana Maria de Oliveira	6	

1797- 1808	PADRINHOS	
	José Gabriel de Sampaio	21
	Francisco José Dias	17
	Felisberto Francisco de Abreu	16
	Manuel Marques de Sampaio	11
	Antônio Marques de Sampaio	11
	MADRINHAS	
	Clara Joaquina Pereira	11
	Eufrásia Maria da Conceição	10
	Emerenciana Joaquina	9
Quitéria Maria da Conceição	8	
Maurícia Antônia Oliveira	7	

Fonte: Livros 1 a 6 de Batismos da freguesia de Triunfo

Muito tem se debatido sobre estes expedientes na historiografia mais recente¹²¹, com uma produção particularmente extensa para os usos do compadrio entre a (e pela) população escravizada. A nosso ver, o compadrio não constituía por si uma estratégia mais elaborada ou uma garantia de dividendos sociais para os envolvidos (ou não necessariamente). Nos parece que o caráter “estratégico” desta prática social não deve ser exagerado, mas poderia haver um propósito objetivo, especialmente quando identificamos os casos de padrinhos e madrinhas “preferenciais”¹²² dentro de uma determinada comunidade. Observar a regularidade de seus usos pode revelar, isso sim,

¹²¹Para uma revisão dos debates historiográficos a respeito do tema do compadrio no Brasil colonial ver, entre outros, os trabalhos de Aquino & Kuhn (2018), Bacellar (2014) e Ramos (2004).

¹²²A historiografia cunhou o termo “*campeões de batismo*” ou “*padrinhos [e madrinhas] preferenciais*” para designar indivíduos que acumulavam afilhados e compadres, sendo procurados com bastante frequência para apadrinhar (BRUGGER, 2007).

algumas estratégias nos seus usos, especialmente quando estudamos grupos com maior inserção e prestígio social e econômico.

Estudar as relações do grupo Ornelas permitiu-nos observar uma prática recorrente na sua atuação social, que é o comparecimento frequente à pia para batizar crianças de variadas condições e estratos sociais - de fato, já havia observado tal prática na freguesia de Viamão (AQUINO, 2019). Com o trabalho com os registros paroquiais de Triunfo e arredores, foi possível observar a continuidade desta prática tanto no tempo, como sua reiteração no âmbito de diferentes freguesias. Isso demonstra, no mínimo, a manutenção do prestígio deste grupo, além de indicar como alguns de seus membros se sobressaíam como intermediários sociais no cozer das relações daquelas comunidades. Um indício disso pode ser observado na tabela nas páginas anteriores.

A tabela acima traz uma lista de padrinhos e madrinhas preferenciais nas cerimônias de batismos de Triunfo, quando segmentamos o período estudado por períodos de 10 anos (aproximadamente). A presença do grupo Ornelas é notória, mas se manifesta através de diferentes representantes ao longo do período: no primeiro decênio, quatro filhas de Jerônimo de Ornelas figuram entre as cinco madrinhas com mais afilhados (Brígida, Maria, Antônia e Rita). Entre os padrinhos, temos três de seus genros (Manuel, Francisco Xavier e Francisco da Silva), além do próprio Jerônimo e um de seus netos mais velhos (e homônimo). Já na década seguinte (após o falecimento do patriarca) temos a esposa de Jerônimo, Lucrecia, aparecendo entre as madrinhas principais, além de uma neta sua (Crespina) ser a madrinha com mais afilhados nesse recorte. Essa passagem geracional se reforça nos períodos seguintes, à medida que membros das gerações seguintes passam a ocupar posições entre os patronos com maior número de protegidos e compadres - a exemplo do tenente José Gabriel de Sampaio, casado com uma das netas de Jerônimo, que se mantém na liderança por duas décadas seguidas e é, isolado, o padrinho preferencial com maior número de afilhados em Triunfo.

A tabela acima permite, ainda, ter uma ideia da proeminência desta parentela nas redes de parentesco ritual que se estabeleciam em Triunfo através das cerimônias de batismo. Tomando por base apenas homens e mulhe-

res que acumularam 10 ou mais afilhados no período estudado, temos 51 padrinhos e 35 madrinhas preferenciais identificados, os quais acumularam mais de 1350 afilhados - 34,4% das crianças batizadas na freguesia. Aproximadamente 50% destes nomes estavam vinculados à parentela de que estamos nos ocupando aqui - ou seja, quando o assunto era colecionar afilhados, este grupo claramente se sobressaía.

Quando restringimos ainda mais esse grupo, selecionando apenas os homens e mulheres que compareceram 20 ou mais vezes à pia para batizar, esse número cai para 9 padrinhos e 7 madrinhas preferenciais, os quais acumularam 412 afilhados (10,5% das crianças nascidas em Triunfo). Destes, apenas cinco não tinham relação com o grupo Ornelas; os demais - uma filha, um genro, quatro netas, um neto e outros quatro indivíduos casados com netas de Jerônimo - batizaram 297 crianças ao longo desse período, perfazendo uma média de 27 afilhados - ante a média de 15,7 crianças quando comparamos com o grupo maior de padrinhos preferenciais, com 10 ou mais afilhados.

O comparecimento frequente à pia e o acúmulo de elevado número de compadres e afilhados poderia indicar um sinal de *status*, contribuindo para ampliar o trânsito social destes indivíduos, os quais, por sua vez, concorriam para o acúmulo de capital simbólico de sua família. Ainda que esse encontro junto à pia pudesse resultar em relações mais ou menos próximas, este pode ser um indicativo do prestígio de que estas gentes gozavam junto àquela comunidade. Vamos observar essas relações mais de perto.

Um traço característico das relações rituais destes grupos, que também já havíamos observado antes, é o uso do compadrio para reforço das relações de parentesco formal. É possível observar casos de avós batizando netos, tios e tias batizando sobrinhos, e às vezes - com menor frequência - o estabelecimento de relações entre primos. Isso, a nosso ver, serve para demonstrar que uma relação social não deve ser tomada *a priori* - o reforço destas relações sugere a importância, e até a necessidade, de seu cultivo no cotidiano, como forma de manutenção dos laços originados seja pela consanguinidade, seja pela afinidade. Há que se des-

tacar que os casos em que um indivíduo ou casal acumulava um número elevado de afilhados dentro do próprio grupo familiar precisa ser distinguido no estudo dos chamados “padrinhos preferenciais”, pois nesse caso temos uma diferenciação sensível, por exemplo, em relação a indivíduos que batizam crianças de outras famílias, de outros estratos sociais e até de outras condições jurídicas. Trata-se de uma inserção e um trânsito social distinto: não é a mesma coisa apadrinhar 10 sobrinhos e 10 filhos de escravizados, por exemplo, inclusive em termos de formação de uma possível clientela.

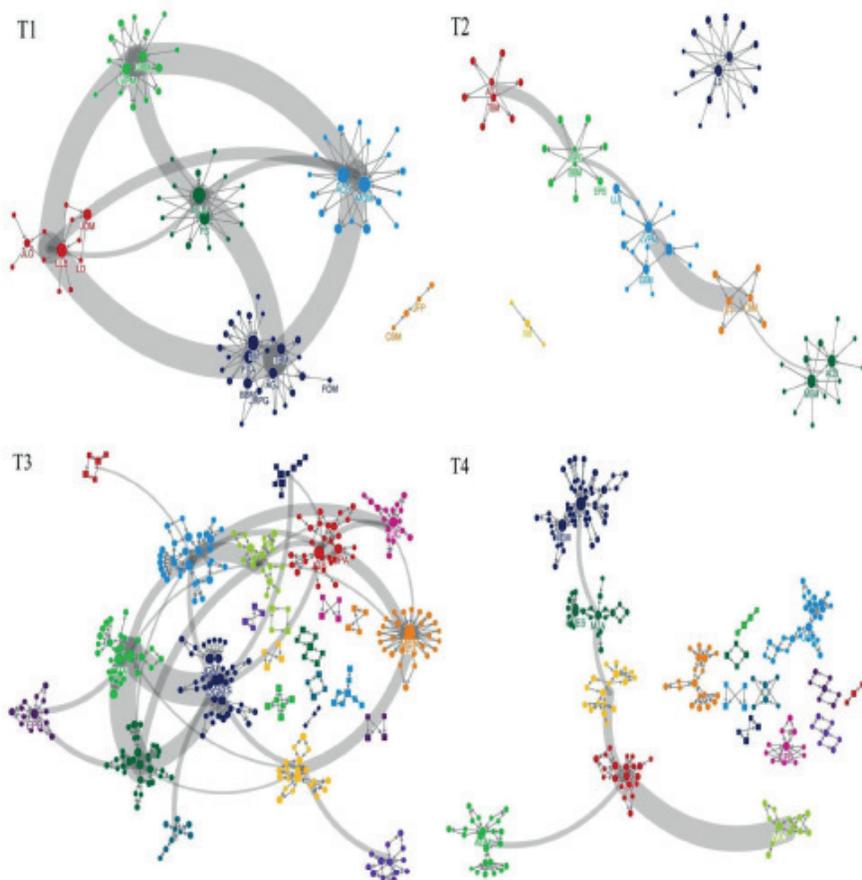
Quando tomamos os padrinhos e madrinhas preferenciais identificados para esses dois grupos, no entanto, percebemos que o reforço das relações de parentesco formal ocorria, mas não era preponderante. O percentual médio de apadrinhamento de parentes foi 21,9% para os padrinhos e 26,7% para as madrinhas (medianas 19 e 26,1, respectivamente), sendo majoritário, portanto, a utilização desta prática para “alargar” as fronteiras da “casa”, constituindo sociabilidades com indivíduos e famílias que extrapolavam os limites da parentela. Havia, portanto, um componente dessas práticas rituais que, poderíamos supor, efetivamente contribuía para afirmação e ampliação do capital social dessa família.

Outra prática recorrente na atuação destes grupos foi a de batizar crianças de estratos sociais e condições sociojurídicas distintas, situação inclusive já identificada em trabalhos anteriores (AQUINO, 2019, já citado). Aqui temos situações em que uma leitura funcionalista do compadrio frequentemente sugere que a atuação dos padrinhos ocorria no sentido de formar e assegurar uma clientela, enquanto os pais das crianças buscavam proteção e favorecimento. Pode ser, mas não necessariamente (ou nem sempre). Entendemos ser necessário considerar outros fatores: a vizinhança, a amizade, a ocasião, ou ainda, a manutenção do costume: se a família sempre apadrinhou muitas crianças, por que não continuar apadrinhando? Se nada se ganha, certamente nada se perde.

Pode ser interessante observar com mais cuidado a configuração destas relações para ao menos tentar revelar seus significados. Os grafos a seguir

dão uma ideia da forma como esses grupos organizavam suas relações de parentesco ritual ao longo da segunda metade do século XVIII. Assim, produzimos um recorte geracional e amostral, buscando identificar tendências e, ao mesmo tempo, comparar a atuação desse grupo, de modo a tentar captar possíveis permanências ou rupturas em suas práticas de atuação.

Grafos 1-4 - Redes de parentesco ritual dos Ornelas de Menezes¹²³



¹²³Para a produção dos grafos apresentados neste trabalho utilizei o complemento NodeXL Basic, com a aplicação do algoritmo Harel-Koren Fast Multiscale direcionado por força e a opção de “combinar” as arestas entre diferentes *clusters* ativada. A exceção da rede reconstituída a partir dos instrumentos de “procuração bastante”, apresentada adiante, adotei a representação destas redes em “*snapshots*”, conforme proposto por Lemerrier (2015), buscando apreender as mudanças e permanências operadas em suas configurações ao longo do tempo. Para maior detalhamento destes conceitos remeto ao meu trabalho, já mencionado e listado

Os quatro grafos exibidos nessa série buscam apresentar momentos distintos da atuação do grupo Ornelas nas dinâmicas relacionais produzidas a partir do parentesco ritual em Triunfo. Para os primeiros quadros, adotamos como recorte as décadas iniciais da formação da freguesia - entre 1760 e 1779 - reunindo as relações contraídas pela “primeira geração”¹²⁴ ao longo desse período. A escolha deste recorte se dá por nos permitir perceber as mudanças que podem ter sido ocasionadas pelo passamento de três de seus membros mais proeminentes, entre o final da década de 1760 e o início da década de 1770 - quando falecem os concunhados José Leite de Oliveira e Francisco Xavier de Azambuja, além do próprio patriarca.

No primeiro grafo (T1), a participação de Jerônimo de Ornelas (grupo em vermelho, na parte esquerda) se dá de forma mais discreta, batizando alguns netos nascidos em Triunfo, além dos filhos de duas escravizadas - uma delas pertencente a seu genro Manuel Gonçalves de Meireles. A atuação dos demais casais apresenta diferenças sensíveis, que valem ser mais bem detalhadas. Para além do já mencionado compadrio entre irmãs (e entre concunhados), temos a predominância de relacionamentos estabelecidos com indivíduos livres e *presumidos ou representados como brancos* (dada a falta de informação nos registros). O batismo de filhos de escravizados e forros ocorre pontualmente, assim como o de crianças indígenas. Exceção notável é a trama formada em torno do comerciante Luiz Vicente Pacheco e sua esposa Gertrudes Barbosa de Menezes (grupo de nós em verde claro, na parte superior), na qual identificamos maior incidência de escravizados e forros, além de um casal indígena, destoando do padrão familiar.

nas referências (AQUINO CABREIRA, 2022).

¹²⁴ Decidi manter as “aspas” quando aponto para essa diferença geracional pois não se trata de uma divisão mecânica. Na verdade, foi comum a presença de diferentes gerações na mesma representação reticular, especialmente em virtude das relações firmadas entre familiares. Trata-se de um exercício metodológico, que não deve nos fazer esquecer de que estas pessoas conviveram e se relacionaram, especialmente quando se tratava da mesma família extensa. Também por isso é possível que um mesmo agente ou casal apareça em redes de “gerações” diferentes.

Além de contrair relações mais frequentes com estratos sociais e jurídicos distintos, Luiz Vicente - que compareceu à pia junto da esposa, na maioria dos casos - realizou outra ação incomum - seja em relação à atuação do seu grupo como também quanto ao observado mais frequentemente em outros estudos -, que foi batizar uma criança de sua própria escravaria. Tratou-se da inocente Rosa, filha legítima de sua escrava Francisca com o liberto Domingos da Rocha, a qual foi levada à pia por Luiz Vicente e Maria Nunes no ano de 1767. Interessante notar, ainda, que este é um dos poucos casos em que sua companheira à pia não foi a esposa. Qual seria a motivação para tal feito? Poderia ser uma estratégia para estreitar a relação com Domingos, o qual mantinha-se dependente daquela casa - apesar de liberto - pela condição de servidão de sua família? Importante considerar que: 1) foi mais comum a ocorrência do compadrio cruzado, com integrantes da parentela batizando filhos de escravizados de seus cunhados (ou tios), constituindo este um caso singular¹²⁵; e 2) não localizamos em nossas fontes notícia da libertação da mãe ou da criança, e tampouco registro do óbito de Francisca (que igualmente não constou do inventário do dito Luis Vicente).

Assim, apesar do aparente equilíbrio estrutural¹²⁶ presente no grafo entre os diferentes *clusters*¹²⁷ formados a partir das relações de compadrio deste grupo familiar, é possível identificar diferenças internas ao grupo no que toca ao padrão de relações estabelecidas: enquanto algumas mulheres, como Lucrecia e suas filhas Antônia e Rita, mais frequentemente amadrinharam crianças da própria família, entre os concunhados que se destacaram como padrinhos

¹²⁵ Também para a geração seguinte foi mais comum a ocorrência de apadrinhamentos cruzados, com filhas, netos e netas apadrinhando e se compadrandando com escravizados de parentes.

¹²⁶ A ideia de equilíbrio estrutural remete a uma análise da rede a partir de sua representação morfológica, ou seja, da configuração assumida por seus componentes a partir da aplicação dos algoritmos de distribuição utilizados. Uma rede em “equilíbrio”, desta forma, corresponderia a uma distribuição onde os diferentes grupos internos se mostram equivalentes em termos de centralidade, relevância e densidade relacional (AQUINO CABREIRA, 2022).

¹²⁷ Um *cluster* é um conjunto de nós mais densamente relacionados, sendo também chamado de comunidade. Podem agregar até centenas de nós, dependendo do tamanho da rede. A formação de um *cluster* se dá a partir do compartilhamento de relações mais próximas e frequentes, de modo que essas comunidades apresentam um número maior de conexões “fortes” entre seus membros (AQUINO CABREIRA, 2022).

preferenciais a tendência predominante foi a de estabelecer relações com pessoas externas à parentela. Por outro lado, a tendência de relações horizontais - do ponto de vista sociojurídico - não foi seguida por pelo menos um dos genros, que atuou mais frequentemente como padrinho de crianças de outros estratos sociais - o que ocorreu com os outros casais mais pontualmente.

Este quadro se modifica no segundo grafo (T2), que reúne relações da década seguinte - de 1770 a 1780. Primeiro, temos que as relações ditas verticais - com outros estratos sociais e jurídicos - sofrem uma redução sensível, tornando-se ainda mais evidente a preferência por batizar crianças livres e socialmente presumidas como brancas. A exceção se dá pela maior participação de Lourenço, filho natural de Jerônimo de Ornelas, que parece batizando algumas crianças indígenas nesse período (grupo de nós em azul marinho na parte superior); além dele, temos o mesmo Luis Vicente batizando o filho de uma escravizada e outro, de uma mulher forra - mas ainda assim ampliando suas relações com pessoas livres. De modo geral, o grafo que representa este segundo recorte apresenta também aspecto mais disperso, sugerindo que a participação do grupo nos circuitos de parentesco ritual refluíu após a morte de alguns de seus membros.

Essa impressão, contudo, é inexata. Conforme indicamos antes, a atuação dessa parentela como padrinhos e madrinhas preferenciais da freguesia foi uma constante ao longo das décadas analisadas, mantendo-se esse padrão até o início do século XIX - e para além disso, até onde sabemos. O que está ocorrendo no íterim representado pelo segundo grafo é um processo de mudança geracional, onde o papel de maior centralidade nas redes de parentesco ritual da freguesia passou a ser desempenhado pela geração seguinte, ou seja, pelos netos e netas do casal Jerônimo e Lucrecia (e seus cônjuges) - que já atuavam nestas redes desde antes, passando a assumir protagonismo crescente. Essa situação pode ser observada nos grafos seguintes do quadro apresentado acima (T3 e T4).

A tendência ao reforço de relações intrafamiliares se manteve na geração seguinte, com aproximadamente dois terços das crianças nascidas neste grupo tendo pelo menos um dos padrinhos oriundo da própria família - o número

é impreciso devido a algumas dúvidas com homônimos. Em muitas ocasiões isso ocorria com ambos, padrinho e madrinha, demonstrando que os Ornelas, por vezes, declinavam da possibilidade de constituir laços com outras famílias potentadas da região, preferindo reforçar os laços que davam coesão à atuação do grupo. Quando convidados à apadrinhar, por outro lado, é possível perceber a manutenção de certos padrões, reforçando nossa impressão de que estas práticas eram transmitidas e reiteradas através das gerações.

Quando observamos a atuação dos tenentes Felisberto Francisco de Abreu e José Gabriel de Sampaio (T4, grupos de nós em azul marinho, parte superior, e vermelho, na parte inferior), ambos casados com netas de Jerônimo de Ornelas e padrinhos de mais de sete dezenas de crianças entre o final do século XVIII e início do século XIX, percebemos a manutenção da preferência pelo estabelecimento de relações *porteiras à fora*, tendo Felisberto batizado apenas um sobrinho nas 32 vezes em que compareceu à pia. José Gabriel, padrinho com mais afilhados em Triunfo no período em estudo, batizou alguns sobrinhos e primos de sua esposa, mas em apenas 9 das 43 cerimônias em que participou - aproximadamente 20%.

Em relação ao estabelecimento de relações com outros estratos socio-jurídicos, entretanto, a atuação destes primos “emprestados” se diferencia, com o primeiro estabelecendo relações de compadrio por seis vezes com casais de forros, enquanto o segundo apadrinhou em quatro ocasiões filhos de escravizados da mesma parentela. Em ambos os casos, tanto Felisberto como José Gabriel batizaram majoritariamente ao lado de suas respectivas esposas, Margarida e Clara, estas filhas dos concunhados Luiz Vicente Pacheco e Jacinto Roque Guimarães, respectivamente; mas também fizeram par, por vezes, com primas e irmãs destas.

Em comparação a atuação destes, temos um dos netos mais velhos de Jerônimo de Ornelas, e também seu homônimo, o capitão (depois tenente-coronel) Jerônimo Xavier de Azambuja, filho de outro dos concunhados, Francisco Xavier de Azambuja, que atuou nas tramas do compadrio durante quase todo o período de formação da freguesia, acumulando 25 afilhados. Este teve uma atuação mais equilibrada entre afilhados “de dentro” e “de

fora”, sendo padrinho de sobrinhos e primos em 40% dessas ocasiões, mas também batizando em duas ocasiões crianças forras e em outras duas filhas de escravizados da parentela. Por ser um dos netos mais velhos, Jerônimo Azambuja também fez par algumas vezes com sua mãe ou suas tias, mantendo uma tendência predominante de formação de “pares de padrinhos” dentro da parentela, diferenciando-se, no entanto, por raras vezes apadrinhar ao lado da esposa (e prima) Ana Joaquina Barbosa.

Poderíamos seguir esta linha, mas estaríamos nos repetindo: observam-se claramente práticas costumeiras que eram reiteradas com o passar das gerações - o acúmulo de afilhados, a formação de pares de padrinhos dentro da parentela (com a preferência pelo arranjo entre casais), o reforço das relações intrafamiliares, a preferência pelo estabelecimento de relações com famílias livres, a presença pontual de relações com outros estratos jurídicos - normalmente batizando filhos de escravos dos próprios parentes.

Para as madrinhas preferenciais da “segunda geração” - netas de Jerônimo e Lucrecia - notamos uma diferenciação em relação à geração anterior - o decréscimo das relações de comadrio endógeno. Por outro lado, mantém-se a preferência por relações com casais da mesma condição sociojurídica, ou seja, pessoas livres. Quatro netas de Jerônimo de Ornellas figuram no grupo de madrinhas com mais de 20 afilhados - Clara Joaquina de Azevedo, Margarida Engrácia de Menezes e as irmãs Crespina da Costa Barbosa e Perpétua da Costa Meireles. Estas mantiveram taxa de endogenia ritual em torno de 30%. As duas primeiras eram casadas com os já mencionados tenentes Felisberto de Abreu e José Gabriel, frequentemente acompanhando seus cônjuges à pia, enquanto às irmãs Crispina e Perpétua eram casadas com Manuel Ribeiro da Cunha e Joaquim Gonçalves da Silva, ambos ocupantes de patentes militares e proeminentes membros desse grupo na virada do século. Interessante notar que em todos os casos esses quatro casos o “posto” de padrinho ou madrinha preferencial foi assumido por estes indivíduos após o casamento, ou seja, o acúmulo de afilhados ganhava impulso após a formação do casal.

Se os Ornelas eram frequentemente requisitados a apadrinhar crianças de diferentes estratos sociais da freguesia, através do batizado de seus rebentos atuavam também para ampliar suas redes de relacionamento, embora as relações endógenas tenham tido peso relevante para o grupo, como dissemos. Para além destas, nas vezes em que a escolha dos padrinhos recaiu sobre gente de fora da parentela ilustram como este poderia ser também um expediente utilizado pelas elites para criar ou reforçar laços e relações. Destacamos, por exemplo, a presença do governador Sebastião Xavier Cabral da Veiga, que por duas vezes - em 1795 e 1798 - compareceu à pia para batizar duas netas de Manuel Gonçalves de Meireles, as inocentes Anna e Antônia, filhas do casal Manuel de Carvalho e Souza, tenente de dragões, e de sua esposa Ana da Costa Barbosa, por sua vez uma das madrinhas preferenciais da freguesia. Em outra ocasião, o comandante da Fortaleza de Santa Cruz, no Desterro, Alexandre José de Azeredo Coutinho, representado por seu procurador, o capitão Estácio Borges do Canto, apadrinhava uma inocente filha de um casal formado por dois netos de Jerônimo, João Batista de Meireles (filho de Manuel de Meireles) e Theodora Gomes Jardim (filha de Agostinho Gomes Jardim). Na ocasião, a criança recebeu o nome de Fortunata, uma possível homenagem à esposa do dito comandante - que entretanto não atuou como sua madrinha. Já em 1790 o casal Francisco Barbosa e Felizarda Maria de Azambuja batizava um menino, Francisco, neto do homônimo capitão Francisco Xavier de Azambuja, que teve por padrinho o poderoso brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, então já estabelecido como uma das principais - senão a principal - liderança política e militar do Rio Grande. Estes exemplos são ilustrativos de como as práticas do parentesco ritual eram utilizadas por esta família, portanto, também para cimentar sua posição de prestígio e reforçar suas alianças.

O parentesco, o compadrio e suas relações adjacentes, contudo, não esgotavam as formas possíveis de sociabilidade compartilhadas por estas gentes. Assim, esse aspecto endógeno que podemos observar na constituição destas parentelas ampliadas poderia sofrer variações quando extrapolamos as fronteiras da casa para observar outras formas de relacionamento,

considerando a noção de sociabilidades cruzadas que propomos aqui. Seria possível ter uma noção mais clara da participação de outros segmentos sociojurídicos nas redes destes bandos quando analisamos outros tipos de sociabilidade? Vejamos o que acontece quando analisamos as relações de crédito e confiança desta comunidade.

AS REDES FORMADAS PELAS RELAÇÕES DE CONFIANÇA O CASO DAS PROCURAÇÕES BASTANTES

Dentre as formas de sociabilidade que nos propomos a discutir e analisar a conformação da freguesia de Triunfo temos o que aqui denominamos “redes de confiança”, ou seja, interações que envolviam dois ou mais indivíduos em uma operação que implicava em um ato de confiança de parte a parte. O que entra em causa aqui é o ato de confiar, depositar fé em outrem a ponto de lhe investir um bem, valor ou tarefa, acreditando que este cumprirá com o acordado ou esperado de forma a evitar danos ou prejuízo. Tratavam-se, enfim, de atos celebrados por pessoas que declaravam confiarem uma nas outra.

Quando falamos em constituir redes de confiança, a família não sai de cena. Pelo contrário, observamos nas fontes analisadas que muitas vezes o ato de “confiar” em parentes consanguíneos ou afins era uma das primeiras opções: para procurações bastantes, pequenos empréstimos, os laços familiares contavam. Neste sentido, observamos que o parentesco, cultivado e por vezes reforçado através de outros expedientes, servia de suporte também para necessidades do cotidiano.

Temos um exemplo desta prática no caso da família Ornelas: no ano de 1764, pouco depois de mudar sua sede para a freguesia de Triunfo, o patriarca Jerônimo achou por bem nomear procuradores seus em diferentes praças da América Lusa, incluindo Viamão, Rio de Janeiro, na Ilha de Santa Catarina e na própria Triunfo. Nomeou, ao todo, 17 procuradores bastantes, sendo que quatro destes eram seus próprios genros: José Leite de Oli-

veira, Francisco Xavier de Azambuja, Francisco da Silva e José Fernandes Petim. Note-se que os outros quatro genros da família - todos já casados, a esta altura - não foram nomeados como procurados por Jerônimo - o porquê da escolha de uns ao invés de outros é de difícil apreensão. Esse “voto de confiança”, do mesmo modo, não foi reproduzido pelos concunhados, os quais não se indicaram como procuradores entre si. Talvez por serem todos residentes na mesma freguesia, estes preferiram indicar como procuradores indivíduos externos à família, eventualmente recorrendo a alguns filhos e genros, entretanto.

Embora tenham recorrido a extensa lista de procuradores para os representarem em diferentes praças do império, também não foi frequente que os genros da família Ornelas ocupassem essa posição - novamente, isso poderia estar relacionado ao seu estabelecimento em Triunfo, uma praça afastada da maioria dos centros comerciais da América Portuguesa. Quando o fizeram, normalmente foi em nome de familiares - o sogro, como já dissemos, ou um genro. A situação se manteve na geração seguinte, tendo identificado apenas um membro desta parentela sendo indicado como procurador regularmente na praça de Viamão - o capitão Francisco José Cidade, casado com uma das filhas de Francisco Xavier de Azambuja, que foi também vereador em meados da década de 1780 (COMISSOLI, 2006). Este foi indicado como procurador 18 vezes nos registros notariais. Este, no entanto, constituiu exceção em uma parentela que precisou recorrer em diversos procuradores, mas que não ocupou com frequência o outro polo desta relação - em que pese vários membros deste grupo haverem iniciado suas atividades no comércio.

É possível supor que existisse uma “divisão social” das formas de sociabilidade, uma repartição do capital simbólico disponível, de modo que diferentes estratégias e expedientes sociais fossem apropriados por distintos grupos, bandos e parentelas. Um padrinho preferencial poderia não ser o melhor procurador. Um grupo capaz de fornecer bons padrinhos poderia não ser o ideal para procurar parceiros de negócios. Posições de mando,

ambas). Representar essas relações em uma rede, no entanto, nos permite enxergar como as mesmas se conectavam, surgindo procuradores que ora eram indicados por um membro da família, mais tarde estabelecendo relação com outro(s), ou eventualmente invertendo o sinal da relação ao indicar alguém da parentela como seu procurador. A rede acima permite visualizar como esses agentes, que atuavam em longínquas praças do império, poderiam representar famílias inteiras, por vezes.

A ferramenta de layout disponibilizada pelo software de análise de redes, que permite combinar as ligações entre diferentes *clusters* para representá-las como linhas “densas”, nos permite visualizar como esses papéis circulavam e conectavam diferentes membros desse grupo com agentes sociais externos à freguesia, os quais faziam as vezes de procuradores, representando os interesses do bando em diferentes localidades. Pedimos a paciência e atenção de nosso leitor pois, para navegar por alguns exemplos dessas tramas, será preciso enfrentar um emaranhado de nomes.

Francisco José Cidade, como já mencionado, foi o membro do grupo Ornelas mais frequentemente escolhido para atuar como procurador na praça de Porto Alegre. Na representação gráfica da rede, vemos um grupo de nós em forma de “estrela” ao seu redor (*egonet*), formado pelos seus outorgantes (grupo de nós em roxo no lado esquerdo). Este grupo aparece na periferia do grafo, no entanto, pois compartilha poucas relações com outros setores da rede: a maioria desses outorgantes, que indicaram Francisco José como seu bastante procurador, não se relacionavam com outros membros da família.

A exceção, nesse caso, foi José Alves Mourão, o qual indicou também como seu procurador o capitão Vitoriano José Centeno (*cluster* central, em azul claro), estancieiro de Triunfo que era casado com outra integrante da família Ornelas, irmã da esposa de Francisco José (ambas filhas de Francisco Xavier de Azambuja e Rita de Menezes). O mesmo Francisco José, por outro lado, indicou como seu procurador na Ilha de Santa Catarina a José Luiz do Livramento, o qual também fora apontado como procurador por um primo de sua esposa, João Gomes Jardim. Este último, por seu turno,

era procurador nomeado por outro primo, Manuel Francisco de Azambuja, um dos irmãos das esposas de Francisco José e Vitoriano Centeno.

Seguindo, temos na praça de Porto Alegre o escrivão da vara eclesiástica, Ignácio de Souza Sardinha, o qual fora nomeado procurador pelo dito Manuel Azambuja, mas também por Brígida Barbosa, uma tia sua, viúva de Jacinto Roque Guimarães. Esta nomeara uns tantos procuradores para representar seus interesses, incluindo um tal João Tavares Fernandes, o qual atuou como procurador de outros tantos membros da família, incluindo o ex-tropeiro José Leite de Oliveira, casado com a filha mais velha de Jerônimo de Ornelas, e também do espólio do mesmo José Leite, após este vir a falecer.

Os herdeiros do dito José Leite, dada a necessidade de cuidar dos negócios que o pai ainda tinha espalhados pelo vice-reino, nomearam outros tantos representantes, incluídos antigos procuradores que já atuavam para o pai, como Jerônimo de Castro Guimarães, Antônio Escobar de Araújo e Jacinto Jaques Nicos. Agora já estamos tratando de gente que aparece bem no centro da rede, no *cluster* mais denso e conectado que está representado em verde escuro. Este setor do grafo, por sua vez, apresenta alguns dos “procuradores preferenciais” desta rede, se conectando a outras *egonets* que aparecem ao seu redor onde estão situados alguns dos mais importantes e afortunados membros desta parentela: Manuel Gonçalves Meireles e seu genro Antônio Ferreira Leitão (grupo verde claro, próximo ao centro), Antônio Alves Guimarães e próprio patriarca, Jerônimo de Ornelas (em verde, na parte superior).

Como observamos, chega um momento em que os laços familiares se tornam insuficientes; há espaços - materiais ou simbólicos - que a “casa” não alcança, tornando necessário estender os laços de confiança para além do parentesco. E é aí que o conceito de confiança ganha contornos mais complexos. Conforme já discutimos, em uma sociedade baseada em preceitos do Antigo Regime, a confiança não era um conceito que se encerrava no ato de “conhecer”, de atestar por si próprio e de boa fé a idoneidade de alguém. Antes, esta era uma característica que se depreendia do prestígio

de uma pessoa, de sua “boa-fama”, das prerrogativas sociais de que gozava um indivíduo (GIL, 2020). Desse modo, o crédito e a confiança poderiam se expressar entre conhecidos, vizinhos, pessoas de convívio frequente; mas em outros momentos, inclusive por necessidades impostas pelas distâncias pelas quais se estendia o império, poderiam também ser observadas relações entre (possíveis) desconhecidos, indivíduos que não compartilhavam de uma convivência cotidiana, mas que pela necessidade ou conveniência acabavam por apoiar-se um no outro, estendendo assim suas redes em um espaço relacional ampliado, tanto física como simbolicamente.

As procurações bastante podem fornecer um bom exemplo do ponto que estamos discutindo aqui. A historiografia sobre as redes de compadrio cunhou o termo “*campeões de batismo*” para designar indivíduos que acumulavam afilhados e compadres nas diferentes freguesias coloniais, sendo procurados com bastante frequência para servirem como padrinhos. Poderíamos, neste caso, sugerir a existência de “campeões” da confiança, indivíduos que, literalmente, eram nomeados procuradores bastantes por dezenas, por vezes centenas de pessoas. O que fazia destas pessoas tão confiáveis? E quais as vantagens em assumir estes encargos de maneira reiterada?

Provavelmente, quando identificamos estes indivíduos, estamos observando agentes que gozavam de amplo trânsito social e gozavam de elevado prestígio, talvez junto à comunidades inteiras. Não por acaso muitos desses “procuradores preferenciais” são mencionados nos instrumentos de procuração como portadores de patentes de oficiais das tropas regulares ou auxiliares, um distintivo social importante no período. Esta, aliás, é uma pista de outro tipo de trânsito que poderia reforçar essas ligações: um militar que serviu no Rio Grande, criando laços aqui no tempo que esteve em serviço, pode se tornar um bom representante quando é transferido para outra capitania. Mais adiante, um conhecido deste pode se tornar uma referência para outro indivíduo que precise de um representante em uma praça distante, indicando aquele que já é seu procurador para outras pessoas que, talvez, nem chegaram a conhecê-lo.

Tomemos um exemplo dessa prática: o português Jacintho Jacques Nicos, natural do Porto, esteve em algum momento de suas andanças no Rio Grande, onde aparece batizando duas crianças na freguesia de Viamão. Lotado mais tarde na praça do Desterro, em Santa Catarina, aí chegou ao posto de Capitão-Mor de Ordenanças, recebendo também terras na região de Tubarão. Para além dos contatos que travou por estas bandas, Nicos era portador de distintivos que o habilitaram ao mais alto cargo das Ordenanças, além de conseguir obter uma sesmaria para si; ocupava, portanto, o cimo da estrutura social da época. Não por acaso, este aparece como procurador de famílias inteiras nos registros cartoriais de Viamão (depois Porto Alegre), sendo indicado como procurador mais de 200 vezes ao longo de três décadas. Apenas entre os Ornellas de Menezes foi nomeado procurador 10 vezes - a primeira delas pelo próprio patriarca, Jerônimo, e anos mais tarde por seus genros e netos. Esta rede privilegiada de relações faz com que Nicos apareça no cluster mais central do grafo acima, para onde convergem a maior parte das “linhas densas” que representam relacionamentos em comum entre os diferentes setores da rede.

Homens como Jacintho Nicos e outros procuradores que surgiam mais frequentemente nos registros notariais eram portadores de distintivos que os habilitavam a ocupar as mais altas esferas da vida social daquela sociedade. Acumulavam cargos e patentes, possuíam avultada fortuna, recebiam terras e mercês, ocupavam posições de mando e prestígio. Eram respeitados e reconhecidos como os melhores entre os seus, de modo que a “confiança” de que gozavam ao serem nomeados procuradores por centenas de indivíduos era um predicado que acompanhava sua *boa fama*. Não precisavam, necessariamente, serem conhecidos daqueles que os nomearam, pois seu bom nome os precedia. E, na dúvida, poderiam ser recomendados por uma dezena de vizinhos, familiares e conhecidos - ou mais.

Para o que nos interessa aqui, esses “campeões” da confiança, esses procuradores “preferenciais” cumpriam o papel de ampliar o horizon-

te de possibilidades das famílias sulinas, estendendo o alcance de seus negócios potencialmente aos quatro cantos do império - para outras famílias de Triunfo encontramos casos de procuradores nomeados tanto em capitânicas do Norte como no outro lado do Atlântico, chegando até Lisboa. Alargando o alcance destas “casas” estendiam o espaço simbólico de atuação desses grupos, conectando as sociabilidades locais a um contexto mais global. Por seu turno, além do ganho potencial nos negócios, os indivíduos associados a eles ampliavam também o capital social de suas famílias, na medida em que poderiam atuar como intermediários entre a sociedade local e potentados que gozavam de um horizonte mais amplo. Iam-se constituindo assim redes mais alargadas, compostas por distintas camadas de lealdade, confiança e prestígio, que poderiam ser acionadas em favor daqueles que melhor soubessem manejá-las em benefício próprio e dos seus.

RELAÇÕES DE CRÉDITO E FORMAÇÃO DE REDES NA COMUNIDADE DE TRIUNFO

Outro expediente que denotava a confiança e boa-fama entre membros da comunidade era a circulação do crédito, sendo este inclusive um indicador mais evidente de como a confiança circulava no mercado local - posto que as procurações frequentemente eram passadas a agentes externos à comunidade. Trabalhando com registros notariais¹²⁸ e processos de inventário¹²⁹, foi-nos possível reconstituir parcialmente as redes de crédito compartilhadas pela comunidade de Triunfo. Destacamos, nessa forma particular

¹²⁸ Para os registros cartoriais, trabalhamos com os catálogos do 1º e 2º Notariados publicados pelo APERS (1921), fichando um total de 36 livros do 1º e 2º Tabelionatos de Notas.

¹²⁹ A partir da consulta a 66 processos de inventário post mortem, além dos livros disponíveis para os dois tabelionatos de Porto Alegre, foi-nos possível reconstituir 896 operações de crédito realizadas entre 1769 e 1809 por moradores ou proprietários de unidades produtivas de Triunfo. Em 91% dos casos os registros traziam o valor das transações; por outro lado, informações a respeito da origem do compromisso estão disponíveis para apenas 27% das operações.

de sociabilidade, dois aspectos que chamam atenção nas fontes: o primeiro é a grande circulação do crédito em pequena monta, sendo frequente o registro de pequenos empréstimos ou dívidas, na casa de uns poucos mil-réis. Se considerarmos a vertente mais tradicional da historiografia colonial, que apontava para uma escassez de moeda metálica, notadamente em regiões periféricas¹³⁰, estas transações podem sugerir que o crédito entre vizinhos e conhecidos poderia compor prática fundamental para a economia cotidiana.

Outra característica das redes que recuperamos através destas operações de crédito foi a alta concentração de dívidas na mão de alguns agentes - alguns comerciantes, mas também vários terratenentes -, demonstrando a importância destes indivíduos para a organização de um “mercado” local. Tenha-se em conta, todavia, que estamos tratando de uma amostra limitada desse “mercado”, principalmente quando olhamos para o universo de inventários *post-mortem* que conseguimos levantar. Por outro lado, a concentração de pequenas dívidas nas mãos de um número reduzido de credores, mesmo considerando esta amostragem limitada, reforça o indicativo da sua importância para a economia regional.

Uma limitação do trabalho com os inventários *post mortem* que precisa ser mencionada é que estes, frequentemente, omitem a origem da operação de crédito. Têm-se, assim, um vislumbre incompleto de uma relação entre credor e devedor: sabemos quem devia para quem, mas na maioria das vezes desconhecemos a razão da dívida. Também há casos em que sequer o valor é informado, limitando-se a constar “*uns restos*”, “*um crédito*”, “*o que ele [o credor] disser*” e outras expressões do estilo. Apesar dos prejuízos para a análise dessas relações, esta é uma limitação das fontes com que temos de nos conformar, dado que na maioria das vezes não há outras formas de identificar estas transações - exceções foram os registros notariais encontrados, mas estes foram bastante raros, sobretudo para o crédito de pequena monta. Outra limitação desta fonte, mais evidente, é que esta se produzia no momento *da morte* de um dos polos da relação - um momento de aparente

¹³⁰ Em que pese as discussões mais recentes contestarem esse entendimento, sustentando que essa escassez de ativo circulante estaria restrita a períodos de crise econômica, especialmente do sistema açucareiro. Para uma revisão a respeito do tema, ver Carrara (2020).

ruptura, portanto. A relação estabelecida, entretanto, não necessariamente se perdia - além de representar um vínculo previamente estabelecido, a relação se mantinha com o espólio, que representava a continuidade do falecido. Desta forma, podemos postular uma continuidade da ligação existente, que se dava através dos descendentes do falecido.

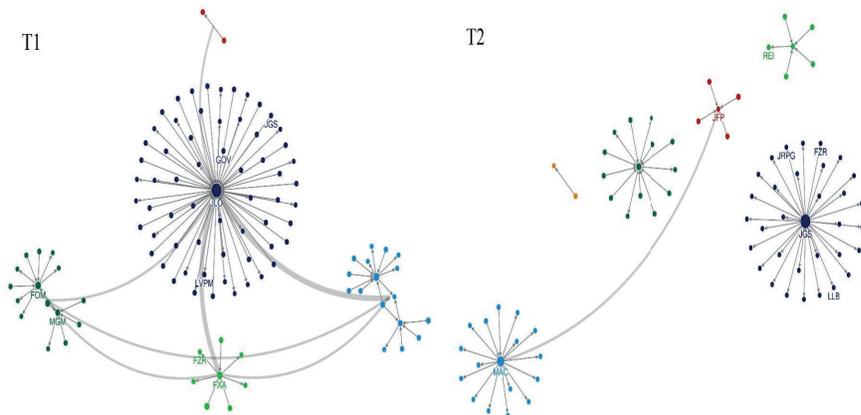
Os cinco maiores credores da freguesia de Triunfo - considerando as dívidas levantadas a partir dos processos de inventário - eram todos ligados ao grupo dos Ornelas, reforçando a percepção da preeminência que este grupo tinha sobre aquela comunidade (o próprio Jerônimo não teve dívidas arroladas em seu inventário). Temos entre estes um dos genros de Jerônimo, o capitão Francisco Xavier de Azambuja; dois netos - Manuel Gonçalves Meireles Filho e o tenente-coronel Jerônimo Xavier de Azambuja; e ainda dois terratenentes casados com netas de Jerônimo, Evaristo Pinto Bandeira, capitão de Ordenanças do distrito sul de Triunfo, e João Gonçalves Salgado. Vários destes nomes já haviam surgido, por exemplo, em nossa rede de compadrio. Como se vê, os papéis sociais circulavam: se os Ornellas não serviam como bons procuradores, eram ótimos padrinhos, e também uma ótima alternativa em uma hora de “aperto”.

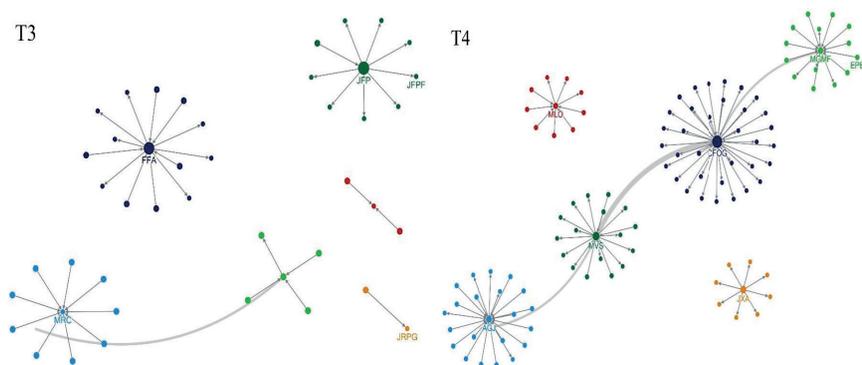
Mas o negócio de crédito era uma via de mão dupla, e por vezes um credor poderia figurar também como polo passivo da negociação. José Leite de Oliveira, um dos genros de Jerônimo de Ornelas que há pouco foi citado, detinha o inventário com o maior número de dívidas passivas de Triunfo - foram 47 no total - enquanto seu sobrinho, Manuel Gonçalves Meireles Filho, foi aquele com maior montante em passivos ao falecer: devia mais de 13 contos de réis - uma pequena fortuna para os padrões locais. Tal quadro reforça a imagem do crédito como importante mecanismo da dinâmica econômica regional.

A partir destas informações iniciais, apresentamos a seguir as redes constituídas a partir dessas operações, permitindo ter uma ideia de como funcionava a circulação do crédito naquela comunidade.

A partir da representação da rede em *snapshots* é possível perceber que cada “quadro” dessas relações - que equivale, grosso modo, às operações realizadas ao longo de uma década - se organiza em torno de uma ou mais figuras com elevada centralidade, os “grandes credores” a que nos referimos antes. Para os períodos T1 e T2 - décadas 1770 e 1780, aproximadamente - temos como principais “egos” dessas redes, respectivamente, os sesmeiros José Leite de Oliveira e seu genro, João Gonçalves Salgado. Já para o período T3 percebemos uma fragmentação maior das relações, mas os três principais *clusters* dessa rede também se organizam em torno de três integrantes do grupo dos Ornelas - José Fernandes Petim, genro de Jerônimo (tendo o patriarca já falecido a esta altura), além do capitão Felisberto Francisco de Abreu e do tenente Manuel Ribeiro da Cunha, ambos casados com netas do dito Jerônimo. O último quadro volta a apresentar uma rede mais coesa, a exemplo do primeiro período, mas com relações mais distribuídas. Voltam a figurar agentes relacionados aos Ornelas - Agostinho Gomes Jardim e Manuel Gonçalves Meireles Filho - além de Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães, capitão do distrito do Caí e chefe local de outra importante parcialidade, o “bando” dos Pinto Bandeira, que aparece como agente com maior centralidade neste recorte.

Grafos 6-9: Redes de crédito dos Ornelas de Menezes





Para além destes nomes mais centrais, importa destacar a importância desses grupos na organização dessas redes de crédito e na circulação desses ativos em Triunfo. Como é possível perceber pela representação, os momentos em que esta rede se mostra mais coesa e articulada correspondem às décadas em que conseguimos recuperar, a partir dos inventários, as informações sobre as relações de crédito e endividamento de algumas das figuras mais proeminentes dessa família - o que explica o maior adensamento das redes apresentadas no primeiro e último *snapshots*. Esses indivíduos não apenas constituíam relações de crédito amplas, emprestando ou tomando emprestado de uma série de vizinhos e conhecidos; atuavam também de forma a contribuir para a circulação do crédito da freguesia, conectando diferentes famílias e estratos sociais - assim como também o fizeram no caso do parentesco ritual. Confirma-se, portanto, o papel desses agentes, e dos grupos aos quais se vinculavam, como intermediários de redes sobrepostas, que ao se cruzar articulavam aquela comunidade em uma trama complexa.

Outra característica que chama atenção, no caso dessas relações de crédito, é como essas redes poderiam se espalhar para freguesias vizinhas - como Porto Alegre, Rio Pardo ou Viamão -, por vezes alcançando praças mais distantes - como Minas ou Rio de Janeiro. Trata-se, portanto, de outro expediente que possibilitava ampliar os horizontes da “casa”, contribuindo ao mesmo tempo para fortalecer sua posição na hierarquia social daquela comunidade. João Gonçalves Salgado, cujo inventário foi realizado

no ano de 1779, por exemplo, aparece como credor de Mateus Pereira e do espólio de João Rodrigues de Aguiar, ambos estabelecidos em São Paulo, por uns “créditos” que estes deixaram em haver; já seu sogro, José Leite de Oliveira, falecido quase uma década antes, deixava também em São Paulo e na freguesia de Parnaíba umas contas em haver com João Domingues e com o capitão Bento da Gama. O capitão Manuel Alves de Carvalho, por seu turno, na década de 1780, aparece como credor de um tal Manuel Coelho da Mota, na região das Minas, pela “venda de um crioulo”, além de um outro João José Xerém, este estabelecido no Rio de Janeiro. Possibilitava-se, assim, que aquela casa alcançasse limites mais amplos, espraiando seu horizonte de atuação para outras praças do império luso, demonstrando o amplo alcance dos negócios da família.

CONEXÕES E TROCAS EM UM ESPAÇO RELACIONAL COMPARTILHADO

Exploramos ao longo deste ensaio diferentes formas de sociabilidade¹³¹, buscando traçar um perfil das distintas formas de relacionamento compartilhadas pela comunidade de Triunfo, em linhas mais gerais, e por uma parentela que tomamos como caso de estudo, em particular. Contudo, fracionar estes relacionamentos para análise, embora tenha sua utilidade analítica, pode fornecer uma impressão inexata das sociabilidades locais como dinâmicas segmentadas, independentes, o que evidentemente não é nem a nossa intenção e nem representa a realidade em que estas relações se desenvolviam. Além disso, conforme apontamos inicialmente, interessa aqui explorar a possibilidade de se trabalhar com essas relações de forma articulada, explorando alguns conceitos que aqui estamos propondo como ferramentas de análise - em particular, as ideias de *sociabilidades cruzadas* e

¹³¹ Este ensaio foi produzido a partir dos dois primeiros capítulos de minha tese, nos quais abordei outras formas de sociabilidade compartilhadas pelos Ornelas e outras famílias de Triunfo, como a vizinhança, relações com agregados e arrendatários, além de uma análise específica das relações constituídas pelos membros das escravarias destas famílias - tanto entre seus escravizados como junto a outros segmentos sociais. Para este ensaio, no entanto, preferi apresentar um recorte destas análises, para que o mesmo não se estendesse ainda mais.

redes compósitas de relacionamento. Para verificar sua aplicabilidade, portanto, cabe tentar costurar as diferentes formas de sociabilidade que viemos explorando, a fim de observar como se articulavam e que redes produziam naquele contexto.

Podemos pensar essas redes compósitas enquanto tramas que organizavam distintos padrões relacionais, por vezes aproximando agentes e grupos social, hierárquica e até geograficamente distantes. Formava-se, assim, um *espaço relacional difuso*, que era composto por distintos expedientes, uns mais organizados e intencionais, outros mais espontâneos ou esporádicos, mas que somados concorriam para costurar o cotidiano daquelas gentes que partilhavam um *espaço geográfico definido* - tomando a freguesia de Triunfo, nesse caso, como unidade espacial de análise. Tentar olhar para essas redes de forma articulada, portanto, significa atentar para a complexidade das dinâmicas sociais que compunham aquele regime, emprestando-lhe significado.

As análises que desenvolvemos neste fechamento, portanto, representam um esforço de retomar as relações já apresentadas de modo conjunto, buscando reconstituir a partir dos fragmentos de informação recuperados de nossas fontes o universo relacional mais amplo daquela comunidade. Mais que isso, trata-se de um experimento e, ao mesmo tempo, uma aposta analítica que esperamos possa contribuir para atingirmos os objetivos mais gerais de nossa pesquisa, os quais, como enunciamos no início do texto, se relacionam a tentar compreender as relações existentes entre práticas de sociabilidade e a produção do território local.

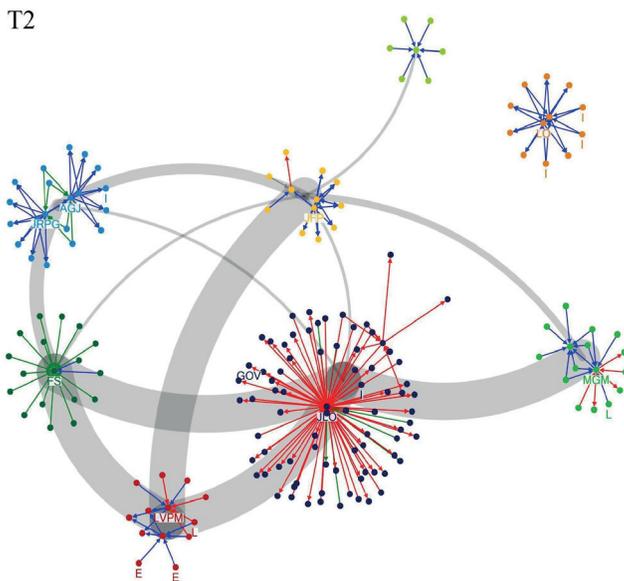
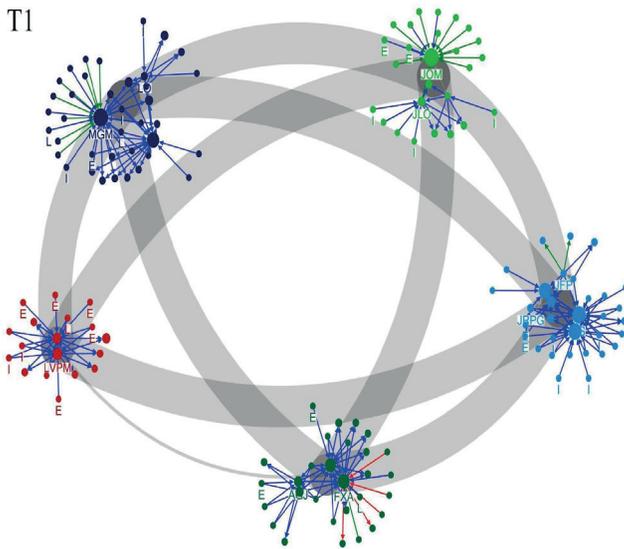
Voltemos, portanto, às redes relacionais da família que aqui tomamos como caso de estudo, os Ornelas de Menezes. Ao articular a representação de suas diferentes sociabilidades em uma mesma representação gráfica temos, como é possível perceber abaixo, um ganho analítico no sentido de ser possível conjecturar uma realidade mais densa e dinâmica - e talvez também mais confusa, pela multiplicação de nós e laços representados na rede. Ampliam-se também, no entanto, os cuidados necessários, assim como as escolhas que o pesquisador precisa realizar para alcançar seus objetivos.

Começamos apresentando alguns recortes dessas redes relacionais para que possamos discutir estas escolhas de forma mais objetiva.

As representações a seguir retomam, em linhas gerais, o esquema que já vimos adotando, ou seja, um recorte temporal e geracional destas redes para que possamos estabelecer comparações entre elas. No caso desses primeiros grafos, temos uma representação conjunta, por década, das diferentes formas de relacionamento estabelecidas pela “primeira geração” familiar - grosso modo Jerônimo, Lucrecia, suas filhas e genros (embora outros familiares apareçam, por associações diversas). O primeiro desafio, aqui, é tentar não engessar em uma representação estática um conjunto de relações plurais, fluídas e dinâmicas que se desenvolveram ao longo de vários anos. Aqui temos tentado confrontar essa dificuldade segmentando nossas representações por período, buscando identificar repetições, reiterações, reforços nos vínculos entre indivíduos ao longo do tempo.

Surge, no entanto, outra dificuldade - da qual já nos ocupamos brevemente - que é o momento em que agentes sociais deixam de participar destas redes. A morte de um indivíduo representa um momento de ruptura, mas esta não era necessariamente linear e imediata. Explico: se para o historiador, muitas vezes, a única forma de reconstituir uma rede de crédito de um potentado senhor de terras ou comerciante é através da leitura do seu processo de inventário - fonte que se produzia, invariavelmente, após sua morte - também é verdade que as ações deste indivíduo em vida ecoavam nos anos vindouros, se fazendo sentir nas vidas de seus sucessores. Isso vale tanto para a distribuição dos bens deixados como herança quanto para a relação entre credores, devedores e o espólio, só para dar dois exemplos. A presença destes indivíduos (falecidos), portanto, se fazia sentir na rede de relacionamentos da família, tanto na sua prática cotidiana como nas representações que fazemos delas em nossos grafos.

Grafos 10-11: Redes compósitas da “1ª geração” dos Ornelas de Me-
nezes



LEGENDA: Azul = Compadrio; Verde = Procurações; Vermelho =
Relações de Crédito.

Podemos postular que houvesse uma certa continuidade do falecido, uma influência que perdurava. Mas como representar isso? Por uma questão metodológica, entendemos necessário mediar essa relação entre ruptura e continuidade, não tomando uma como absoluta, nem ignorando a outra. Assim, torna-se necessário sinalizar que algumas das escolhas produzidas para a produção de nossas redes tomaram em consideração, justamente, estes marcos temporais - no caso dos Ornelas, por exemplo, o início da década de 1770, quando falecem o patriarca e dois de seus genros, sendo este um momento de inflexão, nos parece, conforme apontamos na análise das relações rituais da família. Este período também parece marcar o início de um processo de passagem, quando a geração seguinte começa a assumir maior protagonismo nos negócios e nas sociabilidades da família ampliada.

Quando falece José Leite de Oliveira, esposo da filha mais velha dos Ornelas, Fabiana, o processo de inventário realizado no início da década de 1770 traz uma longa lista de dívidas ativas e passivas, demonstrando a importante inserção deste estancieiro no mercado de crédito local. Seu concunhado, Francisco Xavier de Azambuja, falecido pouco antes, deixou um montante de dívidas inclusive mais avultado, mas também mais concentrado - a Fazenda Real era sua principal devedora, enquanto no caso de José Leite o crédito de pequena monta foi bem mais expressivo. Nos (poucos) casos em que foi possível identificar os inventários post mortem para os dois cônjuges de um casal - e em especial quando o lapso temporal era relativamente curto entre os dois processos - é possível perceber que mesmo após o passamento essas relações previamente contraídas conservavam-se - por vezes as dívidas iam sendo quitadas aos poucos, em outras novos empréstimos eram realizados; e houve também casos em que dívidas foram perdoadas, por exemplo, no testamento ou codicilo. As relações, portanto, poderiam perdurar para além do indivíduo, especialmente quando tomamos a família/casa enquanto unidade de análise

Nos grafos acima, buscamos dar um significado visual para essas nuances, buscando favorecer a legibilidade destas representações, enquanto outras características são destacadas pelo próprio algoritmo: para distinguir

diferentes formas de relacionamento, utilizamos cores diferentes para as linhas do grafo - o que está explicitado na legenda. Para destacar indivíduos ou grupos de interesse no interior do grafo, utilizamos rótulos - evitando poluir excessivamente a representação com dezenas de nomes. A centralidade de cada agente da rede, por outro lado, é representada pelo tamanho que cada nó assume na representação, enquanto os algoritmos de distribuição e agrupamento aplicados ajudam a concentrar os grupos relacionais mais densos dentro de cada uma dessas redes, adotando como critérios a frequência das relações e a centralidade dos nós.

Assim, para o primeiro grafo (T1), que representa um recorte amostral da década imediatamente anterior ao falecimento daqueles três indivíduos - Francisco Azambuja, José Leite e Jerônimo de Ornellas -, temos algumas características que se destacam: primeiro, um aparente equilíbrio estrutural entre os diferentes *clusters* formados no interior da rede. Esse equilíbrio, por outro lado, contrasta com um maior índice de centralidade de alguns agentes, notadamente o mencionado José Leite e sua ampla rede de relações creditícias. Finalmente, temos a presença de indivíduos de condições sociais e jurídicas diversas daquela parentela, inseridos especialmente através de relações rituais - o que não se deu de forma linear nem equitativa entre os casais, mas se concentrou sobremaneira em alguns agentes, como já discutimos.

A ideia de sociabilidades cruzadas, aqui tributárias do paradigma relacional ou História Conectada defendida por Imizcoz (2017), começa a emergir à medida que cruzamos essas redes, demonstrando como esses relacionamentos se articulavam para dar corpo a uma realidade mais complexa. A operabilidade deste conceito fica reforçada, nos parece, pela distribuição dos papéis sociais entre os diferentes núcleos ou indivíduos: à medida que Jerônimo conseguiu cumprir papel importante na dotação de suas oito filhas, contribuindo para o estabelecimento e sucesso futuro desses novos núcleos familiares, seus genros e filhas atuavam para representar a família em diferentes esferas da vida laica e religiosa, contribuindo para o acúmulo de recursos materiais e capital social através de diferentes expedientes - fosse através do crédito - no caso de José Leite e Francisco Azambuja -, fosse através do apadrinhamento

de crianças de outras famílias livres - caso de vários membros da parentela, especialmente as filhas e netos -, fosse através de relações rituais contraídas com segmentos sociais específicos, como indígenas ou escravizados - com destaque para Luis Vicente Pacheco e Lourenço de Ornelas.

Quando observamos os grafos seguintes, que representam um recorte posterior - tanto do ponto de vista temporal como geracional - identificamos uma mudança na distribuição estrutural dessa rede, que indica, na verdade, uma tentativa do algoritmo dar significado às mudanças na distribuição das relações dessas parentela e a emergência de novos protagonistas em seu interior. Não se trata, portanto, de um declínio ou perda de capital social da família - o que efetivamente não se observa -, mas talvez de um processo de reorganização e diversificação das frentes de atuação do grupo, além da emergência de novos atores centrais que dariam continuidade à política de expansão e perpetuação da casa. Isso se reflete, por outro lado, também em uma maior dispersão das relações dessas redes, com maior número de componentes isolados em seu interior - ou seja, de grupos menores que não compartilhavam relações entre si.

Entre os atores que assumem maior destaque nos períodos T3 e T4, podemos citar alguns netos do casal Jerônimo e Lucrecia, assim como homens portadores de cargos e patentes que se casaram com netas do casal - em uma aparente reprodução de uma política de atração de “bons genros” que observamos na geração anterior. Homens como os tenentes Felisberto Francisco de Abreu, José Gabriel de Sampaio e Silvério Albertino Salgado (este um bisneto de Jerônimo e Lucrecia), o capitão Evaristo Pinto Bandeira e o coronel Jerônimo Xavier Azambuja; assim como as primas (e esposas de alguns dos oficiais mencionados) Margarida Engrácia de Menezes, Clara Joaquina de Azevedo, Crespina da Costa Barbosa e Ana Maria de Oliveira começam, a partir do final do século XVIII, a ocupar posições de prestígio que antes foram desempenhadas por seus pais, tios e avós - fosse como padrinhos e madrinhas preferenciais da freguesia, fosse como novas “fontes de crédito” para a pequena comunidade. E, para além dos limites de Triunfo, a parentela continuou

Percebemos, ainda, uma particularidade bastante marcante, que no caso dos Ornelas adquire uma intensidade particular: nos referimos ao reforço / reiteração regular das relações entre membros da parentela, indivíduos que compartilhavam relações prévias de consanguinidade ou afinidade, que em alguns casos se mostra mais frequente do que as relações “porteiras à fora”. Esse é um elemento interessante de se ter em conta, pois reforça a importância central do parentesco não apenas enquanto base material e simbólica na consecução das estratégias de inserção e manutenção do *status* familiar, mas também enquanto elemento fundante e organizador das próprias sociabilidades compartilhadas por aquela família e comunidade. Se entendemos que as relações compartilhadas por aqueles indivíduos não eram irrefletidas, não se davam *a priori*, mas precisavam ser cultivadas e respondiam, no mais das vezes, a determinadas necessidades de uma organização social atravessada por elementos de hierarquização e dependência, então essa endogamia relacional pode ser entendida como uma aposta na família como ferramenta privilegiada na construção do que poderíamos chamar de um *ethos* da elite local (KUHN, 2006), uma estratégia de afirmação de poder e ascendência que tinha na casa o próprio âmago de seu funcionamento.

Nos parece que a reiteração dessas relações, que volta e meia ressurgem, nos permite apontar que o parentesco funcionava, naquela sociedade, como um idioma social, um mediador entre indivíduo e sociedade, ou ainda como uma “*ordem de valores, um princípio de solidariedade que (...) proporciona[va] continuidade e identidade aos elementos [do grupo]*” (BESTARD-CAMPS, 1998, p. 31-32, tradução nossa). Tal concepção nos ajuda a pensar por que razão os laços familiares reaparecem com tanta insistência em nossas fontes, afetando de forma profunda as sociabilidades compartilhadas por aquelas gentes: mais do que laços de consanguinidade ou afinidade, o idioma do parentesco revelava uma estratégia de atuação, uma forma de agir orientada por valores e interesses em comum, que garantia a continuidade da casa à medida que esta se constituía pela soma das ações, sucessos (e também infortúnios) de seus integrantes.

Essa centralidade ocupada pelo parentesco pode explicar o alcance que essas casas alcançavam no contexto do império colonial luso, contribuindo para organizar essas relações tanto a nível local como no plano mais macro. Constituía, no entanto, uma das estratégias possíveis na construção de uma posição de mando e ascendência, certamente não a única. Para além da família, ou de forma articulada à esta, os potentados da Conquista lançavam mão de outros expedientes que concorriam para reforçar sua posição, bem como expandir seu horizonte de atuação. A costura dessas diferentes sociabilidades - compadrios, crédito, relações de confiança ou de negócios - permitia, assim, que aquela casa alcançasse horizontes mais distantes, inserindo estas famílias que formavam uma elite terratenente regional em uma dinâmica mais “global”, que alcançava outras praças do império, conectando Triunfo a uma realidade mais distante. Por outro lado, retroalimentam uma estrutura social hierárquica e costumeira que alocava indivíduos em posições específicas, contribuindo para afirmar posições de *status*, mando e poder que eram disputadas e valorizadas naquela sociedade.

Talvez isso explique, em parte, o esforço envidado por esse grupo nessas formas de sociabilidade, colecionando compadres, afilhados, procuradores e pequenos devedores. A lógica por trás desse empenho por vezes pode não ser evidente, imediata, mas talvez o retorno esperado dessas relações fosse mais simbólico do que material. O cozer dessas relações, afinal, poderia ser um caminho para se alcançar o cume da estrutura social - e também o custo para se manter lá.

REFERÊNCIAS:

AQUINO, Israel da Silva. *Redes de compadrio, hierarquia e interdependência social* (Viamão, 1747 - 1773). Dissertação (Mestrado) - PPG em História, UFRGS, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/197335>>. Acesso em 06/02/2024.

AQUINO, Israel Silva; KUHN, Fabio. Redes, hierarquia e interdependência social nas relações de compadrio do século XVIII (Viamao, 1747-1769). *Revista Maracanan*, n. 19, p. 56-78, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/revmar.2018.33118>>. Acesso em 06/02/2024.

AQUINO CABREIRA, Israel. Análise de Redes Sociais: apresentando o método para historiadores. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A política do compadrio nas senzalas: um debate em aberto. In: CICERCCHIA, Ricardo, et. al. *Estructuras, coyunturas y representaciones*. Perspectivas desde los estudios de las formas familiares. Murcia: Editorial de la Universidad de Murcia, 2014.

BELMAIA, Nathany. et. al. *Diálogos sobre historiografia, teoria, metodologia e ensino*. Curitiba: UFPR, 2022. p. 89-128.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociología*, Ciudad de México, v. 61, n. 2, p. 107-135, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/3541231>>. Acesso em 06/02/2024.

BESTARD-CAMPS, Joan. *Parentesco y modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998.

COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Dissertação (Mestrado) - PPG em História, UFF, Niterói, 2006. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/97>>. Acesso em 06/02/2024.

BOUDIEU, Pierre. The forms of capital. In: Richardson, J. *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 1986. p. 241-258.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade*, São João del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

CARRARA, Angelo Alves. O Crédito no Brasil no período colonial: uma revisão historiográfica. *Varia historia*, v. 36, n. 70, p. 15-51, jan.-abr. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-87752020000100002>>. Acesso em 06/02/2024.

FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS*, Porto Alegre, v. 27, 1947.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João, e GOUVEIA, Maria de Fátima. *Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 244-294.

FRAGOSO, João Luis R.; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Revista Tempo*, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003.

GIL, TIAGO LUÍS. *Coisas do caminho: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

IMIZCOZ BEUNZA, José María. Las redes sociales de las élites: conceptos, fuentes y aplicaciones. In: SORIA MESA, Enrique; BRAVO CARO, Juan Jesús; DELGADO BARRADO, José Miguel. *Las élites en la época moderna: la monarquía española*. Córdoba: Servicio de Publicaciones, 2009. p. 77-112.

IMIZCOZ BEUNZA, José María. Por una Historia Conectada. Aplicaciones del análisis relacional. *Magallánica: Revista de Historia Moderna*, v. 4, n. 7, p. 1-9, 2017. Disponível em: <<https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/magallanica/article/view/2603>>. Acesso em 06/02/2024.

KÜHN, Fabio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Tese (Doutorado) - PPG em História, UFF, Niterói, 2006. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_KUHN_Fabio-S.pdf>. Acesso em 06/02/2024.

LEMERCIER, Claire. Formal network methods in history: why and how? *Social Networks, Political Institutions, and Rural Societies*, Brepols: CSO, p. 281-310, 2015. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00521527v2/document>>. Acesso em 06/02/2024.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O crepúsculo dos grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832). *Análise Social*, Lisboa, p. 79-97, 1998.

MOUTOUKIAS, Zacarías. Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica. In: BJERG, María; OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil, Cempla-IEHS, 1995. p. 221-237.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, p. 41-68, 2004.

RODARTE, Mário Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: perfis de domicílio enquanto unidades de produção e reprodução nas Minas Gerais oitocentistas*. Tese (Doutorado) - Cedeplar, UFMG, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/AMSA-7T6Q5V>>. Acesso em 06/02/2024.

RODRIGUES, José Damião. A casa como modelo organizacional das nobrezas de São Miguel (Açores) no século XVIII. *História: Questões & Debates*, v. 36, n. 1, 2002. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/2687/2224>>. Acesso em 06/02/2024.

RUBERT, Arlindo. *História da igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. Do Porto de Casais à Freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Porto Alegre: ensaio sobre os espaços de sociabilidades a partir do cruzamento nominativo de fontes ecle-siásticas. *Temas Setecentistas: governos e populações no Império Português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, p. 413-428, 2008.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Casamento e compadrio na casa-grande e na senzala: a família e a escravaria do Capitão Antônio Ferreira Leitão (Porto Alegre-finais do século XVIII a meados do XIX). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 27, n. 1, p. 26-44, jan.abr. 2023. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/22227>>. Acesso em 06/02/2024.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. *Social Network Analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

**PARTE IV: O HISTORIADOR NA
ERA DO BIG DATA**

**ENTRE LOCAL E GLOBAL.
DIVERSIDADE DE
VOZES NOS ARQUIVOS**

CAPÍTULO 11

CONSIDERAÇÕES SOBRE O EPISTOLÁRIO MEDIEVAL A PARTIR DOS MÉTODOS DIGITAIS E DA HISTÓRIA GLOBAL: UMA VISÃO A PARTIR DE ALCUÍNO (C. 790-804)

Renato Rodrigues da Silva

O estudo das cartas na sociedade medieval é uma tendência que remonta às primeiras décadas do século XX. Porém, boa parte da historiografia que lidou com este gênero de fonte se focou em seu conteúdo. Os métodos digitais pouco foram empregados neste gênero de documentação primária. O objetivo desta apresentação é debater como os métodos digitais podem ser utilizados para revelar conexões aristocráticas supra-locais na primeira metade da Idade Média. Assim, pretende-se que esta apresentação possa contribuir para a construção de uma história global (conectada) da aristocracia alto-medieval. A principal fonte para isto será o epistolário de Alcuíno. Intenciona-se que o emprego de tecnologias GIS para mapear o conjunto epistolário de Alcuíno pode nos revelar como essas redes se expressam, manifestam e reproduzem relações de poder diversas. A construção desta rede atentará para como estas se manifestam de acordo com a diferença de gênero e estatuto social das pessoas envolvidas.

INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo discutir como os Métodos Digitais, aliado às metodologias específicas da História Global, podem lançar nova luz aos velhos problemas da História Medieval. A principal hipótese que será apresentada é que este diálogo pode ajudar a entender fenômenos que só foram analisados localmente ou em níveis regionais, na verdade, podem possuir expressões mais vastas. Neste sentido, o que a pesquisa em andamento busca é evidenciar que existe uma identidade aristocrática que marca o período alto-medieval, e esta atravessa o eixo Afro-euroasiático. Para construir esta ideia a partir de um estudo de caso, foi selecionado o epistolário de Alcuíno (c. 790-804). Este ensaio tentará apresentar quais são as possibilidades e caminhos que este epistolário levanta neste sentido.

A ARISTOCRACIA MEDIEVAL: AUSÊNCIAS, PROBLEMAS, POSSIBILIDADES

O estudo sobre a Idade Média possui temáticas clássicas, que com alguma frequência são revisitadas. Feudalismo, realeza, igreja, religiosidade, santidade, cavalaria e (mais recentemente) o campesinato são alguns dos temas comuns ao estudo medieval. Embora a aristocracia tenha uma grande participação nas temáticas mais comuns, e haja uma área de interseção enorme em alguns casos (como a cavalaria), a aristocracia em si não costuma ser um objeto de pesquisa comum.

Parte desse desinteresse pela aristocracia como um todo pode ser relacionado com a tendência dos anos 1990 em diante de focar em objetos mais específicos, com recortes menores. Embora esta seja uma tendência da historiografia como um todo, ela foi particularmente forte na História Medieval. Parte deste impacto se deu em função da ampla influência que a chamada Terceira Geração dos Annales teve na academia. O fato de Jacques Le

Goff, por exemplo, ser um dos nomes principais desta renovação, expressa um pouco a transformação que o campo sofreu. As obras de síntese que tentam entender a globalidade social (ou seja, os campos da economia, política, sociedade e cultura), passam a ser secundarizadas, e ganham importância obras focadas em aspectos específicos e/ou outras formas de entender a sociedade. Se para Georges Duby (escrevendo entre os anos 1950 e 1980) não é possível entender a sociedade medieval, o feudalismo e a cavalaria sem entender a pressão que a aristocracia faz sobre o campesinato, Le Goff (e a historiografia a partir dele em finais dos anos 1970) prefere dividir a sociedade entre os que leem e os que não leem, entre os clérigos e os laicos, entre os citadinos e o mundo rural.

A história social da Idade Média acabou sendo secundarizada neste sentido. Este processo foi acentuado a partir dos anos 1990 e a crise dos paradigmas de totalidade social e grandes narrativas com o colapso da união soviética. Qualquer tentativa totalizante parecia não dar conta dos casos específicos. Consequentemente, vigorou o entendimento de que não seria possível uma teoria ou um conceito de aristocracia que fosse capaz de enquadrar tanto os mundos eclesiásticos quanto laicos, citadinos e rurais, nobres e de camponeses enriquecidos.

As consequências historiográficas da perda da totalidade enquanto horizonte de pesquisa não foram pequenas. Por um lado, ao optar por fenômenos menores ou mais recortados, a historiografia acabou por isolar fenômenos que poderiam (e em alguns casos precisam) ser pensados de formas conexas. Enquanto os estudos sobre religiosidade avançaram significativamente para entender os rituais, as sensibilidades e a visão de mundo medieval, estes pareciam ignorar que o mundo religioso possuía a necessidade de propriedade de terras e domínio sobre os camponeses. Enquanto a compreensão do mundo urbano medieval avançava no que havia de específico na cidade medieval, se deixava de lado comparações possíveis com outras temporalidades ou como as cidades se relacionavam entre si. Outro efeito negativo era que (também pela estrutura universitária europeia) os fenômenos eram abordados geralmente em âmbito nacional: a Igreja no mundo Franco

(reproduzindo o que seria a França posteriormente), a realeza “anglo-saxã” (como origem da realeza inglesa moderna), os conflitos entre a nobreza e a realeza visigoda. Ou seja, é o que é mais importante para este ensaio, muitos dos fenômenos eram vistos apenas em escala local, ignorando que o local muitas vezes pode ser composto, decomposto, influenciado pelo macro, e vice-versa. No caso específico da aristocracia, ela era isolada socialmente (sem considerar que estava o tempo todo vivendo do trabalho camponês) e geograficamente (pensada apenas no âmbito das relações locais).

A última década viu uma transformação significativa neste sentido. Por influência das teorias decoloniais e da História Global, o campo vem se renovando e ampliando objetos, em particular conectando elementos que eram até então vistos como dispersos. Agora o novo movimento parece ser o de reconectar o separado, pensar em eixos mais amplos que os anteriores. Neste movimento, é importante lembrar que a globalidade social não se trata apenas do nível de escala, mas de pensar as diferentes dimensões sociais em conexão: como a religião afeta a economia, como a política influencia na cultura, como a cultura é chave para a estrutura social. Em outras palavras, é possível que o novo passo historiográfico seja a incorporação dos elementos constitutivos de uma realidade específica, tentando visualizar como estes também estão conectados com realidades que antes pareciam isoladas. Se antes uma crítica comum seria a de que toda história da aristocracia tem como sujeito oculto o campesinato, agora a crítica é que não é mais possível pensar aristocracias como isoladas e restritas a um espaço. Por isso é necessário pensar como seria possível uma história global da aristocracia medieval, e qual(is) poderia(m) ser os tipos de fontes que poderiam nos abrir uma janela para esta possibilidade.

UMA HISTÓRIA GLOBAL DA ARISTOCRACIA? EPISTOLÁRIOS COMO FONTES-BASE

Ao tratar o mundo medieval como possível para a abordagem da História Global, uma questão fundamental que se coloca é o que se quer dizer por “glo-

bal” neste sentido. Não é incomum que manuais de História Global tentem reservar a possibilidade de abordagem da História Global para o período Moderno ou outro período subsequente (como a História Contemporânea). Porém, parte da negação ao período medieval como um laboratório possível de se fazer História Global advém do entendimento de que “Global” é sinônimo de “mundial” ou “planetário”. Assim, os fenômenos mundiais só seriam construídos a partir de uma rede de conexões mundial, com as chamadas Grandes Navegações como ponto de partida para esta abordagem.

Uma parte importante e significativa do globo (a América) não estava de fato em contato com o mundo Europeu durante a Idade Média. Contudo, isso não implica em outras formas de contatos, conexões e integrações de longa distância e duração. A História “mundial” ou “planetária” é certamente uma das possibilidades da História Global, mas não é a única. Outras possibilidades da História Global são justamente entender, por exemplo, uma História Conectada ou uma História Integrada. A História Conectada parece ser uma forma de compreender diversas comunidades ou sociedades em relação que acabam com coproduzir umas às outras, sem necessariamente estarem integradas no mesmo sistema. Já a História Integrada pode nos ajudar a entender como determinadas comunidades ou sociedades são integradas a um sistema mais amplo, que acaba por transformá-las e se transformar no processo. Enquanto a História Conectada permite vislumbrar conexões entre mosteiros, ou sensibilidades religiosas, e a circulação de informações, pessoas, bens, a História Integrada pode nos ajudar a entender melhor como Impérios se formaram, expandiram e funcionavam. Ambas estas perspectivas, contudo, possuem um potencial muito importante ao evidenciar que nenhuma sociedade ou fenômeno está isolada(o), nem socialmente, nem geograficamente.

Uma possibilidade de renovação metodológica e historiográfica que a História Global (e, em particular, a História Conectada) pode representar, diz respeito ao vislumbre do entendimento de que alguns componentes de entendimento de alguns fenômenos podem ter sido perdidos por terem se focado exclusivamente em um contexto local. Um exemplo concreto que

pode ajudar a compreender este argumento diz respeito justamente à formação e desagregação de várias entidades políticas (*polities*) do período alto-medieval. Em um espaço de tempo relativamente curto, houve o apogeu e colapso maia (no século IX); a formação e desagregação do Império Carolíngio (entre 800-843, ou seja, também no século IX); o apogeu e queda do califado Abássida (entre 750 e a fragmentação a partir de 861); a ascensão da dinastia Tang na China (618-907); a fragmentação do Império Gupta, passando para o período Gupta Tardio ou Oriental (em c. 750). A historiografia que interpretou cada um destes recortes possuem explicações para cada uma destas fragmentações que variam entre lutas internas com a burocracia e/ou aristocracia pelo acesso à realeza e ao poder central; fatores climáticos (também pensados de forma local) como secas, extinção das terras férteis, e predação ambiental de forma genérica; e fenômenos característicos e restritos a cada uma destas entidades políticas (questões relacionadas à integração de árabes ou não-árabes ao poder muçulmano, a privatização do poder pela aristocracia carolíngia, ao jogo de poder entre as castas indianas etc). Mesmo que estas regiões tenham conexões muito tênues ou mesmo não sejam interligadas de forma alguma (como no caso do colapso maia), talvez seja possível pensar em uma forma de integração e/ou conexão mais elementar, simples e ao mesmo tempo poderosa. Uma investigação possível que pensasse nas transformações climáticas neste período, com atenção a como estes fenômenos se expressam localmente pode ser uma saída interessante para compreender um nível de conexão profunda, e também um ponto fundamental e comum a todas estas sociedades. Seria um avanço considerável no que diz respeito ao entendimento dos níveis de conectividade não óbvios.

Além disso, nem toda história que seja ampla e numa escala supra regional é necessariamente História Conectada, Integrada ou Global. Ao abordar o processo das “invasões bárbaras” do século V, é comum destacar que os grupos germânicos que estavam às margens do *limes* romano foram empurrados pelas hordas de Átila, o Huno, e o sistema defensivo romano foi incapaz de represar a pressão germânica ou a huna. Assim, seria difícil

entender o que foi o fim do Império Romano sem entender que este está necessariamente ligado a um processo euroasiático (no mínimo). Contudo, ao não evidenciar que romanos e germânicos estavam em constantes trocas, que os romanos precisavam destas formas de conexão para a dinâmica social do seu próprio império, e que as sociedades germânicas também estavam em relações constantes com os grupos hunos, perde-se de vista a conectividade entre as diferentes comunidades. Da mesma forma, os grupos germânicos e hunos precisam ser entendidos como mutáveis ao longo do tempo e das suas interações, incorporando, dialogando e (também) entrando em conflito uns com os outros. Optar por focar neste tipo de conexão e não na etiqueta étnica (“romano”, “germânico”, “huno”) pode ser uma fuga importante para não reproduzir uma visão de história do século XIX, que projeta o estado-nação e as identidades sócio-raciais no mundo pré-moderno. A história conectada, neste sentido, pode ser um antídoto importante na desconstrução de uma história que persiste em emergir no século XXI.

A aristocracia foi relativamente pouco estudada, conforme mencionado anteriormente. E não apenas isso, mas ela foi estudada dentro do parâmetro de reinos, impérios ou entidades políticas ainda menores. Dois parecem ser os fatores principais para este enquadramento: 1) o caráter monográfico que estes estudos parecem ter, que exigem uma profundidade grande em um recorte menor. Isto é geralmente exigido em teses ou livros para serem publicados por editoras universitárias, em particular no processo de revisão por pares; 2) a estrutura universitária que exige especializações cada vez maiores, ao mesmo tempo em que preserva boa parte das estruturas do início do século XX com as escolas de formação e foco nacionais. Poucos são os estudos de caso que romperam este tipo de paradigma e se focaram na conectividade entre estas regiões.

Uma tentativa de escrever uma história global da aristocracia na Alta Idade Média pode nos ajudar a compreender elementos, formas, razões, causas não aparentes quando tomamos cada uma das aristocracias como individualizadas. Neste sentido, a ênfase nas conexões aristocráticas, na circulação de pessoas, ideias, conselhos, filosofias políticas etc pode nos ajudar

a entender este mundo como mais do que simples soma de partes. Assim, seria importante entender qual o grau de aceitação de um aristocrata em uma corte que não seja a sua de origem? Há algum grau de equivalência entre as posições de status e prestígio nas diferentes localidades alto-medievais? Estes aristocratas de diferentes origens se viam de alguma forma como iguais? O que a circulação de presentes e diplomática pode nos revelar sobre as equivalências e hierarquias destas sociedades? Por que poderes relativamente localizados faziam questão de entrar em contato com outros potentados distantes? Qual a importância das conexões supralocais (e a disrupção destas) para os poderes locais?

Para tentar responder estas perguntas, que parecem essenciais para um início de escrita de uma História Global da aristocracia altomedieval, um tipo de fonte parece um bom primeiro passo. Os epistolários parecem ser uma fonte ideal para uma abordagem inicial. Em primeiro lugar porque as cartas são necessariamente um tipo de fonte feita para circular, e apresentam uma janela significativa para responder “quem”, “onde”, “quando”, “o quê”, “para quem”, “para quê” no que diz respeito às redes de comunicação e presentes da Idade Média. Ou seja, representam uma mina de informação fundamental neste processo. Em segundo lugar, muitas destas cartas representam literalmente o alcance das vozes dos poderosos da Idade Média. Mapear quem escreve para quem e com quem se comunicava, é uma das formas fundamentais de mapear o tecer das relações que um(a) determinado(a) aristocrata nutria, seja pela via diplomática, seja pela via mais do enfrentamento e conflito. Em terceiro lugar, não é incomum que muitas das fontes medievais não sobrevivam na sua forma ou no seu suporte original: algumas cartas só chegaram até o presente porque são citadas integralmente em outras cartas; só sabemos que alguns livros existiram porque são citadas em cartas; alguns livros contêm a reprodução de comentários e cartas trocadas em suas histórias; algumas trocas de cartas são mencionadas em crônicas mas seu conteúdo não sobreviveram. Em outras palavras, as cartas podem oferecer janelas para outros textos, vozes e janelas que foram perdidas ao longo do tempo.

Porém, para um entendimento mais tridimensional de epistolários como um tipo de fonte importante para esta abordagem histórica, é necessário compreender como o envio e troca de cartas funcionavam na Idade Média. Em primeiro lugar, as cartas circulavam com um grupo de pessoas, que seriam também os responsáveis por ler as mesmas ao destinatário. Aquele que enviava a carta, enviada a uma pessoa que literalmente portava a voz (e a autoridade) de quem escrevia. Isso é fundamental para entender porque o envio de cartas é também uma forma de projeção de poder e autoridade; da mesma forma, como fazer o papel de porta-voz também significa não só conhecer os caminhos físicos, mas também os sociais, tecendo relações com os poderosos locais em seu deslocamento. Ou seja, o emissário em seu deslocamento também (re)produz relações de poder e conectividade de poder do remetente da carta, assim como também tece suas redes.

Em segundo lugar, geralmente a entrega da carta implica também na entrega de outros presentes diversos. As cartas de Alcuíno mencionam entrega de óleo para lamparinas, livros, itens de metais e pedras preciosas, cópias de outras cartas, trocas de terras, dentre outras coisas. Em outras palavras, além dos porta-vozes e das cartas, outros presentes geralmente acompanhavam os textos, sendo estas trocas fundamentais na diplomacia das missivas. Além de que a própria carta em si era um presente, uma vez que representava para o destinatário um dispositivo contendo a voz e autoridade daquele que a enviava. Esta questão foi particularmente importante para selar conflitos na Inglaterra Alto-Medieval, com o papa se colocando como juiz de questões diversas. Da mesma forma, Alcuíno (c. 735 – 804) foi um dos principais conselheiros do imperador Carlos Magno, e suas cartas ao mesmo tempo se nutriam de um caráter diferenciado pela sua proximidade com o imperador e também imprimiam uma filosofia teológico-política nas decisões de seus correspondentes (entre eles o imperador e sua corte).

É importante então, detalhar como este personagem pode nos levar a um entendimento melhor do funcionamento da aristocracia do seu período.

ALCUÍNO COMO ESTUDO DE CASO: HUMANIDADES DIGITAIS E O JOGO DE ESCALAS

A trajetória da vida de Alcuíno possui diversas camadas que podem nos ajudar a compreender os processos de circulação, comunicação e conexão que atravessavam a aristocracia medieval. Alcuíno provavelmente nasceu por volta de 740, muito próximo a região atual de York. Parecer ter sudi criado dentro da igreja, servindo no espaço que a historiografia costuma chamar de “catedral de York”, embora o termo “catedral” não seja preciso para este período. Alcuíno (assim como Beda e Willibrodo) pode ser entedido como uma das “crianças da Igreja”; isto é: pessoas cuja formação passam diretamente pela igreja e cuja maior parte da vida é passada no interior da instituição e seus espaços, moldando seus ensinamentos, visão de mundo e capacidade de intervenção na realidade. Alcuíno morreu em Tours, em 804, a 1032 km distância de York. O trajetória entre um ponto e outro é fundamental.

A *Vita Alcuini* (escrita entre 821 e 829) afirma que Alcuíno era de origem nobre; já na *Vita Vilibrodi* (redigida pelo próprio Alcuíno) ele é retratado como herdeiro de um mosteiro fundado por Vilgilso. Neste mesmo texto, ele é identificado como um líder comunitário (*partefamilias*). Seja como for, Alcuíno rapidamente subiu na hierarquia da igreja e se estabeleceu como um aristocrata – isto é, uma pessoa que conseguia se apartar do processo produtivo, vivendo dos trabalhos e rendas entregues por camponeses.

A região na qual Alcuíno cresceu e se radicou por um tempo era a de York. York é uma região que entre 740 e o início do século IX cresceu demográfica e economicamente, conectada a redes de comércio, circulação, cunhagem, comunicação e de grande importância marítima. Em outras palavras, York era o que a historiografia chama de *Emporium*, um assentamento relacionado ao comércio, em particular de longa distância. Por motivos diversos que variam do econômico ao religioso, a população de York (incluindo aí os mosteiros) receberam pessoas de outras localidades. Assim, ao se estabelecer como um líder local (*paterfamilias*), Alcuíno possuía acesso

aos poderosos locais. Ao se inserir na hierarquia da Igreja, possuía pares em toda a ilha e no continente. Por estar em York, pode estabelecer laços com pessoas das mais diversas localidades.

Assim como outras figuras importantes da igreja no seu contexto, Alcuíno recorreu à peregrinação. Se por um lado, entrou em contato com peregrinos que iam até locais sagrados da Inglaterra (como Lindisfarne), por outro também viajou ao continente, mais especificamente até Roma. Ao fazê-lo, como dito anteriormente, Alcuíno assumiu a posição de emissário dos poderosos locais junto ao bispo de Roma.

Alcuíno só se tornou um emissário com tamanha importância porque na década de 750 havia se tornado professor na Igreja; quando Etelberto se tornou arcebispo de York (em 767), Alcuíno foi alçado à posição de reformulador da igreja na arquidiocese de York. Assim, em 781, Alcuíno é enviado pelo rei Elfvaldo da Nortúmbria para confirmar que York é um arcebispado. A distância de York (medida pela ferramenta QGIS) é de aproximadamente 2075 quilômetros. Ao retornar de Roma e após encontrar com o papa, Alcuíno teia encontrado com Carlos Magno em Parma (a 471 quilômetros de Roma). Alcuíno teria sido convidado pelo monarca franco para integrar sua corte. Nesta corte, Alcuíno pode formular e reformular suas ideias sobre ensino e teologia política a pessoas como Pedro de Pisa (ou “Pedro Gramático”), Paulino (patriarca) de Aquiléia, e Fulrado de Saint-Denis. Como os nomes indicam, o ambiente intelectual na corte carolíngia era cosmopolita, como era a pretensão do próprio rei(no). Em 782, Alcuíno assume a regência da escola palatina de Carlos Magno em Aachen (a 954 km de Parma). No início, Alcuíno apenas ensinava aos filhos de Carlos Magno; com o tempo, passou a educar os filhos de boa parte da nobreza carolíngia. Alcuíno posteriormente volta à ilha britânica, percorrendo ela em sua integridade, e depois retorna ao continente. O total percorrido pelo que se sabe com segurança sobre a circulação de Alcuíno é que este teria percorrido ao menos 5550 quilômetros entre peregrinações, ajuizamentos e afins.

O importante a ser destacado nesta passagem sobre a vida de Alcuíno é que a circulação de pessoas, bens, aconselhamentos etc não parece ser uma

exceção à regra da aristocracia medieval. Pelo contrário: a aquisição de intelectuais de origens diversas na corte carolíngia nos indica que o deslocamento por parte da corte era fundamental, assim como o convite para integrá-la poderia ser feito em pessoa. Da mesma forma, antes de assumir o bispado de Roma e tomar para si o nome de Gregório Magno (c. 540-590), Gregório havia servido na sede de poder de Constantinopla, ocupando o cargo de apocrisário do líder religioso bizantino. Acompanham Alcuíno na ida à Inglaterra (após ocupar seu lugar na corte carolíngia) Jorge de Óstia e Teofilacto de Todi. Um dos principais reformadores da Igreja Inglesa é Teodoro de Tarso (como o nome indica, originário da Ásia Menor). Outros exemplos poderiam ser nomeados, mas o fundamental é indicar como que a circulação entre o que parecem focos de poder locais e isolados é uma parte fundamental da dinâmica aristocrática medieval.

As cartas de Alcuíno podem nos ajudar a entender outros aspectos fundamentais da dinâmica aristocrática medieval. O primeiro deles é o alcance das conexões e comunicações aristocráticas. A partir do mapeamento das cartas e inserção destas como pontos de interesse em mapas do tipo QGIS e Google Earth, é possível notar como as cartas de Alcuíno vão das cortes do norte da Inglaterra a Badgá; da fronteira do mundo carolíngio a oeste até o processo de cristianização da Germânia a leste. É possível perceber como a troca de cartas e presentes é um elemento fundamental nesta dinâmica aristocrática, e isso se torna nítido justamente quando a fronteira da cristandade é expandida (como no caso de Carlos Magno na Germânia) e este hábito é levado até a região.

Outro ponto fundamental que o mapeamento desta rede nos torna possível acessar são as cartas trocadas entre figuras da igreja, em particular os mosteiros. Uma fórmula comum nestas cartas é que se pede para acrescentar o nome na lista de orações, ou que se mantenha seu nome na lista de orações. Embora pareça uma construção banal, esta fórmula é bem importante. Ela representa a formação de uma rede de mosteiros que tende a cobrir a paisagem europeia, de forma a reforçar os laços entre estes mosteiros e, sobretudo, garantir o máximo de preces possíveis para aqueles que enviam

presentes aos mosteiros. Neste sentido, o envio destas cartas também garante o acúmulo de sacralidade em espaços diversos, objetivando garantir a salvação na vida após a morte e a entrada no paraíso (conforme previsto no Apocalipse de São João). O mapeamento das trocas de preces nos permite entender como a transformação da paisagem (pela colonização dos mosteiros) também representa uma expansão da geografia do sagrado e uma tentativa de aproximação com os Céus. Quanto mais conectado era a pessoa, quanto mais cartas e presentes fosse capaz de trocar, mais próxima da salvação aquela pessoa estaria. E neste sentido, as cartas de Alcuíno parecem ter realizado um bom trabalho.

Em segundo lugar, o estudo do texto destas cartas, aliado ao seu mapeamento, permite observar a linguagem do poder, e o quanto estas cartas propõem uma equalização entre os poderosos. As cartas também revelam uma hierarquia interna, como a carta que Carlos Magno envia para Offa da Mércia juntamente a uma espada - um presente que um rei concede a um guerreiro subordinado seu. Porém, o foco da pesquisa em questão é justamente como que estas cartas expressam uma identidade e, portanto, homogeneidade no âmbito da aristocracia.

A questão é que as cartas estão escritas em latim, uma língua comum à cristandade, e também falada por aqueles que estavam em contato com ela (como o mundo grego e o mundo árabe). E os termos latinos nos permitem entender como pessoas em diversas condições e localidades longínquas são apresentados como equivalentes. O termo *princeps* (“príncipe” ou “líder”) é um ponto chave. O termo surge nas cartas de Alcuíno para designar os reis do Kent e da Nortúmbria (reinos ingleses), mas também o rei dos francos (Carlos Magno), Osbaldo e Osberto (nobres ingleses), mas também o papa e São Pedro. Os líderes do mundo árabe também são referidos como *princeps* de suas respectivas cortes. Em outras palavras, para Alcuíno, há uma identificação, um grau comum entre aqueles que ocupam as posições de liderança, poder e que orbitam muito próximo a ele, podendo alcançá-lo. Estes seriam os *príncipes*, independentemente de sua região, de seu estatuto laico ou eclesiástico ou mesmo da sua religião.

Um termo que poderia auxiliar bastante no processo de pesquisa seria o termo *nobilitas*. As cartas com este termo foram abordadas como uma forma de verificar como Alcuíno caracterizaria elementos característicos da nobreza, e se ela variaria de acordo com o destino da carta. Foram encontrados 13 (treze) usos do termo, todos descrevendo valores morais. Nenhuma das referências possuía o sentido de um grupo social. Contudo, este termo se aplica a pessoas das mais diversas localidades. Por um lado, a palavra latina para nobreza parece ter este uso mais comum no final da Idade Média; por outro, Alcuíno reconhece que esta é uma característica que pode irmanar pessoas de diferentes localidades independente de sua condição. Para uma abordagem voltada para a História Social (e não tanto das sensibilidades), esta informação não parece ser tão relevante.

O termo *patricius*, traduzível como “patrício” no sentido de um nascimento nobre (como entre os romanos da antiguidade) também é usado por Alcuíno. Porém, este é extremamente seletivo: apenas é usado para designar quatro nobres ingleses (dois nortúmbrios e dois da Mércia) e Carlos Magno. Carlos Magno é sempre citado como “patrício dos romanos”, por ter sido o título dado a Carlos Magno pelo papa Estêvão III em 754. Este título parece indicar apenas os altíssimos status, estando apenas atrás da realeza. Também é notório que este título é atribuído apenas àqueles que são cristãos romanos, não sendo utilizados para demais aristocratas. Este parece ser um termo específico que aproxima o entendimento de que ser membro da romanidade é necessariamente ser membro da cristandade.

Por último, outro termo que surge nas cartas de Alcuíno relacionado à função social e que denota status guerreiro é o termo *miles*, que pode ser traduzido literalmente como “soldado”. *Miles* parece indicar uma parte inferior na hierarquia da nobreza, porém permanece o sentido de serviço militar. Este é um termo que ressalta o estatuto guerreiro daquele a quem Alcuíno se refere, sendo utilizado inclusive para se referir aos aristocratas eclesiásticos (chamados de “soldados de Cristo”, *Miles Christi*). Porém, apenas um aristocrata que recebe o título de *miles* é nomeado: Carlos Magno. Aparentemente, o rei dos francos apenas é mencionado com este título por-

que parte da expressão do seu poder reside justamente em acumular títulos, poderes e funções, e não em dissipá-los ou eliminá-los. À exceção de Carlos Magno, os *militēs* mencionados por Alcuíno não possuem nome e geralmente são mencionados quando em alguma condenação moral, como quando o bispo Eanbaldo II é condenado por ter soldados demais ao seu redor e nos seus banquetes diários.

As cartas de Alcuíno revelam, portanto, um sistema de classificação social. É notório que os grupos que ele identifica como os na posição hierárquica predominante – como *patricius*, *dux* e *princeps* sejam aqueles cujos nomes são mencionados nas cartas, e a quem elas se dirigem. Por um lado, estes são aqueles que comandam a sociedade, e que possuem pares e contrapartes ao redor do mundo conhecido. Estes possuem equivalência e seu prestígio, status e poder são equivalentes. Os *militēs* por outro lado, também possuem equivalentes, mas em sua função e em sua subalternidade, seja fora da cristandade, seja no mundo eclesiástico. A capacidade de reconhecimento de um igual parece ser fundamental na troca de cartas de Alcuíno, é possível que tenha sido ela a responsável por tornar possível a circulação da aristocracia na Idade Média. O reconhecimento, ainda que equalize no âmbito mais alto da sociedade (em particular na nobreza), não apaga as hierarquias internas, mas as reforça.

A utilização da criação de mapas e de pontos de interesse que conectam Alcuíno a partir de Tours ajudam a revelar como a aristocracia medieval possui complexas relações de comunicação e interconexão, seja entre reinos, seja entre comunidades mais distantes. Também é a responsável por visualizar um jogo de escalas na qual a distância não se traduz necessariamente em pontos de divergência, dependendo do tipo de conexão estabelecida. Assim, por ora parece que a equivalência aristocrática se constrói mais em função do status social da pessoa com quem se relaciona. Em outras palavras, a qualidade social da pessoa com que se comunica e se conecta parece ser mais importante ao qualificar a conexão do que necessariamente a distância entre os comunicantes.

CAMINHOS E POSSIBILIDADES

Este pequeno ensaio certamente não esgota as possibilidades de análise que a História Global e os Métodos Digitais podem oferecer às cartas de Alcuíno. Ainda há muito a ser possibilitado, em particular em relação ao uso de outros softwares. Os próximos passos podem incluir, por exemplo, o levantamento das conexões a partir de softwares específicos voltados para este cruzamento, baseados na teoria das redes (*network theory*). Da mesma forma, também seria muito frutífero o uso de ferramentas que pudessem correlacionar quais são as conexões mais reproduzidas e frequentes nas cartas, de forma a apresentá-las de forma quantitativa para posterior análise qualitativa. Também seria um passo importante identificar e mapear quais das missivas contém comunicação conflituosa ou de caráter diplomático delicado. A tabulação destes dados pode ajudar na criação de mapas a partir da identificação das relações, identificar a natureza destas e verificar quais caminhos podem ser abertos a partir disso.

REFERÊNCIAS

6.1) Fontes

DUMMLER, Ernst (Org.). *Epistolae Karolini aevi II*. Berlin: [s.n.], 1994. (Monumenta Germaniae historica. Epistolae 4).

6.2) Historiografia

BARTHÉLEMY, Dominique. *A cavalaria: Da Germânia antiga à França do século XII*. 1ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. *Assim na terra como no céu: paganismo, cristianismo, senhores e camponeses na Alta Idade Média Ibérica (séculos IV-VIII)*. São Paulo: EDUSP, 2013.

BASTOS, Mario Jorge Da Motta; RUST, Leandro Duarte. "Translatio studii": a história medieval no Brasil. *SIGNUM - Revista da ABREM*, v. 10, p. 163–88, 2008.

BAXTER, Stephen. *The Earls of Mercia - Lordship and Power in Late Anglo-Saxon England*. Oxford: Oxford Historical Monographs, 2007.

BELICH, James; DARWIN, John; FRENZ, Margret; *et al* (Orgs.). *The prospect of global history*. First edition. Oxford ; New York, NY: Oxford University Press, 2016.

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Trad. Laurent de Saes. 1ª edição. São Paulo: Edipro, 2016.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos (2ª edição): O caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. Trad. Júlia Mainardi. Edição: 2. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

BOUGARD, François; LE JAN, Régine; MCKITTERICK, Rosamond; *et al* (Orgs.). *La culture du haut Moyen Âge: une question d'élites?* Turnhout: Brepols, 2009. (Collection Haut Moyen Âge, 7).

BULLOUGH, Donald A. *Alcuin: achievement and reputation: being part of the Ford lectures delivered in Oxford in Hilary Term 1980*. Leiden ; Boston: Brill, 2004. (Education and society in the Middle Ages and Renaissance, v. 16).

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. Uma História Global antes da Globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média. *Revista de História*, n. 179, p. 1–19, 2020.

CONRAD, Sebastian. *What Is Global History?* Reprint edição. Princeton Oxford: Princeton University Press, 2017.

DA SILVA, Renato Rodrigues. Conexões Aristocráticas supralocais na Alta Idade Média: o caso de Alcuíno. In: FERNANDES, Fabiano; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa; MARCHINI NETO, Dirceu (Orgs.). *Circulações, guerras, discursos e religiosidades nas fronteiras da cristandade (séculos V - XV)*. Cachoeirinha: Fi, 2023, p. 17–46.

DAFLON, Eduardo Cardoso. *Foice Livre: campesinato ibérico e transformação social entre fins do mundo romano e a Idade Média (c. 300 - c. 500)*. Niterói, RJ: Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense, 2022.

DALES, Douglas. *Alcuin: his life and legacy*. Cambridge: James Clarke & Co, 2012.

LE GOFF, Jacques. *Civilização do Ocidente Medieval*. 1ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

LEYSER, Karl; REUTER, Timothy. *Communications and power in medieval Europe: the Gregorian revolution and beyond*. London ; Rio Grande, Ohio, U.S.A: Hambledon Press, 1994.

MACK, Katharin. Changing Thegns: Cnut's Conquest and the English Aristocracy. *Albion*, v. 16, n. 4, p. 375–387, 1984.

REUTER, Timothy (Org.). **Medieval Nobility: Studies on the Ruling Classes of France and Germany from the Sixth to the Twelfth Century**. Amsterdam ; New York : New York: [s.n.], 1979.

SILVEIRA, Aline Dias da. História Global da Idade Média: Estudos e propostas epistemológicas. **Revista Roda da Fortuna**, v. 8, p. 210–236, 2019.

STORY, Joanna. **Carolingian connections: Anglo-Saxon England and Carolingian Francia, c. 750-870**. Aldershot, Hants, England ; Burlington, VT: Ashgate, 2003. (Studies in early medieval Britain).

WORMALD, Patrick; BAXTER, Stephen (Orgs.). Bede, Beowulf and the Conversion of the Anglo-Saxon Aristocracy. *In: The Times of Bede*. Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd, 2006, p. 30–105. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1002/9780470693377.ch2>>. Acesso em: 3 set. 2020.

CAPÍTULO 12

OS DOCUMENTOS DAS INTENDÊNCIAS DA POLÍCIA NO RIO DE JANEIRO E EM LISBOA E AS CORRESPONDÊNCIAS ENTRE JOÃO VI E OS GOVERNADORES COMO SISMÓGRAFOS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS (1808-1822)

Debora Gerstenberger

INTRODUÇÃO: UM IMPÉRIO DA COMUNICAÇÃO TRANSATLÂNTICA

A transferência da corte real portuguesa para o Brasil em 1807/1808 constitui um evento singular na história mundial. Nunca antes um monarca europeu havia pisado em uma de suas colônias, muito menos estabelecido residência nela. A historiografia sobre este tema é extensa.¹³² Para o Brasil, a chegada de D. João é nada menos que o início e o fundamento da história nacional.¹³³

¹³² Algumas pesquisas e visões historiográficas sobre a independência do Brasil e a transferência da corte.: Pimenta, João Paulo *Independência do Brasil*, São Paulo: Editora Contexto, 2022; Mota, Carlos Guilherme, *1822: dimensões*, São Paulo: Perspectiva, 2022; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, *A Historiografia e a Transferência da Corte portuguesa para o Brasil*, em: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* 168/436, 2007, pp. 15-28; István JANCÓS (ed.), *Independência: História e historiografia*, São Paulo, 2005.

¹³³ José Murilo de Carvalho formulou a tese de que “sem a transferência da corte real, hoje não haveria Brasil”; Carvalho, José Murilo de, *D. João e as histórias dos Brasis*, em: *Revista*

No entanto, também é verdade que se trata de um tópico que não é conhecido em todos os lugares. Na maior parte da Europa (incluindo a Alemanha), mesmo especialistas na época napoleônica não têm conhecimento algum sobre a transferência. Simplesmente não se sabe nada sobre a história luso-brasileira, e não se tem conhecimento de que houve a mudança do monarca português para o Brasil. Também dentro do espaço lusófono, a história está dividida – há poucas perspectivas comuns sobre esse período, ou seja, perspectivas que abrangem tanto Portugal quanto o Brasil.¹³⁴ Além disso, a história como um todo geralmente é contada com foco no resultado, ou seja, na independência do Brasil.

Na minha tese de doutorado “Governabilidade em tempos da crise global. A transferência da corte portuguesa para o Brasil” (defendida em 2011 e publicada em alemão em 2013)¹³⁵, inverte a perspectiva: não questionei como ou por que o Brasil se tornou independente, mas sim como o império pôde ser mantido unido durante a época joanina que durou uns 14 anos. O enfoque, então, era a manutenção do espaço imperial entre 1808 e 1822 numa perspectiva global. Isso levanta questões muito interessantes em muitos aspectos – em termos de história política, história social, teoria da comunicação, e mais.

É óbvio que o ato de transferência não teria sido bem-sucedido sem uma quantidade significativa de correspondências entre os diferentes hemisférios. Em outras palavras: O Império Português era, sobretudo nesse período, um império da comunicação transatlântica (e aqui, provavelmente já

Brasileira de História 28/56, 2008, pp. 551–572, p. 555.

¹³⁴ Pedreira, From Growth to Collapse: Portugal, Brazil, and the Breakdown of the Old Colonial System (1760–1830), em: *Hispanic American Historical Review* 80/4, 2000, pp. 839–864, p. 839; Bethencourt, Francisco/Diogo Ramada Curto, Introduction, in: Idem. (eds.), *Portuguese Oceanic Expansion, 1400–1800*, Cambridge/New York/Melbourne et al. 2007, pp. 1–18, p. 9f.

¹³⁵ A tese de doutorado foi originalmente escrita sob o título: Debora Gerstenberger, *transfer et impera: Die Verlegung des portugiesischen Königshofes nach Brasilien: Polizei und Regierung in Zeiten der globalen Krise (1807–1821)*, Leipzig [Univ.-Diss.], 2011. O livro publicado, baseado na tese, tem um outro título: Debora Gerstenberger, *Gouvernementalität im Zeichen der globalen Krise: der Transfer des portugiesischen Königshofes nach Brasilien*, Köln/Weimar/Wien: Böhlau, 2013.

estamos tocando no tema de Big Data.) Em uma tentativa de iluminar o Império luso-brasileiro a partir de uma perspectiva da história global, ou seja, dupla, concentrei-me especialmente em dois tipos de fontes: os documentos das Intendências de Polícia no Rio de Janeiro e Lisboa, e as correspondências entre D. João VI no Rio de Janeiro e os governadores em Lisboa.

Inicialmente, gostaria de abordar o primeiro tipo de fonte. Por um lado, foi Michel Foucault que, por meio de suas obras (“História da Governabilidade”),¹³⁶ despertou meu interesse por documentos policiais. Por outro lado, várias colegas brasileiras e portuguesas já haviam utilizado documentos policiais para escrever sobre histórias sociais dos séculos XVIII e XIX (por exemplo, Leila Algranti, Maria Lousada, Thomas Holloway etc.).¹³⁷ De fato, nesse período, um grande corpus de documentos policiais foi criado, registrando diversos processos, movimentos e transformações. Os documentos policiais são fontes seriais; muitos deles eram produzidos diariamente. Eles documentam o “infinitesimal” da convivência humana (M. Foucault).

A INTENDÊNCIA GERAL DA POLÍCIA NO RIO DE JANEIRO

A Intendência Geral da Polícia da Corte e do Brasil foi fundada pouco após a chegada de João em 5 de abril de 1808 no Rio de Janeiro, seguindo o modelo de Lisboa, assim como todos os outros órgãos estatais. O objetivo principal da Coroa era estabelecer a lei e a ordem, que durante a época colonial estavam em grande parte nas mãos privadas, sob o controle do

¹³⁶ Foucault, Michel, *Security, territory, population: lectures at the Collège de France, 1977–78*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

¹³⁷ Algranti, Leila Mezan, Os registros da polícia e seu aproveitamento para a história do Rio de Janeiro: Escravos e libertos, in: *Revista de história* 119, 1985–1988, pp. 115–125; Algranti, Leila Mezan, Slave Crimes: The Use of Police Power to Control the Slave Population of Rio de Janeiro, em: *Luso-Brazilian Review* 25/1, 1988, pp. 27–48; Holloway, Thomas Halsey, “A Healthy Terror”. Police Repression of Capoeiras in Nineteenth-Century Rio de Janeiro, in: *Hispanic American Historical Review* 4/69, 1989, pp. 637–676; Holloway, Thomas Halsey, *Policing Rio de Janeiro. Repression and Resistance in a 19th-Century City*, Stanford 1993; Lousada, Maria Alexandre, A cidade vigiada. A polícia e a cidade de Lisboa no início do século XIX, em: *Cadernos de Geografia* 17, 1997, pp. 227–232.

poder estatal.¹³⁸ De acordo com os modelos europeus, a polícia não apenas se dedicava à manutenção da “boa ordem” e da “tranquilidade pública” e à perseguição de criminosos, mas também abrangia desde a vigilância da população, execução de medidas de saúde pública, pacificação de disputas familiares até o recrutamento de soldados. A Intendência possuía poderes legislativos, executivos e judiciais abrangentes. Suas responsabilidades incluíam infraestrutura (construção, pavimentação e iluminação de ruas, abastecimento de água, drenagem de pântanos, construção de pontes e cais, manutenção de parques públicos), vacinações, tributação e controle de teatros, loterias, vias de transporte, restaurantes e cassinos. No âmbito do aumento populacional e controle, a polícia emitia passaportes, registrava estrangeiros (ou os “legitimava”) e estabelecia a residência de imigrantes no interior do país. Além disso, os policiais perseguiram desertores, vadios, mendigos, escravos fugitivos e agitadores, preveniam o contrabando, combatiam incêndios, puniam criminosos, compilavam estatísticas populacionais e organizavam festividades da corte, como nascimentos, batizados e casamentos. Assim como as instituições policiais na Europa, aquelas estabelecidas na América Latina buscavam, na medida do possível, controlar todas as formas de convivência entre as pessoas e zelar pelo bem-estar geral das populações (da capital); agindo de maneira paternalista e envolvendo-se em diversas áreas da vida, exerciam funções de bem-estar social.

Em 10 de maio de 1808, Paulo Fernandes Vianna (1758–1821) foi nomeado Intendente Geral da Polícia. Ele permaneceu no cargo até pouco antes da partida do monarca (fevereiro de 1821).¹³⁹ Nenhum luso-brasileiro alcançou um cargo tão importante durante o reinado de João, sendo Vianna nativo do Rio e tendo estudado Direito na tradicional Universidade de Coimbra em Portugal. Enquanto os demais altos cargos go-

¹³⁸ Miranda, Ana Paula/Lana Lage, Da polícia do rei à polícia do cidadão, in: Revista de História da Biblioteca Nacional 10, 2007, pp. 44–47.

¹³⁹ “Alvará, porque Vossa Alteza Real he Servido Crear no Estado do Brasil hum Intendente Geral da Polícia, na forma acima declarada”, Rio de Janeiro: Imprensa Régia [10. Mai 1808]. Vianna faleceu em 1º de maio 1821, pouco depois de deixar seu cargo.

vernamentais e administrativos eram ocupados por homens trazidos de Portugal pelo monarca, parecia ser crucial que o Intendente de Polícia fosse uma pessoa familiarizada com as condições locais. A Coroa aparentemente reconheceu que o controle sobre um determinado território, a “geografia da vigilância”, dependia fundamentalmente do conhecimento detalhado do espaço e de seus habitantes.¹⁴⁰ Vianna, em seus relatórios e recomendações ao gabinete, soube apresentar-se como a escolha ideal para o cargo devido ao seu conhecimento “nativo” da cidade, sua sociedade e seu espaço geográfico; frequentemente expressava que os membros do governo vindos de Portugal não eram capazes de entender a realidade social da cidade.¹⁴¹

Assim, Vianna tornou-se o braço direito do monarca, o “chefe civilizador” e guardião do espaço (urbano), expressando em suas próprias palavras o desejo de melhorar principalmente a “perfeição” da cidade.¹⁴² Vianna, como os altos juizes e ministros do império português, detinha o título de desembargador do paço. Formalmente, ele estava acima dos juizes criminais dos diversos distritos urbanos e das províncias brasileiras. Ele também era responsável pela Guarda Real da Polícia da Corte, fundada por sua iniciativa em 1809.¹⁴³ Dado que a Intendência Geral da Polícia exercia em grande parte funções administrativas, era necessário ter uma força de intervenção eficaz e militarizada, em parte, montada sob o comando do Coronel José Maria Rabelo, que havia exercido o mesmo cargo anteriormente em Lisboa.

¹⁴⁰ Lousada, Maria Alexandre, *Public Space and Popular Sociability in Lisbon in the Early Nineteenth Century*, em: *Santa Barbara Portuguese Studies* 4, 1997, pp. 219–232, p. 222.

¹⁴¹ Intendente Paulo Fernandes Vianna ao ministro da guerra Conde de Linhares (Rodrigo de Sousa Coutinho), Rio de Janeiro, 3 de julho 1811, ANRJ PC cód. 323 vol. 3, p. 57.

¹⁴² Vianna ao Conde de Aguiar, 22 de agosto 1815, ANRJ Diversos GIFI cx. 6J 79, sem paginação. Ver também Schultz, *Tropical Versailles*, p. 103 e p. 134.

¹⁴³ “Ofício” do Intendente Vianna, Rio de Janeiro, 25 de abril 1809, ANRJ PC cód. 323 vol. 1, p. 43–50v; „Criação Divisão Militar da Guarda Real da Polícia”; Vianna a Linhares, Rio de Janeiro, 15 de maio 1809, ANRJ PC cód. 323 vol. 1, pp. 56–58. Ver também Macedo, Roberto, Paulo Fernandes Viana. *Administração do Primeiro Intendente-Geral da Polícia*, Rio de Janeiro 1956, pp. 28–31.

Como em Lisboa, o chefe da polícia era uma espécie de prefeito e simultaneamente ministro da segurança da cidade. Cabia a ele classificar as ações sociais como criminosas e impor penas (de prisão).¹⁴⁴

Ao escolher Vianna, o monarca optou por um funcionário que tinha boas conexões com todas as famílias importantes e influentes da cidade. A relação próxima entre D. João e Vianna, que se reflete nos documentos policiais e no resumo pessoal de Vianna ao final de seu mandato, indica que João o consultava frequentemente em questões de segurança e proteção da monarquia e do estado.¹⁴⁵

OS DOCUMENTOS DA POLÍCIA NO RIO DE JANEIRO

No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, existe uma abundância de documentos policiais de diferentes tipos, que foram produzidos no período entre 1808 e 1822. São mais de 60 livros (códices em formato de fólio): registros e listas de detentos e estrangeiros, solicitações de passaportes, vacinações, despesas e receitas da Intendência, registros de delitos e crimes, bem como investigações e interrogatórios de testemunhas relacionados, além de listas e protocolos de esforços de mediação em disputas familiares e matrimoniais. Além desses códices, há diversas caixas e pastas contendo documentos e correspondências policiais de diversos conteúdos, predominantemente arquivados de forma não sistemática.¹⁴⁶ Uma parte significativa dos documentos, estimada em 40 a

¹⁴⁴ Holloway, Thomas Halsey, *Policing Rio de Janeiro. Repression and Resistance in a 19th-Century City*, Stanford 1993, p. 32.

¹⁴⁵ Vianna a Villanova Portugal, Rio de Janeiro, 26 de outubro 1819, ANRJ PC cód. 323 vol. 5, pp. 144v–145. Maria Fátima Gouvêa presume que o monarca se encontrava com Vianna a cada segundo dia, GOUVÊA, Maria Fátima Silva, *As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro*, em: István JANCsó (ed.), *Independência: História e historiografia*, São Paulo 2005, pp. 707–754, p. 724.

¹⁴⁶ Documentos policiais são encontrados principalmente nos extensos arquivos “Diversos – GIF1 cx. 6J 83 e cx. 6J 79” e “Diversos códices – SDH”.

50 por cento (?), está severamente danificada por cupins, tornando-se praticamente irreconhecível.

A extensa coleção de documentos policiais para o período em análise indica que o Império Português, no início do século XIX, já era um “Império da Escrita”.¹⁴⁷ De acordo com Michel Foucault, os governos monárquicos europeus, desde o século XVIII, haviam se equipado com uma “vigilância e observação contínuas e onipresentes” para impor seu poder; um “texto policial” vasto (relatórios e registros) deveria abranger as sociedades por meio de uma organização documental complexa. Esse procedimento foi transferido para o Brasil com a implementação da corte e a fundação da Intendência Geral da Polícia.

Na minha tese de doutorado me concentrei principalmente na correspondência entre a Intendência de Polícia e o governo, ou seja, o monarca pessoalmente ou seus ministros de Estado, assim como com as autoridades dos diferentes distritos da capital e das diversas províncias do Brasil. Essa comunicação se chamava de “Alta Polícia”. Inclui 13 fólios, cada um com aproximadamente 250 páginas.¹⁴⁸ A premissa era que essas correspondências forneciam as informações mais confiáveis sobre os atores e processos que supostamente se opunham à “boa ordem” da monarquia e do império. Pois é nelas que as medidas para combater os perigos foram registradas. Se a polícia era uma instituição destinada a manter a ordem do Ancien Régime após a transferência da corte, nos testemunhos deixados por ela também é possível vislumbrar a luta pela continuidade da monarquia e pela unidade do império.

No Brasil, há uma longa tradição de utilizar documentos policiais na escrita da história. Historiadores têm usado documentos da Intendência Geral da Polícia no Arquivo Nacional do Brasil como fontes importantes para analisar

¹⁴⁷ A relação entre escrita e império no século XIX foi analisada por Innis, Harold A., *Empire and Communications*, Victoria/Toronto 1986 [primeira edição 1950].

¹⁴⁸ “Registro de correspondência da Polícia aos ministros de Estado, juizes do crime, Câmaras etc.”, ANRJ PC cód. 323 vol. 1–5; “Correspondências com diversas autoridades provinciais”, ANRJ PC cód. 325 vol. 1–3; “Registro de ordens e ofícios expedidos da Polícia aos ministros criminais dos bairros e comarcas da Corte e ministros eclesiásticos”, ANRJ PC cód. 329 vol. 1–5.

diferentes realidades sociais no Rio de Janeiro. Um dos principais motivos para isso é que essas fontes, situadas em um nível intermediário entre a micro perspectiva e estatísticas anônimas (econômicas), oferecem informações sobre conflitos cotidianos por espaço e recursos, além de evidenciar os esforços das autoridades para manter a “boa ordem” e a organização da sociedade. Ao contrário de atos judiciais ou administrativos, nos documentos policiais do período moderno eram registrados com precisão comportamentos, atitudes e comportamentos suspeitos de indivíduos.¹⁴⁹ Portanto, neles, a relação entre “o Estado” e “a sociedade” se manifesta claramente.

Porém, a história dos impérios raramente foi escrita com base em documentos policiais. No entanto, ao analisar documentos policiais não apenas ao lidar com o cotidiano dos “excluídos” e “marginalizados”, mas também ao escrever uma história imperial, é válido observar que a polícia na era joanina era a principal instância de controle da capital – e, pretensamente, de todo o território. Como um sistema policial é adaptado às principais questões sociais de um local específico e suas atividades visam a manutenção do (todo) Estado, nos eventos registrados e comunicados pela polícia do Rio de Janeiro também se refletem as configurações de poder mais amplas e os conflitos decorrentes delas. Em particular, a circulação significativamente aumentada de pessoas, bens e informações, para a qual a polícia era responsável, permite a suposição justificada de que em seus documentos os processos “globais” se tornam visíveis em seus episódios individuais – locais – e, portanto, podem ser analisados.

Por outro lado, também se tornam visíveis indivíduos, especialmente aqueles subalternos e supostamente subversivos que eram alvo da polícia. Em minhas análises, observei que, principalmente, pessoas negras (escravizadas e livres) apareciam nos documentos policiais. (Leila Algranti levantou as estatísticas da polícia sobre pessoas nas prisões; foram 98% homens negros.¹⁵⁰) É um tópico frequentemente observado que, com a transferência da

¹⁴⁹ Foucault, *Überwachen und Strafen*, p. 275.

¹⁵⁰ Algranti, Leila Mezan, *Os registros da polícia e seu aproveitamento para a história do Rio de Janeiro: Escravos e libertos*, em: *Revista de história* 119, 1985–1988, pp. 115–125; Algranti, Leila Mezan, *Slave Crimes: The Use of Police Power to Control the Slave Population*

corde, ocorreu uma “metropolização da escravidão” (Kirsten Schultz)¹⁵¹ e, nesse contexto, uma intensificação do *Othering* (discriminação / separação). Encontra-se uma grande quantidade de informações sobre as práticas dos escravizados, bem como sobre pessoas consideradas “indecentes” ou “perversas”, como mulheres que andavam sozinhas pelas ruas ou “travestis” que eram perseguidos. Um grupo especialmente observado era o dos “homens vadios”. Há também algumas referências aos povos indígenas nos documentos policiais do Rio de Janeiro, embora sejam relativamente escassas, já que havia poucos indígenas na área urbana.

Indivíduos estrangeiros também eram de grande importância, e a polícia dedicava muita atenção ao comportamento deles. Em tempos revolucionários, acreditava-se que a revolução sempre era “trazida de fora” para a sociedade. Pessoas da Hispanoamérica e da França eram as mais frequentemente visadas.

A POLÍCIA EM LISBOA

Ao contrário da Intendência Geral da Polícia no Rio de Janeiro, a polícia em Lisboa, durante o exílio da corte, já era uma instituição firmemente estabelecida no espaço urbano. Foi fundada em 1760, seguindo o modelo da intendência policial parisiense, como resposta a mecanismos de poder em mudança expressos no estabelecimento de uma administração ativa. De acordo com a definição dos teóricos políticos portugueses no final do século XVIII, as tarefas da polícia eram promover o comércio, garantir a paz interna no reino e tornar a vida das pessoas “mais cômoda” e “mais polida”, cuidando da limpeza, sustento e segurança dos habitantes. A “boa polícia” era equiparada à cultura e à “perfeição da nação”, servindo como símbolo dos “povos civilizados”. Segundo a definição no dicionário de Moraes de 1813,

of Rio de Janeiro, em: *Luso-Brazilian Review* 25/1, 1988, pp. 27–48.

¹⁵¹ Schultz, Kirsten, *Tropical Versailles: Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808–1821*, New York 2001.

a polícia abrangia “comportamento decente, cultura, adorno da sociedade, urbanidade dos cidadãos”, assim como “boas maneiras e polidez”.¹⁵²

Além da Intendência Geral da Polícia, havia outras entidades em Lisboa tentando influenciar e controlar a vida urbana, como as forças militares e a câmara municipal (Câmara Municipal) e o seu órgão governante (Senado da Câmara). Embora as atividades da Câmara Municipal em Lisboa entre o final do século XVIII e o início do século XIX tenham sido pouco pesquisadas, há indicações de conflitos regulares sobre áreas de jurisdição (iluminação e limpeza de ruas, numeração de casas, licenças para restaurantes, mercados e espetáculos, registro de estrangeiros e forasteiros, etc.) entre a Câmara e a Intendência Geral da Polícia. No início do século XIX, a câmara municipal ocasionalmente exigia o reembolso das receitas municipais que agora estavam fluindo cada vez mais para a polícia.¹⁵³ No entanto, como a última instituição era uma ferramenta de intervenção eficaz nas mãos do governo central, as competências de controle da vida urbana da capital foram cada vez mais transferidas do Senado da Câmara para a Intendência de Polícia.

Diretamente subordinada à autoridade monárquica (e apenas a ela), a principal função da Intendência Geral da Polícia era o controle da população e do território. Mais importante do que a repressão, inicialmente, era a vigilância, ou seja, a observação e a coleta de conhecimento sobre a população urbana. Como o poder sempre se refere a pessoas em um espaço específico, e o conhecimento desse espaço e de seus habitantes é uma condição para o exercício do poder, a ampliação desse conhecimento era a preocupação central das monarquias do Ancien Régime. Lisboa era o principal objeto dessa política de exercício de poder por meio do aumento do conhecimento. Policiar a capital significava, no início do século XIX, conhecer as ruas, os locais de encontro (tavernas, bares, etc.) e os habitantes, ou seja, observar e registrar.¹⁵⁴

¹⁵² Citado em: Lousada, Espaços de sociabilidade, p. 69.

¹⁵³ Apresentação do Senado da Câmara a D. João, Lisboa, 19 de dezembro 1801, ANRJ Negócios de Portugal Secretaria de Estado do Ministério do Reino, cx. 677, pct. 1, pacotilha 1,3 (doc. 1); Senado da Câmara a D. João, Lisboa, 7 de agosto 1802, ANRJ Negócios de Portugal, Secretaria de Estado do Ministério do Reino, cx. 677, pct. 1, pacotilha 1,11.

¹⁵⁴ Lousada, Espaços de sociabilidade, p. 71.

Manter a “boa ordem” foi especialmente a principal tarefa da polícia durante os tempos de revolução. Períodos de mudanças políticas são sempre momentos em que ocorre uma “explosão de desordens e criminalidade”. Isso, como Maria Alexandre Lousada afirma, não se deve ao fato de os indivíduos estarem mais inclinados ao crime durante esses tempos, mas sim porque as concepções e definições de ordem e, portanto, infrações à ordem estão mudando, e as fronteiras permanecem obscuras até que uma nova ordem seja estabelecida. A definição de um crime ou delito é sempre historicamente específica. Em mudanças abruptas nas concepções de uma “boa ordem”, a repressão policial geralmente aumenta inicialmente.¹⁵⁵

Na história de Lisboa, a conexão entre crise e (re)formação ou fortalecimento da polícia fica evidente. No processo de reconstrução e reorganização territorial de Lisboa após o grande terremoto de 1755, foram desenvolvidas diversas técnicas para melhor compreensão e controle do espaço urbano, alinhadas às novas formas de exercício de poder do governo central. Isso incluiu mapas detalhados da cidade, censos da população total da cidade e de cada bairro, definição de nomes de ruas e numeração das portas.¹⁵⁶ Assim, a crise resultou em uma cidade melhor regulamentada e, a partir de 1760, também mais policiada com a fundação da Intendência Geral da Polícia.

A próxima grande perturbação após o grande terremoto foi a Revolução Francesa. Inicialmente, essa revolução não trouxe problemas e até se mostrou vantajosa para o governo português em termos geopolíticos. Isso porque ela aproximou Espanha e Portugal em seus objetivos externos contra a França. A maior preocupação do governo português, como destaca Valentim Alexandre, era o impacto ideológico da Revolução Francesa.¹⁵⁷ Devido ao medo de revoltas e da disseminação de ideias revolucionárias, a Intendência Geral da Polícia ganhou significativo poder e influência.¹⁵⁸

¹⁵⁵ Idem, p. 79.

¹⁵⁶ Idem, p. 42.

¹⁵⁷ Alexandre, Valentim, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime*, Porto 1993, p. 98.

¹⁵⁸ Marques, António Henrique de Oliveira, *Geschichte Portugals und des portugiesischen Weltreiches*, Stuttgart 2001, p. 298; Lousada, *Espaços de sociabilidade*, p. 72; Lousada,

O chefe de polícia Diogo Inácio Pina Manique (1733–1805), um aliado próximo do ministro Pombal, ficou conhecido como benfeitor e ditador. Implacavelmente, perseguiu jacobinos e maçons, mas também apoiou ativamente o Teatro São Carlos, atividades acadêmicas consideradas “boas” e instituições de caridade, como o orfanato Casa Pia do Castelo de São Jorge.

Durante seu mandato, Pina Manique soube ampliar consideravelmente suas competências.¹⁵⁹ Os documentos deixados por ele testemunham claramente o medo de uma “conspiração subterrânea” e de uma “conspiração permanente”. A política de mão dura do chefe de polícia era essencialmente devido ao medo da circulação de ideias “subversivas”; ele via, como Augusto Alves afirma, “um suspeito em cada banco de parque, um inimigo em cada crítico, um jacobino em cada esquina, uma revolta em cada bar, uma conspiração em cada café e uma revolução no parque público”.¹⁶⁰ A reação da polícia a esses perigos foi tentar um controle mais rigoroso sobre todo o território português, ou seja, uma maior territorialização. Geralmente, a historiografia atribui pelo menos um sucesso parcial ao chefe de polícia: através de suas ações, como afirma António Ventura, Pina Manique atrasou a “implantação do liberalismo” e a “difusão das ideias da Revolução Francesa” em Portugal.¹⁶¹

A Guarda Real da Polícia, a executiva da Intendência Geral da Polícia, que Pina Manique havia solicitado veementemente desde 1793, foi fundada em 10 de dezembro de 1801. Com inicialmente 638 homens e 227 cavalos, organizados em oito companhias de infantaria, quatro de cavalaria e um estado-maior, seu objetivo era garantir a “tranquilidade pública”. As diversas unidades da Guarda controlavam cada um um bairro específico e exerciam vigilância especial sobre os “locais suspeitos” e principais pontos de “desor-

Maria Alexandre, *Public Space and Popular Sociability in Lisbon in the Early Nineteenth Century*, in: *Santa Barbara Portuguese Studies* 4, 1997, S. 219–232, p. 223.

¹⁵⁹ Alves, José Augusto Santos, *A opinião pública em Portugal (1780–1820)*, Lisboa 1998, p. 73.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 66.

¹⁶¹ Ventura, *As guerras liberais 1820–1834*, p. 7f.

dem”. Em 1805, a Guarda já contava com 1.241 homens e 269 cavalos, organizados em dez companhias¹⁶²

Em 1810, por sugestão do general britânico Beresford, que era membro do governo provisório português, a Guarda Real da Polícia foi aumentada para 1.326 homens, e em 1820, havia 1.381 homens em serviço, com a cidade já dividida em 40 distritos policiais. Lisboa era uma cidade excessivamente policiada. Considerando uma população de cerca de 200.000 habitantes, na fundação da Guarda Real da Polícia, havia 313 habitantes por policial; na ausência do monarca, essa relação mudou para apenas 151 habitantes por policial. Proporcionalmente, Lisboa tinha três vezes mais policiais do que Paris na mesma época.¹⁶³ Civis (como comerciantes, artesãos, proprietários de bares, vendedores ambulantes, mas também membros de classes sociais mais altas como professores, farmacêuticos, comerciantes, fabricantes) foram contratados pela polícia portuguesa como vigias ou informantes (cabos): segundo o levantamento de Lousada, em 1821, existiam 379 cabos em seis distritos policiais.¹⁶⁴

Uma vigilância mais apertada parece ter sido um dos principais meios do governo em Portugal durante os tempos revolucionários. Para garantir a “boa ordem da polícia” e a “tranquilidade pública” na capital durante as “circunstâncias críticas”, os Governadores decretaram em 10 de dezembro de 1810 que novos distritos menores deveriam ser estabelecidos, pois os existentes eram “muito grandes”. Além disso, as patrulhas montadas da Guarda Real da Polícia deveriam patrulhar as ruas designadas “dia e noite” para evitar desordens e dissolver “reuniões desnecessárias”, ou seja, deveriam supervisionar tudo relacionado à “boa ordem” e à “segurança pública”.¹⁶⁵ Uma vez

¹⁶² Idem, p. 108; Lousada, *Public Space and Popular Sociability in Lisbon*, pp. 223–225.

¹⁶³ Lousada, *Public Space and Popular Sociability in Lisbon*, p. 223; Lousada, Maria Alexandre, *A cidade vigiada. A polícia e a cidade de Lisboa no início do século XIX*, in: *Cadernos de Geografia* 17, 1997, pp. 227–232, p. 228. Em Paris, na mesma época, havia um guarda para cada 482 habitantes, Lousada, *Espaços de sociabilidade*, p. 72. Ver também Chagniot, Jean, *Paris et l’armée au XVIIIe siècle: étude politique et sociale*, Paris 1985, p. 52.

¹⁶⁴ Lousada, *Espaços de sociabilidade*, p. 76.

¹⁶⁵ Decreto citado por Lousada, *Espaços de sociabilidade*, p. 73.

que a “grande vigilância da polícia” é repetidamente associada à “situação atual”, a conexão entre a crise política e a necessidade de reforçar a polícia fica clara.¹⁶⁶

A importância da instituição policial, especialmente durante a ausência de João, é evidenciada pela criação de uma Intendência de Polícia na segunda maior cidade de Portugal, o Porto. O governo provisório em Lisboa escreveu em outubro de 1810 ao monarca que era “indispensável” estabelecer uma polícia “mais ativa e vigilante” no Porto, pois a “segurança pública” da cidade não poderia ser garantida de outra forma devido às “condições atuais no reino”.¹⁶⁷ A experiência mostrou que o estabelecimento “sábio” de corpos de polícia nas grandes cidades sempre trouxe “tranquilidade pública e segurança para os habitantes, bem como para a soberania real”. O objetivo explícito da criação da polícia no Porto era evitar “insurreições imprevistas” e aumentar o conhecimento sobre a população e os eventos na cidade.¹⁶⁸ O fato de o monarca considerar o policiamento reforçado adequado é evidente em sua aprovação tanto para o aumento de pessoal da polícia de Lisboa quanto do estabelecimento da polícia no Porto.¹⁶⁹ Ele pessoalmente, de Rio de Janeiro, regulava as questões de pessoal dentro da instituição, designando os postos dos comissários nas Intendências de Lisboa e Porto e designando indivíduos “capazes”, geralmente propostos pelo chefe de polícia de Lisboa, para os diversos distritos urbanos, aprovando as propostas ou alterando as listas.¹⁷⁰

Antes de João viajar para o Rio de Janeiro, ele havia atribuído aos regentes a “salvação da monarquia e a defesa dos reinos portugueses” como seus “deve-

¹⁶⁶ 11 de setembro 1810, Livro 314, pp. 121v–122.

¹⁶⁷ 2 de outubro 1810, Instituto dos Arquivos.Nacionais/Torre do Tombo [em seguida: IAN/TT] MR Livro 314, p. 126. Em Maio de 1817, os governadores defendiam outra vez o estabelecimento da polícia, Governadores a D. João VI, Lisboa, 12 de maio 1817, IAN/TT MR Livro 317, pp. 426–429.

¹⁶⁸ “Memoria Sobre o Policiamento da Cidade do Porto” do comandante do Corpo Real, Joze Pereira da Silva Leite de Berredo, a D. João, Porto, 20. de março 1813, BNRJ Ms. I–13,02,039.

¹⁶⁹ 15 de março 1811, Livro 314, p. 160v.

¹⁷⁰ “Relação dos Individuos propostos para os Lugares de Comissarios da Policia na Cidade do Porto”, Lisboa, 29 de julho 1817, IAN/TT IGP Livro 17, p. 113.

res mais importantes”.¹⁷¹ Eles levavam essa tarefa a sério. Sempre a colocavam no centro de suas ações governamentais. Enfatizaram repetidamente que, salvar a monarquia “invasa”, que estava sendo atacada “de todas as formas” “externa e internamente”. Também nomeavam a manutenção da “tranquilidade pública” e da “boa ordem” como submetas.¹⁷² Como as fontes sugerem, as atividades da polícia, que por definição era responsável pela “boa ordem”, desempenhavam um papel decisivo. De vez em quando, os regentes mencionavam explicitamente que, para preservar a “boa ordem”, as “regras da polícia” deveriam ser rigorosamente seguidas.¹⁷³ O monarca, por sua vez, ordenava regularmente aos Governadores que pusessem fim às “práticas insultuosas e sediciosas” e exortava à “todo cuidado, precaução e vigilância”, para que a “tranquilidade pública” pudesse ser mantida, sendo a vigilância mencionada claramente referente às atividades da Intendência da Polícia.¹⁷⁴

OS DOCUMENTOS DA POLÍCIA EM LISBOA

A Intendência Geral da Polícia, tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro, preocupava-se com o “infinidamente pequeno do poder político”.¹⁷⁵ Sua principal tarefa era a observação permanente do comportamento da população, o controle de suas práticas no espaço urbano, nas ruas, nos estabelecimentos públicos, nos mercados e nos teatros. Com frequência, o monarca do Rio de Janeiro solicitava um relatório policial sobre a “conduta” de indivíduos específicos (geralmente membros do exército ou outras pessoas de destaque). Cabia ao chefe de polícia reunir todas as informa-

¹⁷¹ 26 de junho 1809, IAN/TT MR Livro 314, p. 41v; 23 de dezembro 1809, IAN/TT MR Livro 314, p. 61; Governadores a D. João, Lisboa, 21 de abril 1810, IAN/TT MR Livro 314, p. 89v e 90v.

¹⁷² 23 de dezembro 1809, Livro 314, p. 61.

¹⁷³ 26 de junho 1809, IAN/TT MR Livro 314, p. 42.

¹⁷⁴ Governadores a D. João, Lisboa em 16 de agosto de 1810, IAN/TT MR Livro 314, pp. 113–114v.

¹⁷⁵ Foucault, Michel, *Überwachen und Strafen. Die Geburt des Gefängnisses*, Frankfurt a. M. 2007.

ções disponíveis sobre esse indivíduo nos arquivos da Intendência e enviá-las ao Rio de Janeiro.¹⁷⁶

Pelo fato de as observações das atividades cotidianas nos mercados e também de lazer das pessoas serem, em parte, minuciosamente registradas, os relatórios da polícia fornecem informações sobre a convivência e as tensões sociais, bem como sobre as mudanças que ocorreram. Os registros da polícia, como um “caleidoscópio de eventos” refletindo diferentes facetas do poder, fornecem informações confiáveis sobre a vida cotidiana em Portugal e sobre a natureza das diversas transformações no espaço urbano no final do Antigo Regime. Historiadores portugueses têm explorado documentos policiais como um indicador para medir as transformações econômicas, políticas e sociais da vida urbana, especialmente no período de 1780 até meados do século XIX. Estudos baseados nesse tipo de fonte focalizam formas de sociabilidade e o surgimento e alterações da “opinião pública”. De acordo com Augusto Alves, entre todos os documentos, aqueles da Intendência Geral da Polícia em Lisboa fornecem as melhores informações sobre como o Reino de Portugal e seu centro, Lisboa, “viveram” e “respiraram”.¹⁷⁷ José Tengarrinha afirmou que as fontes da Intendência destacam especialmente eventos considerados alarmantes pelas autoridades do poder estatal, fornecendo valiosos indícios das mudanças políticas em Portugal no primeiro terço do século XIX.¹⁷⁸

Por meio dos documentos policiais, é possível esclarecer como o Reino de Portugal sobreviveu, como a forma de governo se adaptou em tempos de crise e como foi a luta diária pela soberania e a consolidação do sistema existente. Isso é possível e especialmente oportuno porque o Intendente Geral da Polícia atuou como uma importante interface de comunicação entre

¹⁷⁶ Em um caso, o monarca solicitou informações sobre a “conduta” do tenente-coronel Izidoro Francisco Guimarães, Intendente da Polícia, Barbosa de Magalhães a D. João VI, Lisboa, 20 de dezembro 1817, IAN/TT IGP Livro 17, p. 181v.

¹⁷⁷ Alves, *Opinião Pública em Portugal*, p. 54.

¹⁷⁸ Tengarrinha, *E o povo, onde está?*, p. 132. Albert Silbert já havia destacado em 1973 a grande importância dos documentos policiais para o estudo do surgimento do “patriotismo” durante a Revolução Francesa: Silbert, Albert, *Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista*, Lisboa 1972, p. 23.

Portugal e o Brasil. Ele recebia os relatórios das autoridades dos bairros de Lisboa (ministros dos bairros) e das autoridades dos distritos provinciais (corregedores e juizes de fora) e os encaminhava ao monarca no Rio de Janeiro.¹⁷⁹ A importância dos relatórios da polícia para a governabilidade de Portugal é evidente pelo fato de que as descrições do “estado político” do reino, que os Governadores enviavam regularmente ao Rio de Janeiro, na maioria das vezes eram fundamentadas nas declarações do chefe de polícia e nas informações coletadas nos bairros e províncias; frequentemente, em suas correspondências, faziam referência aos relatórios policiais anexados.¹⁸⁰

Na Intendência Geral da Polícia, eram redigidas quase diariamente cartas ao monarca (sempre iniciadas com a saudação pessoal “Senhor”, que ocupava aproximadamente um terço da primeira página em letras grandes¹⁸¹), mesmo que às vezes contivessem apenas a observação de que “nada digno de nota” havia acontecido e que o “estado político” e a “opinião pública” estavam em “boa ordem”.¹⁸² Expressões do intendente de polícia como “estes são os incidentes que tenho a comunicar a Vossa Majestade hoje” no final da maioria dos documentos sugerem que, pelo menos na pretensão, todos os eventos considerados relevantes eram comunicados diariamente.¹⁸³ Isso incluía conflitos armados no espaço urbano, que eram comuns durante as invasões francesas, mas também incidentes aparentemente insignificantes, como a prisão de proprietários de lojas que não fecharam seus estabelecimentos imediatamente após o sinal, ou a descoberta de dois “baleias excepcionalmente grandes” que foram encontradas na praia em Sintra. Não apenas eventos em território português eram dignos de nota; os intendentes de polícia informavam o monarca no Rio de Janeiro também sobre eventos ocorridos no Atlântico, caso tivessem conheci-

¹⁷⁹ Lisboa, 8 de julho 1817, IAN/TT MR Livro 318, pp. 25–27.

¹⁸⁰ Governadores a D. João VI, Lisboa, 8 de julho 1817, IAN/TT MR Livro 318, pp. 25–27.

¹⁸¹ Magalhães a D. João VI, Lisboa, 14 de janeiro 1820, IAN/TT IGP Livro 18, p. 188v. Embora o endereçamento pessoal pelo monarca certamente não signifique que ele tenha lido todos os relatórios pessoalmente, indica a alta importância atribuída aos relatórios na prática governamental.

¹⁸² Seabra da Silva a D. João, Lisboa, 17 de janeiro 1809, IAN/TT IGP Livro 10, p. 48.

¹⁸³ Seabra da Silva a D. João, Lisboa, 19 de novembro 1808, IAN/TT IGP Livro 10, p. 15.

mento de viajantes ou tripulações de navios (capitães ou marinheiros), como quando piratas no mar atacavam um navio português. Nestes casos, aqueles a bordo eram interrogados na Intendência, seguidos por relatórios policiais detalhados enviados ao Rio.¹⁸⁴

Frequentemente, na correspondência, ocorria uma distinção entre a “alta polícia” e a “pequena polícia”, sendo que os “eventos da pequena polícia”, como furtos ou delitos menores “sem violência”,¹⁸⁵ eram frequentemente explicitamente omitidos nas cartas para o Rio de Janeiro, pois não mereciam a atenção do monarca.¹⁸⁶ Portanto, o chefe de polícia tinha o poder de hierarquizar o conhecimento dos eventos em Portugal; ele decidia o que João precisava saber para a execução de sua soberania.¹⁸⁷

Assim como no Brasil, nos arquivos nacionais portugueses existem muitos documentos policiais do período entre 1807 e 1821. Os inúmeros volumes incluem registros de prisioneiros, listas de denúncias e muitos volumes de conteúdo administrativo. Particularmente interessante para a escrita de uma história sobre transformações territoriais são os documentos policiais que lidam com os problemas do “Estado” ou do Império. Eles estão presentes em um total de onze volumes, que no índice do arquivo têm o seguinte título: “Contas de ocorrências particularmente graves ou importantes, recebidas de magistrados e particulares de todo o Reino e enviadas às Secretarias de Estado”.¹⁸⁸ Muitas dessas correspondências foram enviadas pelo chefe de polícia, como já mencionado, não apenas para os ministérios do governo provisório em Portugal, mas simultaneamente diretamente ao monarca no Rio de Janeiro.

¹⁸⁴ Magalhães a D. João VI, Lisboa, 17 de maio 1817, IAN/TT IGP Livro 17, p. 80.

¹⁸⁵ Seabra da Silva a D. João, Lisboa, 7 de novembro 1808, IAN/TT IGP Livro 10, p. 5v.

¹⁸⁶ Seabra da Silva aos governadores, Lisboa, 29 de novembro 1808, IAN/TT IGP Livro 10, p. 18v.

¹⁸⁷ Seabra da Silva a D. João, Lisboa, 30 de janeiro 1809, IAN/TT IGP Livro 10, p. 54 e 28 de janeiro 1809, IAN/TT IGP Livro 10, p. 53v.

¹⁸⁸ IAN/TT IGP Livros 9–19.

Embora a instituição da polícia e os documentos deixados por ela forneçam informações detalhadas sobre o passado, seria um equívoco assumir que eles testemunham, no sentido rankeano, como as coisas eram “realmente” em um determinado momento. Em vez disso, eles devem ser lidos como testemunhos das circunstâncias políticas, sociais, culturais e religiosas específicas de sua época e lugar. Independentemente das leis e regulamentos policiais que deram origem a essas circunstâncias específicas (que moldaram a realidade correspondente), em qualquer sociedade, existe uma tolerância e intolerância específicas em relação à conformidade com as mesmas regras. Algumas transgressões são toleradas e, portanto, nem mesmo mencionadas nos documentos policiais, enquanto outras são severamente punidas e comentadas detalhadamente.¹⁸⁹ A instituição da polícia, portanto, produziu suas próprias informações e, assim, sua própria realidade, documentando certas coisas e deixando de lado outras.¹⁹⁰

A maneira como a polícia dessa forma produziu uma realidade específica para ela mesma foi ilustrada por Maria Lousada com um exemplo marcante: desde o início do século XIX, existiam na Intendência da Polícia de Lisboa listas de lugares e indivíduos considerados particularmente suspeitos. A polícia monitorava – em um círculo vicioso – especialmente esses lugares e os “suspeitos habituais” encontrados neles; as medidas preventivas e punitivas eram direcionadas principalmente aos lugares e indivíduos já suspeitos anteriormente. Os relatórios policiais, portanto, sempre confirmavam o que já se sabia; o resultado era a produção contínua das mesmas listas. O que os funcionários do Estado registravam por escrito, portanto, não representava totalmente as atividades da sociedade, e não deveria fazê-lo. Apenas era registrado o que era de interesse para o Estado.¹⁹¹

¹⁸⁹ Lousada, *Espaços de sociabilidade*, p. 79f.

¹⁹⁰ Cobb, Richard C., *The Police and the People. French Popular Protest 1789–1820*, Oxford 1970, p. 18. A estrutura normativa das ordenações policiais não levou necessariamente à plena efetivação das reivindicações formuladas, porém teve efeito ao influenciar as ações dos agentes e se tornar um ponto de referência central na prática social, Landwehr, Achim, *Die Rhetorik der “guten Policy”*, em: *Zeitschrift für Historische Forschung* 30, 2003, pp. 251–287, p. 286.

¹⁹¹ Detalhadamente sobre isso: Scott, James C., *Seeing Like a State. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, New Haven et al. 1998, pp. 1–8. “State

No entanto, ou melhor, precisamente por isso, os documentos policiais são esclarecedores para a análise da governabilidade do Reino de Portugal (e do Império). Pois o que as autoridades dos diferentes distritos e bairros relatavam à central Intendência da Polícia e o que o chefe de polícia encaminhava ao monarca no Rio de Janeiro influenciava as medidas do governo central no Rio de Janeiro. Essas, por sua vez, influenciavam as condições em Portugal. Portanto, havia uma interação constante entre as atividades da polícia em Portugal e as reações e ações do monarca no Brasil.

CORRESPONDÊNCIA ENTRE D. JOÃO E OS GOVERNADORES DO REINO

Como já mencionei anteriormente, o novo Império, com o Rio de Janeiro como novo centro, é interessante sobretudo do ponto de vista da teoria da comunicação. Ana Canas Delgado Martins, a diretora do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa (AHU), escreveu uma tese de doutorado sobre os documentos que circulavam no Império, e as modalidades do arquivamento desses documentos.¹⁹² Portanto, não há uma edição dessas cartas (como conjunto completo) entre o monarca e os governadores.

O número total de cartas trocadas entre as duas cidades mais importantes era cerca de 1.300. Havia mais cartas dos governadores para o monarca do que o contrário. As cartas se encontram nos dois arquivos nacionais, na Torre do Tombo em Lisboa e também no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Cada carta foi enviada em pelo menos duas cópias, muitas vezes até em três cópias, em diferentes navios. Afinal, um navio à vela poderia afundar ou cair nas mãos de piratas. O envio de uma carta geralmente demorava dois meses até chegar ao destinatário. Uma cópia das cartas enviadas era sempre mantida em um volume. Esses conjuntos de fontes podem

agents have no interest – nor should they – in describing an entire social reality”, Idem, p. 22f.

¹⁹² Martins, Ana Canas Delgado, *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil*, Lisboa: Instituto dos Arquivos.Nacionais/Torre do Tombo, 2007.

facilmente servir como material para projetos sobre a história do império luso-brasileiro no final do Ancien Régime.

Requerimentos de súditos “comuns” (não ligados à coroa) constituíam uma parte significativa da correspondência transatlântica. Após o término da Guerra Peninsular, a correspondência dos governadores com o governo no Rio ficou cada vez mais repleta de cartas solicitando pagamentos de pensões ou títulos em troca de serviços na guerra contra Napoleão, e às vezes cartas ao monarca consistiam apenas na enumeração dos requerimentos. A partir de 1814, tornaram-se tão numerosos que eram transportados para o Rio em caixas e sacos separados. A partir desse momento, apenas os mais importantes eram mencionados na correspondência governamental. Indivíduos privados e instituições (conventos, conservatórios etc.) enviavam cartas de mendicância habitual por dinheiro ou alimentos aos governadores. Essas cartas eram enviadas ao monarca no Rio de Janeiro, já que os governadores sempre alegavam que era “impossível” ajudar por falta de recursos. A maioria dos requerimentos, que geralmente eram processados pelo Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, foram negados pelo monarca ou nem sequer foram respondidos, mesmo quando os governadores enfatizavam que este ou aquele requerente havia “defendido a monarquia e o reino” de maneira patriótica na guerra contra Napoleão e que, de maneira geral, os “fiéis súditos deste continente [Europa]” estavam fortemente sobrecarregados com impostos e as “calamidades atuais”.¹⁹³ Por exemplo, um certo Jerônimo Luiz de Brito solicitou o título de “Habito de Christo” para seu filho, que se destacou por seu “patriotismo” antes e depois da restauração da monarquia portuguesa.¹⁹⁴ O título não foi concedido.

Uma análise dos requerimentos enviados da Europa ao monarca nos *trópicos* poderia fornecer resultados interessantes sobre a sociedade (ou partes dela). As questões são: quem recorria ao Monarca em busca de ajuda? Havia requerentes das camadas mais baixas da sociedade? A simples análise

¹⁹³ 25 de junho 1812, Livro 315, pp. 79v–80.

¹⁹⁴ Governadores a D. João, Lisboa, 21 de agosto 1813, IAN/TT MR Livro 315, p. 214.

se dos parâmetros clássicos “raça, classe, gênero” dos requerentes e de suas solicitações poderia produzir uma sociografia vívida de uma sociedade em transformação.

CONCLUSÃO

Do que foi dito acima, decorre a minha recomendação ao projeto “MAPE. Mapping Atlantic Portuguese Empire” para digitalizar e analisar sistematicamente os documentos da polícia em Lisboa, Rio de Janeiro e também no Porto a partir de 1810, bem como as correspondências entre D. João no Rio de Janeiro e os governadores em Lisboa. Os referidos conjuntos de documentos são sismógrafos, por um lado, para o exercício do poder no espaço imperial. Por outro lado, fornecem indicações valiosas sobre pessoas subalternas e forças supostamente subversivas, que eram consideradas perturbadoras para o exercício do poder.

Em respeito ao meu próprio trabalho sobre a transferência da corte portuguesa: Os documentos policiais tanto no Rio de Janeiro quanto em Lisboa são numerosos e incluem muitos volumes e caixas. No total, são dezenas de milhares de documentos. Para o meu trabalho, principalmente analisei as correspondências classificadas sob o rótulo “Alta Polícia”. A análise foi feita manualmente, ou seja, li milhares de documentos e depois decidi quais informações eram importantes para os meus propósitos. Se houvesse versões digitalizadas e indexadas dos documentos, eu também poderia ter expandido esse trabalho para, por exemplo, incluir a “pequena polícia” ou os documentos da administração policial (que tive que deixar pro lado) e provavelmente teria concluído a pesquisa em um período de tempo mais curto.

Particularmente dramática é a situação das correspondências entre o monarca no Rio e os governadores do reino em Lisboa: até o momento, não existe uma edição dessas cartas tão cruciais e reveladoras em termos da governabilidade do império, nem mesmo impressa. Se houvesse versões digitalizadas dessa comunicação, idealmente acessíveis online, seria possível

tornar a história da transferência da corte portuguesa, singular na história mundial, e, portanto, a história do império luso-brasileiro, acessível a um público internacional. Com grande probabilidade, isso levaria a uma maior visibilidade da história luso-brasileira.

O workshop “Redes Sociais, Big Data e Relações Interétnicas em Impérios Globais” que se realizou no Rio de Janeiro em fevereiro de 2024 reforçou minha convicção de que a digitalização de fontes não é apenas sensata, mas se tornará cada vez mais importante no futuro. O campo da história provavelmente precisa se acostumar com a ideia de que a “análise manual” de fontes em papel será complementada e talvez até mesmo substituída por fontes digitalizadas que podem ser pesquisadas com programas específicos. Acredito que até mesmo a história precisa acompanhar os tempos – precisamos avançar em direção à história digital.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Os registros da polícia e seu aproveitamento para a história do Rio de Janeiro: Escravos e libertos. *Revista de história*, n. 119, p. 115-125, 1985–1988.

ALGRANTI, Leila Mezan. Slave Crimes: The Use of Police Power to Control the Slave Population of Rio de Janeiro. *Luso-Brazilian Review*, v. 25, n. 1, p. 27-48, 1988.

ALEXANDRE, Valentim. Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime. Porto: Afrontamento, 1993.

ALVES, José Augusto Santos. A opinião pública em Portugal (1780–1820). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Eds.). *Portuguese Oceanic Expansion, 1400–1800*. Cambridge/New York/Melbourne: Cambridge University Press, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis. *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 56, p. 551-572, 2008.

COBB, Richard C. *The Police and the People: French Popular Protest 1789–1820*. Oxford: Clarendon Press, 1970.

FOUCAULT, Michel. *Security, territory, population: lectures at the Collège de France, 1977–78*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

GERSTENBERGER, Debora. *Gouvernementalität im Zeichen der globalen Krise: der Transfer des portugiesischen Königshofes nach Brasilien*. Köln/Weimar/Wien: Böhlau, 2013.

GERSTENBERGER, Debora. *Transfer et impera: Die Verlegung des portugiesischen Königshofes nach Brasilien: Polizei und Regierung in Zeiten der globalen Krise (1807–1821)*. Leipzig: Universidade de Leipzig, 2011. (Tese de doutorado).

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A Historiografia e a Transferência da Corte portuguesa para o Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 168, n. 436, p. 15-28, 2007.

HOLLOWAY, Thomas Halsey. *A Healthy Terror: Police Repression of Capoeiras in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. *Hispanic American Historical Review*, v. 69, n. 4, p. 637-676, 1989.

HOLLOWAY, Thomas Halsey. *Policing Rio de Janeiro. Repression and Resistance in a 19th-Century City*. Stanford: Stanford University Press, 1993.

INNIS, Harold A. *Empire and Communications*. Victoria/Toronto: University of Toronto Press, 1986. [primeira edição 1950].

JANCSÓ, István (Ed.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

Lousada, Maria Alexandre. *A cidade vigiada. A polícia e a cidade de Lisboa no início do século XIX*. *Cadernos de Geografia*, n. 17, p. 227-232, 1997.

LOUSADA, Maria Alexandre. *Public Space and Popular Sociability in Lisbon in the Early Nineteenth Century*. *Santa Barbara Portuguese Studies*, v. 4, p. 219-232, 1997.

LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços de sociabilidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1997.

MAGALHÃES, Barbosa de. Carta a D. João VI, Lisboa, 14 de janeiro 1820. *IAN/TT IGP Livro 18*, p. 188v.

MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2007.

MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Geschichte Portugals und des portugiesischen Weltreiches*. Stuttgart: Alfred Kröner, 2001.

MIRANDA, Ana Paula; LANA, Lage. Da polícia do rei à polícia do cidadão. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v. 10, p. 44-47, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 2022.

PEDREIRA, Jorge. From Growth to Collapse: Portugal, Brazil, and the Breakdown of the Old Colonial System (1760–1830). *Hispanic American Historical Review*, v. 80, n. 4, p. 839-864, 2000.

PIMENTA, João Paulo. *Independência do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808–1821*. New York: St. Martin's Press, 2001.

SCOTT, James C. *Seeing Like a State. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.

SILBERT, Albert. *Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista*. Lisboa: Cosmos, 1972.

TENGARRINHA, José. *E o povo, onde está?*. Lisboa: Editorial Caminho, 1983.

VENTURA, António. *As guerras liberais 1820–1834*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

CAPÍTULO 13

CÓMO USAR UN ARCHIVO COLONIAL: REFLEXIONES METODOLÓGICAS SOBRE EL ARCHIVO GENERAL DE INDIAS EN LA ELABORACIÓN DE NUEVAS VISIONES DEL PASADO

Adrian Masters

El Archivo General de Indias figura entre las colecciones de temática colonial más significativas del mundo. Desde los 1980 los gestores de esta institución también han emprendido un esfuerzo de vanguardia no solo para desarrollar nuevos metadatos, sino también para subir una parte significativa de sus documentos en línea. Estos desarrollos ocurren en un momento movido, en el que muchos académicos de orientación crítica abogan tanto por alejarse de los archivos coloniales como por abrazar la digitalización como medio privilegiado para crear otros repositorios radicalmente nuevos. Otros, en cambio, arguyen que no debemos abandonar al archivo colonial, sino repensarlo con nuevas herramientas de lectura y de búsqueda. En este capítulo, reflexiono sobre el Archivo de Indias, la digitalización, y esta búsqueda por actores históricos no-élites. ¿Cómo usar el Archivo de Indias para escribir una historia del imperio español no basada únicamente en las acciones de la élite masculina española? Contra una importante corriente crítica que teoriza al archivo colonial como motor unilateral de dominación, sugiero que debemos concebir los archivos como sitios intrínsecamente históricos, polifónicos, y en muchos casos anárquicos. Pero sugiero además que el optimismo sobre la digitalización se debe atenuar con perspectivas críticas, pues el mismo Archivo de Indias ha sido moldeado por diseños políticos – desde el siglo XVI hasta el siglo XX – y sobre todo por corrientes im-

perialistas, hispanistas e inclusive fascistas. Concretizo mis reflexiones mirando a las secciones del archivo *Gobierno, Justicia, Patronato, y Contratación*, y meditando sobre los casos del cacique pastuso don Pedro de Henao y la mujer esclavizada Felipa de la Cruz. Para encontrar las perspectivas (incompletas) de miles de personas como estas, difícilmente bastarán posiciones críticas ni mayor digitalización; para escribir la historia del imperio español de nuevo, ahora con nuevos personajes, se deberán combinar con un reconocimiento de la historicidad y polifonía del archivo colonial.

Muchos investigadores en busca de perspectivas críticas-decoloniales han declarado el archivo como un sitio discursivo y material de la opresión colonizadora. Desde hace más de medio siglo, una serie de corrientes críticas ha señalado al archivo colonial inclusive como núcleo del mundo escrituario, llegando en momentos a identificarlo como el arsenal mismo del dominio mundial europeo.¹⁹⁵ Como observa Benjamin Zachariah, en algunos círculos decoloniales se llegó a proponer que los archivos eran “más o menos... una conspiración del poder estatal (especialmente colonial) con la cual el historiador no debe colaborar.” (Zachariah, “Travellers,” p. 12-13) No faltaron quienes declararon que había llegado la hora de armar estas nuevas colecciones: Yvonne Schweizer observa la multiplicación de nuevos archivos: queer, radicales, partisanos, decolonizados, migrantes.¹⁹⁶ La creciente digitalización inspira entusiasmos; varios escritores sugieren ahora que este instrumento será una clave para emanciparnos del archivo colonial, pues nos permitirá armar un sinfín de colecciones simultáneamente propias y para todos.¹⁹⁷

¹⁹⁵ Con posiciones ‘críticas’ me refiero a varias corrientes: Marxismo, anti-colonialismo, criticismo de fuentes, posestructuralismo, decolonialidad, estudios subalternos, Critical Race Theory, estudios de género, y – cómo no – Critical Archival Studies. Como observa Miguel Martínez, en la visión de la Ciudad Letrada – elaborada por Ángel Rama – la escritura colonial era un “dispositivo particularmente eficaz de reproducción de unas élites que...habría contribuido de manera definitiva a la subordinación y explotación de las mayorías populares, indígenas, negras y mestizas de América Latina,” en “Ángel Rama,” 2. Aquí defino ‘archivo’ como la colección misma, no como discurso; véase Hamann, *The Invention*, 3.

¹⁹⁶ Schweizer, “Counter-Archive.”

¹⁹⁷ Ernst, “De-Historicizing the Archive.”

Otros, sin embargo, nos instan a no abandonar el archivo colonial, sino a encararlo y reflexionarlo nuevamente.¹⁹⁸ Estas colecciones seguirán siempre siendo un recurso valioso, entre otros, en la búsqueda de un mundo menos injusto. Zachariah arguye, por ende, que nos encontramos ahora ante “un lento proceso de recuperación de esta condición post-o-anti-archivo.”¹⁹⁹ Pero ¿cómo usar un archivo colonial para pensar de nuevo el pasado? La pregunta tiene en sí valor para quienes buscan formar nuevas narrativas históricas pobladas de nuevos actores. Además, mientras que avances como la digitalización están permitiendo la proliferación de archivos decoloniales, también está facilitando en muchos casos nuestro acceso a archivos coloniales. Lancémosnos, pues, una pregunta más precisa: ¿cómo debemos usar estos instrumentos para pensar de nuevo el pasado desde el archivo colonial?

No puede haber una respuesta única. Ofrezco, en las siguientes páginas, mi meditación metodológica personal e incompleta sobre cómo podríamos expandir nuestra visión del pasado en nuestro contexto contemporáneo. Escribo como historiador cuyo trabajo se enfoca en el imperio español novohispano y peruano (incluyendo Filipinas y Madrid) entre 1492 y 1800, cuyo interés ha consistido en identificar en los archivos procesos sociales mediante los cuáles indígenas, afrodescendientes, asiáticos, mujeres, y otros grupos tradicionalmente pormenorizados transformaron elementos fundamentales del imperio. Y radico mis reflexiones en el Archivo General de Indias en Sevilla, uno de los más grandes de su tipo y un pionero en digitalización. Subrayo que en las páginas siguientes no intentaré citar toda la literatura sobre los archivos, la digitalización, ni del Archivo de Indias; se trata de una meditación más o menos informal.

Este pequeño capítulo se funda en tres argumentos cardinales. Primero, sugiero que antes de usar el archivo debemos apreciar su naturaleza intrínsecamente histórica.²⁰⁰ Por más obvio que parezca, entender entender esta

¹⁹⁸ Sobre el archivo colonial en general, pero con un enfoque en el Archivo General de la Nación en México, véase Martínez, “Sex.”

¹⁹⁹ Zachariah, “Travellers,” 14.

²⁰⁰ No soy, por supuesto, la primera persona en decirlo; entre otros, véase los escritos de Ann Laura Stoler, incluyendo “Archivos coloniales.”

historicidad es sumamente útil a la hora de investigar y pensar el pasado. Algunos han descrito el archivo como el torreón inexpugnable del colonialismo, de donde se difunde automáticamente toda clase de dominación.²⁰¹ Pero la realidad es más complicada e interesante; es una cosa humana, incompleta, e imperfecta, perpetuamente oscilando entre entropía y expansión. Es un sitio de poder, sin duda, pero también donde el poder se desconcierta.

Segundo, el archivo colonial se formó inicialmente como herramienta, específicamente como instrumento de comunicación.²⁰² No es únicamente el *locus enuntiationis* de donde emane el dictamen imperial hacia la periferia. Constituye un récord de innumerables diálogos en papel – muchos de estos naciendo en las iniciativas de los vasallos mismos. En sus estantes yacen miles de comunicaciones de ultramar, dominadas por supuesto por las perspectivas de hombres europeos élites, dirigidas a otros hombres europeos élites. No obstante, entre millares de racimos de estas comunicaciones oficiales existen otros diálogos, otras visiones, y otros actores. Y vale la pena buscarlos. Esta perspectiva nos recuerda que el archivo puede en algunos casos ser ricamente polifónico. Mientras buscamos formular narrativas nuevas y más completas del pasado, será necesario esforzarnos por escuchar estos diálogos, por más asimétricos que sean.

Tercero, cada instrumento de análisis descubre y encubre. Usar una herramienta siempre implica abandonar alguna otra. Esta realidad constriñe todos nuestros esfuerzos por leer el archivo colonial de una forma definitiva. Sabemos claramente que ningún archivo, ni siquiera el más completo archivo decolonial, nos presentará nunca la verdad completa.²⁰³ Esta realidad íntegra siempre nos eludirá. Y entrar al archivo significa, hasta cierto punto, doblegarnos ante sus contenidos, y dejar que estos guíen nuestro pensar. Sería igualmente ingenuo suponer que entrar al archivo con posturas críticas nos daría las herramientas suficientes para desmitificar de una vez por todas el poder. De hecho, estas teorías tam-

²⁰¹ Burns, *Into the Archive*, 3.

²⁰² Hamann, *The Invention*, 125.

²⁰³ Stoler, *Along the Archival Grain*, 3-5.

bién nos guían por algunas sendas analíticas, y no otras; nos permiten ver y nos ciegan a la vez. Por último, debemos meditar sobre las herramientas de consulta – incluyendo la digitalización – y los mundos que iluminan y oscurecen. Pese al optimismo a veces desbordado sobre el poder de estas herramientas, podemos afirmar que aunque son de gran utilidad, pues son también dispositivos incompletos, dignos de escrutinio crítico, y en ciertas maneras de doble filo. Como iré reflexionando aquí, tampoco los instrumentos de búsqueda son ni pueden ser totalmente neutrales y útiles a toda investigación, pues están ligados intrínsecamente con la historia y el poder del archivo colonial mismo.

El famosísimo Archivo General de Indias en Sevilla será aquí mi punto de reflexión. Considerando la popularidad de la investigación de índole crítica en general, la creciente literatura crítica sobre archivos en particular y el rol céntrico del Archivo como uno de las principales colecciones coloniales del mundo, uno esperaría encontrar muchas reflexiones sobre su uso hoy día.²⁰⁴ Confieso que no he podido encontrar ninguna. Además, el Archivo de Indias ha sido un líder mundial en la digitalización de documentos históricos, y por ende, se presta para meditaciones más generales sobre la importancia de estos avances. En 1986, el Ministerio de Cultura de España, la Fundación Ramón Areces y IBM España se desafiaron a digitalizar aproximadamente el diez por ciento de los documentos del Archivo.²⁰⁵ En 1998, el Archivo había logrado subir más de once millones de páginas de documentos, aproximadamente el 8% de su totalidad. Si en aquel año gozaba el Archivo de 43,209 legajos, se había logrado digitalizar casi 3500.²⁰⁶ Adicionalmente se subieron cientos de miles de líneas de metadatos para facilitar las pesquisas por internet.²⁰⁷ Desde 2007 su portal

²⁰⁴ Eso no quiere decir que no existan excelentes investigaciones sobre el Archivo de Indias (o sobre los papeles del Consejo), tanto de índole más tradicionalmente histórico como de índole crítico, sino que pocos ofrecen reflexiones metodológicas sobre cómo usar el Archivo hoy día.

²⁰⁵ González García, 8, 14, 21.

²⁰⁶ González García, *Computerization*, 53. González Palencia, "El Archivo General," 3. Lázaro de la Escosura y Ceballos Aragón, *Archivo General*, 9.

²⁰⁷ González García, *Computerization*, v, 21, 53.

en línea, PARES (Portal de Archivos Españoles), ha recibido cientos de miles de visitantes por año. Ese año almacenaba 35 millones de imágenes; ahora serán muchas más.²⁰⁸ Por ende se vuelve cada vez más relevante el reto de “reflexionar críticamente sobre el Archivo, su digitalización y sus otras herramientas de búsqueda.

Empiezo mi reflexión esbozando cómo surgió en el siglo XVI este archivo colonial como una polifónica, frágil, y desorganizada colección de documentos para regir el imperio español. Con el paso del tiempo se fue transformando en un masivo archivo, o mejor dicho varios, los cuales empezaron a ser reunidos bajo el nombre del Archivo General de Indias a finales del siglo XVIII. La iniciativa de crear esta institución pública se dio a causa de la frustración de oficiales de la monarquía, quienes opinaban que la desorganización de los papeles perjudicaba sus intereses, y buscaban contradecir a los *philosophes* ilustrados cuyas críticas manchaban la honra de España. Desde entonces, el Archivo tendría una misión fundamental: mejorar el buen nombre de España. Misión que perduró hasta los años 1990, cuando arrancó una masiva digitalización del Archivo. Después dirijo mi atención a ciertas secciones del Archivo, sobre todo *Gobierno, Justicia, Patronato, y Contratación*, observando cómo varios complejos legados administrativo-políticos dieron forma a sus contenidos, sus herramientas de búsqueda, y algunas considerables discrepancias en su acceso. Luego me ocuparé con mi pregunta sobre metodologías críticas y herramientas de búsqueda para escribir historias nuevas. Esto lo hago a partir de los casos de don Pedro de Henao, cacique pastuso, y la mujer esclavizada Felipa de la Cruz.

LA (MAL)FORMACIÓN DE UN ARCHIVO COLONIAL

Si extendemos nuestras miradas hacia el lejano pasado, descubrimos manifestaciones del archivo colonial ajenas a muchas visiones actuales. Le-

²⁰⁸ González García, *Computerization*, 7. López Cuadrado, “PARES 2.0,” 41; Sánchez Mainera, “Memoria escrita.”

jos de cernirse sobre nosotros como repositorios del Poder mismo, estos archivos nos exponen su original fragilidad. Seis a doce carretas jaladas por bueyes – eso necesitaban los ministros para mover los papeles del Consejo de Indias, colección que algún día formaría la mayor parte del Archivo de Indias. Viajaban en el séquito del Emperador Carlos V por España y Europa, situación que continuaría hasta mediados del siglo XVI.²⁰⁹ Hoy resulta casi imposible imaginar semejante cosa. Sobre todo porque ese pequeño archivo del Consejo se ha transformado hoy en el Archivo General de Indias. De un pequeño, frágil, y movedizo conjunto en una montaña, sólida, poderosa, e inerte.

Esta colección antes recorría largas distancias siguiendo la corte de los Austrias, pero ahora somos nosotros quienes recorreremos el archivo – unos 8,680 kilómetros de documentos, más que la distancia entre Sevilla y Chiapas o Lisboa a Goa. Estos escritos consisten en unos 43,000 legajos y casi 90,000,000 páginas, almacenados en estantes macizos de cedro macho cubano.²¹⁰ También su solidez simbólica-cultural se ha incrementado con el paso del tiempo, pues forman hoy el núcleo de la famosa institución del Archivo General de Indias, desde 1987 declarado por la UNESCO como Patrimonio de la Humanidad.

El archivo del Consejo nació frágil, pero cada año crecía su tamaño y su promesa para la corona. Ya en el siglo XVI, el pequeño archivo era una importante herramienta para un imperio en expansión. Pero no era el vehículo de dominio total, como algunos han pretendido.²¹¹ En aquellos tiempos, los oficiales de la corona formaban un nimio grupúsculo, y no hubieran soñado tener tanto poder. El rey y sus ministros se mostraban incapaces de avasallar ese mal llamado Nuevo Mundo. Más que dominar, procuraban comunicar

²⁰⁹ Biblioteca Nacional de España (BNE), Mss.904, "Papeles referentes," 262r; Archivo General de Indias (AGI), Patronato 171, N.1, R.4.

²¹⁰ De la Peña y Cámara, *Archivo General*, 15; Hamann, *The Invention*, 64; Pedro González García, *Computerization of the Archivo General de Indias: Strategies and Results*. Washington: Council on Library and Information Services, 1998, 53. González Palencia, "El Archivo," 3. Lázaro de la Escosura & Ceballos Aragón, *Archivo General*, 9.

²¹¹ Para una discusión crítica sobre esta visión del archivo, véase Brendecke, *Empirical Empire*.

con los cada vez más-distantes exploradores, conquistadores, y oficiales. A partir de este diálogo los ministros esperaban regir sus dominios, sembrar justicia, dar leyes, y salvaguardar sus conciencias ante Dios.

Esta comunicación entre súbditos y señores tenía trayectos establecidos, y estos darían forma al creciente archivo. Los ministros organizaban sus papeles en tres vertientes principales: peticiones y respuestas sobre privilegios en *gracia*, peticiones y respuestas sobre leyes y acciones administrativas en *gobierno*, y litigios y sentencias de asuntos contenciosos en *justicia*. Esta trinidad comunicativa-burocrática estructuró una incesante comunicación entre la corona y sus subordinados – claro, la mayoría de ellos hombres élites europeos. Pero también iban llegando denuncias de frailes en favor de los nativos, litigios de líderes indígenas (*caciques* y *cacicas*), reclamos de indios pecheros, informaciones firmadas por innumerables indios conquistadores, y mil otras clases de testimonios de la realidad indiana. En los perennes juicios civiles y criminales que llegaban al Consejo, así como en los juicios de oficiales, participaban además mil actores, desde esclavos hasta los más prepotentes invasores castellanos, aunque obviamente en diferentes proporciones. El Consejo les respondía con ordenanzas, cédulas reales, y sentencias judiciales. De esta manera los súbditos iban no solamente alcanzando justicia sino formando desde abajo algunos de los fundamentos legislativos y jurisprudenciales de las Indias. Y, desde nuestro punto de vista, iban mezclando sus perspectivas y agendas con aquellos de los más poderosos del imperio.

En las Indias surgieron mil problemas, conflictos sangrientos, incontables abusos, esperanzadoras posibilidades. Pronto no cabían estas quejas y recomendaciones en seis carretas, ni en doce, ni en cien. Si en los primeros felices años después de su fundación en 1524 el Consejo de Indias no se encontraba sepultado en documentos, ya en los años 1540 sus oficiales buscaban deshacerse de papeles resueltos y superfluos. Estos se mandaban al archivo central de la monarquía, en el remoto castillo de Simancas.²¹² Como

²¹² Rodríguez de Diego, *Instrucción*, 34-40; Brendecke, *The Empirical Empire*, 180-181. Sólo de vez en cuando, la nobleza consultaría los papeles de Simancas; este archivo conservaba y escondía estos documentos del público. Véase Brendecke, "Knowledge, oblivion, and concealment."

diría años después el mismo Rey Felipe II, “más fáciles se han de hallar los papeles siendo pocos que siendo muchos.”²¹³

El Consejo mantendría en sus oficinas una colección más escueta de documentos útiles para los problemas del momento. En los años 1550 se notan algunos esfuerzos por sistematizar sus contenidos, seguidos por décadas de más asiduos intentos.²¹⁴ Dos inventarios de su archivo, realizados en 1597, demuestran que sus secretarios habían preservado la trinidad de *gobierno, gracia, y justicia* y que habían dedicado además cierta organización especial a papeles clave sobre asuntos religiosos, militares, y hacendísticas, entre otros.²¹⁵ Gracias a su importancia, los subalternos – incluyendo las esposas de los secretarios – les dedicaron cuidado especial a estos documentos, asegurando que muchos sobrevivieran hasta el presente. Esta forma de preservar y documentar mejor algunos grupos de peticiones ha sin duda condicionado cuáles de estos documentos sobreviven hoy en el Archivo.

El carácter orgánico y desorganizado del archivo ha sido acentuado por toda clase de pérdidas. Desde el inicio, extracciones documentales estratégicas, así como accidentes y falta de interés, han tendido a confundir y desordenar algunas secciones del Archivo. Desde la década de los 1560 varios oficiales – cosmógrafos, fiscales, secretarios, juntas especiales, válidos, y los mismos reyes – han extraído documentos de sus fondos originales.²¹⁶ Algunos para nunca volver. Durante el reinado de Felipe IV, el despilfarro de los papeles llevado a cabo por los válidos se agudizó particularmente.²¹⁷ Un archivista se quejó en 1726 de que los papeles de la monarquía en

²¹³ Biblioteca del Palacio Real de Madrid, Papeles tocantes a Indias II-175, N.47, 203v.

²¹⁴ AGI, Indiferente 1419; British Library, Add.Ms.28345, 67r. De la Peña Cámara, “El manuscrito.” De Altolaquirre, *Gobernación espiritual*, 1929. BNE, Mss. 2935.

²¹⁵ AGI, Contaduría 7A, L.2.

²¹⁶ AGI, Indiferente 744, N.16. AGI, Indiferente 1383A, “Memorial de las escrituras,” 1567. AGI, Indiferente 741, N.248.

²¹⁷ BNE, Mss.10558, 19r.

general habían sufrido largos años de tales descuidos. Hasta los limitados esfuerzos por recuperar y organizar estos documentos resultaron desastrosos. Se lamentaba: “Ha sido tan fatal la conducta de los Papeles que aún las mismas Providencias para asegurarlas parece conspiración a su mayor desperdicio.”²¹⁸ En medio de tanta confusión, incluso acabaron algunas colecciones claves en manos enemigas, como el caso de una serie importante de consultas reales que notoriamente apareció en Londres.²¹⁹ Y aún después de la fundación del Archivo, los disturbios napoleónicos y varios incendios mermaron la integridad de su organización.²²⁰

Vemos, pues, que desde el inicio los papeles del Consejo estaban ligados al poder. Pero no era un poder que se extendía exclusivamente de la metrópoli a la periferia, sino una dinámica dialógica, que mantenía íntegro un imperio en constante expansión. Estas comunicaciones eran polifónicas, y en ellas no participaron solamente conquistadores, oficiales reales, ni inquisidores, sino muchos actores más. Esta lógica comunicativa, junta con la insospechada novedad de las Indias, requería una organización mayor de lo que podían brindar los ministros. Esto previno que el Consejo se convirtiera en un centro de poder autoritario. Además, impregnó al Consejo de un carácter dialógico que distaba mucho de ser epistemológicamente absoluto. El archivo del Consejo, y por ende el Archivo de Indias, nace como instrumento de poder, sí, pero cocreado, malformado, incompleto, histórico, polifónico.

LA NUEVA POLÍTICA PATRIÓTICA DE UN ARCHIVO GENERAL

Los papeles del Consejo de Indias servían un propósito netamente administrativo, distando muchísimo de su uso actual como materia de consulta investigativa en el Archivo de Indias. Los documentos en Simancas y en el Consejo eran secretos de la monarquía, y solo en casos especiales podían ser

²¹⁸ BNE, Mss.10558, 20r.

²¹⁹ BNE, Mss.10558, 22v-23r.

²²⁰ De la Plaza Borges, *Guía del investigador*, 71, 180.

consultados por súbditos y extranjeros. Pero llegaría la hora a finales del siglo XVIII en que los papeles viejos de Simancas y del Consejo cobrarían también una más pública importancia— de ahí, el origen mismo del Archivo de Indias.

Muchos investigadores suponen hoy que del archivo colonial emane el poder. Pero quienes buscaban convertir archivos en poder en épocas pasadas notaron que estas colecciones podían jugar un doble rol. Por un lado, podían reforzar el poder, por el otro, podían descaminarlo. Don José de Gálvez, marqués de Sonora, se percataría de esta dinámica en 1773, mientras buscaba en Simancas algunos documentos importantes para apoyar la beatificación del obispo novohispano don Juan de Palafox y Mendoza (1600-1659). Tenía un gran peso político esta empresa. Palafox había luchado contra los Jesuitas de Nueva España, y ahora en los 1760 y 1770 la corona reñía nuevamente contra la Sociedad, llegando a expulsarlos del Nuevo Mundo. Los Jesuitas se oponían firmemente a la canonización de Palafox, y Gálvez procuraba derrotarlos empleando documentos del archivo simanquino. Pero Gálvez pronto se enteró que Simancas era casi inusable. Los Jesuitas avasallaron a la corona ante la Curia con un documento final, el *Novum Summarium Obiectionale*, eficazmente arguyendo contra Palafox con 4500 páginas minadas de numerosos archivos. Más que un poco irónico, no solamente porque la Corona no se mostró capaz de encontrar sus propios documentos, sino además porque tanto Palafox como Gálvez habían sido ministros del mismo Consejo de Indias, cuyos papeles se estaban tan desordenadas.²²¹

Algo tendría que cambiar. El archivo no servía de herramienta; era más bien un obstáculo, una masa casi inútil de papeles. La corona debía reformar Simancas, ya que la reputación del imperio estaba en juego. Y vendrían humillaciones aún más amargas. Pocos años después, figuras eminentes de la Ilustración en Francia y Europa tachaban las actuaciones de la monarquía española en Indias de brutales y obscurantistas.²²² Mientras en 1773 Gálvez persuadió a la corona de la necesidad de hacer útiles sus colecciones, en los

²²¹ Moriones, "Historia del proceso," 558. Hamann, *The Invention*, 22. Más irónico aún es que ya la corona había enfrentado el problema en los 1570, mientras intentaba defender su patronato ante el Papa; Brendecke, *Empirical Empire*, 254.

²²² Hamann, *The Invention*, 10-16.

1780 su colega el cosmógrafo real Juan Bautista Muñoz propuso extraer todos los papeles sobre el imperio ultramarino y reunirlos bajo un mismo techo.²²³ Esta colección formaría, a partir de 1788, el Archivo de Indias. Serviría, según Muñoz, para defender la “gloria” de España y sus héroes.²²⁴ Para este fin patriótico-imperial, todos los papeles simanquinos relevantes, las colecciones de la Casa de la Contratación, los documentos del Consejo mismo hasta el año 1760, y otros muchos más se reunirían en la renovada Lonja de Sevilla.²²⁵ La transformación dieciochesca de los papeles del Consejo en el Archivo de Indias nació, pues, del caos – herencia de los siglos anteriores y del contexto turbulento de los 1700.

Desde entonces el Archivo ha servido un fin claramente patriótico tanto para sus directores como para los jefes de estado españoles. El colapso del imperio español en el Nuevo Mundo y los deseos posteriores de reanudar conexiones transatlánticas seguramente alentaron estos sentimientos. En la era republicana su director y muchos otros soñaban con convertir el Archivo en un centro igualitario para la hermandad y el intercambio.²²⁶ Pero por más fuertes que fueran los deseos de reconstruir lazos fraternales con los hispanoamericanos, un cierto chauvinismo hispanista nunca dejó de ser parte de ese proyecto.²²⁷ En 1912 el catalán Rafael Vehils i Grau enalteció esta colección como un “museo de nuestra gloria, sagrario de nuestro genio emprendedor e imperialista.”²²⁸ Varios directores del Archivo lo han visto de la misma manera. En 1918 el director don Pedro Torres Lanzas celebró su institución como instrumento para “rectificar lo que ligera o maliciosamente haya corrido vulgarmente sobre nuestra gestión en América.”²²⁹

²²³ Bas Martín, *Juan Bautista Muñoz*, 30-33.

²²⁴ Slade, “An Imperial Knowledge Space,” 201 y 199, respectivamente. Hamann, *The Invention*, 22.

²²⁵ Algunos, que no cabían en el Archivo, acabarían en Madrid; véase Colomar Albajar y Lázaro de la Escosura, “Los «Papeles de Gobierno» del Archivo,” 204-206.

²²⁶ Vélez, *La historiografía*, 107-114. Véase también Piernas Hurtado, “El Archivo,” 243.

²²⁷ Bergamín, “Discurso escrito,” 120-122.

²²⁸ Vehils, “El Archivo,” 57-61.

²²⁹ Torres Lanzas, *Catálogo cuadro general*, 7. Morales Padrón, “Los americanistas.”

En 1951 el Director don Cristóbal Bermúdez Plata alabó al Archivo como prueba de “la inagotable vitalidad de la Madre Patria” cuyos contenidos servirían para reconstruir “cada vez más los lazos de amor y de unión con los pueblos americanos.”²³⁰ Ante las injustas críticas europeas a España, el Archivo era una irrefutable prueba de las virtudes del imperio y de lo español.

Este proyecto hispanista implicaba no solo organizar el Archivo y abrir sus puertas al público. Involucraba resaltar ciertos actores en el pasado sobre otros. La labor en el Archivo encarecería el elemento español en las Indias, y no solamente a los famosos como Cortés y Pizarro sino también otros “muchos nombres sepultados en el olvido...legiones de obreros y de industriales, colaboradores ignorados en la obra inmortal realizada por España en el Nuevo Mundo.”²³¹ Esta misión, subrayó Bermúdez, no consistía únicamente de reanudar lazos con Latinoamérica. Era llanamente parte de la visión falangista. Citó Bermúdez cómo el mismo “invicto Caudillo Generalísimo Franco” había enfatizado en la Fiesta de la Hispanidad de 1937 las hazañas de la “raza de hidalgos,” héroes españoles quienes “supieron imponer a un mundo sus leyes y su fe.”²³² Para Bermúdez la elaboración de herramientas de consulta dejaría en alto a una homérica España, reino cuyos vasallos rescataron al Nuevo Mundo y sus gentes del paganismo y la barbarie.

Ni siquiera la venturosa redemocratización española condujo al abandono total de tales sentimientos hispanistas. En 1985, el Rey de España dio un

²³⁰ Bermúdez Plata, *El Archivo General*, 35.

²³¹ Bermúdez Plata, *El Archivo General*, 37.

²³² Bermúdez Plata, *El Archivo General*, 37. En 1940 el dictador hizo explícita su visión sobre el Archivo de Indias en un pasaje que vale la pena reproducir: “Impulsar este ideal, encauzarlo, vigilarlo, prestarle su máximo reflejo como política natural del Nuevo Estado, es la tarea que hoy se inicia con la creación del Consejo de la Hispanidad y la función que se le asigna, trasunto de aquellas otras gloriosas tareas del Consejo de Indias, padre de leyes justas, ordenador de pueblos, creador de cultura, que fue cabeza rectora de nuestra política más allá de los mares. A él incumbirá conseguir que España, por su ideal ecuménico, sea para los pueblos hispánicos la representación fiel de esta Europa cabeza del mundo. No le mueve a España, con esta actitud a que hoy da ser, apetencias de tierras y riquezas. Ante el espíritu materialista, que todas las ambiciones pide para sí, ella nada pide ni nada reclama; sólo desea devolver a la Hispanidad su conciencia unitaria y estar presente en América, con viva presencia de inteligencia y amor, las dos altas virtudes que presidieron siempre nuestra obra de expansión en el mundo, como ordenó en su día el amoroso espíritu de la Reina Católica.” Pérez Montfort, *Breve antología*, 83-84.

discurso para honrar al presidente de México, en el cual celebraba la España democratizante así como el legado español en Indias:

“La tierra fue, a partir de 1492, distinta...Pero fuimos nosotros, por un lado los habitantes de lo que hoy es la América ibérica y por otro los españoles del primer Estado moderno, los que alumbramos este nuevo mundo. Fuimos también los que introdujimos la idea global -descubrimos el globo- que habría de trastocar la cartografía y proporcionar una nueva visión de la humanidad y de la cultura. Pero ello, tratándose de una celebración común al orden, es especialmente nuestra, americana y española.”²³³

El Rey se interesaba en tres proyectos (entre otros): la reintegración de España a la comunidad internacional, el controversialmente-denominado Quinto Centenario del Descubrimiento de 1492, y la digitalización del Archivo de Indias.²³⁴ Así que la misma digitalización masiva de los años 1980 y 90 que abrió el Archivo a todo un mundo de lectores se realizó explícitamente dentro del marco del controversialmente denominado Centenario del Descubrimiento. Iniciativa que claramente buscaba reactivar buenas relaciones con Latinoamérica pero que generó también una oleada de denuncias de pensadores de izquierda quienes protestaron enérgicamente sobre los subtextos ideológicos del evento.²³⁵

Desde su formación, pues, el Archivo ha sido siempre ligada a la política. Dos grandes corrientes en particular han predominado: la defensa de la honra de una España expansionista y civilizadora, y después del casi-total colapso del imperio, la defensa del lugar de España como *pater familias* en una nueva familia hispanoamericana. Como veremos más adelante, estas dos tendencias determinan no solamente la existencia misma del Archivo sino elementos de su propia estructura interna – incluyendo la calidad de

²³³ Rey Juan Carlos I, “Palabras de su majestad el Rey,” junio 6, 1985. Consultado mayo 5, 2024. [https://www.casareal.es/EN/actividades/Paginas/actividades_detalle.aspx?data=4431](https://www.casareal.es/EN/actividades/Paginas/actividades_discursos_detalle.aspx?data=4431).

²³⁴ Hans Rütimann, “A Report to the Commission,” CLIR, marzo 1992. Consultado mayo 25, 2024. <https://www.clir.org/pubs/reports/archivo/archivo/>.

²³⁵ González García, *Computerization*, 8, 14, 21; Borja y Mascareñas, “El V Centenario.” No sería posible citar todos los textos críticos que surgieron en respuesta al V Centenario.

sus instrumentos de búsqueda. Aclaro que no es mi intención denunciar a la plantilla actual del Archivo, pues dudo que hoy día perdure la política del siglo XX. Pero sí insisto que sería ingenuo ignorar su pasado. A la hora de consultar el Archivo y sus secciones documentales, se debe tener conciencia de estos legados, los cuales en determinados casos facilitan y en otros casos obstaculizan nuestra búsqueda de una visión histórica más amplia, más inclusive, y más empíricamente firme.

ORGANIZANDO Y DESCRIBIENDO LOS PAPELES DE INDIAS

El Archivo tiene su propia historia, cuyas circunstancias han dado lugar a una institución que dista mucho de ser fundamentalmente coherente y unísona. Pero su complejidad es aún mayor, pues sus dieciséis secciones también poseen sus propias historias complejas y múltiples.²³⁶ Cuando nos acercamos a cada una de estas secciones, además, nos damos cuenta que entenderlas requiere de herramientas de búsqueda, *ex necessitate*, y no solamente porque sin ellas recorrer sus más de 8.500 kilómetros de contenidos sería imposible. Resulta que estos instrumentos de consulta también tienen sus propias historias. En la siguiente parte de este capítulo, iré reflexionando sobre dos cuestiones inseparables: las secciones del Archivo de Indias y sus herramientas de búsqueda. Conocer una implica aprender sobre la otra, y entender este conjunto es esencial a la hora de pensar el pasado de nuevo.

Aquí no intento abarcar de manera completa la historia de cada sección del Archivo, pero sí intentaré esbozar algunas secciones clave. Volvamos, pues, a la feliz época de las carretas, los años 1520 y 1530. En ese entonces los consejeros tenían pocos documentos en su colección, si bien cada día las peticiones y los litigios crecían de forma vertiginosa. Los ministros los organizaban mediante una primitiva pero perdurable división, distinguiendo entre asuntos de *gobierno*, *gracia*, y *justicia*. Hoy hay en el Archivo de Indias

²³⁶ Colomar Albajar y Lázaro de la Escosura, "Los «Papeles de Gobierno»".

unos 49,000 legajos, de los cuales aproximadamente 23,000 o el 47% yacen aún en los estantes correspondientes a estos tres ramos.²³⁷

Desde el inicio, los oficiales de la corona se enfrentaron con el reto de desarrollar herramientas de búsqueda que les permitieran domar estas tres principales secciones y así convertir el papel en poder. Este proceso nunca se completó. Los ministros se vieron sepultados bajo aplastantes cantidades de correspondencia. Se quejaban repetidamente de que les faltaba información, mientras les llegaban innumerables quejas, peticiones, litigios, e investigaciones. Ellos iban, en sus propias palabras, “mendigando la noticia” – no por falta de información, sino más bien por lo contrario, por su desordenado exceso.²³⁸ Nunca llegaron a dominar los papeles completamente; de hecho se puede hablar solamente de un uso parcial y sumamente imperfecto del archivo del Consejo, incluso a finales del siglo XVIII. Cuando los agentes de la monarquía comenzaron a desarrollar la organización del emergente Archivo de Indias uno de sus archivistas describió sus mal gestionados documentos como una “selva confusa.”²³⁹

Nuestro acceso al Archivo de hoy ha sido matizado por los centenarios esfuerzos, nunca completos, de estos oficiales de desarrollar adecuadas herramientas de búsqueda. Cada vez que estos instrumentos se han elaborado, ha sido por importantes impulsos administrativos y políticos. Y cada esfuerzo nuevo se ha construido sobre un contexto anterior. Como consecuencia, somos simultáneamente herederos de grandes trabajos anteriores, y cautivos de ambiciones pretéritas.

Veremos enseguida más concretamente cómo las secciones y los instrumentos de búsqueda del Archivo de hoy se han formado a partir de estas

²³⁷ González García, *Computerization*, 53. González Palencia, “El Archivo General,” 3. Lázaro de la Escosura & Ceballos Aragón, *Archivo General*, 9. Claro que hay otras secciones, por ejemplo *Estado*, *Patronato*, y *Ultramar*, que contienen mucha material de *gobierno*, *gracia*, y *justicia*.

²³⁸ BPRM, Papeles tocantes a Indias II-I7S, N.47.

²³⁹ De la Peña y Cámara, *Archivo General*, 96; Para una historia de esta desorganización, véase Colomar Albajar y Lázaro de la Escosura, “Los «Papeles de Gobierno»,” 204-206; véase también Slade, “An Imperial Knowledge Space,” 207. Cañizares-Esguerra, *How to Write*, 170-196.

muchas iniciativas del pasado. La actual sección *Gobierno* consiste en gran parte de las antiguas secciones de *gobierno* y *gracia*, y ofrece un punto de partida ideal para nuestra reflexión. Es sin duda la sección más grande del Archivo de Indias, con 18,714 legajos.²⁴⁰ Consiste mayoritariamente en dos grandes tipos de documentos: peticiones y cédulas reales. Las peticiones podían ser de toda clase de vasallos, y muchas cédulas son las respuestas regias a estas súplicas.

Los papeles de *gobierno* y *gracia* manifestaron desde inicios del siglo XVI grandes discrepancias de conservación y descripción. Aquellos textos que involucraron a los reyes, junto a aquellos que los ministros consideraron ser de particular valor, recibieron mejor cuidado. Por ende desde los 1520 se nota el cuidado a los incontables legajos de registros de cédulas de administración y privilegios, y los miles de las consultas escritas que elevaron al monarca.²⁴¹ Sabemos que desde los años 1550, los oficiales se empeñaban en crear herramientas de búsqueda para muchos cedularios, y el custodio privilegiado de las cédulas se ve hoy reflejado en su digitalización.²⁴² No es de extrañar que casi todas hoy se encuentran en PARES en maravillosas condiciones, acompañadas por metadatos robustos.²⁴³ Esta digitalización nos brinda grandes ventajas, pues entre estos decretos encontramos las respuestas de los reyes a peticiones de muchos indígenas, e incluso de algunos grupos aún más socialmente marginalizados, como aquellos categorizados como mulatos y mulatas, negros y negras.

Además de las cédulas tan abundantes en *Gobierno*, el otro tipo documental predominante en esta sección son las peticiones. Los vasallos se comunicaban constantemente con la corona, y sus oficiales respondían mediante dos principales tipos de documentos. Las peticiones de *gracia* pedían cédulas que les otorgaban privilegios de toda clase. Estas súplicas se caracte-

²⁴⁰ De la Peña y Cámara, *Archivo General*, 95-96.

²⁴¹ Heredia Herrera, *Catálogo*, 1598.

²⁴² AGI, Indiferente 1419.

²⁴³ Véase para la descripción de sus metadatos a inicios del siglo XX en Rubio y Moreno, *Inventario general*.

rizan por ser algo largas y estar llenas de testimonios notarizados. Las peticiones de *gobierno* tenían un formato más abierto, y tendían a sugerir que el rey ordenara mediante cédulas nueva legislación o acciones específicas. Pero las peticiones de *gobierno* y *gracia* no se han conservado tan bien como las cédulas reales. Esto quiere decir que, a veces, sabemos más sobre las peticiones exitosas de muchos actores, sean élites o marginalizados, cuyas instancias produjeron cédulas, y menos sobre las peticiones mismas y las iniciativas que fallaron.

Esta tendencia de conservar algunas peticiones mejor que otras se deja notar ya a mediados del siglo XVI. Los ministros expresaron gran interés en preservar las cartas de los virreyes, obispos, y otros oficiales; no es coincidencia que muchas de estas cartas estén bien anotadas y accesibles en PA-RES hoy en día. Otros documentos no tuvieron la misma suerte. A finales del XVI, esta discrepancia de papeles ‘importantes’ y ‘no importantes’ se manifestaba claramente expresada en las herramientas de conservación y búsqueda dentro del Consejo. Los inventarios del 1597 manifiestan que el Consejo cuidaba algunos papeles clave sobre asuntos religiosos, militares, y hacendísticas, entre otros. Los legajos de baja prioridad llevaban títulos indeterminados como ‘más papeles’ mientras que otros de mayor importancia estratégica al imperio como “Consultas sobre materias del Estrecho de Magallanes”, estaban claramente a la mano.²⁴⁴

En cambio, muchas secciones de *Gobierno* carecen del mismo nivel de atención. Si muchísimas cédulas se encuentran hoy digitalizadas y con robustos metadatos, hay muchos legajos de peticiones con muy escuetas descripciones. Por ejemplo, para el legajo Lima 126 tenemos la descripción Audiencia de Lima, años 1582-1583, “Cartas y expedientes de personas seculares.” Sus contenidos no han recibido aún ninguna descripción específica, mucho menos digitalización ni acceso en línea. Posiblemente la sección más impenetrable de *Gobierno*, la famosa *Indiferente General*, demuestra la

²⁴⁴ AGI, Contaduría 7A, L.2. En algunos casos es posible identificar la correspondencia actual entre legajos; una colección sobre la licitud de la encomienda mencionada en el inventario de 1597 sería el actual legajo AGI, Indiferente 1624, por ejemplo. A este grupo se hace referencia en 1598 en AGI, Indiferente 1417, s/f, 5 febrero 1598.

cobertura desigual de las herramientas de búsqueda. Carece en muchísimos casos de digitalización y de metadatos para sus 3,302 legajos.²⁴⁵ Pero para aquellos que estudian el pasado indiano posee *Indiferente* gran relevancia. Como dijo el director del Archivo, José María de la Peña, en 1958, “es una de las secciones mayores y más interesantes del Archivo, que comprende asuntos de toda índole y carácter.”²⁴⁶ Abarca, de hecho, toda aquella documentación que no cabía en las otras agrupaciones regionales.

Si muchas partes de *Gobierno* forman un vasto continente incógnito del Archivo de Indias, *Indiferente* es su corazón secreto y casi impenetrable. Para De la Peña, el trabajo de “reducir a un cuadro la masa de este apartado, en cuanto al Indiferente General, la considero, por hoy, empresa condenada al fracaso...”²⁴⁷ Sería asimismo en vano definir qué clases de documentos se ubican en *Indiferente*, pues son variadísimas – desde decretos reales y consultas con el monarca a peticiones de árabes musulmanes, indígenas, y las barrenderas negras del Consejo. Además, abundan los datos sobre indígenas que viajaron a pedir justicia ante el Rey entre los años 1560-1700. Ahí nos encontramos además con los esclavos y criados que aquellos trajeron a Madrid como acompañantes, y con un sinfín de otros súbditos de las más variadas naciones que residían en la corte.

Junto a *gobierno* y *gracia*, la tercera división oficinesca del Consejo era *justicia*, o sea, los litigios presentados por los vasallos y las correspondientes sentencias emitidas por los ministros. Estos casos contenciosos son especialmente interesantes para los que buscan actores y perspectivas no-élites y no-europeas. Hoy en día, los documentos sobrevivientes de *justicia* se dividen entre dos importantes secciones del Archivo: *Justicia* (1207 legajos) y *Escribanía* (2864 legajos).²⁴⁸ Como en el caso de *Gobierno*, se notan dos

²⁴⁵ PARES, metadatos, “Gobierno.” Sin fecha. Consultado mayo 25, 2024. <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/1859526>. Existen no obstante bastantes excepciones; por ejemplo, los registros de cédulas de Indiferente se encuentran digitalizadas y descritas.

²⁴⁶ De la Peña y Cámara, *Archivo General*, 115.

²⁴⁷ De la Peña y Cámara, *Archivo General*, 116.

²⁴⁸ PARES, metadatos – “Escribanía de Cámara de Justicia,” Sin fecha. Consultado mayo 25,

tipos generales de documentos: los juicios, y las sentencias emitidas por el Consejo. Estas últimas se documentan con bastante regularidad desde los 1560 y hoy gozan de sólidos metadatos.²⁴⁹ En cambio, la otra familia de documentos, los litigios, carecen en muchos casos de buenos metadatos y de digitalización. Son de por sí generalmente de difícil consulta por ser extensos y de muy mala letra. Algunos de sus legajos están en pésimas condiciones de preservación, mientras que otros han sido hábilmente restaurados.

No obstante estos obstáculos, estas fuentes siguen valiendo la pena. Por ejemplo, en *Justicia y Escribanía* nos topamos con muchas mujeres pleiteantes y testigos en los juicios civiles. Los juicios criminales contienen toda clase de investigaciones en las cuales aparecen las acciones y los declaraciones de variadísimos personajes. Encontramos aquí muchos casos de gran valor. Entre otros muchos, cartas firmadas por el Inca de Vilcabamba, alegaciones de libertad de mujeres indígenas, reclamos contra oficiales de pecheros nahuas en Guatemala.²⁵⁰ Los testimonios más abundantes se encuentran en las visitas y residencias, investigaciones y litigios comisionados por el Consejo para recopilar denuncias de todo tipo de personas en contra de los que gobernaban el Nuevo Mundo. Si bien fueron hombres quienes administraron completamente estas indagaciones, no hay que pormenorizar la participación de un sinnúmero de mujeres pudientes y pecheras, testigos indígenas élites y del común, personas esclavizadas, y criados y criadas, entre muchos otros.²⁵¹

Hemos visto que en los papeles de *Gobierno, Justicia, y Escribanía* existen vastas discrepancias en su preservación, digitalización, y desarrollo de herramientas de búsqueda. En algunos casos, resulta fácil notar que las prioridades de los ministros reales durante siglos jugaron un rol importante en

2024 <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/1866058>
PARES, metadatos – “Justicia,” Sin fecha. Consultado mayo 25, 2024. <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/1863031>.

²⁴⁹ Moranchel Pocater, “Los libros,” 219.

²⁵⁰ La carta del Inca de Vilcabamba se encuentra en AGI, Justicia 660, 357r. Véase también AGI, Justicia 662, 312r. Transcrita en Julien, “Titu Cusi.” AGI, Justicia 291; Van Deusen, *Global Indios*, 2015.

²⁵¹ De la Peña y de la Cámara, *Spanish Residencias*.

legitimar estas desigualdades. Siempre las disposiciones de los reyes y los ministros recibían mejor cuidado y catalogación, mientras que las peticiones y litigios recibieron menos atención. Y ciertas secciones arrastran un legado centenario de desorganización, como es el caso de muchas subsecciones de *Indiferente*.

Entender cómo funcionaba el Consejo nos ayuda en algunos momentos, pero no todas las secciones obedecen el orden original de esta institución. Mientras que secciones como *Gobierno* y *Justicia* conservan la estructura original del archivo del Consejo, existen varias secciones fácticas, cuyas historias han respondido a variopintos contextos históricos. La famosa sección *Patronato* es un buen ejemplo.²⁵² Los ministros del consejo, siempre acérrimos defensores de la jurisdicción eclesiástica de los reyes ante el Papa, y defensores de los dominios imperiales ante los franceses y otros, parecen haber reunido una selección de textos de particular relevancia para tales propósitos, ya sea en o antes del año 1626.²⁵³ Esta sección, bautizada desde su establecimiento *Patronato real*, ha experimentado un valor duradero y una atención extraordinaria. Ya entre 1814 y 1820 se llevó a cabo un primer intento de elaborar un índice.²⁵⁴ En la actualidad, los aproximadamente 300 legajos de *Patronato* están completamente digitalizados y accesibles a través

²⁵² El caso de *Patronato* anticipa posteriores alteraciones del orden archivístico original. Por ejemplo, a finales del siglo XIX, el director Torres empezó a extraer todos los materiales cartográficos que pudiera encontrar, formando así la sección facticia *Mapas y Planos*; véase María Antonia Colomar Albajar, *Archivo General de Indias: Introducción al estudio de la Sección de Mapas y Planos*. La Rábida: Ministerio de Cultura, 1979; Esta sección, también en su mayoría digitalizada y disponible en línea, ahora goza de unas 8448 piezas y 6470 descripciones; véase PARES, “Mapas, Planos, Documentos Iconográficos Y Documentos Especiales.” <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/1931454>. Sin fecha. Consultado mayo 25, 2024.

²⁵³ Colomar Albajar y Lázaro de la Escosura, “Los «Papeles de Gobierno»,” 207. *Patronato* aparece ya en un manuscrito del 1626; véase BNE, Mss.2939, 179r. Existe una mención anterior en Antonio de Leon Pinelo, *Epitome de la Biblioteca Oriental y Occidental*. Madrid: Francisco Martínez Abad, 1737, 786, en donde se refiere a una cierta Información sobre el Patronato Real de 1624, escrita por el Lic. Garci Pérez de Araciel. Más probable es que el mismo Leon Pinelo haya elaborado en parte este fondo facticio; véase José Torre Revello, *El Archivo General de Indias de Sevilla*. Buenos Aires: Jacobo Peuser, 1929, 31.

²⁵⁴ De la Peña y Cámara, *Archivo General*, 86; cabe mencionar, claro, que la reorganización de *Patronato* y probablemente de otras secciones se realizaron más bien en el Archivo de Simancas.

de PARES; esta sección se destaca por contar con metadatos muy exhaustivos. Entre estos documentos no es difícil localizar a Cristóbal Colón, a Bartolomé de las Casas, a Hernán Cortés – o sea, personas consideradas como muy importantes durante la época de su formación como sección. Pero también aparecen algunas peticiones y los testimonios de muchos indígenas, de mujeres, y de otros grupos.²⁵⁵ Estas fuentes resultan algo difíciles de analizar, pues se encuentran extraviadas de sus contextos originales en los canales primordiales de *gobierno*, *gracia*, y *justicia* debido a políticas posteriores a su creación.

Los casos de *Gobierno*, *Justicia*, y *Patronato* demuestran el peso de las políticas de los siglos XVI y XVII sobre el Archivo, su organización, y su descripción. Las metas políticas del siglo XX han creado también diferencias notables entre los metadatos y el acceso digital en diferentes secciones. Un ejemplo clave lo encontramos en la sección de pasajeros a Indias llamada *Contratación*, producida no por el Consejo sino por la Casa de la Contratación de Sevilla. Llegó al Archivo a finales del siglo XVIII con un índice, si bien bastante difícil de usar.²⁵⁶

Durante el siglo XIX y sobre todo en el siglo XX se dio un nuevo esfuerzo de domar esta sección. Por 1915 los subalternos del Archivo se esforzaban por catalogar y publicar estos expedientes – unos 30,000 en 318 legajos.²⁵⁷

El dirigente de este esfuerzo, Luis Rubio y Moreno, dijo entender su misión de listar los pasajeros a Indias como una contribución al movimiento hispanista, enfatizando la gloria de “Hispania a quien cupo la gloria de ser madre de las Indias” así como “el verdadero lazo o nexo hispanoamericano.”²⁵⁸ El carácter hispanista de este esfuerzo sólo se haría más explícito durante la época de la dictadura. En las palabras del director Bermúdez en 1940, tales esfuerzos por catalogar y divulgar los nombres de los pasajeros a Indias

²⁵⁵ AGI, Patronato 196, R.16; AGI, Patronato 229, R.49; AGI, Patronato 231, N.7, R.15; AGI, Patronato 55, N.3, R.4.

²⁵⁶ Hamann, *The Invention*, 211.

²⁵⁷ Rubio y Moreno, *Pasajeros*, T.1, 7-10.

²⁵⁸ Rubio y Moreno, *Pasajeros*, T.1, 7-10.

“darán a conocer muchos nombres sepultados en el olvido, y renacerán a la vida legiones de obreros y de industriales, colaboradores ignorados en la obra inmortal realizada por España en América.”²⁵⁹

Tales esfuerzos hispanistas han dejado una profunda huella en el Archivo actual. La misión de listar estos pasajeros se integró adelante con PARES de manera impresionante. Como resultado, las partes de la sección *Contratación* que conciernen pasajeros a Indias siguen siendo hoy día de las más grandes y más fáciles de consultar en línea. Otras áreas de menor prominencia en la política del siglo XX han tendido a ser pasadas por alto. Por ejemplo, de la sección de *Contratación* dedicada a la trata, *Esclavos*, solo una de las siete subseries ha sido incluida en PARES. Reconocer la enormidad de la trata en el imperio era, por supuesto, una prioridad menor a la de resaltar la emigración española a Indias.

ACTORES EN EL ARCHIVO: EL CACIQUE DON PEDRO DE HENAO Y LA ESCLAVA FELIPA DE LA CRUZ

A mediados de los años 60 el eminente decolonialista y filósofo de la liberación, Enrique Dussel, se dedicó a varios años de investigación en el Archivo de Indias – sobre todo en los ramos episcopales de *Gobierno*. Se declaró en 1973 desilusionado e insatisfecho con lo que (no) había encontrado. Clamó, “¿Dónde está la historia de los pobres? ¿Dónde está la historia de los indios, de los zambos, de los mestizos? ¿Dónde está la historia del pueblo latinoamericano oprimido? Está por escribirse. ¿Por qué?”²⁶⁰

Esta manifestación simultáneamente ilumina y oculta. Por un lado, Dussel expresa correctamente la gran carencia de reflexiones sobre los oprimidos que prevalecía en aquellos años, y enuncia la dificultad de encontrar perspectivas no-élites en los archivos coloniales. Sin duda, en el Archivo

²⁵⁹ Bermúdez, *Catálogo de pasajeros*, xiii.

²⁶⁰ Dussel, “Reflexiones,” 36. “Was America Discovered,” 225. *History*, 97. Dussel, *Liberación*, 19.

de Indias uno no se da ordinariamente con largos textos escritos por zambos (ni mucho menos zambas). Aparecen millones de personas esclavizadas bajo el nombre de 'piezas.' Se habla en los largos informes de Hacienda sobre infinitos indios tributarios, casi nunca con sus nombres personales, ni siquiera mencionando sus etnias. Y en los fondos de correspondencias episcopales son pocas las cartas de indígenas; estas correspondencias con el Consejo hablan de 'idolatrías,' 'sodomitas,' 'diablos.' En estas subsecciones una perspectiva no-élite, no-europea resulta difícil de vislumbrar. Podríamos repasar mil ejemplos de tales encubrimientos de seres humanos y sus mundos, y debemos hacerlo. Es más, existe una compleja pero directa relación entre el archivo del Consejo y el muy real sufrimiento de muchos oprimidos. Pero por el otro lado, da la impresión de que el archivo colonial, y específicamente el Archivo de Indias, no era un sitio indicado para tomar a cabo aquella labor. Después de todo, él mismo no había podido elaborar esta nueva narrativa después de años de investigación.

Mi propuesta ha sido que, no obstante este legado, el Archivo sigue siendo un recurso importante en la búsqueda de otros actores y perspectivas si lo sabemos explorar con agudeza y diligencia. Hasta ahora me he preocupado de una forma algo abstracta sobre este tema. Toca ahora, pues, ofrecer algunos ejemplos más concretos de cómo podemos combinar posicionamientos críticos, un conocimiento de la historia del Archivo, y herramientas de búsqueda (incluyendo la digitalización) a estos fines. Dos actores – el cacique don Pedro de Henao y Felipe de la Cruz, mujer esclavizada, nos podrán servir de guías, mostrándonos las oportunidades y límites que nos brindan estos instrumentos.

El poder de las herramientas de consulta – sobre todo de PARES y sus metadatos – se demuestra bien en el caso del cacique don Pedro de Henao. Con una simple búsqueda en línea, aparece don Pedro docenas de veces, sobre todo en la sección *Gobierno* en los años 1580. Como esperaríamos, encontramos ahí sus papeles de *gobierno* y *gracia*. Este señor de la zona de Pasto, jurisdicción de Quito, había llegado a Madrid en 1583. Mediante sus peticiones de *gracia* en donde se representa como fiel cristiano y conquista-

dor de pueblos nativos indómitos, don Pedro presionó al Consejo para que le otorgara mediante varios reales decretos los oficios de intérprete y gobernador de indios en Pasto.²⁶¹ A don Pedro lo sorprendemos pidiendo exitosamente ayudas de costa para su estadía en la corte, y permisos y ayudas para su viaje a Indias, acciones que pertenecen también a *gracia*.²⁶² Pensaba en más que simplemente defender sus propios intereses, sino en su comunidad y sus súbditos. Mediante varias peticiones de *gobierno* consiguió que la corona reformara importantes elementos de la administración en Pasto. Logró así debilitar a los encomenderos, reformar la recolección de tributo indígena, establecer jurisdicciones locales más nítidamente delimitadas, permitir la libre circulación de indios, y favorecer a los franciscanos (si bien consiguió que estos no pudieran castigar a los nativos).²⁶³ Por último, la corona le otorgó recursos para construir una opulenta iglesia en Pasto.²⁶⁴

Apreciar los elementos generales de la actuación de don Pedro de Henao resulta fácil, pero ni PARES ni sus herramientas de búsqueda nos proporcionan todos los documentos existentes sobre su caso. Por ejemplo, si nos adentramos en las grandes unidades aún no descritas de *Indiferente*, encontramos algunas de sus peticiones que inspiraron los decretos reales digitalizados.²⁶⁵ Entre estos documentos sepultados, posiblemente los más interesantes son aquellos que nos revelan cómo el Consejo pagó por su estadía, exactamente cómo lo vestían, cómo vivía en la corte, y hasta cómo se concertaba con la propietaria de su hospedaje, la analfabeta Ana de Angulo.²⁶⁶

²⁶¹ AGI, Quito 22, N.38. AGI, Quito 211, L.2, 110v-111r. AGI, Quito 211, L.2, 112v. AGI, Quito 211, L.2, 131v. AGI, Quito 211, L.2 156r-v.

²⁶² AGI, Indiferente 426, L.27, 63v. AGI, Indiferente 426, L.27, 69r. AGI, Quito 211, L.2, 110v-111r. AGI, Quito 211, L.2, 113r. AGI, Indiferente 426, L.27, 73r-v. AGI, Indiferente 426, L.27, 128r. AGI, Indiferente 426, L.27, 78r. Para sus licencias de viajes y su tornaviaje, AGI, Quito 211, L.2, 112v. AGI, Indiferente 1952, L.2, 171r-v. AGI, Quito 211, L.2, 132r-v. AGI, Quito 211, L.2, 134r-v. AGI, Quito 211, L.2, 155v-156r. AGI, Quito 211, L.2, 162r.

²⁶³ AGI, Quito 211, L.2, 129v-130r. AGI, Quito 211, L.2, 131r-v. AGI, Quito 211, L.2, 132r. AGI, Quito 211, L.2, 133r. AGI, Quito 211, L.2, 157r-158v.

²⁶⁴ AGI, Quito 211, L.2, 130v. AGI, Quito 211, L.2, 156r-v.

²⁶⁵ AGI, Indiferente 1373. AGI, Indiferente 1395. AGI, Indiferente 1401. AGI, Indiferente 1404.

²⁶⁶ AGI, Indiferente 1395.

PARES nos permite, no obstante sus considerables lagunas, una visión bastante global de las actuaciones de don Pedro en la corte. Pero localizar los documentos solo es parte de la historia. Tocaré pensarlos, y repensar el imperio. ¿Hasta qué punto se han empeñado los investigadores en re-evaluar el imperio a partir de casos como este? Vemos muy claramente que investigadores más declaradamente de persuasión crítica-teórica han por lo general evitado a incorporar esta clase de fuentes, que tanto nos revelan sobre indígenas cosmopolitas. Mientras tanto, historiadores con sofisticadas metodologías archivísticas sí han logrado repensar el mundo atlántico a partir de estos casos, rompiendo con el estereotipo del indígena aislado y rural. Han ido desarrollando toda una gama de nuevas preguntas sobre la experiencia indígena, la movilidad, y el imperio mismo.²⁶⁷ Por supuesto, reconocer las acciones de don Pedro no significa simplemente describirlas y dejar de analizarlas críticamente – después de todo, fue un cristiano opresor de indígenas soberanos, un agente más del imperio. Sin embargo, ignorar su historia y otras parecidas es ignorar la naturaleza cocreada de los imperios, la escritura, y el horizonte del pensamiento indígena. Es excluir a muchos indígenas de sus narrativas propias y de cierta manera negar su participación en un mundo interconectado.

El carácter fundamentalmente administrativo-judicial del Archivo de Indias nos podría convencer, además, que todas las interacciones documentadas se tratan de conversaciones *a priori* marcadas por desbalances de poder. De este modo algunos dirían que el cacique don Pedro Henao ya habla, de cierta forma, no como un ‘auténtico subalterno’ sino como ‘ser colonizado.’ Esta posición es en sí cuestionable, pues los documentos históricos en general (y no solamente aquellos ‘coloniales’) no suelen proporcionarnos con

²⁶⁷ Alpertine-Bouyer, “Cruzar el océano.” De la Puente Luna, “A costa.” *Andean Cosmopolitans*. Cave, “Madalena.” Cook, “Claiming Nobility.” Dodds Pennock, *Savage Shores*. Van Deusen, *Global Indios*. “Coming to Castile.” “Seeing Indios.” “The Intimacies of Bondage.” “Diasporas, Bondage, and Intimacy.” Franco Silva, *Los esclavos*; Gil-Bermejo García, “Indígenas americanos.” Gil, “Los primeros mestizos.” Julián, “Tráfico de indígenas.” Mangan, *Transatlantic Obligations*. “Moving Mestizos.” Mira Caballos, *El descubrimiento*. “Indios americanos.” “El envío de indios.” *Indios y mestizos*. “Indios nobles.” “De esclavos a siervos.” Vicuña Guengerich, “No todos.” El caso de don Pedro ha recibido atención también, en Uusitalo, “An indigenous lord.”

una interioridad subjetiva totalmente ‘pura’ en sí, sino que registran alguna acción, la cual difícilmente puede ser descrita como ‘inauténtica.’ Pero hasta quienes no aceptarían la pureza de los escritos de don Pedro podrían verse sorprendidos por otros casos dentro de este Archivo. Por ejemplo, entre los más de 6000 legajos de la Casa de la Contratación, incorporados casi desde la fundación del Archivo, existen correspondencias personales sorprendentemente íntimas. Estas se encuentran, sobre todo, en la subsección *Bienes de difuntos*. Al fallecer un súbdito, las autoridades procuraban reunir sus bienes con algún heredero. Oficiales buscaban comprobar el nexo personal entre el difunto y el legatario, y para este fin había pocos documentos tan privilegiados como las cartas personales.

Concreticemos esta reflexión a partir del caso de Antonio Cigarra, negro libre, muerto a puñaladas en Veracruz en 1609.²⁶⁸ Su viuda, la esclava negra Felipa de la Cruz, quiso recuperar sus bienes desde Sevilla.²⁶⁹ Entre los bienes de Antonio aparece una tierna y conmovedora carta de Felipa. Ella alega que su marido se ha olvidado de ella y de sus hijos esclavizados, y se queja de la difícil experiencia que es la esclavitud:

“acordaos de la que estoy y como estoy y en casa ajena aunque estos señores me han criado y me hacen merced en efecto ya sabéis la condición de mí y que no la perdona a nadie y así por vida vuestra que se ponga esto por delante y ver que vuestros hijos están cautivos y recibiendo pesadumbres y malas razones, ya sabéis lo que se desea la libertad.”²⁷⁰

En el proceso de corresponder con su esposo, Felipa nos recuerda que entre miles de páginas rutinarias y deshumanizantes existen además algunos fragmentos profundamente personales.

Pero ¿cómo encontrar esta clase de cartas? Este ejemplo se puede consultar en línea mediante PARES, pero encontrarla no es nada fácil debido a

²⁶⁸ AGI, Contratación 303, N.2, 6r.

²⁶⁹ Este caso lo analiza Ireton en “They Are Blacks;” se analizará en su artículo próximo, entitulado “Whispers, Murmurs, and Letters: Atlantic Trajectories and Transoceanic Ties of Captive and Free Blacks in the Early Hispanic Atlantic.”

²⁷⁰ AGI, Contratación 303, N.2, 19bis-v.

la actual presentación de sus metadatos. Se ubica en la sección *Contratación*, subserie *Autos de bienes de difuntos*. Recibió a finales del siglo XVIII el metadato, ““Los bienes de Anton Sigarra negro deffunto en las Yndias.””²⁷¹ No menciona a Felipa. Pero el nuevo metadato es más completo, mencionando a Felipa y su hijo:

“Autos sobre bienes de difuntos: Antonio Sigarra, negro, difunto en Veracruz. Herederos: Felipa de la Cruz, negra, esposa y Cristóbal, hijo.”²⁷²

Este nuevo metadato nos revela mucho más sobre el caso. Pero el auto de unas 70 páginas contiene mucho más – incluyendo los testimonios de las colegas de Felipa y más cartas personales. Nos encontramos con toda una red de personas esclavizadas y libertas, junto a sus impactantes expresiones de su vida personal y sus sentimientos respecto a su condición de madre esclavizada. Pero ni los metadatos ni la digitalización nos ayudan a encontrar referencias a su tan valiosa correspondencia; para suponer que se pudo haber localizado en esta sección del Archivo tendría uno que saber de antemano algo sobre la estructura de los *Autos de bienes de difuntos*, e ir lentamente revisando página por página.²⁷³ Para encontrar las declaraciones subjetivas de Felipa, no bastan las herramientas críticas, ni los metadatos, ni una idea general de la historia del Archivo; estos deben ser suplidos por una virtud cardinal, la de la paciencia.

Como está digitalizado el caso, se puede consultar en línea. Invita la pregunta: ¿Por qué se encuentra digitalizada la subserie *Autos de bienes de difuntos*? Desconozco la historia que llevó a la decisión concreta, pero lo cierto es (como hemos visto) que *Contratación* ha despertado desde muchos años interés entre hispanistas – incluyendo el mismo Franco - sirviendo como demostración del impacto civilizatorio español en el Nuevo Mundo,

²⁷¹ AGI, *Contratación* 303, N.2, 1r.

²⁷² PARES, Metadatos sobre Bienes de difuntos: Antonio Sigarra. Sin fecha. Consultado mayo 25, 2025. <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/90033>.

²⁷³ No obstante, ni estas cartas están completamente deprovistas de sospechas; algunas eran ‘cartas echadizas.’ Parece poco probable que la carta de Felipa fuera una de estas sin embargo. Véase Stangl, *Authentizität und Fiktion*.

y la deuda impagable del americano a su antiguo patrón. Resulta, pues, un accidente afortunado y más que un poco irónico que podamos hoy leer la carta de Felipa desde virtualmente cualquier parte del mundo. Y nos recuerda que a pesar de la motivación de muchos administradores de resaltar el elemento hispánico en Latinoamérica, la polifonía de los documentos se resiste a confirmar aquella lectura – inclusive en el caso de mujeres negras esclavizadas quienes escribían tiernas cartas a sus maridos.

Por supuesto, entender cómo funcionan las secciones del Archivo no es una panacea. En Sección *Gobierno* encontramos sobre todo peticiones de *gobierno*, manifestando que muchos vasallos transformaban leyes imperiales, y probanzas de *gracia*, ricas en informaciones biográficas de personas más élites. En *Justicia y Escribanía* hallamos largos y ricos juicios, que contienen no solamente a pleiteantes sino testigos de toda clase. Y en *Contratación*, un sinfín de datos sobre movilidades y bienes. Biografías sorprendentemente completas se pueden armar con estos datos. Pero cualquier investigador tendría que intentar complementar el Archivo con muchos otros – entre ellos los archivos eclesiásticos ricos en informaciones sobre bautizos y difuntos, archivos notariales con sus contratos y testimonios, archivos virreinales, y un largo etcétera. Nunca sabremos todo sobre las historias de don Pedro y Felipa, pero podemos suponer que en otras colecciones yacen más fragmentos por descubrir.

CONCLUSIONES

¿De qué manera se puede utilizar el Archivo de Indias para elaborar historias sobre el pasado latinoamericano que incluyan no solo a virreyes, arzobispos y conquistadores, sino también las acciones y testimonios de individuos como don Pedro y Felipa? Parte del problema nace de los documentos mismos, pues en ellos predominan hombres españoles. Pero entre los millares de racimos de documentación hay suficientes actores no-élites y no-españoles como para mantenernos ocupados durante décadas, quizá

siglos. El archivo del Consejo y las otras colecciones que ahora forman parte del Archivo de Indias no eran únicamente el instrumento fiel de un extenso imperio y sus oficiales. Eran desde sus inicios una cosa polifónica y cocreada. Para más eficazmente encontrar estos dos sujetos y muchísimos más en el Archivo de Indias, debemos comprender el archivo colonial – leyéndolo no exclusivamente ‘contra el grano,’ sino, como han propuesto Stoler, Zachariah y otros, mediante una lectura que busca entender y seguir el grano mismo.²⁷⁴ Nuestra conciencia de la historicidad del archivo constituye, pues, una herramienta de primordial importancia.

La digitalización podrá jugar un rol fundamental para nuevas historias críticas, sin duda. Como vimos en el caso de don Pedro, el potencial de la digitalización y de las herramientas de búsqueda es formidable. Pero aquí también deberemos ejercer cautela. Ahora que este archivo nos brinda mejor acceso que nunca, toca esforzarnos por entender las maneras por las cuales los archivos coloniales, sus secciones, y sus descripciones siempre han sido formadas por propósitos político-administrativos – incluyendo la defensa de los intereses del imperio, del hispanismo republicano, e inclusive el fascismo. Y estos legados sin duda circunscriben sus contenidos, sus metadatos, inclusive el ímpetu y los resultados de la digitalización. El caso de Felipa nos ilustra tanto la promesa como el sesgo implícito que continúa manifestándose de formas sutiles en los metadatos.

Tampoco podemos aprovechar los archivos coloniales adaptando rígidas posiciones teóricas. Algunos de estos marcos declaran *a priori* la inutilidad de buscar polifonía en el archivo colonial. En otros casos, estas visiones nos ciegan inclusive mientras trabajamos dentro del archivo mismo, como lo hace notable la experiencia amarga de Dussel. En cambio, me parece que combinando una conciencia de la historicidad del archivo, una mirada crítica hacia sus herramientas de búsqueda, y un enfoque crítico sobre el pasado en general nos llevarán más lejos.

²⁷⁴ Zachariah, “Travellers,” 25. Stoler, *Along the Archival Grain*. Ghaddar & Caswell, “To go beyond,” entre muchos otros.

La riqueza del Archivo de Indias se rehúsa a ser capturada en una corta reflexión como esta. En este laberinto encontramos a don Pedro y Felipa y muchos más. Uno nunca acabaría de listarlos. Sabiendo movernos entre sus estantes, podríamos encontrarnos con los testimonios de indios desde Patagonia hasta Alaska. Y cantidades nada desdeñables de otros grupos. Aparecen escritos y declaraciones restringidas de muchas etnias africanas, así como negros hispanohablantes residentes en el Nuevo Mundo - esclavos, libertos, embajadores, santos. También hay europeos católicos de toda clase - islandeses, irlandeses, ingleses, franceses, suecos, alemanes, húngaros, polacos, un sinfín de flamencos, italianos, y portugueses (entre otros). Cristianos de otras denominaciones también aparecen episódicamente - armenios, árabes cristianos, griegos, turcos, rusos, y toda una gama de protestantes. No-cristianos - chinos, árabes y turcos musulmanes, también protagonizan bastantes textos. A esta diversidad le podemos sumar escritos de otras tradiciones epistemológicamente ajenas a la católica e ibérica, sobre todo en obras hechas por manos indígenas y asiáticas. Además aparecen personas de diversas orientaciones sexuales y de género, vasallos de estratos sociales obreros, niños y adolescentes, con una larga etcétera. Debemos entender cómo estos actores se desplazaron por el imperio, cómo participaron y sufrieron en su construcción, y cómo los oficiales colaboraron con y abusaron de ellos. Si lo logramos, habremos expandido considerablemente la base sobre la cual empezar a escribir nuevas historias del Nuevo Mundo y del mundo entero.

¿Dónde está reflejada la historia del pueblo latinoamericano oprimido? En muchos sitios. En las experiencias de sus habitantes, en sus mil formas de ser, en sus edificios y calles, en el subsuelo, en su flora y fauna, en muchos archivos nacionales y locales. Está en muchas partes, y es tan vasta que nunca la acabaremos de describir. Claro que ningún archivo nos proporcionará esa historia en su totalidad, ni la presentará de una forma conveniente ni transparente. Sin embargo un privilegiado sitio para empezar ese proyecto, empresa de nunca acabar, sería entre los estantes del Archivo General de Indias. Adelante quedan 43,000 legajos, casi 9.000 kilómetros de documentos, y 90,000,000 páginas que recorrer.

REFERENCIAS

ALTOLAGUIRRE Y DUVALE, Ángel de (Ed.). **Gobernación espiritual y temporal de las Indias**. Madrid: Tipografía de Archivos, 1929.

ALPERRINE-BOUYER, Monique. "Cruzar el océano: lo que revelan los viajes a España de los mestizos peruanos en la segunda parte del siglo XVI." *Histórica*, v. 37, n. 2, 2013, p. 7-58.

BAS MARTÍN, Nicolás. **Juan Bautista Muñoz (1745-1799) y la Fundación del Archivo General de Indias**. Valencia: Biblioteca Valenciana, 2000.

BERGAMÍN, Francisco. Discurso escrito y pronunciado. **Boletín de la Real Academia de la Historia**, LXIV (1914), p. 120-122.

BERMÚDEZ PLATA, Cristóbal. **El Archivo General de Indias de Sevilla: sede del Americanismo**. Madrid: Cuerpo Facultativo de Archiveros, 1951.

BERMÚDEZ PLATA, Cristóbal. **Catálogo de pasajeros a Indias, Vol. 1, 1509-1534**. Sevilla: Imprenta Editorial de la Gavidia, 1940.

Jordi BORJA y Tona MASCAREÑAS, "El V Centenario y la imagen de España en el mundo," *CIDOB*, 1 (1992) 89-96.

BRENDECKE, Arndt. **The Empirical Empire: Spanish Colonial Rule and the Politics of Knowledge**. Berlin: Walter de Gruyter, 2016.

BRENDECKE, Arndt. "Knowledge, oblivion, and concealment in Early Modern Spain. The ambiguous agenda of the Archive of Simancas," *Archives & information in the early modern world*. Ed. Kate Peters, Alexandra Walsham, & Liesbeth Corens. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 131-149.

BURNS, Kathryn. *Into the Archive: Writing and Power in Colonial Peru*. Durham: Duke University Press, 2010.

CANIZARES-ESGUERRA, Jorge. *How to Write the History of the New World: Histories, Epistemologies, and Identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

CAVE, Scott. Madalena: The Entangled History of One Indigenous Floridian Woman in the Atlantic World. *The Americas* v.74 n.2 (2017) p.171-200

COOK, Kaja. "Claiming Nobility in the Monarquía Hispánica: The Search for Status by Inca, Aztec, and Nasrid Descendants at the Habsburg Court." *Renaissance and Reformation*, v. 43, n. 4, 2021, p. 171-198.

COLOMAR ALBAJAR, María Antonia; LÁZARO DE LA ESCOSURA, Pilar. Los «Papeles de Gobierno» del Archivo General de Indias. In: ROJAS GARCÍA, Reyes (Coord.). *Archivo General de Indias: El valor del documento y la escritura en el Gobierno de América*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2016. p. 195-228.

DODDS PENNOCK, Caroline. *On Savage Shores: How Indigenous Americans Discovered Europe*. London: Orion, 2023

DUSSEL, Enrique. *Liberación de la Mujer y Erótica Latinoamericana*. Bogotá: Nueva América, 1990.

DUSSEL, Enrique. *History and the Theology of Liberation: A Latin American Perspective*. Maryknoll: Orbis, 1976.

DUSSEL, Enrique. Was America Discovered or Invaded? In: *Beyond Philosophy: Ethics, History, Marxism, and Liberation Theology*. Lanham: Rowman, 2003. p. 219-226.

DUSSEL, Enrique. Reflexiones sobre la metodología para una historia de la Iglesia en América Latina. In: *Para una historia de la Iglesia en América Latina*. Barcelona: Nova Terra, 1973. p. 23-40.

ERNST, Wolfgang. Radically De-Historicizing the Archive: Decolonizing Archival Memory from the Supremacy of Historical Discourse. In: *Decolonising Archives*. L'internationale online, p. 9-14.

FRANCO SILVA, Alfonso. *Los esclavos de Sevilla*. Seville: EDPS, 1980.

GHADDAR, J.J.; CASWELL, Michelle, "To go beyond": towards a decolonial archival praxis. *Archival Science* 19 (2019) 71–85

GIL-BERMEJO GARCÍA, Juana. "Indígenas americanos en Andalucía." In: *Andalucía y América en el siglo XVI*, ed. Bibiano Torres Ramírez & José Hernández Palomo, p. 536-555. Seville: EEHA, 1983.

GIL, Juan. "Los primeros mestizos indios en España: una voz ausente." In: *Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores*, ed. Berta Ares Queija & Serge Gruzinski, p. 15-36. Seville: EEHA, 1997.

GONZÁLEZ GARCÍA, Pedro. **Computerization of the Archivo General de Indias: Strategies and Results**. Washington: Council on Library and Information Services, 1998.

GONZÁLEZ PALENCIA, Ángel. El Archivo General de Indias. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 33.1-3 (1929), p. 1-3.

HAMANN, Byron Ellsworth. **The Invention of the Colonial Americas Data, Architecture, and the Archive of the Indies, 1781-1844**. Los Angeles: Getty Research Institute, 2022.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Catálogo de las Consultas del Consejo de Indias, Tomo 2**. Madrid: Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1972.

IRETON, Chloe. "They Are Blacks of the Caste of Black Christians': Old Christian Black Blood in the Sixteenth- and Early Seventeenth-Century Iberian Atlantic. *Hispanic American Historical Review* v. 97, n.4 (2017), p. 579–612.

JULIÁN, Amadeo. Tráfico de indígenas esclavos de Santo Domingo a España a fines del siglo XV y en el siglo XVI. **Bancos, ingenios y esclavos en la época colonial**, ed. Amadeo Julián, 17-58. Santo Domingo: BRRD 1997, p.17-58.

JULIEN, Catherine. Titu Cusi amenaza declarar la guerra. In: ZEVALLLOS-AGUILAR, Juan; KATO, Takahiro; MILLONES, Luis (Eds.). **Ensayos de cultura virreinal latinoamericana**. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2006.

LÁZARO DE LA ESCOSURA, Pilar; CEBALLOS ARAGÓN, Isabel M. **Archivo General de Indias**. Madrid: Ministerio de Cultura, 2008.

LÓPEZ CUADRADO, Ana María. PARES 2.0: Tecnología para mejorar el acceso de los ciudadanos a los documentos y a la información en los Archivos Estatales. *Jornadas Archivando: usuarios, retos y oportunidades*. León: Sierra Pambley, 2016, p. 36-59.

MANGAN, Jane E. *Transatlantic Obligations: Creating the Bonds of Family in Conquest-Era Peru and Spain*. New York: Oxford University Press, 2016.

MANGAN, Jane E. Moving Mestizos in Sixteenth-Century Peru: Spanish Fathers, Indigenous Mothers, and the Children in Between. *William and Mary Quarterly* v.70, n.2 (2013), p. 273-294

MARTÍNEZ, María Elena. Sex and the Colonial archive: The case of 'Mariano' Aguilera. *Hispanic American Historical Review*, v.96, n.3 (2016), p. 421-443.

MARTÍNEZ, Miguel. Ángel Rama contra la ciudad letrada: Prehistoria de un concepto. *Latin American Research Review* (2023), p. 1-18.

MIRA CABALLOS, Esteban. *El descubrimiento de Europa: Indígenas y mestizos en el Viejo Mundo*. Barcelona: Editorial Crítica, 2023.

MIRA CABALLOS, Esteban. De esclavos a siervos: amerindios en España tras las Leyes Nuevas de 1542. *Revista de Historia de América*. V. 140 (2009), p. 95-109.

MIRA CABALLOS, Esteban. "Indios nobles y caciques en la Corte real española, siglo XVI," *Temas Americanistas* v. 16 (2003), p. 1-6.

MIRA CABALLOS, Esteban. **Indios y mestizos americanos en la España del siglo XVI**. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana-Veruert, 2000.

MIRA CABALLOS, Esteban. El envío de indios americanos a la Península Ibérica: aspectos legales (1492-1542). **Studia Historica. Historia Moderna**, v. 20 (1999) p. 201-216.

MIRA CABALLOS, Esteban. Indios americanos en el reino de Castilla (1492-1550), **Temas Americanistas**, v. 14 (1998) p. 1-24

MORALES PADRÓN, Francisco. Los americanistas andaluces del siglo XIX. In: **Andalucía y América en el siglo XIX, Tomo II**. Palos de la Frontera: Universidad Santa María de La Rábida, 1986. p. 129-154.

MORALES PÉREZ, José. Archivo General de Indias de Sevilla: Guía del visitante. Sin lugar: Junta Técnica de Archivos, 1958.

MORANCHEL POCATERRA, Mariana. “Los libros de condenaciones del Consejo de Indias.” **Clio & Crimen**, v. 10, 2013, p. 207-224.

MORIONES, Idelfonso, Historia del proceso de beatificación y canonización del Venerable Juan de Palafox y Mendoza. **Palafox: Iglesia, cultura y Estado en el siglo XVII**. Pamplona: Universidad de Navarra, 2000, p. 515-558

PARES, metadatos – “Escribanía de Cámara de Justicia,” Sin fecha. Consultada mayo 25, 2024. Disponible en: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/1866058>

PARES, metadatos, "Gobierno." Sin fecha. Consultado mayo 25, 2024. Disponible en: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/1859526>

PARES, metadatos – "Justicia," Sin fecha. Consultado mayo 25, 2024. Disponible en: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/1863031> .

PARES, "Mapas, Planos, Documentos Iconográficos Y Documentos Especiales." Sin fecha. Consultado mayo 25, 2024. Disponible en: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/1931454>.

PARES, Metadatos sobre Bienes de difuntos: Antonio Sigarra. Sin fecha. Consultada mayo 25, 2024. Disponible en: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/90033>

PEÑA Y CÁMARA, José María de la. **Archivo General de Indias de Sevilla: Guía del visitante.** Sin lugar, Junta Técnica de Archivos, 1958.

PEÑA Y CÁMARA, José María de la. **A List of Spanish Residencies in the Archives [sic] of the Indies, 1516-1775.** Washington: Library of Congress, 1955

PEÑA Y CÁMARA, José María de la. El manuscrito llamado "Gobernación espiritual y temporal de las Indias" y su verdadero lugar en la historia de la Recopilación. **Revista de Historia de América** v. 12 (1941) p. 5-72.

PENNOCK, Caroline Dodds. **On Savage Shores: How Indigenous Americans Discovered Europe.** London: Orion, 2023.

PÉREZ MONTFORT, Ricardo. **Breve antología de documentos hispanistas, 1931-1948**. México: Casa Chata, 1990.

PIERNAS HURTADO, J. El Archivo de Indias. *Ateneo*, v. 1 (1906) p. 243-247.

PLAZA BORGES, Ángel de la. **Guía del investigador**. Madrid: Ministerio de Cultura, 1992.

PUENTE LUNA, José Carlos de la. **Andean Cosmopolitans: Seeking Justice and Reward at the Spanish Royal Court**. Austin: University of Texas Press, 2018.

PUENTE LUNA, José Carlos de la. A costa de Su Magestad: indios viajeros y dilemas imperiales en la corte de los Habsburgo. *Allpanchis* 72 (2008) 11-60.

RAMA, Ángel. **La ciudad letrada**. Montevideo: Arca, 1984.

REY JUAN CARLOS I. Palabras de su majestad el Rey. junio 6, 1985. Consultado mayo 5, 2024. Disponible en: https://www.casareal.es/EN/actividades/Paginas/actividades_discursos_detalle.aspx?data=4431.

RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luis. **Instrucción para el gobierno del Archivo de Simancas (año 1588)**. Madrid: Ministerio de Cultura, 1989.

RUBIO Y MORENO, Luis. **Inventario general de Registros Celdularios**. Madrid: Compañía Ibero-Americana de Publicaciones, 1921.

RUBIO Y MORENO, Luis. **Pasajeros a Indias. Tomo 1**. Madrid: Compañía Ibero-Americana de Publicaciones, 1917.

RÜTIMANN, Hans. A Report to the Commission. **CLIR**, marzo 1992. Consultado mayo 25, 2024. Disponible en: <https://www.clir.org/pubs/reports/archivo/archivo/>.

SÁNCHEZ MAIRENA, Alfonso. Memoria escrita, herramientas electrónicas y fondos archivísticos. Experiencias desde PARES. In: GÓMEZ, Juan José Morales (Coord.). **Compartir archivos: actas de las VIII Jornadas de archivos aragoneses. T.2.** Huesca: Gobierno de Aragón, 2008. p. 115-132.

SCHWEIZER, Yvonne. Counter-Archive. **CIHA: Journal of Art History**, 1:1 (2023), p. 27-38.

SLADE, David F. An Imperial Knowledge Space for Bourbon Spain: Juan Bautista Munoz and the Founding of the Archivo General de Indias. **Colonial Latin American Review**, 20:2 (2011), p. 195-212.

STANGL, Werner. **Zwischen Authentizität und Fiktion - die private Korrespondenz spanischer Emigranten aus Amerika, 1492 - 1824.** Köln: Böhlau, 2012

STOLER, Ann Laura. **Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense.** Princeton: Princeton University Press, 2009.

STOLER, Ann Laura. Archivos coloniales y el arte de gobernar. **Revista colombiana de antropología**, 46:2 (2010), p. 465-496.

TORRES LANZAS, Pedro. **Catálogo cuadro general de la documentación.** Sevilla: Zarzuela, 1918.

TORRE REVELLO, José. **El Archivo General de Indias de Sevilla.** Buenos Aires: Jacobo Peuser, 1929.

UUSITALO, Lauri. An indigenous lord in the Spanish royal court: the transatlantic voyage of Don Pedro de Henao, Cacique of Ipiales. Ed. J. Kuuliala, & J. Rantala (Toimittajat), **Travel, Pilgrimage and Social Interaction from Antiquity to the Middle Ages**. New York: Routledge, 2019, p. 295-312

VAN DEUSEN, Nancy E. **Global Indios: The Indigenous Struggle for Justice in Sixteenth-Century Spain**. Durham: Duke University Press, 2015.

VAN DEUSEN, Nancy E. Coming to Castile with Cortés: Indigenous 'Servitude in the Sixteenth Century. *Ethnohistory* v. 62 n. 2 (2015), p. 285-308

VAN DEUSEN, Nancy E. Seeing Indios in Sixteenth-Century Castile. *William and Mary Quarterly* v.69, n.2 (2012), p. 205-234

VAN DEUSEN, Nancy E. The Intimacies of Bondage: Female Indigenous Servants and Slaves and Their Spanish Masters, 1492-1555. *Journal of Women's History* v.24 n.1 (2012) p. 13-43.

VAN DEUSEN, Nancy E. Diasporas, Bondage, and Intimacy in Lima, 1535-1555. *Colonial Latin American Review* v.19 n.2 (2010) 247-277

VEHILS, Rafael. El Archivo General de Indias de Sevilla: Su Historia. *Renacimiento*, vol. 12 (1912) p. 57-61.

VÉLEZ, Palmira. **La historiografía americanista en España, 1755-1936**. Madrid: Iberoamericana, 2007.

VICUÑA GUENGERICH, Sara. No todos se honraban con el término 'mestizo:' Cusqueños en Sevilla y la racionalización de la di-

ferencia racial en los siglos XVI y XVII. *Historia y cultura* n. 33 (2022) p. 13-41.

ZACHARIAH, Benjamin. Travellers in archives, or the possibilities of a post-post-archival historiography. *Prática da História*, 3 (2016), p. 11-27.

SOBRE OS AUTORES

ADRIAN MASTERS

Adrián Masters creció en un pueblo rural en Costa Rica, y se doctoró en Historia en la Universidad de Texas en Austin en 2018. Desde 2019 ha vivido en Alemania - primero en Tübingen como investigador postdoctoral, y ahora en la Universidad de Tréveris como líder de un proyecto de investigación de cinco años. Su primer libro, “We, the King”, explora cómo los vasallos y la Corona española creaban, transportaban, y procesaban peticiones en el siglo 16, creando en el proceso docenas de decretos que introdujeron nuevas categorías raciales. Su segundo libro, “City Beyond Belief”, explora la emergencia y decaída de tolerancia religiosa entre autoridades católicas en Manila frente a supuestos ‘idólatras’ de la China. Su proyecto actual en Tréveris estudia la circulación de categorías raciales de los imperios íberos a Europa Central, en especial a Alemania, entre los años 1580 y 1920. Ha investigado en más de 40 archivos en 15 países y es autor de varios artículos en inglés, español, y alemán, entre ellos dos premiados.

AGATA BŁOCH

Agata Błoch é professora assistente no Instituto de História da Academia Polonesa de Ciências, onde integra o Departamento de História Digital. Foi bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian em Por-

tugal (2016-2017). Coordenou o projeto “The Portuguese overseas identity in the context of the social network analysis” financiado pelo Centro Nacional de Ciência da Polônia (2017/27/N/HS3/01104) entre 2018-2021. Entre 2022 - 2024 integrou o projeto “DARIAH-PL - Research infrastructure for the arts and humanities”. Desde 2023 coordena o projeto “Imperial commoners of Brazil and West Africa (1640-1822): global history from a correspondence network perspective” financiado pelo Centro Nacional de Ciência da Polônia 2022/45/B/HS3/00473. Integra o time de pesquisadores do projeto MAPE (Mapping the Atlantic Portuguese Empire). Em 2022 a sua tese de doutorado ganhou o premio “Professor Andrzej Dembicz Prize for the Best Doctoral Thesis on Latin America and the Caribbean” organized by: Professor Andrzej Dembicz Foundation and European Council of Social Research on Latin America (CEISAL). Integra o Comitê Executivo da Associação dos Brasilianistas na Europa (ABRE). É *Digital Editor of the Routledge Collection Early Modern Iberian History in Global Contexts: Connexions* e editora da seção das resenhas dos livros poloneses sobre América Latina em *Journal of Early American History*.

ALEXANDRE BITTENCOURT LEITE MARQUES

Doutor em História pela Universidade de Évora, Portugal, com bolsa de estudos CAPES/MEC. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Licenciado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Atualmente é professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEE-PE), atuando na Escola Técnica Estadual Ministro Fernando Lyra (ETE MFL). Ocasionalmente, atua como professor visitante dos cursos de Especialização em História

do Nordeste do Brasil e de Especialização em Gestão e Preservação do Patrimônio e Inovação em Pesquisa Histórica, ambos da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Também leciona como professor substituto no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE – Campus Palmares). Tem experiência em pesquisa e ensino, com ênfase em América portuguesa, Capitania de Pernambuco, Reino de Angola, Sertões, Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural.

CLAUDIA BEATRIZ HEYNEMANN

Graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1984), especialização em Direito e Relações Internacionais pela PUC-Rio, mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1993) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Curadora de diversas exposições, foi supervisora de Pesquisa no Arquivo Nacional (2002-2017). É pesquisadora associada do ArqShoah - LEER/USP, co-curadora da participação do Arquivo Nacional no portal Brasileira Fotográfica e integrou o projeto “Fotografia Pública nos Arquivos do Rio de Janeiro: Coleções e Circuitos Sociais”, coordenado pelo Labhoi/UFF. Entre outros títulos destaca-se a publicação dos livros *Floresta da Tijuca: natureza e civilização* (Prêmio Carioca de Monografias, 1994); *As culturas do Brasil* (Hucitec, 2010). Com Maria do Carmo Rainho organizou os livros *Retratos Modernos* (Arquivo Nacional/Petrobras, 2005), *Marcas do Progresso* (Mauad Editora, 2010) e *Festas Chilenas* (Arquivo Nacional/Ed. PUCRGS, 2014). Com Maria Elizabeth Brea organizou *O Rio e a República: a cidade nas imagens da Agência Nacional* (Arquivo Nacional, 2022). Edita, desde 2004, o site *O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira*.

COURTNEY J. CAMPBELL

Doutora e Mestre em História pela Vanderbilt University. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Francês e Espanhol pela University of Michigan. Professora de História Latinoamericana na Universidade de Birmingham/Inglaterra. Diretora do Programa de Documentos Ameaçados, seção Paraíba-Brasil (2013-2020), administrado pela Biblioteca Britânica/Inglaterra.

DEBORA GERSTENBERGER

Debora Gerstenberger é professora de história latino-americana na Universidade de Colônia desde 2022. Sua área de pesquisa concentra-se na história do Império Luso-Brasileiro e na história do Brasil nos séculos XIX e XX. Anteriormente (2013-2022), ela foi professora assistente de história da América Latina na Universidade Livre de Berlim. Ela também concluiu seus estudos em história e estudos latino-americanos na Universidade Livre de Berlim. Sua tese de doutorado foi realizada em um contexto de história global na Universidade de Leipzig (2006-2010). Sua dissertação tratou da transferência da corte portuguesa para o Brasil sob uma perspectiva de história global. Um aspecto crucial na sua pesquisa é sempre a questão do poder e das técnicas que possibilitam o domínio. Sua pesquisa atual se concentra na introdução de computadores e tecnologias digitais nas instituições de segurança (inteligência, polícia, forças armadas) na América Latina.

DEMIVAL VASQUES FILHO

Demival Vasques Filho é pesquisador titular no Centro de História Contemporânea e Digital (C²DH) da Universidade de Luxemburgo. Graduado em Engenharia Física pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil, trabalhou no setor privado por quase 10 anos para então retornar à academia. Obteve seu doutorado em Física, com especialização na área de sistemas complexos e ciência de redes, pela Universidade de Auckland, na Nova Zelândia. Sua tese explorou a estrutura e a evolução de redes de sociabilidade em larga escala. Antes de ingressar no C²DH, ele foi pesquisador associado no Laboratório de Humanidades Digitais do Instituto Leibniz de História Europeia em Mainz, na Alemanha. Sua pesquisa contribui para vários projetos envolvendo redes, como redes colaborativas para inovação científica e tecnológica, tolerância religiosa, poder e atividade política, correspondência administrativa imperial, entre outros. Integra o time de pesquisadores do projeto MAPE (Mapping the Atlantic Portuguese Empire). Seus interesses de pesquisa se concentram no desenvolvimento de novos métodos e na expansão da aplicação de conceitos de sistemas complexos no estudo das ciências sociais e humanidades.

DENISE G. PORTO

Denise G. Porto é historiadora, doutoranda no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Salgado de Oliveira (PPGH-UNIVERSO) sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cláudia Mesquita. É Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História na mesma instituição, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Mary Del Priore. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói-IHGN e do Instituto Histórico e Geográfico do

Rio de Janeiro-IHGRJ. Bolsista do Edital 34 FAPERJ em cooperação com a Fundação Biblioteca Nacional no Projeto “Identificação e exposição dos documentos históricos relativos ao processo de Independência do Brasil contidos no acervo do Projeto Resgate Barão do Rio Branco”, na qualidade de Mestre sob a coordenação do Dr. João Carlos Nara Júnior e da Dr.^a Érica Simone Dias. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq “Política, Sociedade e Economia do Brasil no longo século XIX”, atuando na Linha de Pesquisa, “Estado, cultura e relações de poder” do Programa de Pós- Graduação da Universidade Salgado de Oliveira, sob a liderança da Dr.^a Vitória Schettini e do Grupo de Pesquisa CNPq “Gênese documental arquivística” da Universidade Federal Fluminense, sob a liderança da Dr.^a Ana Célia Rodrigues. Denise G. Porto é Coordenadora do Curso de História de Niterói, numa parceria do IHGN com a Secretaria de Educação da Prefeitura de Niterói. É autora do livro *Maria Graham, uma inglesa na Independência do Brasil*, lançado pela Editora CRV em 2020 e publica regularmente artigos em anais de congressos acadêmicos, revistas científicas, e é coautora de diversos capítulos de livros e e-books nacionais e estrangeiros no campo da História do Brasil, além de participar de eventos, entrevistas, palestras, lives e podcasts para instituições acadêmicas no âmbito da história pública.

ERIC BRASIL NEPOMUCENO

Professor do curso de licenciatura em História e Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades no Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (IHL-UNILAB). Doutor (2016) e Mestre (2011) pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Realizou estágio de pós-doutorado no Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Hu-

manas da Universidade Nova de Lisboa, atuando como investigador visitante no Laboratório de Humanidades Digitais. Editor do *The Programming Historian* em português. Pesquisador do Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA. Membro do GT Nacional Emancipações e Pós-Abolição da Anpuh. Possui experiência na pesquisa e ensino de História, com ênfase em História Social da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: abolição da escravidão e o Pós-Abolição no Brasil e no Caribe, Carnaval, Cidadania, História Transnacional, Diáspora Africana, História das Afro-Américas. Desde de 2018, produz pesquisas e publicações na área da História Digital, com interesse nos debates sobre Hemerotecas e arquivos digitais, métodos digitais de pesquisa e linguagem de programação para a pesquisa em História.

ERICA DIAS

Licenciatura e mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutorado em História Moderna pela Universidade Nova de Lisboa (2014). Em 1998 recebeu do CNPq bolsa de aperfeiçoamento e especialização no exterior no âmbito do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, onde exerceu a função de pesquisadora e supervisora de equipes entre os anos de 1998 e 2013. Entre 2001 e 2012 obteve três bolsas internacionais - da Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para Ciência e Tecnologia. Coordenou várias equipes responsáveis pela organização, catalogação e indexação dos documentos do Brasil colonial (séculos XVI-XIX) guardados no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa e na Biblioteca Nacional de Portugal. É autora de catálogos e artigos sobre História Colonial, Documentação, Arquivos e Educação. Desde 2014 trabalha com editoração científica, sendo atualmente Editora da revista *Ensaio: Awa-*

liação e Políticas Públicas em Educação - Fundação Cesgranrio, A1 em Educação. Consultora da Unesco Brasil no âmbito do Projeto Resgate - Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/Unesco em 2019 e novamente em 2022, atuando como pesquisadora e coordenadora de equipes. É coproponente do Projeto Identificação e exposição dos documentos históricos relativos ao processo de Independência do Brasil, aprovado no âmbito do Edital da FAPERJ: Programa Apoio a Projetos no Âmbito do Bicentenário da Independência do Brasil (2021), que está em andamento.

FERNANDO SANTOS BERÇOT

Mestre em História Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da mesma instituição. Servidor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). A serviço da Fundação Biblioteca Nacional entre novembro de 2021 e janeiro de 2024, integrou a equipe técnica do Projeto Resgate Barrão do Rio Branco, colaborando na gestão do PRODOC UNESCO 914BRZ3025

GISELE NOVAIS COSTA RAMOS

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5780-3010>

Analista da CAPES e Mestranda em Administração Pública, Universidade de Brasília. Seu interesse de pesquisa envolve métodos de análise textual que mixam ferramentas computacionais em que o leitor e investigador estejam no controle da interpretação.

Contato: giselenovais@gmail.com

JOÃO CARLOS NARA JÚNIOR

Arquiteto e Urbanista (UFF), doutor em História Comparada (UFRJ), mestre em Arqueologia (Museu Nacional/UFRJ) e licenciado em História (UniRio). Assessor de Patrimônio Cultural do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ (desde 2023). Foi Coordenador-geral do Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco e Membro da seção brasileira da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO) de 2020 a 2022. Atuou na preservação do Patrimônio Cultural em âmbito federal como Diretor Executivo da Fundação Biblioteca Nacional (2022), Coordenador de Cooperação Institucional da Fundação Biblioteca Nacional (2020-2021), chefe substituto da Equipe de Engenharia do Arquivo Nacional (2019-2020) e arquiteto do Escritório Técnico da UFRJ (2013-2018). É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ) e Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Humanidades Digitais (ABHD). Pesquisa o Rio de Janeiro colonial e tem interesse por hodologia (rotas, caminhos e métodos), abordagem 4A (Arquitetura, Arte, Arqueologia, Antropologia) e enfoque OPEN (objetos, práticas, entornos e narrativas). Coordena atualmente o projeto “Identificação e exposição dos documentos históricos relativos ao processo de Independência do Brasil” (2021-2024), financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

JOÃO PAULO VANI

Doutor em Teoria Literária pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/São José do Rio Preto), com doutorado-sanduíche na University of Louisville, nos Estados Unidos;

graduado em Letras e mestre em Teoria Literária pela Unesp de São José do Rio Preto. Fundador e Presidente da Academia Brasileira de Escritores (ABRESC). Com pós-doutoramento em Linguística Aplicada com foco em formação do professor pela Universidade do Minho, em Portugal, Vani é pesquisador associado do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação da USP; é também pós-doutorando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e em Linguística Aplicada, com foco em formação de professores, pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara. Editor acadêmico com 20 anos de experiência, é autor dos livros “Terror e Trauma na Literatura: do 11 de setembro às marcas na alma” (2018) e “21 reflexões sobre o mundo pós-pandemia” (2021). Coautor e/ou organizador dos livros “20 adolescentes e seus segredos: Sexualidade”, com a psicóloga Débora Dumbra Bonini (2007); “Shoah: 80 anos de memória e resistência - volume 1: Diáspora e Imigração”, com a Profa. Dra. Lyslei Nascimento, docente da UFMG e fundadora do Núcleo de Estudos Judaicos (2022); e “Shoah: 80 anos de memória e resistência - volume 2: Memória e Trauma”, com Carlos Reiss, diretor do Museu do Holocausto de Curitiba-PR (2022).

JOSÉ RIBAMAR BESSA FREIRE

Professor da Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), aposentado em 2022. Professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aposentado em 2021, coordenou durante 30 anos o Programa de Estudos dos Povos Indígenas (PROINDIO). Diplomas: Professor normalista (Instituto de Educação do Amazonas 1965), Graduação em Comunicação Social (ECO-UFRJ 1969), Especialização em *Sociologie du Développement* (IRFED- França

1971-72) e Doutorado em Letras (UERJ 2003). cursou Doutorado em História na França (École Des Hautes Études en Sciences Sociales -1980-83, sem defesa de tese). Docente em três universidades do Peru: Universidad Nacional de Educación - Programa de Maestría, PUC-Peru Faculdade de Educação e Universidad Particular Ricardo Palma (1974-1976). Professor concursado da Universidade Federal do Amazonas (1977-1986). Ministrou módulos em cursos de pós-graduação de várias universidades públicas: UFAM, UFAC, UFRr, UFF, UFG, em Licenciaturas Interculturais: UFSC, UFMG, UEA, UFES e na Escola da Magistratura (EMERJ). Ministrou cursos de formação de professores indígenas e assessorou a produção de material didático. Membro do Comitê Editorial e parecerista de várias revistas especializadas. Desenvolve pesquisas na área de História, com ênfase em História Social da linguagem, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura oral, memória, patrimônio, fontes históricas, história indígena, línguas indígenas e Amazônia. Escreveu, organizou e coorganizou vários livros, entre os quais Rio Babel - a história das línguas na Amazônia (2011-2a. edição), Políticas de línguas no novo mundo (2012), Essa Manaus que se vai (2012), Línguas Gerais - Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial (2003), Os Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro (2009 - 2a. edição), Os índios em Arquivos do Rio de Janeiro (1995-1996), A Amazônia no período colonial (2008 - 7a. edição), Cem anos de Imprensa no Amazonas (2a edição 1990), além de capítulos de livros e artigos em revistas especializadas no Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, México, França, Alemanha, Itália, Inglaterra e Japão. Coordena o Laboratório de Pesquisas em Oralidade (Laboral/UNIRIO). Mantém coluna semanal em jornais do Amazonas desde 1984 aos dias de hoje (www.taquiprati.com.br). (jrbfreire@yahoo.com.br).

JUCIENE RICARTE CARDOSO TARAIRIU

Juciene Ricarte Cardoso Tarairiu tem doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco e Pós Doutorado em História Moderna pela Universidade Nova de Lisboa (2014). Em 1998 foi pesquisadora em Lisboa, Portugal do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. E em 2022 foi consultora da UNESCO coordenando equipe na criação de Recorte Temáticos do Projeto Resgate. É coordenadora do Seminário Permanente Mundos Indígenas no CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Pesquisadora Associada ao CREPAL, Sorbonne Nouvelle, França. É Pesquisadora Sênior no Instituto de História, Academia Polaca de Ciências, Polônia. É autora de livros e artigos científicos sobre História Colonial, Documentação, Educação, Arquivos, História Indígena, História da Ciência, Meio Ambiente e povos Indígenas.

LESLEYANNE RODRIGUES DE LIMA

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) com parceria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Ecologia e em Arquivologia, ambos pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente desenvolve pesquisa e tem experiência na área de Digitalização, Patrimônio e Gestão documental. Atuou no Programa de Documentos Ameaçados na Paraíba-Brasil (2013/2020).

LUCIANO ROSSONI

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2289-0879>

Professor do Mestrado e Doutorado em Administração e Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade de Brasília. Pós-doutorado em Sociologia, University of California Santa Barbara, com foco na análise cultural de textos. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq e Editor Chefe da RECADM. Seu interesse de pesquisa envolve a compreensão de como lógicas institucionais e esquemas culturais se constituem por meio da interface de métodos quantitativos tradicionais, análise de redes sociais e de métodos interpretativista. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3158341266410026>

Contato: lrossoni@unb.br

MATHEUS OLIVEIRA FARIAS

Graduado em Sistemas de Informação pela Universidade Estadual de Pernambuco – UPE (2014). Atua como professor, da base técnica de desenvolvimento de sistemas, efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEE-PE), atuando na Escola Técnica Estadual Ministro Fernando Lyra (ETE MFL).

MARIA ELIZABETH BRÊA MONTEIRO

Antropóloga, mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Antropologia na PUC-SP, especialização em Ecologia Humana pela Fundação Oswaldo

Cruz e em Políticas Públicas pela COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Antropóloga da Fundação Nacional do Índio (1983-2006), participou da organização do Centro de Documentação Etnológica (atual Serviço de Arquivos) e exerceu a chefia dos Serviços de Documentação e de Indigenismo e Etnohistória do Museu do Índio (1992-1993). Coordenou grupos de identificação de Terra Indígena nos estados das regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Foi assessora técnica da Presidência da Fundação Nacional do Índio (2003-2006). Desde 2006, trabalha no Arquivo Nacional, foi coordenadora da Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo (2007-2017), ex-membro do Comitê Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco, chefe da Divisão de Pesquisa para Difusão e presidente da Comissão de Avaliação de Arquivos Privados do Conselho Nacional de Arquivos. Diretora técnica da Fundação Darcy Ribeiro.

MARIA DA VITÓRIA BARBOSA LIMA

Professora do Curso de Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Pós-doutorado em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Organização de Arquivos e Graduada em História pela UFPB. Supervisionou o Programa de Documentos Ameaçados, seção Paraíba-Brasil (2013-2020), administrado pela Biblioteca Britânica (Inglaterra).

PAULO DE ASSUNÇÃO

Doutor em História Ibérica (École des Hautes Etudes en Sciences Sociales - EHESS-Paris); Doutor em História Econômica e Social (Universidade Nova de Lisboa) e Doutor em História Social pela (Universidade de São Paulo). É pós-doutor em Ciência da Religião (Universidade Mackenzie) e História da Educação (Universidade Estadual de Maringá). Dedicou boa parte da sua investigação a questões correlatas à presença jesuítica no império colonial português, à história cultural e econômica, ao turismo e à arquitetura e urbanismo. Possui trabalhos premiados pela Academia da Marinha de Portugal (2013), e Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro - Prêmio D. João VI (2008). Foi agraciado com o Prêmio Jabuti (2012). É autor de diversos livros e artigos publicados em revistas acadêmicas nacionais e internacionais. Atualmente é membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia de Marinha de Portugal, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, da Sociedade de Geografia de Lisboa e investigador integrado do Centro de Estudos Clássicos (CEC) da Universidade de Lisboa.

PAULO HENRIQUE RAMOS

Mestre em Informática Aplicada pela Universidade Federal de Pernambuco-UFRPE, especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN (2021) e em Engenharia de Sistemas pela ESAB (2014). Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela FAFICA (2009). É professor efetivo da Secretaria de Educação de Pernambuco, onde atua como Assistente de Gestão na ETE Ministro Fernan-

do Lyra em Caruaru-PE, além de lecionar na Base Técnica da mesma instituição.

RENATO RODRIGUES DA SILVA

Professor adjunto do curso de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) - campus de Campos dos Goytacazes. É PhD pela University of Leicester, e fez pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). É consultor externo do projeto “Domestic Slavery and Sexual Exploitation (DoSSE)”, financiado pelo ERC e baseado na University of Leicester. É autor do livro “The Anglo-Saxon Elite” e de artigos diversos. Interesses principais são em Estudos Medievais, Alta Idade Média, Inglaterra Anglo-Saxônica, Arqueologia Medieval, Teoria Social, Teoria Arqueológica, História Global, Métodos Digitais, Historiografia, Tradução de Fontes Históricas, Língua Latina.

SOLANGE MOUZINHO ALVES

Mestra em História e Cultura Histórica na Linha de Pesquisa em História Regional - Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba. Atuou no Programa de Documentos Ameaçados na Paraíba-Brasil, administrado pela Biblioteca Britânica (Inglaterra). Atua como Professora de História efetiva no Ensino Básico, nível Médio, na rede de ensino Estadual (Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba). Pesquisadora voluntária do Grupo de Pesquisa A ProjetAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões, da Universidade Federal da Paraíba, na qual desenvolve pesquisas sobre as mulheres negras no contexto do século XIX.

SOLANGE PEREIRA DA ROCHA

Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSC-NO) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). Codiretora do Programa de Documentos Ameaçados, seção Paraíba-Brasil (2013-2020).